



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



Maria Rita de Cássia Macêdo

**Aids em movimento:** jovens ativistas na luta contra a Aids no Brasil em tempos de  
biomedicalização

Rio de Janeiro

2021

Maria Rita de Cássia Macêdo

**Aids em movimento:** jovens ativistas na luta contra a Aids no Brasil em tempos de  
biomedicalização

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Saúde Pública. Área de concentração: Saúde, sociedade e violência.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Simone Monteiro.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Fátima Cecchetto.

Rio de Janeiro

2021

Título do trabalho em inglês: Aids on the move: Young activists in the fight against Aids in Brazil in times of biomedicalization.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Catálogo na fonte  
Fundação Oswaldo Cruz  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde  
Biblioteca de Saúde Pública

C837s Macêdo, Maria Rita de Cássia.  
Aids em movimento: jovens ativistas na luta contra a Aids no Brasil em tempos de biomedicalização / Maria Rita de Cássia Macêdo. — 2021.  
212 f.  
  
Orientadora: Simone Monteiro.  
Coorientadora: Fátima Cecchetto.  
Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2021.  
  
1. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. 2. HIV. 3. Jovem. 4. Participação da Comunidade. 5. Brasil. 6. Ativismo. I. Título.

CDD – 23.ed. – 614.59930981

Maria Rita de Cássia Macêdo

**Aids em movimento: jovens ativistas na luta contra a Aids no Brasil em tempos de  
biomedicalização**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Saúde Pública.

Aprovada em: 29 de junho de 2021.

Banca Examinadora

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Regina Célia Reyes Novaes  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Richard Guy Parker  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Alexandre Barbosa Fraga  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Kathie Njaine  
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Simone Monteiro (Orientadora)  
Fundação Oswaldo Cruz - Instituto Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro

2021

Dedico,

Antônia Maia Macedo e Porfírio Macêdo, mãe e pai, ouro de mina!

Ela, mãe, mulher sertaneja, uma saudade imensa e a força de seus olhos verdes e profundos que continuam iluminando meu caminho. Como mulher, pelo amor imenso e a coragem de quem aos 42 anos me deu à luz.

Ele, pai, homem sertanejo, migrante da fome que conheceu o mundo; trabalho, segurança, disciplina, caráter; Pai, que bom, que descobri em tempo e com você, que tudo isso era feito de puro amor.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer: para alinhar emoções, afetos, sentido e reconhecimento.

Somos sete Marias. Sete irmãs e um único irmão e eu, que não sou nada sem Romário, Marli, Nazaré, Marluce, Marlene Miriam e Marcinha, afinal, ser caçula de oito, tornou a vida mais segura e cercada de afetos. E ainda tem a cunhada-irmã Rita e os cunhados; amo vocês e a nossa família enorme de sobrinhos, sobrinhas, netas e netos. **Pelo Guia!**

Para Marcinha, que me deu lar e aconchego. Aos sobrinhos Matheuz, Dhiogo, ‘sempre presente’, as sobrinhas Vanessa e Núbia e aos pequeninos Theo e Arthur, por encherem meus dias de afeto e sentido. Ao sobrinho afilhado Thiago, por compartilhar conhecimento, pensamentos e utopias políticas. Gratidão.

Cris, a filha que a vida acertando - em cheio- me presenteou.

Às orientadoras Fátima Cecchetto e Simone Monteiro, cuidadosas, atenciosas, disponíveis, rigorosas e essenciais quando parecia que tudo ia dar errado; me acudiram, me deram chão e estiveram presentes durante essa travessia. O melhor do doutorado é poder sentir tudo isso: aprendizado, respeito e admiração.

Ao Sovietes, um oásis em tempos retrógrados e de reacionarismo cristão; vocês animam a crença no espírito humano, no sagrado, e, claro, na cerveja.

Para Diogo, que é ordem e desordem, delírios sentimentais e criativos, racionalidade e transformação, e, por mais extraordinário que possa parecer, a certeza do diálogo afinado.

Para Carmem e Maria Helena, duas pessoas tão essenciais, como puro oxigênio na minha vida. Mulheres brilhantes, joias raras, amigas queridas.

“Eu vi um menino correndo; Eu vi o tempo, brincando ao redor do caminho daquele menino”. Tomo as palavras de Caetano para Rafael Agostini, pedra angular, nessa travessia. Que bom que nossos tempos e caminhos se cruzaram. Ah, e o seu futuro, é para ser o que era, com tudo que você se lança para fazer acontecer.

Para Rafaela Queiroz, que nem que eu escrevesse todos os qualificativos disponíveis na língua portuguesa, eu daria conta de descrever a criatura mais maravilhosamente linda que ela é, e o que representa para mim.

À Professora Célia Leitão Ramos, respeito, admiração, amizade e o melhor sentimento, por essa Professora e Pesquisadora, que domina a arte da provocação, do esclarecimento e do conhecimento na melhor expressão Frankfurtiana. Foi seguindo até aqui, que vivi o poema Ítaca, que ela imprimiu e distribuiu em pedacinhos de folha de papel, aos alunos no primeiro dia de aulas em seu curso no inverno de 2006. Eu era um deles, foi quando tudo começou...

À Regina Bodstein, Orientadora de Mestrado e Pesquisa, por ter acreditado em mim. Seu incentivo quando propus estudar juventude foi crucial na minha trajetória acadêmica. Foi desse melhor de uma Cientista, Pesquisadora e Professora que pude acreditar que chegaria ao doutorado. Obrigada para sempre, Mestra.

Às professoras e professores, nessa longa travessia. Foram muitos, e, citando alguns, reverencio todos e todas, artífices e exemplos nessa trajetória: Willer Marcondes, Fermim Roland Schramm, David Castiel, Marcos Santana, Cláudia Mora, Sergio Koifman, Cláudia Osório, Cecília Minayo, Suely Deslandes, Vera Luiza, Simone Oliveira, Marly Cruz, Tatiana Vargas Batista, Victor Valla, Gilberto Velho, Luiz Fernando Dias Duarte, Mário Sérgio Monteiro de Souza, Sérgio Rego, Antenor Amâncio, Carlos Otávio Fiúza e a Mestra Maria de Fátima Lobato Tavares, “Fafá”, por tantos ensinamentos acadêmicos e os melhores momentos no Samba do Trabalhador.

Às professoras Cristiani Machado, Ednilsa Ramos de Souza, Simone Oliveira, Marly Cruz e Joviana Avanci que exerceram com louvor a árdua e digna missão de coordenar o Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da ENSP/FIOCRUZ, durante minha trajetória de Doutorado.

Às professoras e professores da banca de qualificação Regina Novaes, Kathie Njaine, Alexandre Fraga que juntamente com Richard Parker, me honraram com aceite para a banca examinadora final dessa Tese. As participações das professoras Marly Cruz e Cristiane Novaes como membros suplentes, completam as inspirações acadêmicas e humanísticas que me moveram e com quem tive o privilégio de conviver, aprender e nutrir profunda admiração e respeito.

Para minha turma de doutorado, que experimenta todas as turbulências para retrair rumos diante da hecatombe Covid-19. Aos colegas Denise, Nathalia, Sebastian, Silvana, Vanessa, Fabi, Cris, Adriano, a gente ainda vai comemorar com todas as cervejas e risadas. Moacyr, colega de turma, um amigo querido que virou um gigante nessa travessia.

Aos informantes-chave da pesquisa, interlocutores generosos, suas valiosas contribuições estão em cada trecho das minhas andanças por esse mundão, em cada objetivo alcançado. Muito obrigada.

Aos funcionários da ENSP, da Secretaria Acadêmica, da Biblioteca, do Comitê de Ética, todos e todas trabalhadores dessa escola, que ressignificam com qualidade, competência e valor humano o trabalho em uma instituição pública de ensino, pesquisa e atenção à saúde. O SUS é construído por vocês.

Ao CNPQ e CAPES, contar com apoios e recursos para a pesquisa tornou possível maior

tempo de dedicação, aquisição de grande parte da bibliografia e financiamento da pesquisa de campo.

Esse trabalho de finalização do doutoramento é uma conquista de muitas mãos, ideias, desejos, colaborações e histórias. Por ter sido realizado em uma Instituição Pública que preza a relação entre ciência, sociedade, pesquisa e tecnologia como a FIOCRUZ, está imbuído na defesa do desenvolvimento social, saúde para todos e cidadania. Por isso, não é possível agradecer nominalmente todas e todos brasileiras e brasileiros que lutaram e lutam cotidianamente por direitos, políticas públicas, equidade e por um sistema de saúde público e universal.

Destaco o mérito principal:

*Aos JOVENS LIDERANÇAS, por terem aceitado participar da pesquisa, quando desde o primeiro contato, acolheram vivamente a ideia, e assim, foram cordiais, generosos, interessados, valorizaram a pesquisa e estiveram disponíveis com compromisso todo tempo. Vocês estão nessas páginas e na minha vida.*

*Obrigada para sempre.*

## ÍTACA

Se partires um dia rumo a Ítaca,  
faz votos de que o caminho seja longo,  
repleto de aventuras, repleto de saber.  
Nem Lestrigões nem os Ciclopes  
nem o colérico Posídon te intimidem;  
eles no teu caminho jamais encontrarás  
se altivo for teu pensamento, se sutil  
emoção teu corpo e teu espírito tocar.  
Nem Lestrigões nem os Ciclopes,  
nem o bravo Posídon hás de ver,  
se tu mesmo não os levars dentro da alma,  
se tua alma não os puser diante de ti.

Faz votos de que o caminho seja longo  
Numerosas serão as manhãs de verão  
nas quais, com que prazer, com que alegria,  
tu hás de entrar pela primeira vez porto  
para correr as lojas dos fenícios  
e belas mercancias adquirir:  
madrepérolas, corais, âmbares, ébanos,  
e perfumes sensuais de toda espécie,  
quanto houver de aromas deleitosos.  
A muitas cidades do Egito peregrina  
para aprender, para aprender dos doutos.

Tem todo o tempo Ítaca na mente.  
Estás predestinado a ali chegar.  
Mas não apresses a viagem nunca.  
Melhor muitos anos levars de jornada  
e fundares na ilha velho enfim,  
rico de quanto ganhaste no caminho,  
sem esperar riquezas que Ítaca te desse.

Uma bela viagem deu-te Ítaca.  
Sem ela não te ponhas a caminho.  
Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.  
Ítaca não te iludiu, se a achas pobre.  
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,  
E agora sabes o que significam Ítacas.

(Konstantino Kaváfis, 1863-1933)

## RESUMO

Esta Tese objetiva produzir uma reflexão sobre o ativismo juvenil nas respostas à Aids em anos recentes. Trata-se de um estudo de cunho socioantropológico que analisa a trajetória de 14 jovens de todas as regiões do país, que concluíram a formação de lideranças juvenis em HIV/Aids, entre 2015 e 2016, que foi promovida nesse período pelo extinto Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST/HIV/Aids e Hepatites Virais (DIAHV) em parceria com Programa das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS). O estudo contextualiza o ambiente de eclosão da epidemia nos anos 1980 e o surgimento do movimento de luta contra a Aids, realçando os ciclos de mobilização e uma segunda onda de movimento social, geracional e identitário através da mobilização de jovens que vivem com HIV/Aids. Demonstra que o uso de repertórios híbridos, mesclando o legado da luta com meios e linguagens de ações coletivas em ambiente digital na Internet resulta em novas estruturas de mobilização na contemporaneidade. Na perspectiva dos jovens entrevistados, a formação de lideranças juvenis em HIV/Aids, caracterizada pelo multipertencimento identitário, ampliou o campo de possibilidades em suas trajetórias profissionais, escolares e ativistas. A falta de continuidade de investimentos nessa direção, capazes de dar sustentabilidade e ampliar o diálogo entre jovens de populações vulneráveis, limita suas ações e o alcance às tecnologias de prevenção históricas e novas, como as profilaxias pré e pós exposição ao HIV e o tratamento como prevenção. Segundo os jovens essas estratégias contribuem para o autocuidado, desde que articuladas aos debates interseccionais e ao enfrentamento do estigma contra as PVHA e as populações LGBTI+. Os achados do estudo sugerem que a iniciativa da formação de lideranças em HIV/Aids, de âmbito nacional, envolvendo jovens militantes vivendo com HIV e de outras pautas interseccionais à epidemia, inspira uma inflexão importante ao fomentar o ativismo juvenil a partir das conexões entre direitos humanos e saúde. A análise do conteúdo, da abordagem metodológica e de seus efeitos no ativismo juvenil ganha um relevante significado frente à atual hegemonia das respostas biomédicas à epidemia, às ameaças aos direitos humanos e à precarização do Sistema Único de Saúde. Tais fatores têm impactado na re-emergência da epidemia em segmentos mais jovens e vulneráveis da população.

Palavras-chave: HIV/AIDS; Juventude; Movimento Social; Ativismo; Brasil.

## ABSTRACT

This thesis aims to produce a reflection on Youth activism in the response to AIDS in recent years. This is a socioanthropological study that analyzes the trajectory of 14 young people, from all regions of the country, who completed the training of young leaders in HIV/AIDS, between 2015 and 2016, then promoted by the Department of Prevention and Control of STI/HIV/AIDS and Viral Hepatitis (DIAHV) in partnership with the United Nations Program on HIV/AIDS (UNAIDS). The study contextualizes the outbreak of the epidemic in the 1980's and the emergence of the movement to fight AIDS, highlighting the cycles of mobilization and a second wave of social, generational and identity movements through the mobilization of young people living with HIV/AIDS. It demonstrates that the use of hybrid repertoires, mixing the legacy with means and languages of collective actions in a digital environment of Internet, creates new structures for mobilization in contemporary times. From the perspective of the young people interviewed, the formation of the Youth leaders in HIV/AIDS, characterized by multi-belonging identity, expanded the field of possibilities in their professional, school and activist trajectories. The lack of continuity of investments in this direction, capable of providing sustainability and expanding the dialogue between young people from vulnerable populations, limits their actions for access to historic and new prevention technologies, such as pre and post HIV exposure prophylaxis and treatment as prevention (TasP). According to young people, these strategies contribute to self-care, as long as, they are articulated with intersectional debates and the confrontation of stigma against PLWHA and LGBTI+ populations. The study's findings suggest that the initiative to train leaders in HIV/AIDS nationwide, involving young activists living with HIV and other intersectional agendas to the epidemic, inspires an important inflection in fostering youth activism based on the connections between human rights and health. The analysis of the content, the methodological approach and its effects on youth activism gains a relevant meaning given the current hegemony of biomedical responses to the epidemic, the threats to human rights and the precariousness of the Unified Health System. Such factors have impacted on the re-emergence of the epidemic in younger and more vulnerable segments of the population.

Keywords: HIV/AIDS; Youth; Social Movement; Activism. Brazil.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids.
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AZT	Zidovudina
CNAIDS	Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais
CNJ	Conferência Nacional de Juventude
CTL	Conferências Territoriais Livres
DCCI	Departamento de Doenças de Condição Crônica e Infecções Sexualmente Transmissíveis.
DIAHV	Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais.
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
Ensp	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FNDE	Fundo Nacional da Educação
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
HSH	Homens que fazem Sexo com outros Homens
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTI+	Lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual
MS	Ministério da Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Prevenção Combinada
PEP	Profilaxia pós-exposição
PNAIAJ	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens
PNUD	Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento

PrEP	Profilaxia pré-exposição
PROSAD	Programa Saúde do Adolescente
PSE	Programa Saúde na Escola
PVHA	Pessoas Vivendo com HIV/Aids
RNAJVHA	Rede Nacional de Jovens que vivem com HIV/AIDS
RNAJVHA	Rede Nacional de Jovens que vivem com HIV/AIDS
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Humana
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SPE	Programa Saúde e Prevenção nas Escolas

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2	<b>A AIDS COMO PROBLEMA SOCIAL</b> .....	27
2.1	1980 E 1982: A NEGAÇÃO E O DESCONHECIMENTO DÃO ORIGEM ÀS REAÇÕES INICIAIS.....	32
2.2	1983 E 1985: AÇÕES COLETIVAS GANHAM FORÇA E NASCE O MOVIMENTO DE LUTA CONTRA A AIDS .....	33
2.3	1985-1990: A AIDS EM MOVIMENTO, A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL.....	36
2.4	1990-2000: REESTRUTURAÇÃO DA RESPOSTA GOVERNAMENTAL E O CAMPO GLOBAL.....	38
2.5	APÓS OS ANOS 2000: O (DES)CONTROLE DA EPIDEMIA, O DOMÍNIO BIOMÉDICO E O ATIVISMO NO SÉCULO XXI .....	41
2.6	A EPIDEMIA DE AIDS ENTRE OS JOVENS NO BRASIL .....	47
3	<b>JUVENTUDES: AÇÕES COLETIVAS E ATIVISMO NA AIDS</b> .....	49
3.1	JUVENTUDE NO PLURAL: ASPECTOS CONCEITUAIS E POLÍTICAS ESPECÍFICAS .....	49
3.2	INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS SOBRE OS JOVENS NO BRASIL.....	55
3.3	INTERESSES, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS. ....	58
3.4	ATIVISMO JUVENIL NO CONTEXTO DA AIDS.....	62
3.5	AÇÕES PROGRAMÁTICAS EM SAÚDE E AIDS.....	65
4	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	71
4.1	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA .....	72
4.2	PESQUISA DOCUMENTAL .....	73
4.3	OBSERVAÇÃO NA PESQUISA QUALITATIVA.....	76
4.4	ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS .....	77
4.5	UNIVERSO DO ESTUDO .....	78
4.6	PROCEDIMENTO ANALÍTICO DOS DADOS.....	79
4.7	CONSTRUINDO O TRABALHO DE CAMPO: OS ENCONTROS COM AS JOVENS LIDERANÇAS.....	80

4.8	SOBRE AS ENTREVISTAS: BORDANDO O REPERTÓRIO COMUNICATIVO.....	88
5	<b>CONHECENDO ‘JOVENS LIDERANÇAS’</b> .....	91
5.1	PERFIL E TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DOS E DAS JOVENS CURSISTAS	91
5.2.	CENTRALIDADE DA FAMÍLIA: APOIO MATERIAL E AFETIVO .....	107
5.3	ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO: DESAFIOS, RUMOS E MOBILIDADE GERACIONAL .....	112
6	<b>FORMANDO LIDERANÇAS: CONCEPÇÃO E FORMULAÇÃO DO CURSO</b> .....	124
6.1	JUVENTUDE, MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICAS DE AIDS: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS .....	124
6.2	CONCEPÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE JOVENS LIDERANÇAS: ATORES, IDEIAS E CENÁRIOS .....	132
6.3	O PAPEL DOS JOVENS NA CONCEPÇÃO E REFORMULAÇÃO DO CURSO.....	137
7	<b>IMPACTOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS DO CURSO NA PERSPECTIVA DOS JOVENS ATIVISTAS</b> .....	142
7.1	A FORMAÇÃO NO CONTEXTO DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE JUVENTUDE .....	143
7.2	O OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO .....	149
7.3	A GALÁXIA CONECTIVA DAS JOVENS LIDERANÇAS .....	162
7.4	TRAJETÓRIAS PESSOAIS E O ATIVISMO APÓS O CURSO .....	167
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	181
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	185
	<b>APÊNDICE A - Curso de Formação de Jovens Lideranças</b> .....	208
	<b>APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada</b> .....	210
	<b>APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)</b> .....	211

## 1 INTRODUÇÃO

Há cerca de 40 anos uma forma de adoecimento acometeu grupos da população mundial se manifestando através da falência imunológica com potencial de espalhamento epidêmico. O desconhecimento e a busca pela descoberta de uma causa que pudesse ser combatida para estancar a letalidade incontornável à época, causou retrocessos e avanços cognitivos inéditos. O aspecto mais negativo, foi ter elencado desde o ano zero, grupos específicos de pessoas por suas práticas sexuais homoeróticas como responsáveis pela disseminação da síndrome, depois denominada de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), sobre a qual ciência e a medicina não tinham respostas.

A memória sobre esse período não se congela no passado. É um recurso vital para o tempo presente. Para que o que foi vivido, continue a provocar o diálogo proveitoso entre humanidade, cidadania e solidariedade e os necessários campos científico e das políticas públicas. Nunca tivemos tanta exuberância biotecnocientífica como base para estacar níveis virais epidêmicos. No entanto, é preciso questionar a crença na universalidade absoluta da técnica, é preciso não descuidar do que a memória inscreve. Quer seja, que os avanços técnicos surpreendentes como a identificação do vírus, o diagnóstico por testagem e os primeiros regimes de tratamento medicamentoso, nos primeiros cinco anos epidêmicos iniciais, não bastaram para reverter o rastilho de preconceito e exclusão contra as pessoas acometidas pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV).

Muito antes de se confirmar uma epidemia de Aids viral, já circulava uma outra epidemia, a do estigma e preconceito. Uma narrativa que o combativo militante político Hebert Daniel, lançou mão para descortinar a gramática epidêmica, que minava a existência social das pessoas. Além do adoecimento, o apartamento social compulsório lançava os diagnosticados a violência, a precariedade e exclusão. Uma ‘vida nua’, um conceito de Agamben (2003) que conforme afirma Santos (2018), expressa o que Daniel (Op. Cit) se referia como a suspensão da cidadania das pessoas viventes com HIV/Aids.

Ter um diagnóstico positivo era como se viver com HIV imunizasse as pessoas contra seus direitos civis (DANIEL, 2018), impondo uma vida não ativa, sem ação política e sem direitos, como um estado de exceção sob o qual as pessoas experimentavam perdas de direitos, de emprego, desrespeitos públicos, rechaço pelas instituições escolares, ausência de tratamento e abandono social por familiares e amigos. Ademais, viver com HIV também não importava para a esfera pública, sobre a qual o governo brasileiro adiou assumir suas responsabilidades

através da criação de ações programáticas de saúde e estímulo para produção de pesquisas biomédicas.

Consideramos que esse é o sentido para que a solidariedade, cidadania e direitos humanos tenham sido tomados como principais repertórios de ação, uma marca originária do movimento de luta contra a Aids no Brasil. Um ponto que se mostra inexorável de sustentação da ação de um movimento social que experimenta no momento atual, o início de uma quinta década de confrontação política contra a morte em vida, um legado histórico orquestrado por vários militantes. Sem poder citar todos eles, a memória é homenagem, e por isso, nomeei os e entrevistados do estudo com nomes de alguns desses atores ativistas pioneiros. Como inspira o filósofo Adauto Novaes (2012), em tempo de mutações sociais e políticas é preciso dialogar e valorizar o tempo, “só temos o presente a suportar. Nem passado, nem futuro podem nos afligir, uma vez que um não existe mais, e o outro não existe **ainda**” (p.1, grifo nosso).

Por isso, nessa sessão introdutória o legado de Hebert Daniel (2018), são Escritos primordiais para compreender como tudo começou. Partimos assim, dos argumentos de um dos artífices políticos da valorização da vida e da experiência identitária do viver com HIV posições políticas, pessoais e sociais que inspiraram o movimento de afirmação da identidade soropositiva (VALLE, 2002, 2018; PARKER, 2018). Como rememora Richard Parker (2018) no prefácio da obra, que citamos a seguir, ao assumir o viver com Aids como forma de valorização da vida, Daniel impulsionou a luta por reconhecimento do movimento social a partir da recusa em colocar sua “cidadania entre parênteses”,

Entendo que a Aids é, complexamente, um problema político típico da civilização contemporânea. Num país como o nosso, lutar contra a Aids é ajudar a construir a cidadania de uma maioria de explorados e oprimidos. Como toda epidemia, a Aids se desenvolve nas fraturas e desequilíbrios da sociedade. Não se pode enfrentá-la tentando obscurecer as contradições e conflitos que expõe. Pelo contrário, é revelando-os que melhor se entende (e se pode neutralizar) o avanço do vírus e do vírus ideológico do pânico e dos preconceitos. Portanto, há uma disputa envolvida nessa epidemia que não se reduz ao confronto biológico. Há uma construção a ser feita que envolve a democracia e o prazer da diversidade. Com muito prazer combato nessa luta. No corpo. E naquilo que, além do corpo, garante seu prazer: a liberdade. Ou, como queiram, a vida antes da morte (Daniel, 2018, p.17).

Frente ao papel do movimento social ao longo da história da Aids, a presente tese objetiva produzir uma reflexão sobre o ativismo juvenil nas respostas à epidemia em anos recentes. Trata-se de um estudo socioantropológico que analisa a trajetória de 14 jovens que concluíram a formação de lideranças juvenis em HIV/Aids, entre 2015 e 2016, promovida pelo então Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente

Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (DIAHV) em parceria com Programa das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS).

O foco na formação e atuação de jovens lideranças em HIV/Aids converge com as ponderações de Ferraz (2016). A autora argumenta que os investimentos consistentes em liderança política e mobilização comunitária são inseparáveis das respostas em uma matriz de direitos humanos, e sem dúvida são parte relevante dos melhores resultados nessa trajetória de enfrentamento da epidemia no Brasil. No entanto, a partir dos anos 2010, essa articulação com ampla participação da sociedade civil, não tem ocupado a agenda de implementação da política de prevenção brasileira

Para situar esse contexto nessa sessão da Tese, recorreremos a Seffner e Parker (2016), que empregam o conceito de desperdício da experiência a partir do debate proposto por Boaventura Santos Souza<sup>1</sup> para problematizarem a política de prevenção em curso associada a ‘proposição do fim da Aids’ (grifo nosso) que tem colocado em primeiro plano as novas tecnologias biomédicas. Tal enfoque antecipa o futuro, deixando de fora o aprendizado conquistado pela luta política que de forma pioneira, anunciou que não se podia avançar separado; quer seja, o enfrentamento da epidemia só terá êxito sustentado no coletivo, na partilha da experiência e do conhecimento, dentro e fora dos laboratórios e ambientes acadêmicos. Especialmente, o cotidiano dos que experimentam o viver com HIV/Aids, pessoas que já deveriam ter no presente o direito de acesso a todos os dispositivos de controle da epidemia.

Para Nguyen e colaboradores (2011) a ênfase atual na biomedicalização da epidemia, com predominância do uso de medicamentos e testes é um retrocesso. Esses autores destacam que desde os anos 1980 sabe-se que a epidemia não é somente um problema médico ou da ciência. Assinalam que a despeito dos benefícios dessas intervenções, elas são apenas uma parte da resposta. Nessa direção, o estudo de Isbell e colaboradores (2016) demonstram que o número de novas infecções por HIV no mundo em 2015 não foi menor do que 2010. Afirmam ainda, que sem medidas direcionadas à resolução de questões sociais e demográficas, como por exemplo, o segmento populacional de jovens afetados pela epidemia que continua a crescer nas regiões mais atingidas pela epidemia, incluindo o Brasil, não alcançaremos o fim pandêmico em 2030, como propõe a meta 90-90-90 do UNAIDS (2015;2020).

---

<sup>1</sup> Boaventura de Sousa Santos é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison e Global Legal Scholar da Universidade de Warwick. É igualmente Diretor Emérito do [Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra](#) e Coordenador Científico do [Observatório Permanente da Justiça](#). Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/homepage.php>

Ainda nessa perspectiva crítica, que exploraremos no decorrer capítulo 2, Grangeiro e colaboradores (2015, p.57) afirmam que *“os novos dispositivos tecnológicos na área biomédica não subsistem fora dos equipamentos sociais, nem podem ser isolados dos contextos sociais onde serão ofertados”*. Aggleton e Parker em artigo de 2011, já elucidavam uma conjuntura que não mudou em 2020, tendo em vista que o movimento social tem partido para confrontar retrocessos constantes por violações dos direitos humanos. Um contexto relacionado à expansão de comportamentos conservadores, que recrudescem a criminalização das relações amorosas homoafetivas e das práticas homossexuais, ainda vistas em muitas sociedades como crime e perversão (MIR-HOSSEINI, 2004).

Bastos (2002), Nguyen e colaboradores (2011) e Biehl (2011), igualmente analisam de forma crítica, a odisséia em torno de um modelo de prevenção da epidemia centrado no que ficou conhecido como uma ‘bala mágica’ (grifo nosso). Quer dizer, uma espécie de bala que acertasse o vírus HIV dentro da célula, como uma vacina ou uma droga capaz de curar ou prevenir a doença. Torna-se assim, relevante recuperar o que Parker e Camargo Jr (2000) já chamavam atenção na virada desse século, quanto a importância de abordagens integradas, sobretudo, para políticas de prevenção, que não podem estar apartadas das várias dimensões que determinam as diferenciadas vulnerabilidades à epidemia. Nas palavras desses autores, *“No fim das contas, a intervenção em resposta ao HIV/AIDS, dependerá não apenas das ações técnicas da saúde pública, mas de nossa capacidade mais ampla em contribuir para transformações sociais verdadeiramente progressistas”* (p.100).

Frente aos atuais desafios das respostas à Aids, cabe salientar a justificativa do foco da Tese na formação de lideranças juvenis diante do aumento acelerado de novos casos de HIV em jovens. Segundo os dados globais, a faixa de 15 a 24 anos corresponde a 17% da população, mas representa 28% das novas infecções em 2019 (UNAIDS, 2021). No Brasil, a maior concentração dos casos de infecção por HIV, entre junho de 2007 a junho de 2018, foi observada na faixa etária de 20 a 24 anos, resultando em percentual de 52,6% dos casos (BRASIL, 2018). Os dados de 2020 mantem esse cenário desfavorável e retrocedem; dentre todas as faixas de idade, a infecção por HIV se concentrou (52%) na faixa de 20 a 34 anos e na faixa de 20 a 24 anos, permanece o maior número de gestantes infectadas por HIV (BRASIL, 2020).

Para além das justificativas históricas e epidemiológicas acerca do recorte temático da Tese, cabe descrever os marcos da minha trajetória acadêmica e em pesquisas nas temáticas juventude, ativismo e Aids.

## **Pontos de partida**

O meu interesse sobre o tema juventude teve início no mestrado, em 2008, na ENSP/Fiocruz. Sob orientação da professora Regina Bodstein, focamos no que percebemos como a renovação no campo de políticas públicas de juventude. A partir desse campo que se mostrava bastante fértil em leis e políticas intersetoriais, adotamos os referenciais das ciências sociais, para atualizar o contexto sócio-histórico da emergência e fortalecimento da juventude na agenda pública a partir dos anos 2000. Partindo do enfoque e problematização da condição juvenil na sociedade contemporânea, buscamos conhecer o debate teórico e atualizar o quadro das políticas específicas para a promoção da saúde e qualidade de vida de adolescentes e jovens, em diálogo com o contexto de implementação da Política Nacional de Juventude criada em 2005.

Terminado o mestrado, no início dos anos 2010 comecei a amadurecer algumas perspectivas desse cenário, para a pesquisa de doutorado. A conjuntura da Política de Saúde Integral para Adolescentes e Jovens se mostrava bastante complexa, com muitas barreiras para sua implementação. O Estatuto da Juventude permanecia em estado de espera para aprovação da PEC da Juventude proposta em 2008, tanto que chegamos em 2012 aguardando a sua aprovação pelo Congresso Nacional. Nesse período comecei a atuar como Pesquisadora de Campo em um projeto da Fiocruz Brasília, financiado pelo Fundo Nacional da Educação (FNDE). Oportunidade ímpar para acompanhar a implementação das ações intersetoriais entre saúde e educação propostos pelo Programa Saúde na Escola (PSE), que havia incorporado as estratégias do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) visando a mobilização entre pares para atividades de promoção da saúde sexual e reprodutiva e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis e HIV/AIDS voltadas para adolescentes e jovens nas escolas.

A pesquisa de campo aconteceu a partir de 2012 e foi quando tive o primeiro contato com jovens ativistas da Rede Nacional de Jovens que vivem com HIV/AIDS (RNAJVHA) e de outros coletivos juvenis, que foram selecionados para atuarem como mobilizadores entre pares nas escolas públicas que compunham o cenário do projeto. Se já havia me interessado pelo espectro das políticas públicas de juventude, atuar em conjunto com esses jovens em escolas públicas do Rio de Janeiro, foi de fato, definitivo para continuar instigada e atenta nas formas de atuação e interação dos jovens. Com o objetivo de avaliar o material utilizado pelo PSE nas temáticas de Gênero, Sexualidades, Diversidade Sexual, Uso de Álcool e outras drogas e Prevenção de IST e HIV e Aids, e outras temáticas interseccionais, a observação participante

nos levou às oficinas com os estudantes de ensino médio, mediadas por jovens que faziam parte do movimento social de Aids.

Esse campo descortinou as trajetórias dos estudantes interlocutores da pesquisa no Rio de Janeiro, que mesmo atravessando uma corda bamba sobre o fosso social desigual e a violência que atinge os jovens, permaneciam no objetivo de concluir o ensino médio. Foram muitas os cenários de pesquisa onde observávamos suas estratégias. Ao final do dia, frequentemente se agrupavam no pátio para os ensaios de dança da aula de idiomas, um recurso que professores empregavam como estímulo. A arte, cultura e sociabilidade com músicas em espanhol para reforçar o ENEM, ensaios de passinho, grupos de funk, entre outras estratégias para reforçar um cenário futura para a formatura. Comecei a perceber que muitos daqueles momentos eram estratégias para alguma ação. Eram repertórios de resistência em suas biografias erguidas, por cenas vividas um dia por vez, um enredo colado cotidianamente pela firmeza e coragem daqueles e daquelas jovens, de forjarem suas transições escolares como projeto de futuro. Estávamos em campo quando presenciamos as primeiras movimentações em torno dos protestos que tomaram as ruas do Rio de Janeiro e do Brasil em 2013. E ali, pudemos observar, uma certa novidade, pois eles se comunicavam e organizavam seus atos de forma predominante por meio das redes sociais.

Terminado o projeto PSE, um dos jovens, que atuou como mobilizador no grupo de campo que eu coordenava, me convidou para acompanhar e participar do processo de desenvolvimento de uma Conferência Territorial Livre de Juventude (CTL)<sup>2</sup>, que foi intitulada Juventude e HIV/AIDS: um diálogo necessário. Essas Conferências são etapas locais e presenciais que antecedem as Conferências Nacionais organizadas pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). A confluência dos temas da prevenção ISTs e HIV/Aids, em um contexto mobilizado por jovens através das redes sociais, me colocou diante de uma esfera participativa com ativistas jovens de múltiplos movimentos sociais e coletivos urbanos, que metiam a mão na massa para garantir seus direitos e erguer a política de juventude.

Pelas mãos de um jovem ativista, eu literalmente vivi o contexto de implementação da política de juventude que eu havia estudado no Mestrado. Previamente, os jovens envolvidos na mobilização da Conferência, buscaram apoio em organizações da sociedade civil e em instituições públicas municipais e estaduais. Em seguida, levaram o tema para uma página criada no Facebook, para tirarem um título através de votação na rede social. A conferência

---

<sup>2</sup> As conferências livres são etapas do processo de participação dos jovens no âmbito das Conferências Nacionais de Juventude, organizadas pela Secretaria Nacional de Juventude, com o intuito de fortalecer a participação desses atores das diversas regiões brasileiras

ocorreu em 19 de setembro de 2015, no Abrigo Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Foi realizada com o apoio da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), sob o título Juventude e Aids: um diálogo necessário e aglutinou representantes de vários coletivos juvenis. Lembro bem; era um sábado, onde estava ocorrendo um outro encontro de juventude PVHA na cidade, e ainda assim, a CTL mobilizou um grupo de universitários, a maioria egressos do movimento secundarista, União Nacional dos Estudantes (UNE), Pastoral da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres, Juventude Negra, Marcha das Vadias, movimento de Aids, entre outros.

Essa diversidade de frentes de luta caracterizou o grupo de 30 jovens entre 20 e 24 anos, mobilizado nas redes sociais, principalmente pelo Facebook e Whats App. O planejamento, coordenação e construção das temáticas dos grupos de discussão, bem como os temas para a plenária final foram conduzidos e documentados pelos próprios jovens. Um grupo de observadores adultos acompanhou as atividades, e no papel de observadora pude participar de todo o processo, que resultou nos temas – prevenção de ISTs e HIV e acesso à informação. Tais temas renderam debates sobre direitos sexuais e reprodutivos, saúde da mulher jovem, espaços de prevenção nas escolas e universidades, e propostas de ações sobre sexualidade e prevenção de ISTs e HIV/Aids para a juventude em todos os níveis do sistema educacional e nos serviços de saúde.

Vale ressaltar, que nas rodas de conversa da Conferência, pude observar as falas das mulheres jovens sobre a predominância do preservativo interno/masculino para prevenção como o principal dispositivo de prevenção e como essa questão foi um ponto principal do debate sobre machismo, a desigualdade de gênero que resultam na recusa dos homens jovens conversarem sobre prevenção. Uma jovem de 19 anos relatou: *“eu não tenho coragem de pedir ao meu namorado para usar camisinha, se eu falar que tá meio perigoso e pode rolar gravidez, daí tudo bem, mas para as doenças sexualmente transmissíveis, não rola, não consigo”*. As barreiras para os jovens se sentirem seguros em procurar os serviços de saúde, demarcam o acolhimento como a maior dificuldade. É nesse ponto que se sentem mais atingidos e por isso se afastam. As narrativas deixaram pistas sobre a invisibilidade desses atores nos locais onde jovens deveriam ter acesso às informações sobre prevenção e cuidados em saúde. Uma jovem arrematou esse argumento: *“a universidade não tem esse tema, não tem conversa, a gente não vê nada sobre HIV e DST”*; *“se a gente vai na unidade, no posto, nunca é bem recebido, já olha e pensa que a gente fez coisa errada, tá doente ou tá grávida”*; *“não tem onde buscar informação certa”*; *“se a gente que tá na universidade é assim, imagina as meninas e meninos da escola”*, *“tem que ter um jeito da gente se informar e ter nossos direitos”* (informação

verbal)<sup>3</sup>. Essa mesma discussão também já havia surgido nas oficinas do projeto PSE/Fiocruz, com adolescentes que relatavam situações vividas que profissionais pediam prescrição para retirar preservativos em algumas unidades de saúde.

Tais argumentos embasaram a proposta da CTL que formou consenso para a criação de um aplicativo, que os jovens participantes deram o nome de “AplicaSUS”<sup>4</sup>. O aplicativo deveria ser acessível de forma gratuita por celulares, com informações sobre prevenção e tratamento de ISTs, HIV e Aids, e principalmente sobre a rede SUS, com indicação dos locais onde adolescentes e jovens pudessem ser acolhidos para ter acesso e informações seguras sobre prevenção. A proposta foi levada para votação na plataforma online da Conferência Nacional, obteve quórum e compôs os temas e propostas levados para a 3ª Conferência Nacional de Juventude (CNJ) que ocorreu em 2015. Foi uma experiência importante ter vivido esse processo e acompanhado de perto as dinâmicas dessa esfera participativa. Naquele momento, já se ensinava um arcabouço híbrido através das etapas virtuais que ampliavam a possibilidade de jovens de todos os cantos do país participassem no processo até a plenária final. A proposta do AplicaSUS conseguiu votação e foi representada por uma dupla de jovens da CTL, uma mulher jovem do movimento Negro e um jovem de juventude partidária e do movimento de Aids, contemplando a representatividade de Jovem PVHA na defesa da proposta na plenária final em Brasília.

Essa experiência fomentou mais indagações em torno daquela arquitetura de ativismo pelas formas contemporâneas de se manifestarem e participarem na esfera pública. Ainda em 2015, juntamente com jovens que atuaram na pesquisa do PSE/FIOCRUZ apresentamos um pôster sobre as estratégias de mobilizadores entre pares, para temas afins ao HIV/Aids no PSE, no Congresso Brasileiro de Hepatites Virais e HIV/Aids, em João Pessoa-PB. Foi nesse evento que um outro grupo de jovens me chamou atenção. Usando um repertório diferente para a mobilização das ações de prevenção, lançando mão de múltiplas performances culturais e identitárias, um grupo numeroso de jovens vestia uma camiseta estampada com um desenho de uma borboleta, que me explicaram ser o símbolo da Força Tarefa Zero Discriminação do UNAIDS. Desde o primeiro dia vi aquilo como uma novidade e durante o congresso, era muito diferente e busquei conhecer melhor o grupo. Soube que alguns deles eram egressos de um curso de formação de lideranças juvenis em HIV/Aids, desenvolvido pelo antigo Departamento

---

<sup>3</sup> Informação obtida a partir da participação em debates e rodas de conversa durante a Conferência Territorial Livre de Juventude, Juventude e HIV/AIDS: um diálogo necessário, 2015.

<sup>4</sup>[http://juventude.gov.br/conferencia/conferencia/saude/aplicasus?comment\\_order=oldest&comment\\_page=1&lang=esfortaleceram%20essa%20proposta](http://juventude.gov.br/conferencia/conferencia/saude/aplicasus?comment_order=oldest&comment_page=1&lang=esfortaleceram%20essa%20proposta)

de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (DIAHV) em parceria com o UNAIDS.

No congresso ocorreu ampla divulgação da formação ‘Jovens Lideranças’ (Grifo nosso, para denotar a forma autorreferida dos jovens) que ocupavam vários espaços e atividades do evento. Usavam roupas e indumentárias identitárias de grupos LGBTI+, vestimentas de suas práticas religiosas, *crossdressers*<sup>5</sup>, promoviam campanhas, coordenavam atividades culturais, apresentavam trabalhos nas diversas sessões científicas e de debates com acadêmicos, e outros atores das mídias sociais e do campo político do HIV/Aids. Procurei circular o máximo nesses espaços do congresso e consegui conversar com alguns integrantes. A campanha estava sendo implementada desde 2013 no Brasil com intuito de mobilizar a juventude por meio da Força-Tarefa Jovem Zero Discriminação – UNAIDS e tinha começado com grupos de discussão on-line, visando a mobilização de jovens das populações vulneráveis à infecção por HIV, através de redes sociais conectadas com movimentos sociais e coletivos juvenis de diversas bandeiras de luta.

A interação que tive no congresso foi crucial. Através das conversas informais com os jovens conheci uma atuação conectiva entre seus pares através de mídias sociais em todas as regiões do Brasil. Pude também acessar informes sobre o curso de formação que ainda estava acontecendo, e viria a se prolongar naquela passada de ano entre 2015 e 2016. Foi nesse ambiente inovador e diferente que me pareceu pertinente investigar como a campanha tinha surgido, entender o contexto do curso apoiado pelo Departamento de Aids, quem eram aqueles ‘jovens lideranças’ que naquele congresso aparentavam grande pluralidade de vozes e atuações em temas voltados para o controle social, HIV e Aids e suas interseccionalidades, com raça, religião, sexualidade, gênero, entre outras questões. Eram jovens de todas as regiões do Brasil, e nem todos os jovens eram oriundos de redes de ativismo PVHA. Alguns atuavam em direitos humanos, pesquisa, saúde, educação, entre outras frentes de ativismo, que antes do curso, não tinham o HIV como pauta, apesar de atuarem em periferias e com jovens das populações mais vulneráveis à epidemia.

---

<sup>5</sup> Para Paula Vencato “Embora as significações sobre o termo possam variar, *grosso modo*, uma pessoa que se identifica como *crossdresser* pode ser definida como alguém que eventualmente usa ou se produz com roupas e acessórios tidos como do sexo oposto ao que lhe foi assignado ao nascer. *Crossdressers* não são mulheres e não se veem como tal. De forma rápida, poder-se-ia dizer que são homens que *se vestem de mulher* ou que efetivam o desejo de se vestir com roupas e acessórios femininos, embora o que indicam como significado para o *crossdressing* seja algo um tanto mais complexo que isso, e a noção de feminino que usam para se montar seja bastante peculiar. É uma montagem transitória, realizada em alguns momentos específicos, que envolve graus variados de intervenção corporal, dependendo do que se pretende em termos de resultado final daquela produção. As *crossdressers* não são e nem procuram ser uma caricatura de mulher embora em alguns momentos a noção de uma espécie de paródia do real pareça informar suas montagens, atitudes e, sobretudo, sociabilidades”. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4449201500440367>

Após o congresso, mantive contato com a equipe de jovens do PSE e como alguns deles haviam feito o curso de Jovens lideranças, pude acompanhar alguns desdobramentos de suas ações em seus territórios após a formação de Brasília. Em 2016 defini que a perspectiva da investigação para o Doutorado seria buscar saber como aquela iniciativa política tinha sido construída. A submissão do projeto para o doutorado tinha o intuito de mapear as ações e registrar os mecanismos de implementação da proposta no âmbito da política de Aids brasileira. Afinal, o tema do congresso falava em novos horizontes e novas respostas para o HIV/Aids. Uma mudança durante o segundo ano de doutoramento me estimulou a manter o tema e desenvolver a Tese a partir de um estudo de cunho socioantropológico com o intuito de produzir uma reflexão sobre o ativismo juvenil nas respostas à Aids, mirando esse momento de mudança da política de prevenção no Brasil.

O foco passou a ser a trajetória de jovens que concluíram a formação de lideranças juvenis em HIV/Aids entre 2015 e 2016. O propósito do estudo se voltou para as narrativas como forma de registrar as impressões dos jovens acerca da formação, visando compreender os objetivos, como foi o curso e seus desdobramentos à luz das atuais diretrizes das respostas à Aids. Esse período estudado inclui uma parte importante da evolução de instâncias participativas nas políticas de juventude, um contexto que desenvolvo na Tese e permite uma reflexão sobre o ativismo juvenil em uma agenda pública recém-criada.

Alguns marcos como a tão aguardada aprovação do Estatuto da Juventude em 2013 e a realização da última Conferência Nacional de Juventude em 2015, permitem uma aproximação quanto ao cenário e formato nos quais o curso de jovens lideranças foi gestado. Quer dizer, a Tese abriu uma perspectiva sobre um período histórico de aprovação do Estatuto e avanços nas garantias constitucionais dos direitos dos jovens brasileiros que significavam, ao mesmo tempo, a possibilidade de reexaminar uma parte da trajetória da Política Nacional de Juventude, que aos '15 anos' também experimentava os desafios de igualmente 'ser uma política jovem'.

Consideramos *sine qua non* destacar que o arcabouço teórico da Tese, de cunho socioantropológico, está fundamentado na premissa de que a juventude não se resume a uma etapa do curso da vida. O que alimenta nosso interesse é uma investigação que lance luz sobre as visões 'das jovens lideranças', tendo como pano de fundo as suas transições, as mudanças no cenário epidemiológico, as inovações tecnológicas e suas repercussões na atuação nas redes sociais, mudanças econômicas, políticas, culturais, que afetam as relações dos jovens no âmbito do trabalho, emprego e escolaridade e nas relações de gênero, cor/raça e sexualidade e nas suas ações coletivas. Além disso, tanto, o contato com eles no congresso, como, a pesquisa prévia para o projeto de doutoramento, tinham deixado evidente que o foco da formação de lideranças

não era somente jovens PVHA. O que me levou a reformular o estudo indagando quais eram as histórias de vida daqueles ativistas?

Diante desses argumentos, definimos como objetivo de estudo conhecer as trajetórias e motivações das lideranças juvenis e as formas contemporâneas de engajamento juvenil. Conforme ressalta Novaes (2014), as diversas maneiras de atuação por uso das tecnologias, através de redes independentes das mídias tradicionais, têm caracterizado as formas atuais de contestação nas ações coletivas e de mobilização política da juventude. Ou seja, um contexto de transformações que Castells (2017) define como sociedade em rede, advindas de avanços tecnológicos e informacionais que alteraram as relações e a organização social nas duas décadas finais do século 20 e que se acentuam no contexto da globalização. Embora as redes sejam uma forma antiga de organização social, a sociedade em rede é caracterizada pela conexão, através das tecnologias digitais de informação, integradas em redes de computadores via equipamentos pessoais.

Como pude observar na Conferência Territorial Livre de Juventude (CTL), nas interações em campo nas escolas no projeto PSE e na minha inserção em alguns grupos nas redes sociais dos ‘jovens lideranças’, a comunicação em rede tem se fortalecido pelo acesso e produção de conteúdo através do uso de telefones celulares. Como veremos nos resultados da pesquisa, grande parte dos jovens que participaram das três turmas da formação, continuam conectados ao grupo de lideranças formado em 2014. Uma tendência que resulta dos avanços nas interações entre o local e o global, que implicam em renovações constantes dos repertórios das mobilizações coletivas e na busca por lideranças menos centralizadas. Dito de outro modo, as formas de engajamento estão imbricadas no cotidiano conectado através do qual grande parte da juventude atua e se organiza, preferencialmente em ambiente digital, ainda que lance mão de formas híbridas para se integrarem. Observamos assim, formações de aprimoramento do ativismo, conjugando métodos e repertórios tradicionais como, por exemplo, as marchas, ocupações e intervenções em ruas, praças e outros espaços públicos.

Antes de apresentar a estrutura da Tese, consideramos fundamental destacar que o DIAHV, órgão responsável pelas respostas à epidemia e pela iniciativa de formar jovens lideranças, foi reestruturado pelo Decreto Presidencial N° 9795 de 17/05/2019. Dessa forma, as ações de resposta à epidemia foram concentradas em uma coordenação da Secretaria de Vigilância em Saúde/MS. Nessa nova configuração, o DIAHV, Departamento que implementou o curso, passou a se chamar Departamento de Doenças Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI), e as “siglas HIV e Aids que nomeavam o órgão desde sua

criação em 1985, foram removidas’ (grifo nosso). Dessa forma, para referirmos o **órgão atual**, ao longo da tese utilizaremos a sigla DCCI.

Vale destacar, que essa mudança foi criticada pelos ativistas da luta contra a Aids, por não ter sido fruto de consenso com a militância e sequer passou por debate na Comissão Nacional de IST, HIV/Aids e Hepatites Virais (Cnaids)<sup>6</sup>. Durante o trabalho de campo, esse debate permaneceu na pauta e nas redes dos movimentos sociais. Os jovens ativistas que entrevistamos rechaçam a mudança, se referem ao momento difícil pela diminuição das campanhas e incentivo ao movimento social e consideram esse fato um retrato do desinteresse do governo em combater a epidemia, colaborando para invisibilidade da Aids como pauta prioritária. Ademais, colabora para a invisibilidade das PVHA com retrocesso no combate ao estigma da Aids na sociedade.

### **Estrutura da Tese**

A Tese foi estruturada em 6 capítulos. No primeiro capítulo, **Aids como problema social** é abordada de forma historiográfica mapeando os ciclos de mobilização e os repertórios do movimento social, com ênfase no surgimento da ação de jovens. Este marco geracional, entendido como uma segunda onda de ativismo, envolve jovens PVHA que nasceram a partir dos 1990. Nessa sessão, descrevemos ainda dados epidemiológicos que caracterizam a re-emergência da epidemia.

O segundo capítulo **Juventudes: ações coletivas e ativismo sobre Aids**, traça um panorama sobre a juventude brasileira fundamentado em dados de pesquisas sociodemográficas, mas sobretudo, lança mão de ferramentas teóricas das ciências sociais, ancoradas em Foracchi (1972) e Velho (2006) que ensinam que tratar a juventude em sua pluralidade, implica em evitar simplificações e esquematismos. O foco do capítulo foram as novas expressões contemporâneas do ativismo juvenil em ambiente digital na Internet, seus fluxos, interesses, formas organizativas e o repertório do ativismo juvenil no contexto da Aids, em um mundo que performa suas redes de indignação e esperança através dos dispositivos biotecnológicos da sociedade em rede, uma perspectiva baseada Castells (2017).

O **Percurso Metodológico**, descrito no capítulo três, apresenta os fundamentos e as técnicas empregadas na pesquisa qualitativa de inspiração etnográfica. Adota uma narrativa de como a pesquisa aconteceu, incluindo os melhores momentos e as vicissitudes de buscar o

---

<sup>6</sup> Cnaids. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/gestores/cnaids-comissoes-e-comites/membros-da-cnaids>

contato com os interlocutores de todas as regiões do país. Da necessidade de entrevistar alguns deles em ambiente digital de forma síncrona, até o melhor de tudo, que foi encontrar com entrevistados e estar face a face e vivenciar a valorização da pesquisa por seus participantes; enfim, estar com os jovens depois de incontáveis mudanças de agenda de campo e atravessar estradas empoeiradas em vans sacolejantes. Essa é a sessão na qual apresentamos o universo de estudo e destrinchamos os pormenores da entrada no campo e do desenvolvimento da pesquisa, que foi alinhavada em cada momento prévio até estar com os jovens interlocutores para entrevistá-los.

No capítulo quatro, intitulado **Conhecendo os e as jovens cursistas**, trazemos as histórias de vida narradas pelos 14 jovens entrevistados. As trajetórias e transições partilhadas permitem que a Tese siga as pistas empíricas para desvelar as relações familiares e os percursos relativos à escolarização, trabalho, vida profissional. No quinto capítulo, **Formando Lideranças: concepção e formulação do curso**, partimos da pesquisa documental e da literatura, em conjunto com os achados das entrevistas, para registrar o contexto histórico, político e institucional no qual o curso foi implementado. Sob o ponto de vista dos interlocutores, o capítulo registra o papel dos “jovens lideranças” na formação.

No sexto e último capítulo, **Impactos Pessoais e Profissionais do Curso na perspectiva dos Jovens Ativistas**, analisamos a experiência dos jovens na formação e seus desdobramentos nas trajetórias pessoais, profissionais e ativistas. Nas considerações finais, destacamos os principais achados da Tese sobre a formação de jovens lideranças em HIV/Aids, no âmbito da política de Aids.

## 2 A AIDS COMO PROBLEMA SOCIAL

“Falar de HIV hoje tem o mesmo mistério de 35 anos atrás. Não pode; e aí vem a história, precisamos falar disso” (Marcia Rachid, em Carta para além dos Muros, 2019).<sup>7</sup>

A expressão problema social é utilizada por Lenoir (1996) e Heilborn (2006) para situar o contexto social e histórico do surgimento de uma determinada questão na sociedade, assim como, as representações sociais e os discursos acerca de um tema. Com propósito de registrar o impacto da Aids na vida das pessoas e as diversas maneiras de enfrentá-la, esse capítulo aborda a história social da epidemia, a política da Aids e o ativismo social e político que se formou desde o surgimento dos primeiros casos da síndrome. São registros que contribuem para iluminar a trajetória dos sujeitos no percurso de um desafiante problema de saúde pública que eclodiu no final do século XX.

A partir do que recomenda Burke (2011), uma boa perspectiva é conhecer quem são os agentes nessa história. Nessa chave, focalizamos a formação e incidência do movimento social, privilegiando a atuação de jovens na luta contra a Aids, destacando que o ativismo com esse recorte geracional, tem início no final dos anos 2000, sendo parte crucial dessa tese, registrar a organização e atuação desses atores na epidemia.

A história social da Aids revela na sua origem, a partir de 1981, aspectos comuns com outras epidemias. O medo diante da doença desconhecida, do contágio, da mortalidade quase inevitável, agravados pelo desconhecimento das formas de transmissão e da ausência de respostas da ciência, da medicina e da assistência à saúde, que funcionam como catalisadores para o pânico moral e acirramento do estigma contra os grupos mais afetados. Em 5 de junho de 1981, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos, publicou uma primeira descrição da deficiência imunológica relacionada a homossexuais (GRID – gay-related immune deficiency). Sem conhecimento sobre outras formas de transmissão, grupos de pessoas foram apontadas como os vetores da doença e passaram a enfrentar barreiras estigmatizantes através de dispositivos de controle político, como por exemplo, a proibição de ingressantes haitianos nos Estados Unidos, considerados à época como potenciais transmissores da síndrome misteriosa (UNAIDS,2015).

A classificação da síndrome de imunodeficiência adquirida nesse período inicial ilustra

---

<sup>7</sup> Carta para além dos muros – Documentário, direção André Canto, Brasil, 2019. Disponível na plataforma Netflix.

essa perspectiva. Os primeiros aspectos classificatórios, ainda que temporários, foram agrupados como doença dos “5H”: haitianos (devido ao caso reportado no Haiti em 1978), homossexuais, hemofílicos, hookers (profissionais do sexo) e heroínômanos (usuários de heroína) (FIOCRUZ, 2018). Man e colaboradores (1993) assinalam que o maior problema do denominado ‘confronto inicial da Aids’ (grifo nosso) foi a falta de estrutura que conectasse amplamente as informações e retratasse a dimensão social do problema e o latente espalhamento epidêmico do vírus. O prolongamento de iniciativas locais e isoladas, somadas á precariedade econômica de muitos sistemas de saúde, contribuíram para negação, pânico e reforço do estigma, frente ao desconhecimento sobre o novo agravo.

Ademais, a Aids desafiou os saberes da medicina e da saúde pública tornando-se um fenômeno mundial. Um processo que de acordo com Ramos Filho (2015), transitou da negação inicial de sua magnitude ao reconhecimento de sua complexidade, resultado da rapidez da mudança de perfil dos grupos atingidos. Por exemplo, no Caribe, no início da década de 1980 prevalecia os casos entre homossexuais. Nos anos finais desse período, os casos entre heterossexuais já se destacavam. Em 1981, os primeiros relatos que não enquadravam esse perfil foram progressivamente surgindo entre pessoas que injetavam drogas, além de mulheres e crianças, que indicavam um cenário ainda mais complexo das possíveis formas de contágio. Como registra, Bastos, (2002), entre o rastreio epidemiológico inicial, que identificava as práticas homoeróticas entre homens como marcador para a síndrome, até o conhecimento sobre outras formas de infecção, o preconceito já estava estabelecido. Os 5 H por exemplo, é um emblema de como para tratar do problema “recortou-se o que de mais estigmatizante havia em cada um dos grupos de risco” (p.43).

Com o avançar da epidemia, tornou-se evidente a inter-relação dos campos social, político, cultural nas suas várias causalidades, o que efetivamente deu visibilidade a um problema que se agrava em grupos vulneráveis e empobrecidos. Além disso, trouxe à tona a inação do governo e as opressões sociais potencializadas por discriminação e preconceito quanto à sexualidade. Esses conflitos resultaram em mobilizações coletivas que exigiam respostas do governo para enfrentar a doença, norteadas por direitos, cidadania e solidariedade que resultassem na estruturação de serviços para cuidado em saúde, acolhimento e tratamento dos atingidos. (GALVÃO, 2000;2002; MANN et al., 1993; PARKER, 1993).

No Brasil, essas mobilizações aglutinaram as demandas das pessoas que buscavam ajuda e informação, com o interesse dos profissionais de saúde que se sentiam estimulados e tinham urgência em enfrentar uma doença desconhecida de grande mortalidade. Esse foi o ponto de partida para a formação do movimento social de Aids que emergiu em ações locais em

idades com serviços de saúde com melhores estruturas. A recusa do governo brasileiro em reconhecer a magnitude e o potencial epidêmico da Aids foi cedendo paulatinamente diante dos grupos de pressão, o que originou uma arena de atores e instituições que formaram uma base para tornar suas demandas públicas. O confronto político surge diante do negacionismo do Ministério da Saúde sobre a gravidade da doença, que resultava em recursos escassos, ausência de leitos em hospitais e demora em iniciar pesquisas. (BASTOS, 2002; RAMOS FILHO, 2015).

O arrojo dos ativistas pioneiros tem como pano de fundo a efervescência social e política dos anos iniciais da década de 1980 no Brasil. Esses atores conquistaram aliados entre os militantes dos campos progressistas para a orquestração de grupos de pressão na luta contra a epidemia, construindo as bases política e social das demandas por justiça e cidadania, que já haviam avançado contra a Ditadura Civil Militar. Nesse período marcado pelo arrefecimento do regime autoritário e pela redemocratização do país, a construção desse campo aliado proporcionou a organização do ativismo que estava latente, que emergiu com forte crítica contra a exclusão que marcava a assistência à saúde (BASTOS, 2002; GALVÃO, 2002; VALLE, 2018).

Avritzer (2012) e Bastos (2002) consideram que nesse período, o gatilho para o rápido crescimento de várias formas de organizações e associações da sociedade civil no Brasil foi a experiência autoritária do Estado. A atmosfera política nos anos 1980 é renovada. O “auge desse movimento é o processo constituinte” (AVRITZER, 2009, p. 29). Como exemplo, o autor cita o movimento em torno da Reforma Sanitária, dentre outros, forjados por intensa participação social. Neste quadro, é possível compreender como a formação do movimento social da Aids no Brasil, se deu na luta por direito universal à saúde, na diversidade de campos de militância. Avritzer (Op.cit, 2009), destaca que a reforma constituinte abriu espaço para mudanças importantes nas esferas participativas nas políticas de saúde e assistência social. Portanto às formas associativas emergentes, somaram-se pessoas soropositivas, sanitaristas, homossexuais, infectologistas, entre outros atores, que combatiam a Hanseníase, Tuberculose e Malária.

Uma base coletiva ancorada na medicina social que deu liga entre militantes, profissionais e pesquisadores que historicamente lidavam com desafios dessas doenças infecciosas e enfrentamento da pobreza. Vale citar a visão de Pinnell (2018) sobre como a visibilidade de um flagelo social despontou não só essa aproximação, como se materializou através de ações pouco prováveis, que uniram sujeitos da ciência e os que estavam sendo afetados, “a proximidade social entre os meios científicos e a população homossexual, a mais afetada pela doença à época, levou muitos pesquisadores das ciências humanas e sociais a se engajarem “cientificamente”, estudando os movimentos coletivos e as estratégias de luta que eles implementavam” (p. 9, grifo do autor). Portanto, uma aliança peculiar do movimento social

de Aids no Brasil que resultou na inflexão estratégica para avançar em ações que não focassem estritamente o nível individual. Esse foi o mote que desde o início colocou em evidência os impactos da superposição de iniquidades sociais, agravos à saúde e epidemia de HIV/Aids. Uma questão que para Bastos e Szwarcwald (2000) reforçaram as evidências sobre a interação entre as dimensões econômicas, desigualdade e preconceito de gênero, nas dinâmicas de emergência, reemergência e disseminação de agentes infecciosos, especialmente em estratos mais pobres, e menos assistidos da população.

Foram inúmeras situações de privação de direitos, indo da falta de tratamento ao não acesso à assistência social e previdenciária. Essa conjuntura na fase seminal da luta contra a Aids impulsionou o repertório inicial ampliado, que ao contrário de ações de cunho individual, buscou a articulação entre organizações comunitárias e serviços de saúde para identificar os casos, tomar consciência do problema, criar as primeiras ações coletivas e servir de base para pressionar iniciativas e respostas do governo Federal (TEIXEIRA,1997). Como relata Ramos Filho (2015), quando nada se sabia sobre o que causava o adoecimento, era preciso engendrar uma série de atos para driblar “o difícil acesso aos cuidados” (p.162).

Ademais, no Brasil não era possível uma ação enquadrada no modelo cultural americano da bipolaridade entre as categorias sexuais homossexual e heterossexual, o que desafiava o padrão epidemiológico vigente - dos homossexuais/gays como o grupo de risco - e impunha a necessidade de dialogar com a diversidade. Nesse ponto, como consideram Bastos (2002) e Ramos (2004), a Organização Mundial da Saúde desenvolveu um papel estratégico para fomentar as ações contra a epidemia, o que proporcionou intercâmbios e articulação com vários organismos internacionais na perspectiva de um modelo de resposta mais ampla.

Nos Estados Unidos (EUA), onde emergiram as primeiras mobilizações sociais (PINNEL,2018; BASTOS,2002), o repertório pioneiro influenciou movimentos no mundo todo, principalmente a luta por representatividade das pessoas com HIV/Aids, no âmbito de agências internacionais. Esse quadro no Brasil ganhou contornos ainda mais cruciais, como Bastos (2002) considera sobre a comunicação com instituições internacionais no período em que o país atravessava os anos finais de uma ditadura. Para os atores envolvidos nas respostas, foi estratégico a interlocução e a colaboração com Órgão dessa envergadura que apoiasse as ações e o acesso às informações sobre os tratamentos e andamento das pesquisas.

Tendo como pano de fundo o processo de redemocratização e avanço da reforma sanitária, a formação do movimento social da Aids no Brasil contou com aliados para uma primeira coalizão que contribuiu para a formação das bases política, social e cultural. Portanto, foram as medidas não biomédicas, que ganharam importância, ancoradas em estudos das

dimensões sociais do adoecimento e da saúde no Brasil. Essa herança da pesquisa social no campo das doenças tropicais e infecciosas contribuiu para que ativistas argumentassem contra um modelo epidemiológico uniforme, descolado das necessidades sociais para o enfrentamento da epidemia (BASTOS, 2002).

Em suma, o movimento social no campo da aids, emergiu na chave do confronto político, se fortaleceu através de lideranças compartilhadas em vários campos e construiu uma agenda política com base na solidariedade, direitos humanos e ações contra a pobreza e o preconceito. Esse período é marcado pelo início de construção do Sistema Único de Saúde (SUS) (RAMOS FILHO, 2015) inspirado nos pressupostos da conferência de Alma-Ata<sup>8</sup> (1978) para combater as iniquidades sociais e da saúde. Nas palavras de Hebert Daniel sobre viver com Aids, “meu problema, como o de milhares de outros doentes, não é reclamar mais fáceis condições de morte, mas reivindicar melhor qualidade de vida. Problema, aliás, que é comum à quase totalidade dos brasileiros” (DANIEL, 2018, p.21).

Nesse sentido, apresentamos a história dos ciclos da epidemia no Brasil *pari passu* as respostas sociais e políticas, valorizando a atuação dos atores não governamentais que formaram as bases para o surgimento do movimento social, marcando o nascedouro de experiências pioneiras, com destaque para atuação do movimento homossexual, que desde os primeiros casos, atuou na construção das respostas à epidemia no Brasil. É preciso destacar que a organização dessa parte historiográfica é inspirada nas seguintes obras: Aids no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia (2000) de autoria de Jane Galvão e da publicação Ciência, poder, ação: as respostas à Sida (2002), de autoria de Cristiana Bastos. Ambas devidamente citadas e registradas na lista de referências da Tese.

Para registrar essa história, destacamos ciclos onde o repertório inicial ampliou as lentes para expor e enfrentar o preconceito enrustido em cada barreira. As palavras de Richard Parker, permitem compreender a história social e política da Aids como elemento capital para o movimento de luta contra a epidemia, que está em permanente mobilização para a sua (re)construção. Tendo em conta, esse legado, e diante da atual escalada do conservadorismo na sociedade brasileira, nos anos 2010, Parker enuncia,

---

<sup>8</sup> Conferência Alma-Ata (1978). A Conferência reafirma enfaticamente que a saúde - estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade - é um direito humano fundamental, e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor da saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_alma\\_ata.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf)

“numa época em que a biomedicina e a tecnologia médica ofereciam pouco para reduzir a terrível dor e o sofrimento das pessoas diretamente afetadas pelo HIV e pela AIDS, a mobilização da sociedade, influenciada por uma variada gama de movimentos sociais progressistas possibilitou uma poderosa resposta social e política aos desafios apresentados pela epidemia” (PARKER, 2015 p.26).

## 2.1 1980 E 1982: A NEGAÇÃO E O DESCONHECIMENTO DÃO ORIGEM ÀS REAÇÕES INICIAIS.

Em 1981 a Aids chegou ao Brasil via antenas de televisão e por manchetes catastróficas nos principais jornais e revistas do país. A doença que “vinha de fora” circulava de forma veloz, através de notícias sem nenhum teor científico, disseminadas a partir de reprodução do que a mídia americana produzia e de relatos de pessoas chegavam do exterior, sobre uma síndrome mortal que atingia homens homossexuais. Circulava, portanto, ‘uma rádio corredor’ (grifo nosso), sobre a Aids americana, nos locais de sociabilidade homossexual, na maioria clandestinos, em virtude da repressão da homossexualidade e da prostituição na sociedade brasileira sob opressão do regime militar (GALVÃO, 2000).

Qualquer informação sobre a nova doença era extravasada imediatamente deixando claro que a pouca certeza da medicina sobre o que estava ocorrendo, reforçava o repertório conservador de culpabilização e preconceito contra pessoas enquadradas como de risco. Juntamente aos ataques morais e a repressão política, já prevalentes contra os homens gays, o desconhecimento e o “contágio da desinformação” (MACHADO et al., 2020) resultaram no agravamento do preconceito e rejeição contra esses grupos na sociedade e foram ingredientes que estimularam esses atores buscarem ajuda e informação nos serviços de saúde (BASTOS, 2002; BESSA, 2002; GALVÃO, 2000; RAMOS, 2004).

Para Galvão (2000) ainda que tenha recorrido ao sensacionalismo para divulgar sobre a doença misteriosa, a mídia brasileira ofereceu informação nessa primeira fase, sobretudo, como forma de chamar atenção e incentivar as primeiras reações da sociedade entre 1982 e 1983. Na divulgação dos primeiros casos em uma epidemia dessa magnitude, a luta inicial foi contra a difusão da desinformação, que de acordo com Machado e colaboradores (2020), frequentemente está presente em disputas sobre discursos e informações sobre temas de interesse público.

Diante da hesitação e negacionismo do governo federal sobre o panorama e potencial epidêmico da doença no país, as pessoas puderam tomar consciência de que o vírus já não era tão estrangeiro assim. Apesar dessa tomada de consciência, Bessa (2002) e Ramos (2004) registram que o fluxo da informação era ambíguo; ao mesmo tempo que denunciava a falta de

ação do governo e destacava a organização da sociedade, as manchetes mantinham uma visão discriminatória, o que estimulou críticas e protesto das pessoas atingidas pela Aids (BESSA, 2002; RAMOS, 2004).

A partir da detecção e classificação do primeiro caso entre 1980 e 1982 no Brasil (FIOCRUZ, 2018), o aumento de pessoas atingidas impulsionou a formação do primeiro grupo de interesse sobre a doença. Essa mobilização inicial foi se expandindo e se manifestando de forma mais aberta na sociedade. Esse movimento ocorreu colado aos movimentos sociais que atuavam no final do ciclo de protestos contra a ditadura militar. Nesse período são cruciais a reação e mobilização articuladas com militantes do movimento homossexual que já atuavam politicamente em organizações de esquerda no Brasil.

Esse período alicerça as formas associativas para o enfrentamento da Aids criadas por homossexuais, que serão compartilhadas por outras pessoas doentes ou não, que provocou convergências de vários atores e setores da sociedade a se engajarem, como por exemplo, hemofílicos, artistas, jornalistas, grupos religiosos e vários militantes exilados anistiados, que retornaram para o Brasil envolvidos em projetos na militância da saúde pública e contra a pobreza (LAURINDO-TEODORESCU E TEIXEIRA, 2013).

## 2.2 1983 E 1985: AÇÕES COLETIVAS GANHAM FORÇA E NASCE O MOVIMENTO DE LUTA CONTRA A AIDS.

O modelo brasileiro de resposta ao HIV/Aids concebido a partir de políticas governamentais e programas de saúde com participação da sociedade civil teve início de forma local. Essa é a tendência protagonizada pelo ativismo embrionário, que mobilizou a aproximação com os profissionais de saúde das divisões sanitárias da Secretaria de Saúde de São Paulo, guiados pelo interesse comum de buscar ajuda, informações e formas de proteção contra a síndrome que começava a ser encarada publicamente como causa inevitável de mortes. Em 1983, a morte de Markito um estilista da elite brasileira, foi a primeira a se tornar pública como Aids, apesar de notícias de jornais noticiarem a morte como meningite (LAURINDO-TEODORESCU e TEIXEIRA, 2015). Nesse ano, o HIV já havia sido identificado como agente infeccioso causador de uma síndrome e restava um caminho longo diante de tantas interrogações, sobre como prevenir, como evitar tantas mortes e como enfrentar o rastilho do preconceito contra os homossexuais.

A mobilização desse recurso, a conquista de espaço para falarem e serem ouvidos, garantiu avanços na participação desses atores nos grupos de estudos e debates sobre a situação

sanitária. Nesse pano de fundo, Laurindo-Teodorescu e Teixeira (2013) registram o nascedouro do movimento social da Aids. No pioneirismo das reuniões no Instituto de Saúde de São Paulo, o foco era reforçar as informações abalizadas cientificamente, conhecer o que ocorria nos grupos afetados, construir um espaço para acolher as necessidades das pessoas atingidas e compartilhar informações. O mote era lidar com a epidemia da desinformação (CANTO, 2015). O repertório inicial inovou pela confecção de panfletos e apostilas com orientações para distribuição no circuito de sociabilidade frequentado por homossexuais. Uma forma de mobilizar campanhas e engajamento, antes de qualquer ação organizada pelo Ministério da Saúde, que lastreou a formação do movimento social da Aids, na contestação sobre tabus e reorganizando o debate sobre sexualidade de forma mais abrangente e criativa, que se espalhou pelo país.

Tomando a conjuntura da época - falta de informações e preconceito- podemos considerar que esse espraiamento de informações e ações de prevenção, foi o primeiro repertório de protesto das respostas à Aids; o movimento homossexual foi impactado desde o início do surgimento dos primeiros casos (GRANGEIRO et al., 2009). Ainda que tivessem vivido a experiência recente da militância política nos anos autoritários, o arrefecimento inicial causado pelo estigma de serem associados como disseminadores da Aids, serviu de motivação para serem pilares do enfrentamento da Aids “foi difícil distinguir a militância do movimento homossexual da militância de luta contra a Aids” (2009, p.90). No seio da comunidade homossexual, muitos de seus membros se tornaram vigilantes sobre o tom do discurso médico e epidemiológico de controle da sexualidade, que denunciavam como “uma tentativa de normatizar a homossexualidade” que estava sendo construída em relação à doença (LAURINDO-TEODORESCU e TEIXEIRA, 2013, p.25).

Esse momento foi estratégico por duas razões, a primeira delas, remete a formação desses grupos que reuniam diversos profissionais, especialmente infectologistas com experiência em doenças endêmicas em situação de pobreza, que adotavam algumas medidas preventivas essenciais nesse momento da epidemia, e, também, contribuíam para a problematização sobre grupos de risco. A segunda, a conquista de espaço no primeiro grupo de trabalho da Secretaria de Saúde de São Paulo em 1983, influenciou nesse mesmo ano, a criação do primeiro programa estadual num modelo com participação comunitária (TEIXEIRA, 1997; LAURINDO-TEODORESCU e TEIXEIRA, 2013).

Logo após a identificação do HIV como agente causador da síndrome, ambas as siglas SIDA em espanhol e AIDS em inglês foram utilizadas e o Brasil passou a adotar a nomenclatura inglesa. Entre os anos de 1983 e 1984, a comunidade médica e os ativistas se defrontam com

novos impactos e o surgimento dos primeiros casos por infecção ocupacional e em crianças. Além disso, a transmissão heterossexual começa a ser considerada e a AIDS ganha contornos cada vez mais dramáticos; a certeza de que ao reduzi-la ao espectro médico seria a sentença de morte passa a ser uma bandeira estratégica do movimento, que convive com os casos de abandono de doentes pelas famílias, crianças órfãs e o estigma crescente. Nesse mote, o movimento social se expande, e consegue aliados no movimento feminista e de entidades de proteção da infância, ampliam-se as ações solidárias e casas de acolhimento para soropositivos (BASTOS, 2002; GALVÃO, 2002).

As dificuldades continuavam a surgir, vindo até mesmo de instituições públicas, que reforçavam a invisibilidade da epidemia. Primeiro, pela resistência do Ministério da Saúde de reconhecer a gravidade da Aids como prioridade para criar um plano de enfrentamento e destinar recursos. Em segundo lugar, pela ambiguidade que caracterizava a assistência médica e previdenciária nos Órgãos já existentes. Uma das maiores contradições sociais, por exemplo, se dava na previdência social, onde o Instituto Nacional de Previdência e Assistência Social (INAMPS), vinculava direitos ao trabalho formal, a ‘carteira assinada’, na chave da cidadania regulada conceituada por Wanderley Guilherme. Isso significava que “o reconhecimento da cidadania dependia do reconhecimento formal por parte do Estado da profissão exercida pelo indivíduo” (MOREIRA e SANTOS, 2020, P. 545). Mesmo após a identificação do vírus e estabelecidas as vias de transmissão em 1984, o acesso aos cuidados à saúde sob a lógica institucional vigente era uma ‘corda bamba’, que refletia a rejeição social vivida pelas pessoas atingidas (AMATO NETO e PASTERNAK, 2015; PARKER, 2003; 2013; TEIXEIRA, 1997).

O movimento social agia fortemente por confronto político, contra o descaso do governo e suas políticas de saúde insuficientes (VALLE, 2018). Atuavam nas secretarias de saúde locais, denunciando a falta de leitos para os doente, ampliando reivindicações e espaços de participação de acesso à informação. Esse período é de resistência para que o problema não sofresse um apagamento social e político e fosse isolado somente no âmbito da atenção sanitária de cunho individual (GALVÃO, 2002; RAMOS FILHO, 2015). A visão ampliada da Aids, sua tomada como ação política e luta por direitos eram estratégias contra a morte social (GALVÃO, 2002). De outro lado, uma outra frente era erguida, pois muitos médicos se sentiam desafiados em atuar para encontrar tratamento; são muitos os depoimentos de jovens médicos que enxergaram o enfrentamento da Aids como um grave problema social à época, “sem nenhuma vergonha da utopia” (Fábio Mesquita, 2015)<sup>9</sup>, começando assim, a se engajar e se aproximar dos

---

<sup>9</sup> Depoimento do médico Fábio Mesquita por ocasião da publicação Histórias da Luta contra a Aids.

movimentos gays, das ações de saúde mental, pessoas que usavam drogas e grupos de base religiosa – o alvo era conhecer as comunidades afetadas, iniciar a redução de danos por uso de preservativo e sexo seguro.

Para Bastos (2002), o que chama atenção, desde o início, é a capacidade de intervenção e ação política das pessoas atingidas pela Aids. Paradoxalmente nesse período pós autoritarismo político no Brasil, as lideranças da sociedade civil se fortaleceram nos movimentos comunitários de direitos de cidadania e conseguiram aliados nos setores médicos que resultaram na primeira resposta institucional no país. Esse período, é descrito nas palavras de Inácio Queiroz – Grupo Pela Vidda Niterói /RJ, como “convivendo com o desconhecido, quando a solidariedade e a indignação são os únicos remédios disponíveis”.<sup>10</sup>

### 2.3 1985 - 1990: A AIDS EM MOVIMENTO, A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL.

As palavras de Lourdes Barreto, mulher pioneira do movimento das prostitutas que atuou nas respostas sociais à Aids, ilustram bem esse período: “só sabíamos que quem tivesse Aids, tava morto” (BARRETO, 2015, p.228). Foi nessa fase, chamada de “anos heroicos” por Galvão (2000) (Grifo da autora) que o primeiro plano nacional de enfrentamento sanitário foi criado através da Portaria Ministerial N°236, que estabeleceu as diretrizes para a criação do Programa Nacional de Aids que entraria em vigor em 1986. (PARKER, 2003; TEIXEIRA, 1997).

A palavra ‘luta’ ganha substância nesse período. O fortalecimento do ativismo ocorre *pari passu* com a principal mudança no movimento social nesse ciclo, no qual ocorre a criação das Organizações não Governamentais (ONGs), algumas voltadas especificamente para trabalhar com HIV/Aids. Em abril de 1985, o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids – GAPA, se formaliza como a primeira ONG criada para enfrentamento da Aids no Brasil e na América Latina (LAURINDO-TODERESCU E TEIXEIRA, 2015) O repertório do ativismo assume uma diversidade inovadora, as estratégias de enfrentamento começam a conformar um modelo de ação que buscava integrar a pesquisa e informação às ações políticas e sociais e afirmar a identidade soropositiva e luta por cidadania.

---

Disponível em: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Histórias de Luta contra a Aids, Brasília, 2015.

<sup>10</sup> Relato extraído do texto de Inácio Queiroz, publicado no livro Histórias de luta contra a Aids, publicado em 2015 pelo antigo DIAHV e Ministério da Saúde, por ocasião dos 30 anos de criação do Programa Nacional de Aids, do MS no Brasil.

De acordo com os depoimentos de ativistas, registrados na pesquisa de Laurindo-Teodorescu e Teixeira (Op. Cit.), a atuação do GAPA foi crucial para “assegurar a provisão de aposentadoria aos pacientes de Aids, o direito de herança de companheiros quando o doente assim estabelecia e para resolver problemas com empresas que começavam a demitir seus funcionários portadores de HIV” (LAURINDO-TEODORESCU e TEIXEIRA, 2015, p.40). A mobilização desses recursos inicia-se a par do voluntariado nas ONGs. Ainda que marcado inicialmente por capacidade técnica limitada e escassos recursos financeiros para avançar com projetos em nível nacional, logrou visibilidade à luta. Em 1987, a Assembleia Mundial da Saúde da OMS, estabelece o dia 1 de dezembro como dia mundial de solidariedade, luta, visibilidade, prevenção e fim do estigma da Aids (GALVÃO, 2000; PARKER, 2003).

A não discriminação das pessoas e a solidariedade são duas dimensões de base do repertório do ativismo nessa fase. Para Parker (2003), foi o pioneirismo das lutas sociais e políticas que se espalhou para todas as regiões do país, que deu potência e diversidade ao movimento social no Brasil. Com experiências arrojadas de ações comunitárias e até mesmo de algumas secretarias de saúde, a “*representatividade soropositiva*” (Grifo nosso) ganha ênfase na luta por reconhecimento em uma matriz de direitos humanos.

São contestações contra a classificação biologizante e disseminada do termo aidético na sociedade que passam a mobilizar não só um posicionamento do ativismo sobre ter e viver com HIV/Aids. Mobilizam também propriedades subjetivas dessa superação, o fortalecimento e “autorrealização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito”. De acordo com Grangeiro e colaboradores (2009), o termo soropositividade em contraposição ao termo aidético passou a ser utilizado como forma de enfrentar o estigma, reverter o vaticínio da sentença de morte. É um período que se consolida o repertório de luta por reconhecimento, onde o HIV e a Aids não seriam a cisão da vida. E, portanto, era preciso contestar a produção de significados da Aids, que minavam o campo moral, com formas de desrespeito, preconceito e negação de direitos. Essa luta, aqui presentificada de forma histórica reforça a concepção de Honneth (2003) de que “a experiência de desrespeito é a fonte emotiva e cognitiva de resistência social e levantes coletivos” (p.227).

Dessa forma, nesse período a identidade e representatividade das pessoas que viviam com o HIV e Aids, são cruciais para reverter a “clandestinização” termo usado por Hebert Daniel, em 1989, para a privação de direitos e apagamento social “morte civil” de quem vive com Aids (2018, p.24). Ao término dos anos 1990, o ativismo centra seu repertório - valorização e o incentivo à vida através dos grupos de pessoas que viviam com HIV e Aids. De acordo com Valle (2002), esse período é de mobilização política para fortalecimento da identidade

soropositiva. Buscava-se o envolvimento das pessoas que não eram soropositivas, mas conviviam com a epidemia forjando [a identidade do conviver com HIV/Aids] fosse por atuação no movimento social, na vida cotidiana, pais, amigos, parentes e parcerias afetivas e sexuais. Esses grupos organizados pela ONG Pela Vidda (GPV) foram os criadores dos encontros anuais de pessoas vivendo com HIV/Aids (Vivendo) a partir de 1989.

Com a permanência das ONGs, a participação da sociedade civil no âmbito governamental foi formalizada em 1986 com a instituição da Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais (CNAIDS) (GALVÃO,1997;2000). Sem arrefecer o confronto político, o ativismo manteve o foco por direitos e controle social das políticas de Aids e avançou na mobilização de recursos e parcerias no cenário internacional. A OMS cria o programa especial de combate a Aids no mundo em 1986 e delineia a articulação internacional, impulsionada pelo aumento no número de ONGs. É nesse ciclo da epidemia que o ativismo amplia sua base de oportunidades para contestar sobre a precariedade dos tratamentos, mobilizar para o acesso aos medicamentos mais atualizados, para ter assento em conferências e fóruns internacionais, se aproximando estrategicamente da comunidade científica e Universidades. O termo militante político, começa a dar lugar ao ativista de Aids (BASTOS,2002).

#### 2.4 1990 -2000: REESTRUTURAÇÃO DA RESPOSTA GOVERNAMENTAL E O CAMPO GLOBAL.

Esse período é marcado pela persistência do avanço da epidemia, com a atuação do ativismo praticamente colado às ONGs e pelo crescimento da adoção da agenda global de enfrentamento. A OMS e seu programa global, então o principal ator no cenário internacional, dariam visibilidade para dois novos atores que mudaram as respostas à epidemia mundialmente e especificamente no Brasil nesse ciclo. O primeiro é o campo biomédico, fortalecido pela introdução dos primeiros medicamentos contra a Aids. A zidovudina (AZT) começa a ser distribuída pelo SUS em 1991 e os testes de HIV passam a ser realizados em unidades especializadas, os Centros de Testagem Anônimas (CTA) em 1992.

Um outro ator será o Banco Mundial. Mais que agente financeiro, age como ator político influenciando diretamente o planejamento de entes subnacionais (ALMEIDA, 2019), como o programa de Aids, por exemplo; através de seu corpo técnico, influencia na gestão da política de saúde, estabelecendo uma agenda de metas e prescrições globais para as epidemias locais, em um período, onde um cardápio variado de insumos preventivos, deveria ser realmente articulado de forma local (KUCHENBECKER, et al., 2015).

Nessa conjuntura, a década de 1990 representa a retomada do Programa Nacional, após

ter sido quase totalmente desestruturado na crise política entre os anos 1990-1992, no processo que resultou no impeachment do Presidente Fernando Collor (1972). O programa governamental foi então reorganizado, atuando como gestor na interface política e social das respostas à epidemia e passa a fomentar, financiar e fortalecer as parcerias com ONGs, (CAMARGO JR, 1995; BASTOS, 2002; GALVÃO, 2000; TEIXEIRA, 1997). A heterogeneidade das ONGs é marcante, reunindo entidades pré-existentes dos anos 70 e 80 - formadas por grupos religiosos, prostitutas e feministas - e outras criadas exclusivamente para trabalhar com Aids, articuladas com o novo cenário de políticas internacionais. No entanto, a despeito da rubrica do financiamento do Banco Mundial ser em menor parte voltada para a prevenção, sem financiamento maior para medicamentos, a resposta brasileira consolidou o direito ao acesso universal à TARV e o movimento social avançou na luta por acesso e qualidade do tratamento (BASTOS, 2002).

A despeito de conflitos, quanto à diferença de capacidade técnica entre as ONGs brasileiras para captar financiamento, a diversidade de repertório por parte dessas organizações, permite ampliar as ações para além do eixo Rio-São Paulo e implementar capacitação técnica para lidar com as exigências de financiadores internacionais. As pautas sobre a visibilidade da vertente estrutural nas ações de prevenção conjuntas com base comunitária e entre pares, em locais de sociabilidade LGBT, de uso de drogas, prostituição e outras populações vulneráveis e interlocução com a comunidade científica são o legado do movimento social nesse período (GALVÃO, 1997; 2000; PARKER, 2003).

Um ciclo fundamental para traçar novos rumos e manter o legado que ia se construindo como luta, para dar sustentabilidade ao movimento e mobilizar recursos, implicava em mudanças. Quer dizer, novos atores, novos engajamentos, financiamento e participação na esfera pública. Tendo em vista que as parcerias se fortaleciam com apoios e financiamentos, o desafio era se adaptar ao novo modo, conectado ao cenário internacional, e seguir sem que essa aproximação, tornasse a burocracia mais importante do que a própria causa. Uma perspectiva que segundo Gohn (2015), pode transformar a causa em uma mera execução de expedientes como acontece com movimentos sociais que se colaram aos governos. Nesse sentido, o movimento se fortalece através da criação de Foros Estaduais de ONGs Aids. Para Laurindo-Teodorescu e Teixeira (2015), mesmo com predominância de financiamentos governamentais, ocorre uma organização que renova a esfera participativa e mantém a verve combativa e contribui para a consolidação do movimento social.

Todavia, Bastos (2002) chama atenção sobre uma modulação expressa pela maior presença das respostas governamentais nessa fase, onde para autora é possível identificar

diferenças na atuação do movimento social. O confronto político dá lugar às parcerias e um trabalho de colaboração bilateral. Muitas entidades e seus membros passam a ocupar cargos e prestarem serviços para o programa nacional do Ministério da Saúde. Muitos ativistas passam a trabalhar em ONGs, que ampliam a capacidade e o repertório de atuação, uma fase definida por Galvão (2000) como “*ditadura dos projetos*” (grifo da autora), resultante do maior aporte de recursos e maior colaboração entre os setores governamentais e não-governamentais, devido a necessidade de projetos para captar recursos. Esse tipo de atuação alterou o repertório do ativismo em Aids. Uma situação frequentemente experimentada por movimentos sociais longos, que segundo Tarrow (2009), se defrontam cara a cara com a complexidade das redes e esferas políticas, “menos fáceis de lidar”.

De acordo com Ramos (2004): “*A multiplicação de organizações baseadas em três grandes tipos (de apoio e de advocacy; de pressão política e de pesquisa aplicada; e de pessoas vivendo com Aids), ocorreu, nos anos seguintes, em escala extraordinária*” (RAMOS, 2004, p.1070). Esse cenário tem como característica, a capacidade de mobilizar recursos para diversificar a atuação. As ONGs passam a investir no trabalho multidisciplinar, em pesquisa social sobre a AIDs, em análises críticas através de publicações direcionadas às políticas de prevenção focalizadas em grupos de risco e passam a articular grupos de trabalho sobre políticas de acesso e qualidade dos medicamentos (BASTOS, 2000; RAMOS, 2004). Ademais, ampliam a base de grupos aliados, engajando militantes feministas e LGBT. Esse período é considerado de expansão, quer dizer, de impulso para reorganização do movimento LGBTI, que inicialmente se deu colada ao repertório de luta contra a Aids (BASTOS, 2002; LANDAU, 2011; RAMOS, 2004).

No cenário global, ocorre uma mudança que irá repercutir no panorama de repostas em todos os países. Em 1994 ocorre a coalizão de quatro agências da ONU, a UNESCO, UNICEF, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) que são articulados ao Joint United Nations Program on HIV/Aids (UNAIDS), que substitui o primeiro programa global e propõe a integração das agências que vinham atuando isoladamente no enfrentamento da epidemia. Assim, o UNAIDS, propõe oficialmente que a epidemia não seja tratada como uma questão exclusiva do setor saúde (GALVÃO, 2000).

Esse ciclo é tratado por Laurindo-Teodorescu e Teixeira (2015) como de fortalecimento. Os ativistas criaram mecanismos para manter seu legado, quer dizer, ativar e ampliar a incidência ativista no acompanhamento das políticas públicas, apesar de certa dependência do financiamento para manutenção das ONGs. Em 1995, o ativismo das pessoas vivendo com

HIV/Aids, inova ao criar a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids, com a proposta de que se mantivesse constituída exclusivamente por pessoas soropositivas e não por organizações.

No apogeu das mobilizações nessa década, muitas conquistas são efetivadas. Nesse marco, ocorre a aprovação da lei de controle e regulação do sangue em 1988, a Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Vivendo com HIV/AIDS em 1989, e o acesso universal aos medicamentos assegurado por política pública em 1996. Na transição para o século XXI, são as mobilizações coletivas históricas que mantêm a memória da adesão da sociedade, com forte visibilidade do protagonismo dos ativistas da Aids. As ações que atraíam multidões, conforme escrevem Laurindo-Teodorescu e Teixeira, chegam ao novo século, como qualquer outro processo social, permeável às mudanças.

“manifestações organizadas como ação conjunta de várias ONGs, às vezes com participação do Estado, eram largamente divulgadas pela mídia e causavam grande impacto e comoção na sociedade. Com o avanço dos tratamentos, a aids passou a ser vista como uma doença crônica e esses eventos se reduziram consideravelmente. Segundo os organizadores, ficou cada vez mais difícil reunir um número significativo de pessoas para tais realizações”. (2015, p. 54).

## 2.5 APÓS OS ANOS 2000: O (DES)CONTROLE DA EPIDEMIA, O DOMÍNIO BIOMÉDICO E O ATIVISMO NO SÉCULO XXI.

As palavras de Richard Parker (2015) contribuem para caracterizar o ativismo nas primeiras duas décadas dos anos 2000, “como todo projeto social e político, este é um projeto inacabado, e que precisa ser construído coletivamente todos os dias e cuja sustentabilidade é sempre ameaçada por retrocessos e conservadorismos” (p.30).

As mudanças no ativismo e nas respostas governamentais são evidentes. Vale lembrar, que o legado do acesso universal aos medicamentos pelo SUS, além da articulação de diferentes gêneros de militância e diversidade de atuação na causa da Aids, são indicadores de um movimento social que chega nessa década em tela, bastante fortalecido, apesar de manter estreita relação institucional e colaborativa com o Programa de Aids. Pode-se assim considerar que o reconhecimento do movimento social não havia sido obscurecido pelo êxito da política de Aids, premiada em 2003 com o prêmio de Saúde Global, concedido pela Fundação Bill Gates pela estratégia bem-sucedida em um país em desenvolvimento<sup>11</sup>. Os primeiros bons resultados,

<sup>11</sup> Agência Brasil de Comunicação <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-05-29/programa-brasileiro-de-aids-recebe-premio-nos-eua>

expressos pela redução de internações e da mortalidade por Aids, deram grande visibilidade à luta, aos que lutavam contra a Aids e ao programa brasileiro. Um cenário que ensejava um horizonte de possibilidades para controle da epidemia.

Esse contexto, escreve Bastos, é uma novidade, até mesmo, algo inconcebível, que se deu no campo da produção do conhecimento da Aids, que para a autora, deve ser considerado como resultado de uma forma diferenciada de movimento social, tendo em vista “a interação de actores sociais habitualmente separados, mas forçados por circunstâncias, a conjugar experiências, trabalhar conjuntamente, comunicar e negociar com vistas a respostas mais eficazes” (2002, p.10.).

Dessa forma, não é de todo incoerente concordar com Pedro Chequer (2015), de que no alvorecer do século XXI, nessas parcerias “permaneceram intocadas, a autonomia e capacidade crítica dos movimentos sociais” (CHEQUER,2015p. 67). No entanto, em 2009, a política passaria por sua maior reestruturação. O Programa Nacional de Aids foi transformado em Departamento da Secretaria de Vigilância em Saúde do MS e incorporou as Hepatites Virais.

A despeito das divergências no entendimento acerca da preservação da autonomia do Programa de Aids na gestão da epidemia, a pesquisa de Cartaxo (2018) conclui que alguns componentes importantes foram mantidos. Na pesquisa, a autora mostra que as áreas temáticas de prevenção e articulação com movimentos sociais foram unidas, e apesar da crise política e com um governo liderado por um congresso de centro direita e liberal, o Departamento de Aids manteve em seus quadros até 2018 (período estudado pela autora) trabalhadores militantes no movimento social, inclusive, gestores com histórico de atuação no movimento sanitário desde a 8ª Conferência de Saúde e criação do SUS nos anos 1980. Essa conformação suscita discordâncias, é um tema que gera muitos debates, que de acordo com Terto Jr (2019), resulta da posição ambígua de atuação de ativistas no Departamento de Aids, o que o autor considera com potencial para fragilizar e cooptar o movimento social.

A recém terminada década de 2010 foi marcada pela ampliação das novas tecnologias preventivas, reforçando a opção de redução do risco de forma técnica, que como veremos mais adiante, passa a ser o componente central da política de prevenção. No entanto, isso não acontece descolado da influência potente da indústria farmacêutica, laboratórios, agências e fundações como financiadores internacionais de projetos e ensaios clínicos. para as respostas à epidemia. Para Calazans (2019), a incorporação dessas estratégias passou a ser implementada de forma “acrítica” e sem debate com o movimento social (2019.p.18).

Essa conjuntura, reacende o um ciclo de críticas acirradas pelo movimento social, que mobilizam para o debate sobre o acesso desigual às novas tecnologias preventivas e redução

drástica de financiamentos para projetos de base comunitária. Como pano de fundo, o movimento expõe o esgarçamento crescente da matriz de direitos humanos, que tem sofrido ameaças constantes de um conjunto de medidas conservadoras - de fundo moral e religioso - que a partir de 2011 avançam no Congresso Nacional e influenciam a agenda de prevenção do Departamento de Aids (Conforme trataremos no capítulo 2).

Como destaca Sônia Corrêa, esse contexto impacta “campos moralmente sensíveis, como a saúde e direitos humanos, direitos reprodutivos, HIV e Aids e educação em sexualidade” (2016, p.12). Esse quadro de retrocessos, de acordo com Terto Jr (2020), tem se agravado diante do encolhimento dos espaços de participação, controle social e representatividade dos movimentos sociais na gestão pública da epidemia. Esse período exige a retomada da solidariedade e cidadania, como repertórios para fortalecer o legado e mobilizar a militância na luta contra os cortes de investimentos públicos em saúde e educação. Conforme apontamos na introdução, em maio de 2019, o movimento social denuncia na imprensa as ameaças crescentes de invisibilidade da epidemia, tendo em vista o decreto presidencial que retirou as nomenclaturas HIV e Aids que nomeavam o Órgão gestor nacional<sup>12</sup>.

As mobilizações de ativistas, cientistas, universidades e organizações envolvidas no enfrentamento da Aids, passam a buscar uma ação sustentada, característica das ações coletivas do século XXI, com liderança compartilhada e repertório das redes sociais virtuais, para protestar contra a piora dos indicadores do HIV/Aids no Brasil<sup>13</sup>. O manifesto ‘Aids: o que nos tira o sono?’ divulgado através de Blog, uma página na rede social Facebook, seminários, debates e apresentações em eventos científicos nacionais e internacionais sobre HIV/Aids<sup>14</sup> é um dos recursos mobilizado nesse período. De acordo com Gabriela Calazans, uma fala de um gestor da política brasileira em 2012, de que a Aids estaria sob controle no Brasil, desencadeou essa reação e inspirou um novo repertório de protesto. (CALAZANS, 2019; FERRAZ, 2016; TERTO JR et al., 2013).

Vale ressaltar, a crítica de Mario Scheffer e Caio Rosenthal (2017), publicada em um jornal de grande circulação nacional, que foi replicada por várias redes do movimento social, que permite compreender o quadro desafiador, quer dizer, o refluxo que a luta contra a Aids poderá encontrar daqui para frente - “em dez anos, os casos de AIDS mais que dobraram na faixa etária de 15 a 24 anos. Campanhas e ações de saúde não alcançam as mudanças

<sup>12</sup>Agência Aids de Notícias – Disponível: <https://agenciaaids.com.br/noticia/movimento-de-aids-considera-retrocesso-a-retirada-da-palavra-aids-do-nome-oficial-do-departamento/>

<sup>13</sup> [https://www.facebook.com/AidsNoBrasilOQueNosTiraOSono/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/AidsNoBrasilOQueNosTiraOSono/?ref=page_internal)

<sup>14</sup> [https://www.facebook.com/AidsNoBrasilOQueNosTiraOSono/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/AidsNoBrasilOQueNosTiraOSono/?ref=page_internal) A página continua ativa na rede social Facebook. Última postagem em 09/02/2020.

geracionais de comportamento e os novos espaços de sociabilidade, inclusive digitais, e os números altos de novas infecções concentrados em grupos mais vulneráveis”.<sup>15</sup>

Cabe destacar, que nesse ciclo o ativismo de adolescentes e jovens que vivem com HIV/Aids se organiza por demandas que lhes confira autonomia. Alinhado ao repertório contemporâneo das Redes em ambiente digital, lançam um primeiro Blog, como plataforma de ativismo e assumem como estratégias as tecnologias de informação e comunicação. Esse ativismo chega ao final dos anos 2010, influenciado por movimentos que surgem *pari passu* a implementação da agenda pública das políticas de juventude que começou a ser implementada, a partir de 2005 no Brasil. Uma geração nascida a partir do final dos anos 1990, adentra o século XXI, com diversidade de pautas e repertórios.

Alguns coletivos se estruturam em redes nacionais e locais que reúnem jovens PVHA, em formas híbridas que alternam encontros de forma presencial e por redes sociais virtuais e aplicativos de mensagens, como a Rede Nacional de Jovens que vivem com HIV/AIDS (RENAJVHA). Outros coletivos, articulam repertórios de protestos, manifestos, intervenções artísticas e culturais, na defesa dos direitos das PVHA, como, por exemplo, o Coletivo Loka de Efavirenz<sup>16</sup>. O uso de novas táticas, linguagens e meios das mídias digitais não exclui o uso de espaços públicos, como parques e ruas, para intervenções e performances contestatórias. Vale dizer que esse hibridismo retoma de certa forma a diversidade seminal na luta contra a Aids, além imprimir potencial aglutinador e progressista da ação política contra a invisibilidade da epidemia e das pautas LGBTI+.

“O que temos hoje é o tratamento como prevenção para as pessoas já infectadas – as que aderem à medicação, claro -, e, também a discussão sobre o uso do coquetel – PreP e PeP – como medidas profiláticas e medicamentosas por aqueles que não são soropositivos. (...)Entretanto, isso nada mais é do que o reflexo do peso da Indústria da Aids fazendo lobby com esse governo (Coletivo Loka de Efavirenz, 2016).

Como tratamos nos ciclos de formação do movimento social de Aids, os avanços biomédicos trouxeram novos atores no contexto das respostas globais, como a indústria farmacêutica, laboratórios, agências e financiadores de ensaios clínicos e projetos sobre a adesão às novas tecnologias de prevenção consolidando um modelo pautado na globalização das respostas à epidemia. Paralelamente a esse contexto, ativistas tem protestado contra a redução significativa de recursos para ações de prevenção direcionadas à população como um

<sup>15</sup> Scheffer e Rosenthal (2017) Aids, o mau exemplo do Brasil. Disponível: <http://abiids.org.br/aids-o-mau-exemplo-do-brasil/30984>

<sup>16</sup> <https://redehumanizaus.net/95289-a-loka-de-efavirenz-a-profanacao-do-corpo-aidetico/>

todo.

Várias lideranças têm argumentado que ao invés da valorização das estratégias de prevenção e educação para o uso do preservativo, na testagem atrelada ao aconselhamento e na redução das condições de vulnerabilidade ao HIV, atualmente os investimentos públicos têm sido cada vez mais rarefeitos e focado nas estratégias do tratamento como prevenção e na profilaxia antes ou depois da exposição ao HIV. Monteiro e colaboradores (2019) chamam atenção para atual perda do protagonismo do movimento social e comunitário no controle social e na formulação de respostas à Aids. Ilustra essa perspectiva a ênfase na ampliação da oferta de testes em vários pontos dos municípios brasileiros e pela atenção básica, seguida do encaminhamento para tratamento.

Como apresentamos na introdução da Tese, Biehl (2011) tem reiterado em seus estudos antropológicos que abordam a prevalência de soluções farmacêuticas, como se fora uma “bala mágica” (grifo do autor) provoca a invisibilidade de um problema social que permanece complexo. Nesse ponto, Aihwa Ong, em entrevista concedida à Etcheverry e Jardim (2009), sugere examinar as práticas de poder nesse campo, questionando sobre quem são os atores-chave e os protagonistas, e quais são as ideias e técnicas envolvidas nesse contexto particular de poder. Esse é o ponto que remetem quanto ao modelo de saúde global, que congrega em uma mesma arena interesses do campo da biotecnologia e da medicina, com ativistas e PVHA. Nesse cenário, faz sentido o movimento social trazer à tona, seu protesto contra a prevalência da técnica de medicalizar, em detrimento dos espaços para aprimorar um modelo de enfrentamento da Aids, onde as pessoas tenham relevância. Como alertam Biehl e Petryna (2014) no arcabouço atual da saúde global, “the supposed beneficiaries of interventions are generally lost from view and appear as having little to say or nothing to contribute” (2014, p. 377).

Esses aspectos no momento atual, emergem através da primazia da medicina de natureza tecnológica e científica e redução do foco nas questões estruturais associadas às vulnerabilidades ao HIV. Esses processos têm sido considerados como vetores do aprofundamento da biomedicalização nas práticas sociais, como, por exemplo, nas políticas de prevenção (CLARKE et al., 2003). Além disso, influenciam, na produção do conhecimento e na reorganização do cuidado em saúde. Nesse enquadramento, é possível situar as novas metas e as estratégias de controle global do HIV/Aids, adotadas no Brasil, concentradas no tratamento como prevenção, onde o protagonismo é assumido por insumos farmacológicos.

Um quadro crítico, que o Coletivo Loka de Efavirenz, questiona sobre a preeminência dos medicamentos e testes como escopo preventivo, “Parece mais interessante que exista um mercado consumidor de coquetel do que investimento em outras formas de prevenção, de

conscientização, de situar e inserir as pessoas no debate HIV/Aids, e de perceber que todos nós convivemos com essa epidemia <sup>17</sup>.

O modelo institucional que suscita esse debate, foi consagrado no âmbito da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, com antecedentes acordados pelo Brasil na 20ª Conferência Internacional de Aids em Melbourne, em 2014, onde a meta global 90-90-90 para controle da epidemia foi adotada. Essa meta propõe que 90% das pessoas infectadas saibam de seu diagnóstico, 90% dessas pessoas estejam em tratamento com terapia antiretroviral e 90% das pessoas em tratamento entrem em status de supressão viral, ou seja, estar em carga viral indetectável (KUCHENBECKER et al., 2015; STOVER et al., 2016; UNAIDS, 2020).

Tais diretrizes passam a preconizar a ampliação da testagem, visando a identificação precoce de pessoas soropositivas para HIV e seu encaminhamento para iniciar a TARV. Ou seja, o uso de antiretrovirais passa a ser indicado preventivamente para todas as pessoas com teste positivo, independente da condição imunológica, com o propósito de interromper a cadeia de transmissão e erradicar o caráter epidêmico do HIV/Aids até 2030. Essa estratégia, denominada de Tratamento como Prevenção (TcP), somada às profilaxias pré-exposição (PrEP) e pós exposição (PEP), ganham protagonismo nas respostas à epidemia. (BRASIL, 2017; 2018; MARRAZZO et al., 2014; MONTEIRO et al., 2019; SMITH et al., 2011; UNAIDS, 2015; 2017; 2020).

No âmbito nacional, prevalece nas diretrizes do Ministério da Saúde a noção da Prevenção Combinada (PC), definida pela conjugação da oferta de intervenções comportamentais e estruturais já utilizadas (TARV, promoção do uso do preservativo masculino e feminino, testagem atrelada ao aconselhamento e a redução das condições de vulnerabilidade ao HIV) com as novas profilaxias biomédica PrEP e PEP e a TCP (BRASIL, 2017). Esse conjunto de métodos tem sido preconizado pela OMS como a possibilidade concreta de reversão do caráter epidêmico da Aids, até os anos 2030. Todavia, segundo dados da literatura, tem havido maior investimento nas novas tecnologias biomédicas, em detrimento das intervenções coletivas até então dominantes (MONTEIRO e BRIGEIRO, 2019). Demais autores (GRANGEIRO et al., 2015; KUCHENBECKER et al., 2015) já haviam destacado que a complexidade da epidemia requer enfrentamentos sociais, políticos e biomédicos distintos, tendo em vista, que envolvem ações multidimensionais na interface saúde e sexualidade.

---

<sup>17</sup> De acordo com Renan Moser; Marcelo Jardim; Luiz Felipe o nome do coletivo, remete ao fármaco Efavirenz, que compõe a TARV para o HIV/Aids.

## 2.6 A EPIDEMIA DE AIDS ENTRE OS JOVENS NO BRASIL.

A perspectiva crítica sobre a biomedicalização das respostas à epidemia contribui para examinar o cenário epidemiológico que permanece em crescimento concentrado na população de jovens na faixa etária entre 13 e 29 anos. Os dados do Ministério da Saúde divulgados em 2020, mostram que a taxa de detecção de Aids, que apresentava tendência de queda entre 2013 e 2017, praticamente não declinou nos últimos dois anos, ficando em 18,2 casos por 100 mil habitantes em 2018 e 17,8 casos por 100 mil habitantes, em 2019. Quando analisamos esse quadro por Estado e Distrito Federal em 2019, encontramos um cenário claramente polarizado com relação a taxa de detecção de Aids, entre o norte e o sul do país. A taxa de detecção de Aids, aumentou em todos os estados das regiões Norte e Nordeste – com exceção de Rondônia - e declinou em todos os estados das regiões Sul e Sudeste (BRASIL, 2020).

Com referência à juventude<sup>18</sup>, encontramos diferenças importantes em relação as demais faixas etárias, sendo o segmento da população onde nota-se a combinação de crescimento e aceleração de novos casos de HIV/Aids, que se apresentam de forma distinta entre homens e mulheres jovens. Na última década, dentre todas as faixas de idade, a infecção por HIV se concentrou (52%) entre a faixa de 20 a 34 anos. Na faixa entre 20 a 24 anos, permanece com o maior número de gestantes infectadas por HIV (BRASIL, 2020).

Entre as mulheres jovens, algumas faixas etárias apresentam redução lenta e permanência de taxa de detecção de aids elevada, quando comparada com a taxa de 10,5 casos/100.000 habitantes nas mulheres no conjunto da população. Na faixa etária entre 15 e 19 anos, a taxa de detecção praticamente se manteve estável 2,9 por 100 mil habitantes em 2019, sendo a menor de todas as idades, acima dos 14 anos. Nas jovens entre 20 e 24 anos se mantém elevada, declinou de 9,7 em 2018 e em 2019 foi de 9,4 casos por 100 mil habitantes. A maior taxa de detecção ocorre entre as idades 25 e 29 anos, que declinou entre 2017 e 2018 sendo respectivamente de 15,6 casos/100.000 habitantes, para 13,8 casos/100.000 habitantes em 2018, voltando a subir em 2019 para 14,8 casos/100.000 habitantes em 2019. Nas mulheres a categoria exposição sexual com heterossexual predomina em (87,3%) (BRASIL,2020).

Entre os homens jovens a detecção de aids continua aumentando, expressando-se até três vezes mais elevada do que no conjunto da população. Nas faixas entre 15 e 19 anos e 20 e

---

<sup>18</sup> Para os efeitos desta Teses, adotamos o Estatuto da Juventude, [Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, na qual são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 \(quinze\) e 29 \(vinte e nove\) anos de idade.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm)

24 anos não ocorreram reduções nos dois últimos anos e permanecem elevadas – 6,1 casos/100.000 habitantes em e 36,0 casos/100.000 habitantes respectivamente em 2019. A faixa entre 25 a 29 anos apresentou a maior taxa de detecção de Aids entre os homens em 2019, expressando 52,0 casos/100.000 habitantes. A categoria de transmissão sexual prevalece na população maior de 13 anos (88,8%), sendo (79,3%) nos homens. Desde 2017 a exposição homossexual foi notificada como prevalente em homens, sendo a exposição bissexual/homossexual (39,8%) em 2019. (BRASIL,2020).

Sobre a prevalência de HIV/Aids em populações mais vulneráveis, no Brasil apesar de não termos pesquisa de base populacional por censo demográfico dos últimos 10 anos, os dados do Brasil publicados pelo UNAIDS em 2020, mostram que (30%) dos novos casos ocorrem em pessoas transsexuais, (18,3%) em homens homossexuais e HSH e (5,3%) em trabalhadores sexuais (UNAIDS, 2020). Esse quadro, corrobora os achados de Malta e colaboradores (2010) sobre a tendência de alta prevalência de HIV/Aids em subgrupos mais vulneráveis como os jovens homossexuais, trans e bissexuais e as jovens profissionais do sexo. Nesse sentido, vale levar em conta o contexto da América Latina, onde (4%) dos novos casos em transsexuais ocorrem na faixa etária entre 15 e 24 anos (UNAIDS, 2020).

A despeito dos benefícios que as medidas farmacológicas significam para prevenção, tratamento, diminuição da mortalidade e qualidade de vida das PVHA, Biehl (2011) e Parker (2015) Terto Jr e Raxach (2018) alertam que não se deve perder de vista a importância do enfrentamento das condições de vulnerabilidade ao HIV e do estigma relacionado à Aids. É preocupante o processo de desvalorização da experiência e práticas históricas fora do arcabouço biomédico, como as medidas comunitárias para redução da transmissão do vírus HIV e direitos humanos das PVHA que forjaram os pilares das respostas à epidemia, (PARKER, 2015).

### 3 JUVENTUDES: AÇÕES COLETIVAS E ATIVISMO NA AIDS.

#### 3.1 JUVENTUDE NO PLURAL: ASPECTOS CONCEITUAIS E POLÍTICAS ESPECÍFICAS.

Inicialmente, vale salientar que diversos estudos sobre juventude no Brasil abordam o tema como uma questão social sob dois prismas específicos, ora por suas demandas por emprego e escolaridade, ora, por tratar a violência, como uma questão reduzida à criminalidade juvenil, enfoque que na concepção de Sales (2009) reforça a “(in)visibilidade perversa”, onde a espetacularização da juventude autora da violência, encobre os mecanismos que contribuem para a crescente letalidade que atinge majoritariamente jovens pobres e negros. Além das evidências que mostram o aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo população LGBTI, e mulheres, nos casos de feminicídio. (ABRAMO, 1997; CALDEIRA, 2000; IPEA 2019<sup>19</sup>; SALES,2007,2009; MACÊDO;2010; NOVAES, 2009; 2003).

Nesse quadro, que subsume a juventude sob lógica de grupo populacional problemático e de risco se avultam estudos acadêmicos e embates no campo das políticas públicas, para superação do que Batista (2009) considera a predominância da lógica da juventude como um problema da criminologia penal. Para Priore (2009), historicamente, essa visão tem postergado a não superação da noção do menor, sem direitos, que deve ser encarcerado, no Brasil.

Como enfatizam Abramo e colaboradores (2020), Pais (2006), Birman (2009) e Batista (2009) a escola e o trabalho, espaços socializadores tradicionais no trânsito para a vida adulta no século XX, não representam *per se* as únicas possibilidades de aproximação e compreensão do universo juvenil na sociedade contemporânea. Nas palavras de Batista (2009),

“Numa perspectiva transformadora, as políticas para a infância e juventude devem sair do marco imposto: vitimização/criminalização, voluntariado/encarceramento e o famigerado binômio prevenção/repressão. Romper com a internalização subjetiva da cultura punitiva, é dar um passo adiante, no entanto, o fundamental, dar é olhar à frente, tendo em vista, a incorporação da potência juvenil como protagonista de outra história” (p.98).

Os estudos de Foracchi (1972;2018) sobre juventude e movimento estudantil entre os anos 1960 e 1970 no Brasil, contribuem para problematizar a lógica reducionista. Nessa linha analítica, Martins (2018, p. 11) afirma que em contextos de mudança os jovens são “os grandes

---

<sup>19</sup>Atlas da Violência, 2019 - Fórum Brasileiro de Segurança Pública IPEA/, 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf)

personagens da história contemporânea”, uma vez que sobre eles pesam os mecanismos de transpasse geracional e sobre os quais recaem os papéis de reagir ou acomodarem-se às contradições e crises na sociedade capitalista. Tendo a globalização como pano de fundo, Dubet (2006) analisa a questão social da juventude sob a égide das novas formas de integração social. Nas suas palavras: “os indivíduos são menos definidos pelo seu papel, concebido como integração de uma subjetividade e de uma posição social, do que pela sua experiência e pela sua capacidade de se construírem a si próprios enquanto atores sociais.” (Op. Cit., p.56). Portanto, as demandas da juventude envolvem um panorama multifacetado sobre direitos, suas experiências, sexualidade, saúde, cultura e participação.

A partir dos referenciais teóricos das ciências sociais, a concepção de juventude como construção social permite abordá-la como processo que muda no tempo, que se diferencia segundo cada cultura e no espaço social. Nessa chave teórica, Abramo (2005), Heilborn, (2012), Knauth e Gonçalves (2005) apontam que é possível compreender que as fronteiras fixadas por recortes etários rígidos não são capazes de fornecer pistas sobre comportamentos e como pensam todos os jovens de uma mesma faixa de idade.

É nesse processo cunhado na diversidade de vivências, conflitos, troca de experiências e novas formas de participação na sociedade que os jovens buscam ocupar espaços na contemporaneidade. Um contexto que Abramo (2005; 1994), Novaes (2019; 2005) e Venturi e Bokany (2005) concebem sob as lentes da pluralidade e singularidades, como as *‘juventudes’* (grifo nosso). No Brasil esses estudos foram impulsionados entre as décadas de 1950 e 1970, colados as transformações sociais e conflitos resultantes dos processos de industrialização e mudanças no mercado de trabalho.

Na concepção de Savage (2009), esse período é a “pré-história” da juventude, um desdobramento do final do século XIX com a emergência social da adolescência como grupo específico da população que desafiava as instituições, sobretudo, as que procuravam controlar comportamentos. O autor observa que a abordagem da adolescência como uma etapa isolada da vida, onde tudo estaria solucionado pelo cumprimento dos marcos biográficos tradicionais da família, casamento e trabalho, começou a ruir na virada do novo século. Os jovens foram os mais atingidos pelas condições sociais e econômicas adversas das famílias e experimentaram duros impactos de duas grandes guerras com forte recessão econômica no cenário mundial. Desemprego, desamparo e pobreza, entre outros conflitos do breve século XX (HOBBSAWN,2008), são questões históricas e sociais que colocaram em evidência a necessidade de a sociedade rever suas concepções sobre o papel e a condição juvenil.

Nesse contexto, a juventude conformava um grupo que desafiava o *statu quo*, porque, embora desvalidos, desocupados e sem oportunidades em um mundo pós-guerra, seguiam tensionando as balizas sociais. Por serem um dos grupos mais afetados com a crise social, desafiavam padrões de comportamento, assimilavam o consumo de massa e, ao mesmo tempo, protagonizavam a contestação social. Exigiam mais do que serem alvo das políticas de emprego e mão de obra para recuperação econômica, queriam direitos. Um quadro abundante de conflitos que foram estopins para eclosão de movimentos juvenis existencialistas, pacifistas, estudantis, de contracultura e de confronto radical das normas sociais vigentes sobre seus comportamentos e sexualidade. Savage (2009) considera que “*no avançar do século XX, as vozes dos jovens tornaram-se menos encurraladas pelos adultos e ouvidas com mais frequência em seus próprios termos*” (idem, p. 15)<sup>20</sup>.

Vale ressaltar que nesse enfoque sociológico sobre as gerações, Mannheim (1968) contribui ao apontar como questão principal que se examine as dinâmicas dos grupos, mais do que caracterizar um grupo *per se*. Para Weller (2010) essa assertiva permanece potente para os estudos sobre juventude ao propor examinar trajetórias, motivações, expectativas e as intenções a partir das ações dos atores, “bem como, do conhecimento adquirido pelos atores em espaços sociais de experiências conjuntivas” (2010, p, 219).

Dessa forma, adotamos a proposta de Calvo (2011) que pelo essencial, reitera que o caráter temporal que marca a juventude, faz emergir dois aspectos que se relacionam, as trajetórias e as transições. A **trajetória** é conceituada como itinerário traçado com certa objetividade, como uma trilha para o tempo futuro, quando virá a fase adulta. As **transições** são as “táticas” de construção do cotidiano, são episódios como as estratégias de escolaridade, a procura do emprego, o namoro, entre outras dimensões, que cada vez mais, são heterogêneas e menos sequenciais como rito de passagem para a vida adulta. A escola pode ilustrar essa perspectiva, como espaço institucional de integração social e universalização da cultura, que deve atender a um sistema complexo e globalizado. Dubet (2006), tem demonstrado que mesmo diante da universalização e alongamento da escolarização, o fluxo de mudanças exige qualificações múltiplas e contínuas. A formação é relegada ao segundo plano e as competências e qualificações para o mercado de trabalho surgem como mecanismos, através do qual, a escola deve adquirir novo papel integrador.

---

<sup>20</sup> Jon Savage, usa a pesquisa qualitativa em jornais e diários de adolescentes entre 1975 e 1945, para explorar e mapear o surgimento do adolescente e da cultura jovem na sociedade que adentrava a era industrial a vida moderna. A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX. Editora Rocco, 2009, Rio de Janeiro

Nesse enquadramento, a abordagem sobre ativismo juvenil e HIV/Aids adotada na Tese parte da concepção de juventude como um processo de passagem para a vida adulta, para além do encadeamento cronológico, biológico e psicológico, vivido diferencialmente por sujeitos sociais (HEILBORN, 2012). Informados por essa perspectiva, analisamos o ativismo de jovens na Aids como um processo social no quadro das mudanças atuais das respostas à epidemia no Brasil, onde os jovens têm figurado como grupo mais atingido pelo rápido crescimento de novas infecções por HIV, como já assinalado. É preciso desnaturalizar as fronteiras de idade. Elas orientam os marcos institucionais das políticas modernas, porém, não são capazes de apreender as dinâmicas da transição para a vida adulta, que “modela a condição do ser adulto ao se apresentar distinto segundo as diferentes condições materiais de existência e os diferenciais de gênero e de raça/cor que condicionam as trajetórias juvenis” (HEILBORN, 2012; p.3).

Esse capítulo toma como ponto seminal, a afirmativa de Velho (2006, p. 192): “colocar juventude no plural expressa a posição de que é necessário qualificá-la, percebendo-a como uma categoria complexa e heterogênea, na busca de evitar simplificações e esquematismos”. Uma outra pista emerge dos estudos de Pierre Bourdieu sobre o universo escolar na França, onde ele observou as dinâmicas das trajetórias juvenis, que implicavam, ora em prolongamento da juventude, ou uma transição mais rápida dos jovens para papéis sociais considerados de adulto, nas diferentes classes sociais. A rigidez conceitual ao abordar juventude, observa o sociólogo, pode transformá-la em não mais que uma palavra, ou seja, a simplificação nas abordagens pode “subsumir universos sociais que praticamente não tem nada em comum” (BOURDIEU, 2003, p.154).

No Brasil, os distintos universos sociais dos jovens são em parte informados por dinâmicas demográficas que acompanham o mesmo cenário mundial nos anos 2010. A partir dos dados do Fundo das Nações Unidas para População (UNFPA) em meados da década que se encerrou, o mundo experimentou sua maior população de jovens, expressa por 1,8 bilhão de pessoas entre 15 e 29 anos, dos quais 165 milhões vivem na América Latina. (ONU, 2015, UNFPA, 2019). A estimativa da população brasileira residente, apresentada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostrou que em 2019 esse contingente no Brasil se aproximou de 50,4 milhões entre 14 a 29 anos,  $\frac{1}{4}$  da população de 209,5 milhões de pessoas<sup>21</sup>. A região Norte é a que detém maior representatividade de jovens na sua população, (43%) tem menos de 24 anos de idade. A maioria dos jovens brasileiros está concentrada em área urbana (84,8%) e o grupo de idades entre 20 e 29 anos é que o que apresenta concentra

---

<sup>21</sup> Segundo PNAD contínua - PNADC 2012-2019, IBGE (ver lista de referências).

maior número de pessoas (IBGE, 2019).

Nesse quadro de relevância demográfica, a população jovem brasileira transita por avanços, vulnerabilidades e barreiras em suas trajetórias, sob condições sociais desuniformes. Um contexto que somente na passada para o século XXI foi pautado de maneira intersetorial pelos governos. Até os anos 1990, o Brasil era o único país na Iberoamérica<sup>22</sup> que não havia criado órgãos governamentais de juventude nem políticas específicas (CEPAL, 2004; NOVAES, 2019). As instâncias governamentais de educação eram responsáveis por medidas voltadas para preparar os jovens das classes populares para o sistema produtivo. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e programas de saúde para adolescentes, implementados ao longo da década 1990, foram as primeiras políticas públicas concebidas, respectivamente, para garantia de direitos e saúde integral com recorte etário específico. No âmbito da saúde, vale marcar, que as ações permaneciam setoriais, focadas no controle da fecundidade adolescente, marcadamente no período no qual a epidemia de Aids se disseminava em todas as faixas etárias (MACÊDO, 2010).

Vale frisar, que essa conjuntura foi marcada por grave crise econômica, pautada por cortes de políticas sociais e duro ajuste fiscal. Os movimentos populares confrontavam a precariedade das condições de vida, a urbanização acelerada e o aumento da violência que atingia crianças e adolescentes. Enfim, circunstâncias nas quais políticas sociais insuficientes retardavam a vivência da cidadania (CARVALHO, 2008).

Ainda na década de 1990, dois contextos podem ser compreendidos como uma fase introdutória para uma agenda pública na qual a noção de juventude começou a repercutir visão mais ampliada. Um primeiro, ocorre através de ações comunitárias, Ongs e sociedade civil e movimentos sociais com legado de atuação na redemocratização e defesa dos direitos humanos e da infância. Essa orquestração nesse período, estava fortalecida pela aprovação do ECA, e deu prosseguimento para criação de iniciativas de participação popular de juventude nos Estados e Municípios (NOVAES, 2019).

Um segundo contexto, agenda pública no âmbito federal inovou com o Programa Comunidade Solidária (CS)1995-2003<sup>23</sup>, que articulou uma rede de atores nos três níveis de governo, com base interministerial e gestão dos municípios beneficiados. Como observa Novaes (2019), não ocorreu a criação de uma política específica, no entanto, podemos considerar que a perspectiva geracional foi um mecanismo de superação dessa fragilidade, pois

---

<sup>22</sup> Formada pelos países da América Latina, Portugal e Espanha.

<sup>23</sup> Sobre comunidade solidária, ver Burlandy e Labra (2007). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000600016>

o CS contemplou grupos familiares extremamente pobres, com estímulos para capacitação e inserção no mercado de trabalho, combate a desocupação, a pobreza e a fome, em municípios com alto grau de pobreza juvenil (MACÊDO, 2010).

Quanto ao escopo de direitos e marcos legais para a parcela jovem da população, permanecia a baliza etária de 18 anos do ECA, ou seja, a juventude permanecia invisível, ou “desfocadamente visível” (ABRAMO, 1997, grifo nosso) em uma agenda pública que evoluía lentamente, em compasso de espera da adolescência, que subsistia naturalizada como “uma fase difícil mesmo” Abramo (Op. Cit.). Como se na vida adulta tudo pudesse ser superado com a mudança etária. Esse “não lugar”, entendido na concepção de Marc Augé<sup>24</sup>, restava como uma abordagem não histórica, não relacional e não sociológica. Segundo Novaes (2019) os jovens permaneciam ‘sem suas credenciais como sujeitos de direitos’ (grifo nosso); prevalecia o foco no enfrentamento da desigualdade social, com a capacitação desse segmento populacional para o trabalho, como forma de conter o aumento da violência e desemprego.

A transformação desse quadro nas políticas públicas ocorre *pari passu* mudanças na conjuntura política após a eleição presidencial de 2002, com a chegada de um partido de esquerda ao poder no Brasil. Durante os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff ambos do Partido dos Trabalhadores (PT) - entre os anos 2003 e 2016 - ocorreu a renovação das políticas sociais. Um contexto que contribuiu na orquestração de todos os níveis de governo para a agenda pública da juventude (CASTRO e MACEDO, 2019). A criação da Política Nacional de Juventude (PNJ) (Lei 11.129, de 30/06/2005) ocorreu sob gestão da Secretaria Nacional de Juventude, integrada à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), para coordenar, articular e propor programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral dos jovens (NOVAES, et al. 2006; NOVAES, 2014).

A PNJ como política de Estado foi um marco político na garantia e manutenção das instâncias governamentais de juventude e um marco legal para reconhecimento dos jovens como sujeitos detentores de direitos. No período entre 2003 e 2015, ao mesmo tempo que crescia o número de jovens na população, a consolidação de um conjunto de políticas de juventude, atravessou um longo período de tramitação. Iniciou com a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 42 de 2008<sup>25</sup>, que esteve sob amplo debate da sociedade civil, movimento social e no Congresso Nacional e foi aprovada no Estatuto da Juventude (Lei N° 12.852, de 5

---

<sup>24</sup> Augé, Marc. Não-lugares: introdução a antropologia da supermodernidade Ed. Papyrus, 1994. Como concebe o autor, “se um lugar pode ser definido como identitário, relacional, histórico, um lugar que não se pode definir como identitário, relacional e histórico, é um não lugar”(p.74).

<sup>25</sup> Sobre a PEC 42 2008, ver <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/88335>

de agosto de 2013 (CASTRO e MACEDO, 2019). Para as autoras a participação social é uma das dimensões intrínsecas da forma como o arcabouço de direitos e proteção da juventude foram concebidos no Estatuto da Juventude.

Vale aqui ressaltar ainda dois cenários. O primeiro foi o incremento das pesquisas sobre juventude brasileira que ampliaram o escopo de análise da condição juvenil no final dos 1990. Nessa época, o protagonismo juvenil começou a inspirar muitos estudos e projetos (ABRAMO, 1997 NOVAES, 2019; MACÊDO, 2010<sup>26</sup>) expressos pelo incremento da agenda jovem para pesquisas acerca das singularidades, diferenças e identidades juvenis, que abarcaram temas como participação, cultura, emprego, escolaridade, violência, relações afetivas e sexuais, gênero, raça, saúde reprodutiva, desigualdades sociais e saúde.<sup>27</sup> Um segundo contexto, corrobora com a perspectiva apontada por Castro e Macedo (2009) e Novaes (2009) sobre a emergência de instâncias de participação nas políticas de juventude, como por exemplo, as Conferências Nacionais de Juventude, fóruns, redes e novos coletivos juvenis. Algumas dessas iniciativas, estão descritas na introdução.

### 3.2 INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS SOBRE OS JOVENS NO BRASIL.

Os dados demográficos retratam as juventudes em suas expressões, preocupações, expectativas, experiências e interesses. Como enfatiza Novaes (2019),

“(...) na juventude vamos encontrar as mesmas persistentes desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira. Tais desigualdades – reveladas por escolaridade insuficiente, desemprego e péssimas condições de habitação – geram situações de violência sempre retroalimentadas por discriminações de raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, deficiências (Novaes, 2019, p. 12).

Assim, ao analisar os dados informados na Síntese de Indicadores Sociais sobre as condições de vida da população brasileira, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020<sup>28</sup>, procuramos abordar a escolaridade no contexto atual de mudanças das leis trabalhistas brasileiras, que tem afetado negativamente a qualidade do

<sup>26</sup> A referência Macedo 2010 refere-se a minha dissertação de mestrado sobre as políticas de saúde e juventude nos anos 2000.

<sup>27</sup> Pesquisa Juventude Brasileira Instituto Cidadania, 2004, disponível: <https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dicas-projeto-juventude-final-1.pdf>

Pesquisa Violência no Namoro, CLAVES/FIOCRUZ, 2011, Disponível: <https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dicas-projeto-juventude-final-1.pdf>

<sup>28</sup> Síntese de Indicadores Sociais. IBGE, 2020.

Disponível em : <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101760>

emprego juvenil. A situação de vulnerabilidade social e pobreza informadas, mostram que a dívida social do Brasil é persistente sobretudo, porque é disparada desde a infância. Com base nos parâmetros internacionais de linha de pobreza extrema (renda mensal per capita inferior a US\$1,90 dia), entre 2018/ 2019 essa era a situação de (6,6%) da população brasileira. No grupo de idade de 0 até 14 anos (11,3%) são extremamente pobres e (41,7%) são pobres. Entre os jovens de 15 a 29 anos, (7,4%) são extremamente pobres e (29%) são pobres. Em 2019, (11,8%) da população vivia com até 1/4 do salário mínimo domiciliar *per capita*, o que equivalia a cerca de R\$ 250 no Brasil. Na faixa seguinte, com renda de R\$ 499, que equivalia a 1/ 2 salário mínimo domiciliar *per capita*, viviam quase 30% da população. Nesse último patamar, viviam 50% da população da região Nordeste, que em 2019 apresentou o maior número de pessoas entre 15 e 29 na população (IBGE,2020)<sup>29</sup>.

O analfabetismo persiste como um problema marcado por décadas de desigualdades estruturais no acesso de jovens à educação, que evidencia um problema dos mais básicos e prioritário do nível de instrução da população. A taxa de (6,6%) de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais na população em 2019, declinou apenas 0,6 ponto percentual em 3 anos. No quinto da população mais pobre, ainda que na faixa etária entre 15 e 19 anos a taxa seja a mais próxima da meta de erradicação 0,8 ponto percentual, nas demais idades até 29 anos, os jovens pobres apresentam as maiores taxas de analfabetismo. O nível de instrução por região, mostra a taxa é mais desfavorável no Nordeste com (49,1%), e a menor taxa no Sudeste com (32,5%) da população sem instrução ou ensino fundamental incompleto (IBGE,2020).

A progressão na escolaridade dos jovens no Brasil, mostra avanços, como já demonstrado na frequência adequada na faixa de conclusão do ensino médio, no entanto, mais da metade dos jovens 23,8 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, não progrediram para o ensino superior, não estavam estudando, nem buscando educação profissional em 2019. A estimativa é que metade da população jovem (50,7%), não estivesse estudando, mesmo sem ter concluído o ensino superior. Esse quadro se apresenta mais desfavorável entre os homens jovens de raça cor preta ou parda, onde (57,6%), não haviam concluído o ensino superior e não estavam estudando (IBGE,2020).

Conforme já destacamos é uma dimensão importante desse quadro, uma vez que deve ser acompanhada de oportunidades para que o trabalho não interfira no percurso educacional, já que o início no trabalho para os jovens brasileiros é a adolescência (ABRAMO, et al, 2020).

---

<sup>29</sup> O salário mínimo permanece como uma referência para o mercado e aferição de renda, além de piso para benefícios sociais e previdenciários, inclusive auxílio emergencial para as famílias na Pandemia Covid-19. Ver <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>

Ainda mais, porque no quinto populacional de maior renda domiciliar (61%) dos jovens prosseguem estudando, enquanto no mais pobre, a estimativa não passa de (23%). Sobre os motivos para que os jovens interrompam os estudos, a necessidade de trabalhar ocorreu em (43,1%) para os homens, maior do que entre os (26,0%) nas mulheres. Merece destaque, que entre os homens jovens (20,3%) não tinham interesse em estudar, e entre as mulheres, (22,3%) consideravam ter alcançado o ensino médio como desejado, e (11,8%) das mulheres atribuem à gravidez, que pode estar associada ao casamento e não somente a maternidade (Camarano, et al., 2006). Os afazeres domésticos e cuidado de crianças e idosos, foram referidos apenas entre as mulheres jovens. Outros motivos, chamam atenção, sobretudo nos jovens rurais, pela referência à falta de instituições próxima da residência (IBGE,2020).

Nas duas últimas décadas a situação juvenil na combinação escola e trabalho, tem sido fonte de muitos estudos, que consideram que o melhor nível de instrução não só pode proporcionar melhor rendimento, como resulta em outros avanços, como interesse e maior motivação para participação social e política na sociedade. A situação dos jovens que não estudam e não estão ocupados, tem apresentado um quadro desafiador para a redução das desigualdades sociais e de gênero.

Em 2019, o Brasil estava na pior situação na região do Mercosul<sup>30</sup>, com (22,1%) dos jovens sem estudar e sem trabalhar. Vale ressaltar que o Nordeste, já referido por sua maior representatividade de jovens na população, apresenta o maior segmento juvenil sem ocupação, são (25%) da população de jovens nessa situação. A diferença na taxa de ocupação da população jovem autodeclarada branca (17,0%) e a preta ou parda, (25,3%) expressa grande impacto da desigualdade. Em 2019, (82,3%) dos jovens que não estudavam estavam desocupados, esse grupo é majoritariamente formado por mulheres (IBGE,2020 Camarano et al., 2006).

Esse panorama, expressa a necessidade de conhecer as diversas juventudes que as estatísticas demográficas mostram de grande magnitude. No entanto, como Camarano e colaboradores (2006) destacam, a linearidade dos marcos tradicionais de transição, sobretudo, da escola para inserção no trabalho, tem repercutido mudanças nas trajetórias. Transições que oscilam, avançam, são interrompidas e retomadas, ou seja, dependendo de vários fatores,

---

<sup>30</sup> Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) de integração regional da América Latina. Os membros fundadores do MERCOSUL são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, signatários do Tratado de Assunção de 1991. A Venezuela aderiu ao Bloco em 2012, mas está suspensa, desde dezembro de 2016. Todos os demais países sul-americanos estão vinculados ao MERCOSUL como Estados Associados. A Bolívia está em processo de adesão. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

podem ser reversíveis ou não. Questões que merecem ser investigadas para além definir em taxas quem não estuda, não está ocupada ou não procura trabalho.

Na perspectiva dos estudos desses autores, deve-se focar a situação dos jovens que não enxergam horizontes, não têm condições materiais para mudar de situação, nem está inserida em grupo familiar capaz de assegurar melhores condições. Como destacamos no capítulo 4, para alguns de nossos interlocutores a interrupção dos estudos após o ensino médio, ou a mescla entre estudar e trabalhar, estão imbricadas em uma diversidade de experiências coletivas e subjetivas, nas quais é possível observar que a necessidade de ajudar em casa ou a falta de estímulo do grupo familiar, fazem parte das trajetórias de alguns deles.

### 3.3 INTERESSES, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS.

Cabe destacar questões aferidas em estudos sobre juventude que ampliaram as temáticas para conhecer os interesses e preocupações nesse universo social. Em 2013, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) desenvolveu uma pesquisa que entrevistou 3.300 jovens, distribuídos em 187 municípios, estratificados em capital e interior, áreas urbanas e rurais, contemplando as 27 Unidades da Federação. Quanto aos principais temas, os jovens destacaram a violência e a segurança (43%), seguido pela falta de emprego (34%), saúde (26%) e educação (23%). Em relação aos assuntos mais importantes para serem debatidos, os jovens apontaram: desigualdade e a pobreza (40%), drogas e violência (38%), política (33%), cidadania e direitos humanos (32%), educação e futuro profissional (25%), racismo (25%) e meio ambiente e desenvolvimento sustentável (24%) (SNJ, 2013).

Outro estudo relevante, ancora-se na pesquisa Retratos da Juventude Brasileira que em 2005, já apontava mudanças quanto a participação política. Os resultados indicaram que o interesse dos jovens estava se diversificando para outras arenas, para além da participação tradicional em partidos políticos. Dos primeiros movimentos estudantis dos anos 1960, onde o mote era fazer a revolução, dos anos 1990 em diante, a cena participativa dos jovens se diversificava, ao mesmo tempo que recebia críticas das instituições políticas, sindicatos e partidos, principalmente de despolitização da juventude (ABRAMO, 1997).

Em que pese a importância dos movimentos estudantis na luta contra a ditadura, a imagem dos jovens revolucionários e guerrilheiros dos anos mais combativos, ficou marcada como o ideal da participação política desses atores. Passada uma década, o fim do século, viu o arrefecimento de muitos movimentos populares urbanos (GOHN, 2014) e trouxe a

emergência de novas formas de participação, como por exemplo os ‘caras pintadas’ quando multidões de jovens pintaram o rosto e renovaram as manifestações políticas em 1992, mesclando novos repertórios de protesto com movimento estudantil organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), mas se diferenciando por não aceitarem ser liderados por partidos políticos.

Essas transformações prosseguem sem que os membros do sistema político se aproximem dos coletivos juvenis que usam novas formas de se manifestarem no espaço público, inclusive protestos, sobre temas de seu cotidiano, da cultura, comportamento, desigualdades sociais, mobilidade, violência e acesso ao ensino. Para Abramo (1997), ainda que essa pluralidade não fizesse parte do escopo de ação política dos partidos, o contexto de conquistas pelo ECA, já havia convocado os atores políticos sobre a urgência de aperfeiçoar as ações que contemplassem as demandas dos jovens. Sobre esse período, a autora escreve, “resta, assim, de um modo amplo e difundido, a manutenção da desqualificação da atuação pública dos jovens” (1997, p. 28).

Segundo Renato Janine Ribeiro (2007), o cenário dos últimos anos do século XX se caracteriza pelo declínio da ideia de fazer a revolução e pela perda de lideranças carismáticas. Para o autor, o que ocorre é uma mudança no marco dos novos movimentos sociais, quando a política passa a ganhar importância como ponto de partida para a participação. De forma marcante, o que mobiliza uma geração de jovens no início dos anos 2000 é sua identificação com a pauta de valores éticos e morais, sobretudo, para serem considerados sujeitos de direitos. A política mobiliza e amplia o interesse em ações coletivas, que enfeixam todas as dimensões de direitos humanos - direitos civis, direitos sociais e direitos coletivos, que são retomados nessa esfera, em um contexto social e político mundial, onde predominam as políticas de corte neoliberal. A juventude reage ao papel de problema social e a pauta reivindicatória assumida é a conquista de seu papel protagonista na mudança social (ABRAMO,1997; RIBEIRO,2007).

Essa transformação pode ser entendida na chave proposta por Tourraine (1997) para os novos movimentos sociais, onde não é mais a luta de classes que organiza o conflito. Os grupos sociais que querem mudança desenvolvem múltiplas formas de resistência por categorias sociais que incluem significação de classe, mas a reação é também sobre a crise, sobre as condições de vida, num dado momento histórico e político. Esse papel passa a ser exercido na esteira da emergência de mobilização de vários matizes e o conflito parte dos sujeitos e suas posições de subordinação. O confronto se coloca contra as diversas formas de opressão cultural, racial, de gênero, sexualidade, moradia, entre outras.

Como aponta Sader (1988, p.142) a ênfase no cotidiano é uma característica dos militantes dos novos movimentos sociais. A vitalidade do ativismo dar-se á, portanto, pela possibilidade de desdobrar as questões postas por essa realidade. Nas palavras do autor, os novos movimentos surgiram:

“No calor de acontecimentos decisivos que abriram espaços de visibilidade por onde agentes identificaram suas realidades, emergiram novos significados. Nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos” (SADER,1988, p.142).

Essa perspectiva teórica se coaduna ao apresentado no capítulo 1, sobre o movimento social da luta contra a Aids ter avançado aliado aos grupos de pressão dos movimentos contra a ditadura civil militar no Brasil. Do conflito inicial contra a inépcia institucional, a duração da luta foi marcada por diversas matizes discursivas, do confronto, da cooperação, da crítica e da afirmação da identidade soropositiva. No contexto dessa tese, é importante destacar que vários movimentos sociais de juventude têm assumido novas condutas coletivas. No contexto da Aids, os jovens ativistas buscam a autonomia, não como forma de renegar o legado geracional do movimento social dos anos 1980, mas sim, como estratégia para ter projetos e ações que contemplem os interesses do grupo, o que Gohn (2019) considera um ponto característico dos movimentos que surgiram nos anos 2000.

Aqui, podemos recorrer ao conceito de repertório, proposto por Charles Tilly, como formas de ação política que permitem explicar a influência das mudanças sociais, econômicas e culturais nas maneiras como os sujeitos expressam seu descontentamento por meio das mobilizações coletivas e confrontos políticos (ADAM, TARROW, TILLY, 2009; ALONSO, 2012). Nessa perspectiva, antes de caracterizarmos o ativismo de jovens no campo do HIV/Aids, consideramos pertinente descrever três acontecimentos recentes, que informam a renovação desse cenário internacional e no Brasil, a partir de algumas pesquisas sobre ativismo juvenil.

Santibañez (2018) aponta o movimento Pinguins em 2006, no Chile, que pautou a educação como plataforma reivindicatória ampla de direitos dos jovens, a partir da reforma radical da educação. O movimento espraiou para mobilização pública em todo país. As novas formas de engajamento e cidadania, sinalizam um quadro de renovação importante para análises do ativismo juvenil, a partir da espacialidade, solidariedade e convivência na diversidade de coletivos que marcam essa mudança. O movimento juvenil, nas suas palavras:

“também desafiou a natureza do processo de transição democrática no contexto chileno ao legitimar os protestos políticos e a mobilização pública como elementos cruciais para a construção da democracia e de novas formas de engajamento e cidadania” (SANTINBAÑEZ, 2018, p. 838).

Podemos aproximar a mobilização no espaço público que Santibañez (2018) ressalta com o movimento de ocupação das escolas públicas, conhecido como “Primavera Secundarista” (2015-2016), que conseguiu mobilizar vários setores da sociedade em diferentes estados brasileiros. A ocupação das escolas públicas pelos estudantes deu visibilidade à dura realidade da experiência de jovens pobres diante da precariedade da educação pública. Além disso, trouxe para cena várias lideranças juvenis que não se limitaram ao debate entre inclusão e exclusão. Pareceu estar claro para os jovens que eles seriam os mais atingidos pelos cortes de gastos sociais e pela reforma curricular em curso e sem a ampla participação da sociedade. As imagens divulgadas nas mídias, sobre as estratégias de comunicação e dinâmicas nos espaços, incluíam cuidar da limpeza e organizar a rotina das escolas ocupadas, colocam em evidência uma forma de protestar contra a criminalização frequente da condição juvenil e sua concepção como despolitizados. Uma dualidade perversa que invisibiliza direitos e os mecanismos de exclusão dos jovens pobres e, ao mesmo tempo, dá visibilidade às narrativas da criminalização da juventude como os protagonista da violência (SALES, 2005).

De acordo com Novaes (2014), o movimento conhecido como as “Jornadas de Junho” (grifo do autor) que aconteceu em 2013 no Brasil, não deve ser reduzido a episódios imprecisos e desorganizados. Ainda que seja possível verificar a existência de “jovens virgens de protesto” (grifo da autora) foram muitos os jovens que declaram na imprensa estarem nas ruas se manifestando pela primeira vez. A reivindicação do Movimento Nacional do Passe Livre fez o chamamento para diversos coletivos sobre a luta pelo direito à mobilidade da juventude. A autora atribui às experiências prévias de alguns coletivos e o uso das redes e tecnologias como potentes instrumentos de convocação para as mobilizações, diante da ausência de políticas e ações dos governos, como, por exemplo, na violência que atinge majoritariamente os jovens negros e pobres. Na sua visão, qualquer análise deve se apoiar sobre a complexidade e singularidade que constituem a realidade dos jovens no Brasil. Nas suas palavras, “a rigor, o tema Juventude é fértil para questionar modelos pré-estabelecidos e paradigmas naturalizados” (NOVAES, 2014, p.264).

Essa premissa nos coloca diante da tarefa de estudar o ativismo de jovens no campo do HIV/Aids, a partir do exame de suas trajetórias, *vis-à-vis* novos movimentos que surgem, com o propósito de compreender as demandas de jovens sobre cuidado e prevenção. Na confluência

de demandas geracionais e diversidade de histórias de vida dos jovens, é fundamental estudar como as trajetórias e experiências mobilizam engajamentos e interesses variados, em uma arena onde convivem diferentes gerações de ativistas no campo do HIV/Aids.

### 3.4 ATIVISMO JUVENIL NO CONTEXTO DA AIDS.

Alguns autores estabelecem diferenças entre os termos militante e ativista. Quanto ao movimento social no campo do HIV/Aids, Pelúcio (2007) considera que o termo ativismo se adequa melhor ao movimento “*de desconstrução prática e teórica do conceito de aidético*” (PELÚCIO, 2007, p.127). Assim, o ativista em Aids teria como ponto de partida a experiência, tempo presente, urgência da causa, grupo com diferenças identitárias e uma organização do movimento mais descentralizada. Em comparação, o militante teria como ponto de partida a sociedade, organização centralizada, tempo futuro, a mudança, luta de classes e liderança carismática. Nessa perspectiva, o ativismo mobiliza subjetividades que se entrelaçam no fortalecimento do protagonismo pelo confronto com a doença mortal. A identidade soropositiva, “o vivendo com HIV/Aids”, transformada em identidade política pela luta contra a precariedade do acesso a saúde, é uma forma de identidade coletiva assumida pelos grupos estigmatizados pelas suas identidades sociais e formas de infecção (PELÚCIO, 2007).

Para Bastos (2002), o termo militante vai perdendo lugar paulatinamente na medida que a organização e o movimento social se aproximam da atuação das ONGs e o conflito se diferencia do militante de esquerda. O termo ativista passa a ter maior visibilidade “*um ícone*” (p.117), inspirado no movimento internacional, sobretudo, nos Estados Unidos, e começa a ser utilizado como identidade por quem militava nas ONGs e em outras entidades da sociedade civil na luta contra a Aids.

Na Tese usamos o termo ativista, na perspectiva de que nos novos movimentos sociais os atores não têm como objetivo um poder centralizado, as lideranças são mais difusas e compartilhadas e buscam o reconhecimento de suas identidades. Nesse sentido a atuação dos ativistas é destacada nas palavras de Pelúcio (2007), “como produtores de saberes sobre a Aids e sobre viver com Aids, propondo práticas sexuais seguras, discutindo adesão aos medicamentos, interferindo na formulação das políticas públicas através de grupos de pressão” (p.125).

Vale lembrar que a afirmação do viver com HIV/Aids é plasmado pelo confronto diante do estigma da Aids – na luta contra a morte civil pela afirmação e visibilidade de viver com HIV/Aids. Além disso, no centro da luta estava a valorização da pessoa, suas experiências e

vivências. Como destaca Galvão (2002) “não era mais o homossexual, branco e rico” (p.76) que adoecia. Esse ativismo do protagonismo dos “Vivendo”<sup>31</sup>, como uma das formas de mobilizar politicamente a sociedade para enfrentar a epidemia, atraiu pessoas atingidas, que viviam fora do espaço social e seu enquadramento no grupo de risco minava o direito de participação política (BASTOS, 2002; GALVÃO, 2000).

O movimento inspira outras formas de ativismo no Brasil e em 1995, é fundada a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (RNP+). A proposta da rede é se afirmar como movimento social, ou seja, sua natureza organizacional é ser constituída por pessoas e não por organizações, para fortalecer a busca por respostas e fortalecer o ativismo diante das instâncias governamentais e ONGs. Atualmente a Rede abrange todas as regiões do Brasil através de redes regionais independentes, havendo uma participação majoritária de adultos, que era a demanda da primeira geração atingida pela epidemia até o final dos anos 2000 (BUENO,2011; GALVÃO, 2000)

Em 2006, a Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA) é criada com a proposta de contribuir para a inserção e fortalecimento de temáticas relacionadas à prevenção e as especificidades da adolescência e juventude PVHA na mídia, em espaços da sociedade civil e no campo das políticas públicas. A proposta assume um caráter ativista e político, com foco no acolhimento e nas singularidades da sexualidade de adolescentes e jovens que vivem com o vírus, influenciando a entrada da temática juventude e HIV/Aids nos serviços de saúde. A perspectiva inclui à dimensão integral do jovem “vivendo” (termo que se refere ao jovem com sorologia positiva para HIV) e adota o “convivendo” para a rede de relações sociais e afetivas dos jovens. Desde a sua criação, a Rede utiliza conferências virtuais, blogs, espaços virtuais para diálogo e acolhimento e redes sociais. (UNICEF,2014).

O processo de constituição da RNAJVHA foi iniciado a partir de encontros que aconteciam juntamente com a rede de adultos PVHA, com a participação de adolescentes, jovens e familiares, indicando que estava ocorrendo uma nova forma de atuação de jovens no campo do HIV/Aids. Em 2006 foi realizado o I Seminário Nacional de Jovens, que segue acontecendo até os dias atuais. Ao conformar uma agenda que visa legitimar os jovens como novos atores, interlocutores e ativistas da identidade soropositiva, a Rede propõe uma pauta mais próxima dos movimentos juvenis contemporâneos que buscam autonomia e novas formas de participação. Além disso, a atuação direta dos jovens em atividades de educação entre pares

---

<sup>31</sup> Em 1991 ocorreu o I Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids, surge a identidade dos “Vivendo”. O grupo Pela VIDDA inspirou a criação de grupos autônomos em várias regiões do Brasil. E continua coordenando os Encontros Nacionais até os dias atuais.

nos serviços de saúde e escolas, com apoio de ONGs, agências da ONU e governos, pode ser considerada como uma entrada da temática adolescentes, jovens e HIV/Aids nos serviços de saúde (UNICEF, 2014; ANJOS, 2015).

Os estudos sobre a incidência política e social de jovens no campo do HIV/Aids vem tomando impulso a partir dos anos 2010. Algumas pesquisas recentes investigaram a atuação da rede de jovens que vivem com HIV/Aids. O trabalho de Cunha (2011) examina a conformação de subjetividades soropositivas, na chave da biopolítica, quando os sujeitos jovens que vivem com HIV/Aids assumem o papel de multiplicadores das políticas e ao mesmo tempo são alvo desse controle. Bueno (2011) estudou as trajetórias de vida desses sujeitos buscando compreender como reconstroem suas histórias a partir do protagonismo e da identidade soropositiva. Em outro estudo, Calais (2018) pesquisou esses jovens enquanto atores políticos, diante da tradição de tutela e de subordinação a que adolescentes e jovens têm sido historicamente submetidos pelo Estado. Portanto, ser sujeito político ou ativista, se constituiria um desafio; participar de uma rede de jovens que vivem com HIV/Aids significa uma possibilidade de atuação política “ao ser rede” (Grifo nosso) em busca de autonomia em tempos atuais.

A presente Tese examina empiricamente a atuação de jovens que integram movimentos sociais relacionados à epidemia de HIV/Aids e pretende contribuir para a discussão sobre ativismo juvenil no cenário nacional atual. As ações coletivas desses atores têm lançado mão de narrativas e repertórios, através das redes e as mídias sociais digitais, que mantém a Aids como um campo sócio-histórico de entrelaçamentos e vínculos sociais (Valle, 2002), mesmo em tempo de mudança na conjuntura política e das respostas governamentais à epidemia.

No panorama atual do uso das tecnologias de informação e comunicação, essas ações e movimentações mesclam as dinâmicas participativas presenciais e virtuais, com a constante inovação e incorporação de ferramentas, como por exemplo, a formação e mobilização de grupos por aplicativos em celulares. Essas transformações nos espaços de ativismo, têm incorporado as formas tradicionais de ação para acolhimento e escuta, características dos grupos de jovens PVHA. A UNAIDS tem apontado que a evolução das tecnologias digitais e a mobilização da juventude podem contribuir para o engajamento na luta contra a Aids, e resultar em ferramentas para o controle social (UNAIDS, 2018).

No entanto, esse reordenamento nos espaços de ativismo, requer aprofundamento sobre a ação política, espaços participativos, sobretudo a relação desses atores com as instituições governamentais e serviços de saúde pública responsáveis pelas respostas ao HIV/Aids. Além disso, sinaliza olhar essas dimensões na perspectiva do cuidado, adesão, prevenção e promoção

da saúde experimentam fragilidades e desafios para esses atores na assistência nos serviços de saúde. Dessa forma, consideramos pertinente finalizar esse capítulo abordando as ações no âmbito governamental voltadas para a saúde de adolescentes e jovens no Brasil.

### 3.5 AÇÕES PROGRAMÁTICAS EM SAÚDE E AIDS.

O surgimento da epidemia de HIV/AIDS e o aumento da fecundidade na adolescência inspiraram ações preventivas no campo da saúde centradas na responsabilização individual. Um contexto focado em controlar a gravidez na adolescência, que reproduzia o débito de políticas públicas integradas às condições juvenis contemporâneas no Brasil, que como ressalta Batista (2009) reproduzia a lógica do risco. As ações aconteciam atreladas aos programas voltados para a saúde da mulher e da criança e eram focadas nos fatores de risco e na transmissão de informações, visando a mudança do comportamental dos jovens (CALAZANS, 1999; MONTEIRO,1999).

Historicamente esse ‘não lugar’ (grifo nosso) para os adolescentes e jovens em ações programáticas em saúde, mostra que essa população nem sempre foi demarcada singularmente como sujeitos políticos (ABRAMO, 2005; BURSZTIN e RIBEIRO, 2005). Portanto, é na esteira dos impactos da epidemia de Aids e dos movimentos sociais de defesa de direitos de crianças e adolescentes, que se consolida a implementação do Programa Saúde do Adolescente (PROSAD) em 1989, um ano antes do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Ainda que orientado por marcos etários para crianças e adolescentes, o Estatuto incorpora recomendações sobre a saúde sexual e reprodutiva e regulamenta o direito à privacidade no atendimento dos serviços de saúde (VENTURA, 2005).

O PROSAD é um programa longo, que até os dias atuais tem buscado atualizações programáticas com ações baseadas no ciclo de vida da adolescência, na perspectiva de ações integradas com outros programas para orientar a prevenção de ISTs e HIV/Aids, como é o caso da Estratégia de Saúde da Família, no âmbito da Atenção Primária. É preciso ressaltar que a longevidade do programa, resulta de sua efetividade em manter diálogos intersetoriais, que significam um esforço constante em atualizar e manter a saúde integral dos adolescentes e jovens em seu escopo programático. Esse aspecto, decorre de uma postura estratégica dos gestores e profissionais que operam no PROSAD, para superar as fragilidades da articulação política que não se concretizou na efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAIAJ) (LOPEZ E MOREIRA,2013).

O que poderia ter sido um marco das políticas de saúde, o movimento amplo entre atores políticos e os adolescentes e jovens para a construção da PNAIAJ, teve início em 1993. De acordo com Lopez e Moreira (2013) arranjos inconsistentes entre atores do sistema político e a área programática da saúde do adolescente, resultaram em uma agenda fragmentada sem força para formar alianças. Vale frisar, segundo as autoras,

“Que com isso, os sentidos declarados como norteadores de determinadas estratégias para a busca de caminhos que incentivem a entrada do adolescente e do jovem no sistema pela atenção básica em saúde não foram por si só suficientes para a legitimação de uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens como uma política de Estado com um escopo social mais ampliado (p.1185)”.

Nesse descompasso, permanece a situação de inconsistência na interlocução com esses atores juvenis, uma lacuna que significa a persistência do paradigma assistencialista do jovem como alvo das ações e fragilidade na garantia dos espaços de participação para esses atores nos serviços de saúde.

Desse período em diante, alguns marcos referenciais para ações dos serviços de saúde voltadas para adolescentes e jovens têm sido adotados como Diretrizes Nacionais em busca de consenso sobre saúde sexual e reprodutiva para orientações programáticas no âmbito da Atenção Básica. Arranjos para superar esse hiato nos espaços participativos, que fragilizam as garantias dos adolescentes e jovens como sujeitos de direitos à saúde integral prevista em nosso marco constitucional (MACÊDO, 2010). Nos anos 2000, são as orquestrações dos setores da Educação e Saúde que avançam com parcerias intersetoriais como, por exemplo, o programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) lançado em 2003, com incentivos ao protagonismo juvenil e educação entre pares. O SPE busca na promoção da saúde sexual e reprodutiva, ações para mitigar as vulnerabilidades de adolescentes e jovens às infecções sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV/Aids e à gravidez não-planejada (BRASIL, 2011).

O programa inovou ao inserir a discussão sobre saúde e sexualidade para desconstruir as barreiras, e dar visibilidade e dialogar sobre as vivências com HIV/Aids na adolescência e juventude nas escolas. Foi constituído por uma articulação do Ministério da Saúde com o Fundo da Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Infância, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e vários atores da saúde e da educação. É importante destacar que a participação da Rede de Jovens PVHA - RNAJVHA foi estratégica para a educação entre pares, com temáticas voltadas à saúde sexual e reprodutiva e a prevenção de IST e HIV/Aids. O foco foi valorizar experiências locais através da participação de diferentes atores (gestores, profissionais, jovens e grupos familiares e jovens que viviam com HIV), em processos

importantes no desenvolvimento biopsicossocial e na formação dos sujeitos sociais e políticos (BRASIL, 2011).

O estudo de Russo e Arreguy (2015) sobre as ações do SPE em uma Escola da Rede Pública da Baixada Fluminense (RJ), aponta que o Programa favorece o diálogo sobre orientação sexual e prevenção para estudantes. No entanto, as autoras recomendam que as ações sobre sexualidade e prevenção de ISTs e Aids devem acontecer articuladas com ações participativas e dialogadas com os estudantes e todos da comunidade escolar, visando contribuir para superar as visões normativas sobre orientação sexual e gênero. Os achados reiteram a dificuldade dos professores para abordar questões sobre sexualidade, gênero e reprodução (PEREIRA e MONTEIRO, 2015).

O Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE) permanece como inspirador para as ações entre pares. No entanto, a partir do lançamento do PSE - instituído por Decreto Presidencial nº 6.286 de 05 de dezembro de 2007 e reformulado por Portaria Interministerial de 25 de abril de 2017 - as ações passaram a ser realizadas por articulações e pactuações entre as redes públicas de saúde e educação (BRASIL, 2017). O novo desenho mantém os direitos sexual e reprodutivo e prevenção de IST/AIDS em um dos eixos e orienta a abordagem dessas temáticas a partir dos 10 anos de idade, de acordo com o planejamento de cada escola, que deve buscar o diagnóstico situacional de seus territórios para o planejamento das ações.

Ao comparar as diretrizes do SPE e PSE, Russo (2018) salienta que o PSE é voltado para o trabalho intersetorial, com ênfase na gestão articuladora para que as equipes da Atenção Básica e de Educação possam atuar integradas no contexto escolar. Há uma preocupação que conquistas do SPE -- como as abordagens e metodologias participativas e de educação entre pares, que favoreciam o protagonismo juvenil <sup>32</sup>--, sejam descontinuadas no PSE. Vale frisar que a promoção da saúde como estratégia programática intersetorial, tanto no SPE, como no PSE, fornece subsídios para o fortalecimento da participação dos jovens nas atividades dos programas, o que pode ter um efeito potente para participação dos jovens nos serviços de saúde e nos espaços comunitários.

Dentre os espaços participativos para a juventude no âmbito das políticas públicas, os desdobramentos da Política Nacional da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, fortaleceram entre 2005 e 2015, a realização de três Conferências Nacionais de Juventude.

---

<sup>32</sup> Porto (2019) destaca que o conceito de protagonismo juvenil não pressupõe que o jovem seja o único responsável por sua condição de saúde e abra mão de atuar socialmente e politicamente sobre os determinantes sociais e sobre o papel do Estado em garantir políticas públicas de saúde. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/35105/2/ve\\_Rosiane\\_da\\_Silva\\_ENSP\\_2019](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/35105/2/ve_Rosiane_da_Silva_ENSP_2019)

Segundo Novaes (2014), a gestação de novos coletivos juvenis avança com jovens acionando novas linguagens, como o hip hop e várias expressões artísticas e culturais, uso de novas tecnologias, rádios comunitárias e redes sociais. Para a autora, tais iniciativas são decisivas para a visibilidade das demandas da juventude no espaço público atual.

A 1ª em abril de 2008, com o tema “Juventude, Participação e Democracia”, teve como objetivo debater os programas governamentais para juventude que estavam sendo lançados, especialmente para educação. A 2ª Conferência, realizada em dezembro de 2011, com o lema “Conquistar direitos, desenvolver o Brasil” reuniu 2 mil delegados jovens e encaminhou propostas que já sinalizavam as barreiras de acesso dos jovens aos serviços de saúde.

Como já ressaltamos a 3ª Conferência Nacional de Juventude foi realizada em novembro de 2015. O eixo temático Saúde foi consolidado a partir da participação e diálogo com pesquisadores e por demandas dos movimentos e coletivos juvenis, presencialmente e por plataformas virtuais. Os temas contextualizam o debate atual sobre as pautas do ativismo juvenil no HIV/Aids. Dentre os tópicos debatidos e reivindicações<sup>33</sup>, vale salientar: a) garantir o acesso à saúde integral dos povos e comunidades tradicionais (diversidade étnico-racial) nos seus territórios e fora dele, respeitando as práticas tradicionais religiosas e culturais, garantir a promoção à saúde e diversidade étnico-racial em todas as instâncias de saúde e combater o extermínio das juventudes negra, indígena e de povos e comunidades tradicionais; b) garantir e ampliar políticas públicas para acesso a direitos sexuais, de identidade de gênero e direitos reprodutivos (SNJ, 2016). Ademais, o tema do HIV/Aids foi debatido em conferências livres, apontando a fragilidade do diálogo sobre sexualidade em gênero nas instituições e com órgãos governamentais.

Antes de encerrar esse capítulo, vale registrar que as conferências nacionais, inauguram um período fértil da participação, como marco garantido pela Constituição Federal de 1988. Seguindo a análise de Avritzer (2012) quanto ao padrão de participação social nas conferências nacionais, tomando as conferências de juventude, percebe-se a diversidade de gênero, escolaridade, renda, região geográfica, raça, cor, etnia, entre outros marcadores sociais, que demonstram a interlocução entre o contexto nacional e local. Como já apresentamos na introdução, as conferências territoriais livres e virtuais, inovam ao utilizar as tecnologias de informação e comunicação como mecanismos para ampliar a participação nas conferências de juventude.

No entanto, como sugere Avritzer (2012), a efetividade é um dos aspectos mais difíceis

---

<sup>33</sup> Disponível: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2015/08/Eixo-5-Direito-%C3%A0-Sa%C3%BAde1.pdf>

de mensurar quando não se tem mecanismos que acompanhem a implementação das propostas aprovadas, “estas lacunas são provocadas pelo fato de ainda não haver uma forma de gestão que se articule claramente com as decisões das conferências nacionais” (p. 22). Tomando o momento atual, diante da situação de vulnerabilidade social da juventude brasileira, já abordadas nesse capítulo, as ações coletivas juvenis, se encontram em um contexto desafiador para reagir diante da ausência dos espaços de participação, que estão garantidos no Estatuto da Juventude. Conforme já salientamos, já se passaram mais de cinco anos da última Conferência Nacional de Juventude.

Essas lacunas fragilizam o papel das políticas públicas de atualizar e pautar os referenciais socioantropológicos informados pelos estudos sobre a condição juvenil brasileira em suas ações programáticas, sobretudo, para atualizar as demandas desses sujeitos no espaço social. Nas respostas ao HIV/Aids, vale frisar que diante da quase total ausência ou inexistência dos mecanismos para integração e interlocução nos e entre serviços de saúde, escola, locais onde trabalham e grupos familiares, muitas vezes, nada é oferecido além da exigência de que o jovem prossiga, por vontade e iniciativa pessoal, como sujeitos de sua própria experiência e de sua prevenção.

Dessa forma, as ações coletivas dos jovens na luta contra Aids, sinalizam uma atuação no quadro dos novíssimos movimentos sociais, onde a ação política e conflitualidade acontecem entre atores institucionais, ativistas, ONGs e atores do governo, envolvidos nas respostas ao HIV/Aids. Para Gonh (2014) esse tipo de orquestração nos movimentos do século XXI, tem se caracterizado pela repolitização, protagonizada por jovens e tem nas ferramentas tecnológicas através das mídias sociais virtuais forma privilegiada para acionar a militância para ações coletivas. Esse é o mote desses movimentos que para Castells (2017) e Novaes (2014), tomam impulso a partir das tecnologias digitais propagadas “em aparelhos pessoais ao alcance das mãos” (Castells, Op. Cit. Grifo nosso).

Segundo Novaes (2014), a gestação de novos coletivos juvenis avança acionando novas linguagens artísticas e culturais, uso de novas tecnologias, rádios comunitárias, redes sociais, digital influencers, youtubers, entre outras pluralidades. Para a autora, tais iniciativas são decisivas para a visibilidade das demandas da juventude no espaço público atual, sob novas formas de ação. Como fenômenos recentes, verifica-se que as fronteiras entre o velho e novo, permanecem borradas e os levantes de juventude, ocupações e jograis, repertórios clássicos dos protestos urbanos dos anos 70 são retomados, juntos e misturados, cuja frase-mensagem “Somos a Rede Social”, escrita na faixa que foi empunhada pelos jovens que tomaram as ruas

brasileiras em junho de 2013, protagonizando uma onda de protestos inéditos nesse início de milênio no Brasil.

Dessa forma, a abordagem socioantropológica que ancorou esse capítulo embasa as interpretações das entrevistas com nossos interlocutores nas próximas sessões da tese. Antes, vale tomar dentre os ensinamentos antropológicos de Gilberto Velho (2006), de que é “preciso ir além dos estereótipos – inevitáveis em qualquer processo de interação social” (p.193), o que requer, dessarte, prestar atenção nas trajetórias, nas transformações ao longo do tempo e no trânsito geracional dos jovens ativistas da Aids, que reagem e tensionam os papéis de “*cooptados e despolitizados*” que muitas vezes lhes são atribuídos.

## 4 PERCURSO METODOLÓGICO

“A pesquisa social trabalha com gente, e suas criações”.  
Maria Cecília Minayo, *Desafio do Conhecimento*, 2009.

A pesquisa, de orientação socioantropológica, se propõe a examinar uma problemática e descrever como ela aparece nas sociedades complexas. Se empenha em captar suas formas e repercussões na trajetória de vida dos sujeitos da pesquisa. Para Geertz interpretar e falar sobre isso, é parte do fazer etnográfico: “*o estudo interpretativo representa um esforço para aceitar a diversidade entre várias maneiras que seres humanos têm de construir suas vidas no processo de vivê-las*” (GEERTZ, 2012: p. 22). Esse entendimento converge com os apontamentos de Becker (2007) de que os pesquisadores devem prestar atenção ao que as pessoas pensam e acreditam. Nas suas palavras:

Afinal, as pessoas sabem muito sobre o mundo em que vivem e trabalham. Precisam conhecê-lo para avançar em meio às suas complexidades. Devem se ajustar a todas as contradições e conflitos, resolver todos os problemas que ele lança em seus caminhos. Se não o conhecessem o bastante, não teriam permanecido lá por tanto tempo (p.132).

Nesse sentido, Bertaux (2014) enfatiza que não só o que os sujeitos fazem coletivamente na vida em sociedade, mas também o que fazem individualmente, pelo essencial, sua ação ao longo do tempo está implicado na construção histórica e social. As trajetórias dos sujeitos não se resumem a uma conduta deslocada de seu tempo, por comportamentos instantâneos. Tomando a concepção do autor, a trajetória se desenrola numa projeção de futuro, pensada, refletida que toma sentido nas ações. Nesse decurso, muitas vezes antes de se traduzir em atos, é dimensionada “como projeção do futuro, nasce de projetos” (p.255). As trajetórias no curso da ação dos sujeitos podem acontecer, ou não, encadeadas, “pois um ator não age no vazio” (*idem*) no curso da trajetória, outros atores, fazem parte como por exemplo, instituições, redes e outras formas de interação social. Nesse mesmo sentido, Velho (2006) e Calvo (2011) enfatizam que nas sociedades complexas, projetos e trajetórias são elaboradas e reelaboradas constantemente para atender um mundo complexo, de transições em um campo de possibilidades. Velho (2006) ensina que ao examinar trajetórias, a pesquisa social deve buscar interpretar significados e transformações à luz das mudanças, afinal, “os jovens não constituem tribos isoladas”.

Sobre trajetória e o curso das ações, Bertaux (2014) advoga sobre quem pode contá-la melhor, quer dizer, “é evidentemente, aquele ou aquela que a conduziu do início ao fim”. A

entrevista sobre essas narrativas, é considerada pelo autor uma maneira de enriquecer os apanhados da história de vida e o desafio para o pesquisador é encontrar um meio de descrevê-la, perceber como e foi organizada com finalidades específicas, e fazê-lo no sócio-histórico do próprio sujeito.

Nessa perspectiva, a presente Tese lançou mão de um conjunto de procedimentos metodológicos da pesquisa social, como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação, entrevistas semiestruturadas e anotações de campo, que serão explicitadas a seguir. Acreditamos que ao concatenar a abordagem teórica com as técnicas de pesquisa indicadas, o corpus da Tese contribui para captar as narrativas dos nossos interlocutores no propósito cumprir seu papel para o conhecimento sobre as trajetórias, elucidando as motivações, interesses, expectativas, ações desses atores em um contexto de vida entrelaçado com as respostas à epidemia de HIV/Aids.

#### 4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.

O marco teórico-conceitual buscou fundamentação em autores de referência da sociologia e antropologia, que atualizam o enquadramento socioantropológico sobre juventude e movimentos sociais. Cito como principais referenciais, Alain Torraine, François Dubet, Gilberto Velho, Helena Abramo, José Machado Pais, Karl Manhein, Maria Alice Foracchi e Regina Novaes. A partir do curso Ações coletivas e Novos Movimentos Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual fui aluna durante o doutoramento, tive contato com valiosas referências da Teoria dos Movimentos Sociais, nas obras de Sidney Tarrow, Charles Tilly, Maria da Glória Gohn e, Axel Honneth, Nancy Fraser.

Assim, a abordagem sobre o movimento social no âmbito das respostas à epidemia de HIV/Aids privilegiou autores das ciências sociais e humanas que contribuem para estudos sobre a história da epidemia e seu movimento social, como os pesquisadores Richard Parker, Jane Galvão e Cristiana Bastos. Sobre o contexto atual das respostas preventivas à epidemia, privilegamos investigações no escopo da saúde pública que dialogam igualmente com as ciências humanas e ampliam a discussão sobre a biomedicalização, como os estudos de João Biehl, Richard Parker e Simone Monteiro e seus colaboradores.

Nesse enquadramento, o arco temporal parte dos anos 1980 - por ser marco histórico do início da epidemia no Brasil -, contempla a passada de século, indo até os anos 2010. Segundo os ensinamentos de Minayo (2008), toda pesquisa deve atender os princípios metodológicos,

sem abrir mão de verve criativa. Pelo essencial, deve apurar, atualizar e ampliar o quadro teórico, para afiá-lo como instrumento para instigar questões da pesquisa e do trabalho de campo. Em busca de atender esse pressuposto científico, incorporamos referências bibliográficas que no decurso social, histórico e político da epidemia de HIV/Aids fazem interlocução com suas interseccionalidades e saúde pública.

#### 4.2 PESQUISA DOCUMENTAL.

De acordo com Cellard (2008), documento pode ser considerado todo vestígio histórico em textos escritos, repertório iconográfico - vídeos, fotografias, pinturas, entre outras formas de registros. Para autora o uso de documentos pode favorecer a compreensão do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas. Esse argumento foi basilar para buscar informações sobre a formação de jovens lideranças em HIV/Aids e resultou na seleção de documentos adotada na pesquisa. E decorre do que Sá-Silva e colaboradores (2009) ensinam: “o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado” (p.2), atentando-se para estar conciliado com a estrutura teórica da pesquisa.

Tomando essa orientação metodológica a estratégia documental buscou fontes que informassem o contexto social e político de criação do curso, seus objetivos, as formas utilizadas para reunir o grupo de jovens e como foi realizada. Por ter sido fomentada e coordenada por órgãos do governo e agências do sistema da Organização das Nações Unidas envolvidas na resposta à epidemia, consideramos como fontes as publicações do DICC/Ministério da Saúde e UNAIDS sobre o curso de formação de novas lideranças das populações-chave visando o controle social do Sistema Único de Saúde no âmbito do HIV/AIDS, que trataremos como formação de jovens lideranças em HIV/Aids na tese.

A Internet foi a base de busca, pois relatórios de gestão, documentos sobre o curso, registros de atividades realizadas pelos jovens, registros visuais e notícias, se encontram disponibilizados. Os sites do DICC, UNAIDS, redes sociais governamentais e redes de ativismo PVHA, foram as bases adotadas para busca, porque implica que, os documentos passem por um crivo institucional, antes de serem publicadas na Internet. Foi necessário trafegar na virtualidade, com atenção para que o conteúdo disponibilizado pudesse ser considerado documento, quer dizer, material escrito ou iconográfico, divulgado oficialmente por site seguro (CELLARD, 2008).

Através da pesquisa em navegador da Internet utilizei - curso de formação jovens lideranças HIV/Aids - como expressão para busca. O primeiro resultado direcionou para sites dos organizadores. No site do UNAIDS, <https://unaids.org.br/> o acesso foi desembaraçado e a busca resultou em documentos oficiais, fotos e publicações com entrevistas dos jovens e dos organizadores. No site do DCCI, <http://www.aids.gov.br/>, o acesso à informação foi quase sempre truncado. Esse site passou por mudanças durante a pesquisa, e alguns links da biblioteca virtual raramente funcionaram, mas ainda assim, consegui acessar registros fotográficos sobre o curso. A página oficial do antigo DIAHV no Facebook, que contém informações sobre a formação jovens lideranças foi interrompida em julho de 2019, mas não é mais atualizada pelo atual DCCI. Por sorte o conteúdo produzido pelo antigo Departamento, entre 2013 e 2019 continua disponível. Desde 2019, as redes sociais governamentais estão todas concentradas em uma página do Ministério da Saúde e as informações empregam # com as palavras HIV, Aids, entre outras, para direcionar a busca para o conteúdo de interesse<sup>34</sup>.

Vale frisar, que o acesso aos sites aconteceu entre setembro de 2018 até março de 2021, quer dizer, teve início durante a construção do projeto de qualificação, e avançou no decurso da fase exploratória, trabalho de campo e escrita da tese. Esse processo não ficou represado como uma etapa da pesquisa. Retornei várias vezes aos links da Internet para verificar a permanência da acessibilidade da fonte documental citada. Todos os documentos passaram por downloads e foram arquivados e as fontes que não permitiam obter o arquivo em formato PDF, foram printadas. É inescapável que esse movimento aconteça, de forma dinâmica, pois, muitas vezes, um novo exame pode ampliar a visão sobre um registro, que pode gerar pistas sobre outros documentos, que respaldará melhor a pesquisa (Sá-Silva et al, 2009).

Destaco que foram as conversas informais com jovens lideranças no congresso de João Pessoa que sinalizaram a Internet como local para obter fontes valiosas para a pesquisa. Os jovens se referiam as redes sociais do DIAHV como um lugar de interação social cotidiana; ouvi com frequência que muitos souberam do curso porque estão sempre olhando “o departamento”. Essa forma de se referir a página na internet do órgão remete a noção de “espaços de afinidade” que Lankshear et al. (2015) definem como espaços que podem existir on-line, projetados para atender interesse comuns das pessoas, “espaços sociais para interagir, adquirir conhecimentos, localizar recursos” (p.205). Além disso, tempos depois em uma outra conversa com um dos jovens informantes, ele me sugeriu acessar o acervo de fotos dos três

---

<sup>34</sup> O uso da # tem a função de indexar um tópico ou assunto nas redes sociais com o objetivo de permitir o acesso de a uma determinada discussão. O símbolo transforma-se em link de direcionamento ao conteúdo de interesse.

curso de formação em um desses sites - que mencionarei no decurso desse capítulo – que foi um recurso estratégico que lancei mão para o trabalho de campo.

Para a seleção dos documentos, compilamos os seguintes critérios: documento de domínio público, confiabilidade da origem da fonte, credibilidade do documento – crivo institucional, conteúdo pertinente, ligação com a pesquisa de modo que pudesse produzir conhecimento sobre o curso de formação de jovens lideranças em HIV/Aids. Vale destacar, que a pesquisa documental enriqueceu o contexto sócio-histórico da Tese e, conforme enfatiza Sá-Silva e colaboradores (2009), foi uma dimensão primordial para guiar nosso percurso e elucidar o processo de construção do curso de formação de jovens lideranças em HIV/Aids e agregar à Tese conhecimento sobre a participação dos jovens nessa agenda.

Os seguintes documentos, integram o *corpus* da pesquisa<sup>35</sup>: 1) Entrevista: Dez ativistas entrevistam Fábio Mesquita. Portal Geledés – Instituto da Mulher Negra. Ano: 2014. 2) Relatório de Gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde/ Ministério da Saúde. Ano: 2014; 3) Edital de seleção para o curso de formação de novas lideranças das populações-chave visando o controle social do Sistema Único de Saúde no âmbito do HIV/AIDS; 4) Relatório do Seminário Nacional Jovens Lideranças ocorrido em Goiás, publicado pela ONG ELOS. Ano: 2016; 5) Acervo de publicações sobre o curso na página do Facebook do DIAHV. Ano 2015. 6) Relatório de avaliação externa dos Cursos de formação de novas lideranças das populações-chave visando o controle social do Sistema Único de Saúde no âmbito do HIV/AIDS- Coletivo Autônomo Feminista Mangueiras. Ano: 2018; 6) Acervo fotográfico UNAIDS dos Cursos de formação de novas lideranças das populações-chave visando o controle social do Sistema Único de Saúde no âmbito do HIV/AIDS. Ano: 2017.

---

<sup>35</sup> Relatório de Gestão Secretaria de Vigilância em Saúde-Ministério da Saúde- 2014. Disponível:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio-de-gestao-svs-2014-pdf/view>

I Seminário Nacional e Jovens Lideranças. Disponível: [https://issuu.com/sergionascimento1/docs/livreto\\_elos\\_-\\_digital](https://issuu.com/sergionascimento1/docs/livreto_elos_-_digital)

Relatório dos Cursos de formação de novas lideranças das populações-chave visando o controle social do Sistema Único de Saúde no âmbito do HIV/AIDS- Coletivo Mangueiras. Disponível em:

[https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Relato%CC%81rio\\_UNAIDSHD.pdf](https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Relato%CC%81rio_UNAIDSHD.pdf)

Entrevista: Dez ativistas entrevistam Fábio Mesquita. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/dez-ativistas-entrevistam-fabio-mesquita-diretor-departamento-nacional-de-dstaidse-hepatites-virais/>

Acervo Facebook lançamento do curso na página do DIHV. Disponível em:

<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=ISTAidsHV&set=a.987645647962682>

### 4.3 OBSERVAÇÃO NA PESQUISA QUALITATIVA.

O artigo de Someck e Jones (2015) foi uma das primeiras leituras que fiz sobre observação na pesquisa qualitativa. Ao considerar a técnica um dos procedimentos mais importantes para obter dados, afirmam que no ato de observar, “o principal instrumento de pesquisa é o eu de quem conscientemente colhe os dados” (p.183). Essas autoras, ressaltam que os registros do que se observa resulta do que se decidiu no planejamento da pesquisa, ou seja, deve resultar de escolhas orientadas previamente. No entanto, não se pode esquecer, que são afetadas pelas impressões no ato de observar. Sobre esse ponto, Peirano (2018) retoma uma noção de Malinowisk<sup>36</sup> de “contexto de situação” para enfatizar que no ato de observar, outros sentidos – o olfato, a visão, a percepção espacial, o tato -, estão todos presentes na comunicação”.

A partir de Creswell (2010), entendemos que a natureza interpretativa da pesquisa qualitativa resulta no envolvimento do pesquisador com seu campo e seus interlocutores e por isso observações podem originar vários tipos de interações. Flick (2009) considera que a observação é um meio clássico de documentação e pode acontecer em ambientes de interação, como as entrevistas. Dessa forma, é preciso ter claro e definido qual técnica terá mais dedicação no campo. Sobre essa questão, a perspectiva de Bertaux (2014), considera uma técnica empírica inspirada na etnografia, combinada com interações por entrevistas.

Diante da riqueza interativa do ambiente da pesquisa, foi de grande valor ter acessado a leitura da bibliografia para afinar o trabalho de campo. Ter aliado as duas técnicas e ir tecendo o modo de lidar com a diversidade das cenas “o contexto da situação” (Peirano, Op. Cit.) da pesquisa vivenciadas em cenários, contextos e realidades circundantes em cenas diferentes, durante as viagens por seis cidades brasileiras, da maior metrópole do país ao semiárido nordestino, é ter experimentado o trabalho de campo como “um rico diálogo com a realidade” (Cruz Neto,1994, p.52).

---

<sup>36</sup> Bronislaw Malinowski (1884- 1942) nasceu na Polônia. Antropólogo, a referência clássica da pesquisa de Malinowski nas Ilhas Trobriands fez dele um inovador na forma em coletar dados de campo, a partir dele a pesquisa social adquiriu um caráter mais envolvente com o objeto de pesquisa estudado e o pesquisador passou a participar diretamente do cotidiano social observado.

#### 4.4 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.

Tendo como referência o debate que abriu esse capítulo, as entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE B) foram utilizadas para buscar as trajetórias de vida dos jovens que concluíram a formação de lideranças em HIV/Aids. Como orientado por Flick (2009), iniciamos com um bloco com questões sociodemográficas. Em sequência, 3 blocos temáticos foram organizados com tópicos que pudessem encorajar relatos mais longos, em forma de narrativas. Esse formato visou estimular o entrevistado a falar mais sobre um tema ou aprofundar algum outro aspecto.

De acordo com Rosenthal (2014), mesmo em entrevistas mais estruturadas, o princípio da abertura deve ser observado. Esse procedimento contribui para evitar a indução de hipóteses nas questões e tópicos e, dessa forma, preservar as descrições e relevâncias dadas pelos próprios entrevistados. Estimular uma forma narrativa na entrevista, incentiva o entrevistado reconstruir e articular suas experiências diante do tema abordado. Concordando com Bertaux (2014), a autora considera que dessa forma, a entrevista pode alcançar narrativas que reproduzam os cursos de ação, as trajetórias dos entrevistados. Vale destacar as orientações da autora, quando se pretende colher narrações,

“Com perguntas voltadas, à descoberta de motivos e justificativas, - por que você? por qual razão você à época? Qual motivo você não? - não se busca em geral estimular relatos, mas antes, argumentações(...), com elas, é quase impossível, estimular os entrevistados a contribuir com relatos mais longos” (Rosenthal, 2014, p. 188).

Devemos levar em consideração, como enfatizam Schostak e Barbour (2015) e Minayo (2008), que esse processo passa, indiscutivelmente, pelo planejamento e aprimoramento do roteiro. O roteiro não é um guia estanque, deve passar por ajustes na fase piloto, pois sua elaboração afinada com as questões da pesquisa o autentica como substrato precioso para o procedimento de análise e interpretação. Como enfatizam Oliveira e Paiva (2008), uma narrativa se constitui por relatos singulares de eventos, estados mentais, ocorrências que envolvem pessoas, como autores ou personagens. E a pesquisa sobre trajetória é uma forma de entender essa experiência.

A pesquisa foi aprovada pelo CEP/CONEP - Comitê de Ética e Pesquisa da ENSP/FIOCRUZ – sob parecer nº 11628919.2.0000.5240 No âmbito das questões éticas, foram observadas as Normas em vigor que definem os princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 e Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012), Dessa forma, foram garantidos aos interlocutores, ou “sujeitos da pesquisa”, todas as informações sobre a pesquisa, através do Termo de consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C), que assegurou o respeito a privacidade e a confidencialidade das

informações bem como a possibilidade de desistir da participação, a qualquer tempo, sem qualquer prejuízo para si ou para outrem e demais garantias asseguradas nas Resoluções supracitadas.

Cabe registrar, que a submissão do estudo na Plataforma Brasil contribuiu para preparar a parte operacional do trabalho de campo. Foi necessário argumentar de forma sintética e rever as técnicas da pesquisa, descrever onde e como seriam realizadas as entrevistas, se seriam on-line ou presenciais, além de compatibilizar o cronograma com os recursos. Inicialmente propomos realizar 10 entrevistas presenciais, contemplando as cinco regiões geográficas no Brasil, contando com recursos assegurados pela taxa de bancada do CNPQ, oriundos da bolsa de doutorado. Posteriormente, por meio da ampliação de recursos por meio do edital do CAPES Proex da pós-graduação, foi possível ampliar o número de entrevistas.

#### 4.5 UNIVERSO DO ESTUDO.

Foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas com jovens de cinco regiões brasileiras que concluíram o curso de formação de jovens lideranças em HIV/Aids, na faixa entre 18 e 29 anos<sup>37</sup>, que aconteceu em Brasília, DF, no período de 2015-2016. Foram entrevistados [02] jovens na região Centro-Oeste, [03] jovens na região Nordeste, [02] jovens da região Norte, [06] jovens na região Sudeste e [01] jovem na região Sul.

A forma presencial foi adotada em 12 entrevistas, e outras duas, foram realizadas via internet, de forma síncrona por aplicativo Skype. Como critérios selecionamos jovens de ambos os gêneros, sem restrição orientação sexual, de raça/cor, credo e religião e sem restrição de escolaridade. Em termos geográficos contemplamos os territórios de residência no momento da entrevista, em áreas urbanas e rurais, de diferentes regiões brasileiras, considerando o cenário epidemiológico do HIV/Aids. Quanto as atividades desenvolvidas, foram incluídos jovens com atuações no âmbito governamental ou não governamental.

Para a seleção dos entrevistados utilizamos como critério entrevistar jovens das populações-chave para as respostas à epidemia de HIV/Aids, grupo alvo do edital de seleção do curso. As entrevistas na Região Sudeste foram realizadas em maior número porque ocorreram em duas cidades onde o ativismo de jovens PVHA teve origem, e alguns dos nossos interlocutores participaram da criação dessas redes e da concepção da formação em Brasília. Os entrevistados foram acessados por mediação de informantes, que colaboraram, por terem

---

<sup>37</sup> O recorte etário que caracteriza a população jovem no Brasil, considera a faixa de idade entre 15 e 29 anos, definido pela Política Nacional de Juventude e pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13).

sido organizadores e, outros, por terem sido alunos do curso. Esse aspecto, é aprofundado no tópico sobre a construção do campo de pesquisa.

#### 4.6 PROCEDIMENTO ANALÍTICO DOS DADOS.

Os procedimentos adotados para análise do material apurado em campo estiveram o tempo todo referenciados pela abordagem teórica que orienta a Tese. Tomando uma aproximação com a perspectiva etnográfica, Peirano (2008) chama atenção para que a teoria seja - expressão utilizada por ela - “par inseparável” da técnica adotada para a comunicação em campo.

O roteiro da entrevista foi um dos dispositivos mais estratégicos dessa fase. Guiou a construção do quadro para obter relatos sociodemográficos e forneceu o substrato para organizar a seleção dos trechos das falas apuradas nas entrevistas e observações. Como denota Gomes (1994), na pesquisa qualitativa a fase da análise não é uma fase sistematicamente isolada, porque acontece muitas vezes durante a coleta de dados, no entanto, como forma de comunicar a pesquisa. O autor, da mesma forma que Minayo (2008), sugere sistematizar e organizar os procedimentos adotados. Ambos orientam iniciar pela leitura global do material coletado, descrever os procedimentos de forma clara e sistematizada, que devem informar ao leitor de trabalhos científicos todos os procedimentos adotados de análise. Para isso, de forma condensada, o enfoque analítico adotado seguiu três fases.

A primeira fase teve como objetivo organizar os dados coletados, caderno de campo, fontes documentais e gravações de áudio. Os arquivos de áudio foram identificados com códigos individuais para cada interlocutor, foram transcritos e digitados como texto. Na segunda fase, realizamos de forma simultânea a audição e leitura dos textos, para correção de possíveis erros e partes truncadas na transcrição textual. Com o conteúdo transcrito conferido, os textos foram impressos e serviram de referência para a elaboração de quadro síntese com relatos sociodemográficos de cada entrevistado (Sessão 1 do roteiro).

A terceira fase foi empenhada na leitura cuidadosa de cada entrevista, seguida da elaboração de um quadro com tópicos gerados a partir das sessões 2, 3 e 4 do roteiro, que de modo geral contemplaram temas como trajetória escolar, trajetória profissional, vida cotidiana, experiência no ativismo, a chegada, a experiência e desdobramentos como cursista da formação jovens lideranças em HIV/Aids. A seleção de relatos significativos para cada um desses tópicos, buscou selecionar trechos narrados, para gerar o que Bauer e Gaskell (2002) chamam de – “mapas de conhecimento”, termo que significa as dimensões analíticas na perspectiva do saber

dos interlocutores, como forma de refletir, dialogar e teorizar de forma interpretativa. Tomando uma pista de Geertz (1989), que argumenta a interpretação dos significados simbólicos da ação social. Ao adotar esse pressuposto, os pontos de vista, as concepções e os valores do grupo pesquisado foram interpretados como textos, conectando-os com a realidade social estudada (GEERTZ, 1989).

#### 4.7 CONSTRUINDO O TRABALHO DE CAMPO: OS ENCONTROS COM AS JOVENS LIDERANÇAS.

Como indicado na introdução, o campo desse estudo surgiu em uma cena genuinamente brasileira. Tendo como cenário o mar do nordeste, quando da primeira vez que encontrei com os jovens que se identificavam como “jovens lideranças” foi em um congresso sobre HIV/Aids em novembro de 2015. Foi quando me vi estranhando algo com o qual eu estava acostumada. Lembrei dos ensinamentos de Gilberto Velho. Ao darmos de cara com algo familiar, não está implícito que o conhecemos. Habituada a participar de eventos com atividades organizadas por jovens, tudo naquela cena era diferente e passou a me envolver intensamente para saber o que seria. De volta ao Rio, passei a acompanhar algumas atividades desses jovens nas redes sociais e de forma presencial. Ao iniciar o doutorado em 2017, eu havia proposto uma pesquisa avaliativa do curso de formação de jovens lideranças no campo do HIV/Aids que, posteriormente, foi redefinida para a proposta atual, centrada na trajetória de um conjunto de jovens que concluíram a formação de lideranças juvenis em HIV/Aids, promovida pelo DCCIT entre 2015-2016. Vários desses jovens tinham estado no congresso de Aids em João Pessoa.

Foi um certo exercício, buscar a micro história, uma escala menor, como potência analítica, afinal, a formação tinha alcançado cerca de 150 jovens. Nessa primeira fotografia, me empenhei em uma bricolagem das fontes documentais - fotos, notícias em sites governamentais e do UNAIDS, páginas das redes sociais das jovens lideranças jovens PVHA, editais, relatórios - com memórias pessoais e observações registradas durante o I Seminário para fortalecimento das populações chaves: ações de resposta da juventude à epidemia de HIV, organizado em 2016 pelos jovens em Goiás<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> O I Seminário para fortalecimento das populações chaves: ações de resposta da juventude à epidemia de HIV, ocorreu em Luziânia-Go, entre os dias 13 e 16 de outubro de 2016. Foi organizado por jovens lideranças que se articularam com a ONG ELOS-cidadania LGBT, e captaram recursos de edital público do DIAHV/MS. O objetivo foi apresentar e debater as ações que os jovens formados pelo curso em Brasília estavam realizando em seus territórios. Além dos jovens, participaram Parlamentares, coordenadores do Programa Nacional de Aids, e outros atores políticos do campo.

Disponível em: [https://issuu.com/sergionascimento1/docs/livreto\\_elos\\_-\\_digital](https://issuu.com/sergionascimento1/docs/livreto_elos_-_digital)

Esse foi o recurso para construir uma cartografia inicial do grupo a ser estudado. A proposta foi situá-los espacialmente em seus territórios de origem e em suas atuações no momento que participaram da formação. Uma pista importante sinalizada por Howard Becker mostra que a seleção do universo de estudo deve privilegiar o que os sujeitos fazem, quer dizer, suas atividades e não o que elas são; tal “truque” de pesquisa visa escapar de tipologias, que consideram que o tipo de pessoa é o que ela é (BECKER, 2008 p.69).

Essa empreitada artesanal e metodológica se revelou importante. O exame mais cuidadoso dos registros das minhas observações me possibilitou elencar um grupo de 30 “*jovens lideranças*” que eu teria maiores chances de abordar como informantes. Ademais, pude evocar um outro grupo de participantes, que ocuparam diversos papéis no seminário de Goiás, como coordenadores e observadores oriundos de outros estados brasileiros. O reexame dessas relações e interações permitiu organizar uma rede de bons informantes que puderam colaborar com o trabalho de campo. A sensação de ter uma base para acessar esses atores foi um ponto que me deu mais segurança.

Nessa direção, cabe assinalar que antes de iniciar a pesquisa de campo em 2019, eu já fazia parte de alguns grupos das redes sociais dos “*jovens lideranças*”. Esse acesso se deu por convite para um grupo no WhatsApp e uma página no Facebook durante o Seminário de Goiás. No evento, alguns jovens já me conheciam por termos atuado em um projeto da Fiocruz em 2015. Deixei claro que pretendia pesquisar a implementação do curso jovens lideranças no doutorado, pois achava importante que eles soubessem do meu interesse e da minha posição de pesquisadora.

Em nenhum momento fui excluída das atividades por ter deixado claro meu interesse em observar a atuação do grupo; muito pelo contrário, fiquei hospedada no alojamento coletivo onde todos os jovens e organizadores estavam. A receptividade foi calorosa, fui convocada para apoiar as apresentações, contribuir na redação de documentos, fazer registros fotográficos, participar de atividades de lazer, realizar refeições junto com os jovens e integrar as dinâmicas de grupo. Alguns deles, que tinham atuado em projetos comigo, e me chamavam por um apelido, ‘*Maria Ricksey*’ em alusão a uma personagem da TV, porque me viam como uma pessoa mais velha, uma “mulher fina e poderosa” que saía para dar rolê com eles após o trabalho para lancha no quibe do Saara. Em seguida descrevo as atuações de Aurea, Clara, Dandara, Daniel, Néstor e Ângela, como informantes, mais que isso, minhas bússolas preciosas, que apontaram onde eu poderia semear a pesquisa.

---

Em julho de 2019, falei com Aurea, uma informante privilegiada que fez parte da equipe que construiu o curso de Brasília, apoiou os jovens no evento de Goiás e tornou possível minha participação como observadora. Estava no grupo do WhatsApp, se mantinha atuante e sempre foi uma das apoiadoras mais entusiasmadas. O conhecimento dela sobre onde os Jovens Lideranças estavam atuando espalhados nas diversas regiões do Brasil, era o que eu precisava para iniciar o trabalho de campo. Conversamos por WhatsApp, falei sobre a pesquisa do doutorado e ela colaborou de pronto. Forneceu alguns contatos, que me permitiram traçar um primeiro quadro com as cidades e os estados onde os jovens estavam morando. Meu foco naquele momento era contactar os jovens da região Norte e Nordeste. Eram as regiões mais distantes e que iriam necessitar de mais recursos financeiros.

Com os contatos dessas regiões, abordei Néstor, jovem da região Norte, e Brenda, da região Nordeste. Na aproximação, eu sempre usava meu nome, Maria Rita e explicava que fazia parte do grupo JL do WhatsApp. Falava sobre a pesquisa, que a participação deles seria através de entrevista presencial e perguntava da disponibilidade para encontrar e conversar. Não tive dificuldades na comunicação, os dois responderam imediatamente e as conversas foram cordiais. Ambos foram acolhedores, se mostraram interessados, disponíveis e toparam participar. Foi também uma oportunidade para pedir ao Néstor, outros contatos do grupo na região, dado que ele atuava no movimento social de HIV/Aids e divulgava frequentemente os encontros com jovens. Com isso, fiquei com um bom número de indicações nessas duas regiões.

Dessa forma, defini o roteiro da segunda fase do trabalho de campo, porque a primeira etapa seria a região Sudeste, onde eu sairia do Rio para Belém, de Belém para Natal e retornando para o Rio de Janeiro. Mas antes, me dediquei a região Sudeste, onde já havia definido as entrevistas com os jovens do Rio de Janeiro, como fase piloto. Como eu moro na cidade, esse critério foi adotado para revisar os instrumentos e ajustar o roteiro, antes das viagens. Fiz um mapa a partir dos contatos da região Sudeste com alguns jovens que tinham me adicionado no face, outros estavam no grupo JL e dois eu tinha os contatos pessoais do WhatsApp.

Em 05 de setembro de 2019 eu telefonei para Daniel, jovem morador do Rio que aceitou participar da pesquisa. Agendamos a entrevista para 20 de setembro. Pedi sua contribuição para acessar Vik, um outro jovem da mesma cidade. Eu sabia que eles eram amigos. Vik se mostrou bastante interessado e aceitou participar. Agendamos a entrevista para 27 de setembro. Pedi a Daniel, indicações para possíveis contatos na região Sul e ele imediatamente, acionou seu “espaço de afinidade”, ou seja, o site da UNAIDS, onde ele retomou memórias do grupo através de fotografias dos “*jovens lideranças*” disponíveis no site. Eu já havia usado na pesquisa documental, mas não com a riqueza de pistas que Daniel enunciou. Durante a conversa,

acessamos à Internet e examinamos juntos as fotos. Esse recurso imagético foi essencial para o trabalho de campo, pois em alguns momentos precisei não só relembrar, mais (re)conhecer os informantes, alguns eu somente encontraria face a face pela primeira vez para realizar as entrevistas. Foi dessa forma, vibrante e afetuosa que junto com Daniel, experimentei o campo pela primeira vez.

Continuei as dinâmicas de aproximação com os jovens do Sudeste. Entrei em contato com Dandara e ela topou participar. Propus um encontro presencial tendo em vista que nós estivemos juntas em alguns projetos e desenvolvemos laços de afeto e amizade. Dandara é ativista em Direitos Humanos e HIV/Aids, foi uma das organizadoras do Seminário de Goiás e tem um conhecimento amplo das redes de ativismo juvenil e da atuação dos “*jovens lideranças*”. Nossa conversa aconteceu em um shopping da zona norte do Rio de Janeiro, no dia 11 de setembro de 2019. Ela forneceu um quadro amplo sobre as atuações dos jovens. Era uma jovem, falando da atuação de seus pares e sem julgamento de valor, exatamente como Velho (2006) ensina “sem estereótipos”, expondo com clareza a atuação de cada um. Foi um encontro muito alegre. Falei que tinha examinado as fotos com Daniel e ela achou boa ideia. Foi um momento de empatia ao relembrar todos aqueles atores que escreveram a história do grupo que Dandara aderiu e mobilizou desde o início.

Identificamos alguns contatos que eu já tinha no meu Facebook para propor as entrevistas em São Paulo, uma rede que ela conhece bem. Durante nossa conversa ela me falou de Janaína, uma jovem da Bahia e de Nancy, uma jovem do interior fluminense. Colaborou também com informações sobre os “*jovens lideranças*” do Centro-Oeste. Tudo anotado, tomamos um café e combinamos que a entrevista com ela seria em um outro dia, pois ela iria retornar caminhando para casa, e, apesar de ser final de tarde e ela morar a poucas quadras de onde estávamos, a violência no Rio de Janeiro é uma preocupação constante dos jovens. Nos despedimos com um longo abraço e combinamos de nos falar depois para marcar.

Após realizar as entrevistas com Daniel e Vik, a fase piloto foi cumprida, o roteiro das entrevistas foi ajustado e iniciei as aproximações com Nancy e José Hélio. Com Nancy, moradora do interior de uma cidade do Sudeste usei o Facebook. Enviei mensagem privada pelo Face, explicando a pesquisa. Ela respondeu no mesmo dia e agendamos a entrevista para 24 de outubro na cidade dela. O contato com João Hélio também foi pelo face, ele tinha participado do Seminário e me conhecia, pois ocupamos o mesmo alojamento coletivo. Ele aceitou de pronto, ficou muito interessado que eu conhecesse seu campo de atuação em uma ONG em uma capital do Sudeste, mas estava em recuperação de um grave acidente e não conseguimos agendar. Como, ele me disse que estava passando por um processo bem delicado,

resolvi não insistir em fazer a entrevista por Skype.

Em seguida, fiz contatos com Rodolfo e Sílvia, jovens da região Centro-Oeste. Dia 17 de outubro de 2019, enviei mensagem privada pelo face e conversei com Rodolfo sobre a pesquisa. Ele aceitou participar e me passou o seu WhatsApp; agendamos a entrevista para dia 31 de outubro. Com Sílvia, a recepção sobre a pesquisa também foi muito acolhedora, e sem dificuldades, marcamos a entrevista para dia 04 de novembro.

Como as aproximações e os contatos estavam fluindo bem, iniciei as abordagens com os jovens da segunda capital do sudeste, na tentativa de traçar um plano de viagem junto com o deslocamento para o Centro-Oeste. Não tive sucesso. Entrei em contato via Facebook com dois jovens e não obtive retorno. Um deles até retornou, mas depois de quase um mês, eu já tinha acionado outros contatos e o planejamento do Sudeste já estava organizado. Eu sabia que Clara, que atuava na área da Saúde no Sudeste, conhecia os “*jovens lideranças*”. Tínhamos os contatos pessoais uma da outra e eu resolvi acessá-la. Ela me colocou em contato com Mark. Ele não havia participado do Seminário em Goiás, mas a aproximação foi tranquila. Me apresentei como estudante de doutorado e disse que a Clara havia me passado o contato. Expliquei a pesquisa, ele aceitou participar e agendamos uma data compatível com a minha ida para a região Centro-Oeste. Procurei saber com ele sobre o Loka, coletivo de jovens sobre HIV/Aids, eu não tinha certeza se algum deles teria feito o curso de Brasília. Mark disse que os conhecia e que ninguém havia feito o curso. Agendamos a entrevista para 30 de outubro. Antes de buscar contato com a outra possível entrevista no Sudeste, resolvi me empenhar na segunda fase, para confirmar as entrevistas da região Norte, antes do período de festas de fim de ano de 2019.

Realmente essa foi uma intuição, que eu diria, mudou completamente o planejamento das entrevistas e trouxe outras possibilidades. Retomei o contato com Néstor, que me avisou que nos primeiros dias de novembro estaria em um evento e perguntou se eu não preferia fazer a entrevista lá. Eu aceitei e ele disse que outros “*jovens lideranças*” estariam lá também. Combinamos de nos encontrar no evento. Também busquei contato com os organizadores do para solicitar minha participação e poder encontrar os possíveis interlocutores sem barreiras. Consegui remarcar a entrevista com Mark e agendamos para dia 11 de novembro de 2019.

Com essa mudança, muito bem-vinda para a pesquisa, ainda faltava agendar a última entrevista do Rio e mais uma entrevista na segunda cidade do Sudeste. Recorri novamente à Dandara, aproveitamos para agendar a entrevista para dia 8 de novembro, e ela me falou que estava atuando em uma ONG internacional com Isa, uma outra jovem do Sudeste, que tinha participado da formação em Brasília. Me passou o contato dela, e naquele mesmo dia, falei com

Isa através do WhatsApp. Ela foi muito amigável, disse que topava, mas precisava consultar seus compromissos. Alguns dias depois, confirmou e deixamos tudo combinado para o dia 12 de novembro de 2019. Durante o evento, entrevistei Néstor e ele me disse que tinha um outro jovem da região Norte e que provavelmente aceitaria participar da pesquisa. Encontrei Nery, falei da pesquisa, ele aceitou participar e agendamos a entrevista para o dia seguinte. Antes de me comunicar com os organizadores de um evento, me identifiquei como pesquisadora e pude participar de algumas sessões de debates e seminários que reuniram vários ativistas. Foi uma parte importante do campo que teve origem durante a pesquisa.

As entrevistas do Nordeste ficaram para a terceira fase do campo. Após São Paulo, tomei o rumo de Natal, minha base para retomar o contato com ativistas da Região Nordeste. Durante a entrevista com Néstor, ele me falou de Janaína. Lembrei que Aurea, Daniel e Dandara também tinham perguntado se eu não iria entrevistá-la.

Cheguei em Natal dia 13 de novembro e a tarefa foi falar confirmar a Região Nordeste Por WhatsApp agendei dia 25 de novembro, viajei para a cidade em uma região agreste. Retornei no dia seguinte e estava me sentindo bastante cansada. Mas, ainda tinha a finalização das aulas do doutorado e eu participei dos seminários de Tese via Skype, apresentando o estágio atual da pesquisa para a turma e coordenadoras da pós-graduação. Foi uma experiência bem interessante, participar on-line das apresentações, estando no campo. Descansei por uns dias e contatei Gabriela que estava no extremo oeste de um estado da Região. Como ela estava no grupo JL, enviei mensagem no dia 09 de dezembro. Ela respondeu que estava fora do estado e que provavelmente retornaria para as festas de final de ano. Como Gabriela não tinha certeza se retornaria ao Nordeste, resolvi seguir a indicação dos jovens de entrevistar Janaína. Ela não estava no grupo JL e pedi para Dandara seu contato pessoal. Janaína respondeu super acolhedora, tinha uma agenda muito ocupada, mas conseguimos confirmar a entrevista na em 12 de dezembro de 2019. Após as festas do Natal, retomei o contato com Gabriela, e fiquei muito animada; ela estava de volta à cidade dela e agendamos a entrevista para 03 de janeiro de 2020.

Com a conclusão dessas etapas, faltava abordar os jovens da região Sul. Eu já tinha planejado seguir direto para Florianópolis para entrevistar um jovem do Paraná, que morava lá e depois seguir para Porto Alegre. Resolvi confirmar as informações sobre esses jovens com Ângela que tinha atuado em vários projetos do UNICEF e conhecia bem a atuação dos jovens na região. Ela me passou os dois contatos e consegui acessar Celso. Ele topou participar da pesquisa, me disse que tinha retornado para o interior e que seria melhor fazer a entrevista por Skype, porque estava muito longe da capital. Combinamos de nos falar mais adiante. Também

fiz contato com o WhatsApp de Nair, a jovem de Porto Alegre; aguardei uma semana e ela não retornou. Tentei o Facebook e vi que ela não estava mais na rede. Com tantas mudanças, voltei a falar com Daniel, para me informar sobre um outro jovem, de quem ele era próximo, e que era da região Sul. Ele me disse que Paulo não morava no interior, resolvi deixar o contato como possibilidade. Justo nas últimas entrevistas, e com um mapeamento prévio dos informantes, os jovens se moveram completamente das redes e apareceram várias barreiras. Fiquei mais uma semana em Natal e cheguei no Rio na primeira semana de fevereiro de 2020.

Antes de retomar os contatos com o Sul e após uma reunião sobre a pesquisa, organizamos um novo cronograma e resolvemos deixar as últimas entrevistas um pouco mais para frente. No dia 17 de março de 2020, quando o governo do estado decretou a quarentena no Rio, eu adoeci. Acometida por vários sintomas de virose, diante de um cenário de incertezas, telefonei para a unidade de saúde onde sou usuária da Estratégia Saúde da Família, mas tudo estava direcionado às urgências da Pandemia Covid -19; quer dizer, não tinha testes, atendimento só para remoção para hospital se não estivesse oxigenando o suficiente. O protocolo era ficar em casa. Eu só piorava, com um esgotamento físico paralisante. Procurei uma médica de uma outra unidade e comecei a ser atendida à distância, por telefone, tratada pelo protocolo da SES do Rio e pelo teleatendimento 136 do SUS. Depois de uma semana em que parecia que eu iria me recuperar, tive uma recaída. Foram dias muito difíceis e estive por três semanas acamada e outros tantos dias tentando melhorar. A infecção foi embora, mas restou um quadro de fadiga intensa, hipertensão, sintomas cardiológicos e muito medo. Só me restava tomar remédios, procurar fortalecer minha saúde mental para encarar uma rotina que nunca mais seria a mesma.

Consegui ir retomando o trabalho da pesquisa nos últimos dias de abril. Essa retomada da escrita sobre o campo nas primeiras semanas de maio, percebi o quanto atravessar a doença em quarentena e de forma solitária me abalou emocionalmente e fisicamente. Além disso, sem conseguir acesso à testagem para o coronavírus todo processo de cuidado ficou fragmentado gerando muito medo e muita ansiedade. Nessa época voltei a conversar com Daniel sobre o momento dramático da pandemia, e as barreiras para o campo no Sul diante das restrições de minha saúde para viajar. Como eu já havia me aproximado de Celso, um dos interlocutores do Sul, restava aguardar mais um pouco para estar mais segura em poder entrevistá-lo por Skype. Compartilhei com Daniel a dificuldade de contato com Nair e ele lembrou que ela estava atuando junto com Regina, uma amiga em comum. Regina falou com Nair e me repassou o seu contato. Resolvi confirmar primeiro a entrevista com o jovem do Paraná para depois tentar me aproximar de Nair. Fiz novo contato com Celso, e realizamos a entrevista por Skype para 06 de

maio de 2020. A entrevista com Nair, foi adiada, e com meu quadro instável de saúde, não realizamos a entrevista.

No total foram realizadas 14 entrevistas, realizadas entre os meses de setembro de 2019 e maio de 2020. O local onde entrevistei os jovens foi preferencialmente escolhido por eles. Isso só aconteceu de outra forma, por exemplo, nos hotéis onde me hospedei, quando os informantes diziam não ter um local adequado. Da mesma forma, duas entrevistas foram realizadas via internet através do aplicativo Skype- on-Line, pois não havia possibilidade de realizá-las presencialmente. Os nomes dos informantes são fictícios, escolhidos para evocar as mulheres e homens ativistas de várias frentes de luta do HIV/Aids e de direitos humanos. O perfil dos jovens está descrito no quadro 1.

Quadro 1 – Perfil dos Participantes da pesquisa.

	Região	Gênero - Orientação. Sexual	Idade	Cor/ etnia	Ocupação	Escolaridade	Sorologia HIV	Religião
1. Brenda	Nordeste	Mulher Transexual	29	Branca	Ativista estudante	Cursando ensino superior	Não vive com HIV	Evangélica
2. Celso	Sul	Homem Cis Homossexual	32	Branca	Professiona l da saúde e educação	Superior completo	Vive com HIV	Sem religião
3. Daniel	Sudeste	Homem Gay	29	Branca	Bolsista	Cursando pós-graduação stricto sensu	Vive com HIV	Ateu
4. Dandara	Sudeste	Mulher Bissexual	28	Negra	Ativista	Curso superior completo	Vive com HIV	Kardecismo
5. Gabriela	Nordeste	Mulher Transsexual	28	Parda	Ativista Mercado virtual do sexo	Ensino médio	Não vive com HIV	Kardecismo
6. Isa	Sudeste	Mulher Heterossexual	26	Negra	Ativista estudante	Ensino médio Cursando nível técnico	Não vive com HIV	Praticante de matriz africana
7. Janaína	Nordeste	Mulher transsexual	29	Negra	Assessora técnica em direitos humanos e juventude	Cursa pós-graduação stricto sensu	Não vive com HIV	Espírita

	Região	Gênero - Orientação. Sexual	Idade	Cor/ etnia	Ocupação	Escolaridade	Sorologia HIV	Religião
8. Mark	Sudeste	Home Cis Gay	27	Negro	Assessor técnico em HIV/Aids	Cursa pós- graduação stricto sensu	Não vive com HIV	Espiritualista
9. Nancy	Sudeste	Mulher Cis Heterossexual	29	Negra	Ativista Diretora de ONG	Curso superior completo	Não vive com HIV	Sem religião Interesse matrizes africanas
10. Nery	Norte	Homem Cis Homossexual	26	Parda	Estudante	Cursa graduação	Vive com HIV	Cristão
11. Néstor	Norte	Homem cis Gay	32	Negro	Diarista Sem emprego formal	Cursa pós- graduação latu sensu	Vive com HIV	Sem religião
12. Rodolfo	Centro- Oeste	Homem Gay	29	Preto	Assessor técnico em HIV/Aids	Ensino médio completo.	Vive com HIV	Sem religião Interesse matrizes africanas
13. Silvia	Centro- Oeste	Mulher Cis Bissexual	26	Preta	Assessora técnica em Raça e Gênero	Cursa ensino superior	Não vive com HIV	Cristã
14. ViK	Sudeste	Homem Gay	29	Parda	Bolsista Artista plástico	Cursa pós- graduação stricto sensu	Vive com HIV	Espiritualista

#### 4.8 SOBRE AS ENTREVISTAS: BORDANDO O REPERTÓRIO COMUNICATIVO.

Uma vez apresentados os caminhos para chegar aos informantes e a experiência em campo, considero pertinente descrever como me preparei para entrevistar. Procurei contemplar ponto por ponto, adotando simultaneamente uma postura amorosa, curiosa e aberta, no sentido pedagógico freireano. Uma vez que, estou e sou da mesma sociedade dos homens e das mulheres jovens que aceitaram participar da pesquisa e dividir suas histórias de vida. Nessa segunda década do século XXI, isso significa que juventude, saúde pública e HIV e Aids, permanecem como temas candentes, que enfeixam a vida das pessoas entrevistadas e a ciência sobre isso é o que Chartier (2006) enuncia como um “encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas” (p.228).

Em todas as entrevistas iniciei o diálogo estimulando que o interlocutor fizesse uma

narrativa sobre sua vida. O intuito era fazer perguntas introdutórias que permitissem registrar a idade, nome, gênero, orientação sexual - para depois, deixar o caminho aberto para o entrevistado fazer a narração e contar a sua história. Em praticamente todas as entrevistas a narrativa foi encadeando um percurso biográfico, que permitiu que eu prosseguisse, ora sem fazer nenhuma interferência, ora diante de introspecções, utilizando algumas locuções, previstas no roteiro, que eu procurava deixar o mais imperceptível na cena. Dessa forma inicial, partia para um segundo momento, apresentando um bloco de locuções voltadas para a temática da pesquisa.

Mesmo quando utilizava uma forma mais interrogativa, como por exemplo, “como você chegou no ativismo?”, eu procurava deixar que o interlocutor fizesse as conexões em sua narrativa de forma a evitar muitas fragmentações. Como grifa Becker (2008), perguntar “como?” amplia as possibilidades narrativas e não costuma provocar atitudes defensivas no entrevistado. Ademais, como salienta Voldmam (2006), em conjunto com o método, à técnica, e todas as fontes adotadas em uma pesquisa que tomam a narrativa oral como parte de seu material, soma-se a importância de que ao colher um depoimento o pesquisador esteja ciente que silêncios, hesitações e pausas prolongadas, entre outras manifestações, são partes integrantes da cena e muitas vezes estruturantes de uma narrativa.

Durante as entrevistas, os choros, os desvios do assunto, a memória emotiva, as dúvidas, a fala empolgada ou a lentidão em retomar um ponto, foram valorizadas, na condução, e, algumas vezes, nas mudanças sutis - como por exemplo, retirar um tópico previsto no roteiro. Enfim, a experiência de estar em um ambiente relacional, uma via de mão dupla, que não se resume somente a oportunidade de extrair um depoimento. Nesse sentido, é importante frisar que os entrevistados sabiam da temática do estudo e o motivo de terem sido convidados para a pesquisa. Essas informações foram fornecidas desde o primeiro contato e constaram no TCLE, que apresentei antes de iniciar a coleta de dados. Nas duas entrevistas realizadas on-line, o TCLE foi enviado por e-mail e o aceite foi gravado no início do diálogo.

Ademais, como chama atenção Bertaux (2014), é crucial deixar claro o que é ser um pesquisador, para que um possível interlocutor não se sinta melindrado, ou pense que será fiscalizado. O autor se baseia em seu próprio exemplo, quando ao se apresentar aos seus interlocutores, como sendo membro de um determinado instituto de pesquisas francês, foi rechaçado e confundido como se fosse um fiscal do governo. Procurei deixar claro que eu estava fazendo uma pesquisa, como estudante de doutorado, que não trabalhava para o governo, que não tinha intenção de avaliar as pessoas, o grupo, nem o curso. Mesmo com interlocutores que já me conheciam, antes da gravação eu utilizava alguns momentos para um preâmbulo, para

buscar um ambiente de confiança para as entrevistas em sintonia com cada contexto, como aconteceu por exemplo, com Nery, que disse: *“eu nem sei se pode, mas vou falar, eu posso falar né?”*. O intuito, portanto, foi atuar de forma clara para preservar o ambiente caloroso e os aces de bom grado, experimentados desde o contato inicial com todos os interlocutores.

Vale destacar, que o entendimento da entrevista como um evento testemunhal foi expresso por alguns informantes, quando convidados a participarem da pesquisa. No dia em que convidei Vik, ele disse *“quero muito participar e falar do curso, de como o curso mudou minha vida”*. A mesma reação demonstrou Nery que, mesmo estando envolvido em um seminário com muitas atividades, disse: *“ah, eu quero sim, quero muito falar sobre o curso e o que aconteceu com a minha vida”*.

Considero que essa percepção, tem a ver com o fato de eu já ter estado presente em contextos de militância, onde alguns dos entrevistados atuaram; portanto, eu não era vista como uma pesquisadora de campo *“enigmática de obscuros desígnios”* (p.177) como assinala Silva (2009), ao se referir aos estranhamentos nos primórdios das pesquisas etnográficas. Ao contrário, eu era uma pessoa conhecida dos nativos e, como sugere o autor, eu parecia me enquadrar mais como uma figura, que muitas vezes pode ser encarada por ativistas de movimentos sociais e ações coletivas como *“capaz de pôr no papel, a história desses sujeitos”* (p. 178), sobre um momento que eles consideram importante em suas trajetórias.

Dois entrevistados apontaram a questão temporal, no sentido de uma certa preocupação com possíveis falhas de memória, dado que os entrevistei 3 anos após o curso. No entanto, alguns consideravam que as suas atuações no momento da entrevista, de certa forma, eram desdobramentos da participação no curso jovens lideranças de Brasília.

Por fim, entendo crucial criar no ato de entrevistar, o que Thomson (2000) valoriza, a partir do que o antropólogo Charles Briggs considera como *“repertório comunicativo”* dos interlocutores, entendido como formas particulares, seus eventos especiais, suas categorias de fala e seus tabus. *“A regra mais fundamental é ter sensibilidade para com os modos habituais de fala e comunicação e permitir que as pessoas falem segundo seus próprios termos”* (p.49). Quer dizer, a trajetória de cada sujeito é um bordado único.

## 5 CONHECENDO “JOVENS LIDERANÇAS”.

Para Amado e Ferreira (2006), o testemunho oral é um meio privilegiado para estudar trajetórias de atores sociais, movimentos sociais, ações coletivas e lutas que, muitas vezes, permanecem invisíveis na sociedade. Conforme já contextualizado nos capítulos 2 e 3, a narração de experiências converge com o objetivo de buscarmos o curso dos acontecimentos concretos, vivenciados nas trajetórias dos “jovens lideranças”. Nesse capítulo, partimos dos relatos dos 14 jovens entrevistados para descrever seus perfis e reconstruir dimensões biográficas em suas narrativas acerca de seus núcleos familiares, percurso educacional, atuação profissional e em movimentos sociais e as motivações para participar do curso de formação de jovens lideranças em HIV/Aids.

### 5.1 PERFIL E TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DOS E DAS JOVENS CURSISTAS.

Como indicado no quadro 1, nossos entrevistados formam um grupo de 14 jovens, distribuídos nas três edições do curso. A maioria reside no Brasil, distribuídos nas regiões Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, com exceção de um que estava morando na Europa no momento da entrevista. Quando foram entrevistados estavam na faixa etária entre 26 e 32 anos. A maioria estava solteira e não tinha filhos; três relataram estar casados e uma entrevistada criava uma criança.

Os núcleos familiares são constituídos por mães e irmãos e pai e mãe e demais parentes. Os que moram sozinhos mudaram de cidade para estudar, por oportunidade de trabalho, para construir carreira, buscar autonomia ou por conjugalidade. Os conflitos no âmbito familiar e de relações conjugais, que resultaram na saída de casa, foram relatados apenas por uma entrevistada, uma mulher negra transsexual. Ela narrou sua vivência em ambiente hostil e violento, desde início da adolescência quando iniciou a transição de gênero; o que motivou sua saída da casa familiar ainda na adolescência e, posteriormente, durante a separação de seu companheiro na vida adulta. A relação paterna é relatada como inexistente por cinco entrevistados. Dois perderam o contato paterno na infância e os outros três não conheceram o pai.

As autodeclarações quanto a identidade de gênero e orientação sexual, mostram uma variedade de categorias identitárias, quais sejam: [03] Mulher transexual; [02] Homem Cis homossexual Cis; [02] Mulher Cis heterossexual; [02] Mulher bissexual; [02] Homem gay; [02] Homem Cis Gay [1] Bicha preta. Na autoidentificação da Raça/Etnia prevaleceu os termos

negro/negra (08), seguido de Parda (03) e Branca (03). O nome social é adotado pelas 03 mulheres transsexuais entrevistadas (Ver quadro 1, p. 85-86).

A trajetória escolar dos pais indica que a maioria terminou apenas o ensino fundamental. Somente duas mães concluíram o ensino superior e um pai teve acesso à universidade, mas não concluiu o curso. Grande parte dos entrevistados considera que a pobreza, a falta de acesso e a necessidade de prover o sustento e cuidado da família (filhos, avós e outros membros) comprometem a escolaridade dos pais. A ocupação materna é distribuída entre: donas de casa (3); empregos sem vínculos formais (4); funcionária pública aposentada (1); aposentadoria por invalidez (01); desemprego (3). Três entrevistados não falaram sobre a ocupação materna.

Notamos que a escolaridade dos entrevistados é bem superior a de seus pais. Dos 14 interlocutores, oito haviam terminado o ensino superior completo e estavam cursando a pós-graduação, sendo quatro de Mestrado e um de Doutorado. Entre os seis com ensino médio completo, um estava complementando o nível técnico. Apenas uma jovem afirmou que considerava suficiente completar o ensino médio.

A despeito da maior escolaridade, a empregabilidade dos entrevistados revela o predomínio de ocupações sem vínculos formais. Dos 14, dois possuíam vínculo formal, um é servidor público e uma é contratada por empresa terceirizada; seis mantinham vínculos em projetos com remuneração por bolsa; dois com remuneração por bolsa de pós-graduação. Três estavam desempregados, vivendo de trabalhos temporários e uma relatou trabalhar no mercado virtual do sexo. Apenas uma jovem informou receber benefício social por se portadora de deficiência (PCD).

A descoberta e a vivência da sorologia HIV positiva motivaram a entrada no movimento social para três de nossos interlocutores. Mesmo aqueles (5) que já tinham participado de outros movimentos (estudantil secundarista e universitário); após o diagnóstico do HIV, dois se engajaram na luta contra a Aids. Da mesma forma, seis iniciaram o ativismo em direitos humanos e LGBTI e se engajaram na luta contra a Aids, por identificarem pautas comuns entre gênero, sexualidade, racismo, direitos humanos, juventude e violência. A atuação em partidos políticos aparece como motivação inicial para ingressar no movimento social para dois jovens. Observamos, relatos nos quais os entrevistados estão envolvidos com coletivos nas mídias sociais, como youtubers, fanpages, arte engajada e militância no campo da saúde, pública. Apesar de a sorologia do HIV não ter sido tópico de nosso roteiro de entrevista, sete dos nossos interlocutores se identificaram como PVHA. A seguir, apresentamos um apanhado biográfico sobre cada um dos 14 jovens entrevistados.

**Rodolfo** nasceu no início da década de 1990, em uma cidade de periferia de uma grande capital brasileira. Se autodeclara negro, homem gay e gosta de se definir como uma “bicha preta”. Conta de sua origem em uma família “humilde”, de religião protestante. Tem cinco irmãos, três homens e uma mulher que são de outras relações de sua mãe. Contou da experiência familiar com perda por HIV/Aids. Ele começou a trabalhar com 16 anos para ajudar no sustento da família e foi nessa época que conheceu seu pai, com quem conviveu pouco, não mantém contato e relata não saber muita coisa sobre ele. Sua mãe não teve acesso aos estudos, é “semianalfabeta, lê pouco” se casou novamente, mas ele não tem relação com o “atual marido” da mãe.

Rodolfo tem ensino médio completo e fala das várias tentativas de prosseguir para o ensino superior, sem conseguir: “eu vim de uma família muito pobre, eu tinha necessidade maior de trabalhar, e nunca fui incentivado a estudar, sabia que eu tinha que terminar o ensino médio para começar a trabalhar”. Ele relata que cresceu com o referencial “conseguir comprar as minhas coisas, (...) conseguir ter acesso”. Por ser homem e gay buscou independência para falar da sua orientação sexual e morar onde quisesse, caso sofresse discriminação por parte da mãe, “eu vivi muito nesse papel de ir à luta para conseguir certa ascensão enquanto homem negro, vindo de comunidade, um lugar periférico”.

Quando foi entrevistado, estava solteiro, tinha se mudado para outro estado, dividindo moradia com amigos e tinha duas ocupações. Estava trabalhando e atuando em um projeto ligado ao HIV/Aids. Declarou uma renda aproximada de R\$ 3000 e colaborava com o sustento da mãe. Durante toda sua vida, teve prática em igreja evangélica e depois de assumir sua identidade gay, mudou para uma igreja evangélica inclusiva para LGBTQ, que também abandonou porque não sentiu acolhimento para sua homossexualidade sendo homem negro. Atualmente se declara um estudioso de religiões de matrizes africanas e sem religião.

Sobre a entrada no ativismo, ele atribui em parte ao seu diagnóstico positivo para o HIV, no entanto, o que o motivou a procurar apoio e desencadeou seu engajamento, foi ter sofrido discriminação e cerceamento de direitos quando foi demitido após ter tido sua sorologia exposta no trabalho. A chegada ao curso de Jovens Lideranças se deu por sua trajetória no ativismo, pois quando começou seu tratamento se aproximou de grupos de PVHA. Ficou sabendo do edital pela internet e como queria muito participar, ficou atento “queria muito ser selecionado”. A motivação era poder se aproximado ambiente de ativismo em outro estado, de se preparar melhor. Rodolfo conseguiu ser selecionado.

**Vik** nasceu em 1990 e se define como homem gay. Se autodeclara de cor parda e religião espiritualista. É formado em Filosofia em universidade pública. Quando foi entrevistado estava

solteiro e morava em uma casa com 5 pessoas. Sua renda era de 500 Euros, proveniente de uma bolsa de mestrado, numa Universidade Europeia. Vik não falou muito sobre sua história familiar, mas contou que “relação começou até ficar melhor depois que eles descobriram que eu era soropositivo. Acho que isso ajudou bastante ao longo do tempo a gente se aproximar”.

Ele começou a atuar no movimento estudantil, quando entrou na graduação, através de engajamento em vários grupos, se aproximou da pintura e arte política. Contou também que as formas de se organizar acontecia em praças com grupos de militância partidária. Antes de sair do Brasil, estava estudando em uma escola de artes. A aproximação com o ativismo em HIV/Aids, aconteceu quando atravessava a depressão e o medo da morte após resultado positivo de HIV. Ele fala de um ativista que ele conheceu em algum grupo na internet, que não lembra exatamente como, mas foi a partir dessa pessoa que ele entendeu um pouco o que seria viver com HIV; Conta que se inspirou muito nela porque “fui vendo como que ele estava me ajudando, ajudando outras pessoas. E eu comecei a ficar mais interessado em tentar fazer para os outros também aquilo que ele fez por mim”. Logo em seguida, ele lembra que essa pessoa na verdade, era um jovem que vivia com HIV e atuava na saúde em um órgão do governo. Vik começou a participar de grupos em uma Ong, a mesma que ele foi orientado a procurar para testagem, e foi numa postagem dessa Ong nas redes sociais que ele soube do edital do curso. Foi selecionado e diz que “o curso mudou a minha vida, porque passei a me interessar em falar sobre o assunto”. Além disso, Vik, conta que a sua arte começou a expressar a temática do HIV, e que durante os momentos em que expunha seus trabalhos, suas pinturas motivavam as pessoas a conversarem sobre esse assunto, “a romper o tabu”.

**Nancy** é psicóloga, nasceu em 1990 e se autodeclara preta, mulher cis e heterossexual. A família é do interior do Rio de Janeiro. Ela conta que nasceu em outra cidade do litoral, lugar para onde seus pais migraram em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, onde foram empregados domésticos. A família viveu lá por 10 anos. Nancy não tem irmãos e nasceu no final desse ciclo, depois de muitas tentativas de seus pais engravidarem. Quando ela tinha menos de 2 anos, o pai faleceu, aos 38 anos de idade. O retorno dela “bem novinha” é o que a faz se sentir nativa da cidade para onde ela e sua mãe se mudaram para estarem próximas do núcleo familiar. A escolaridade do pai era ensino médio, mas a mãe não passou do fundamental, e concluiu curso de auxiliar de enfermagem, atividade que exerceu até perder a visão de um olho. A criação de Nancy aconteceu no seu núcleo familiar feminino, sua avó e a tia já falecidas, foram as mulheres que cuidaram dela. Ela conta que sua infância foi ver sua mãe cuidando de outras crianças. Quando a mãe adoeceu com câncer, Nancy tinha 14 anos e

começou a trabalhar como empregada doméstica e babá para sustentar a casa.

A partir daí, foram os estímulos da mãe para que ela estudasse que a fizeram continuar na escola mesmo trabalhando como doméstica. Esse trabalho durou 2 anos, o tempo do tratamento da mãe. Quando ela se recuperou, Nancy conseguiu sair da condição de doméstica aos 16 anos, por meio de uma bolsa de trabalho em um Instituto Federal de Educação, ao que atribui o sentido maior para concluir o ensino técnico e prosseguir até o superior. Ela entrou no Instituto com 19 anos, concluiu o ensino técnico e lá conheceu seu atual marido, com que está casada há três anos. Sua religiosidade foi iniciada dentro de igrejas evangélicas pentecostais, que ela largou na adolescência, e aos poucos se aproximou de religiões de matrizes africanas, para conhecimento sobre sua questão da negritude e espiritualidade, “do sobrenatural”. Quando foi entrevistada disse não ser praticante de nenhuma religião. Ela e seu companheiro trabalham em uma ONG que construíram juntos. Nancy diz que parou de atuar em psicologia clínica para trabalhar em projetos da ONG, com “pessoas pobres, pretas, faveladas, convivendo com HIV, LGBT Q e mais, tudo que a sociedade não quer”.

A entrada no movimento social, resultou de suas experiências e vivências cotidianas com o racismo, discriminações sociais acumuladas contra a juventude, contra a cultura negra, a perda de amigos vítimas de violência, entre outras questões que consolidaram o projeto social de trabalhar com adolescentes e juventude de periferia. Na atuação nas comunidades, Nancy conta que lidava com jovens em vulnerabilidade, em projetos de prevenção de homicídios e o tema HIV/Aids, de certa forma, já perpassava esse cotidiano de atuação. Além disso ela seguia as redes da ONU, porque “sempre quis trabalhar na ONU”. Foi nas redes sociais das agências da ONU que ela viu a chamada do edital. Foi selecionada e atuou como aluna e depois retornou como multiplicadora.

**Dandara** é psicóloga e nasceu em 1991. Se define como negra, bissexual e não conheceu seus pais biológicos. Quando tinha quase 2 anos seus pais morreram em decorrência da Aids. Ela não quis se aprofundar sobre a história dos pais e conta que família atual é formada pelo seu pai adotivo que é militar aposentado e sua mãe adotiva, que tem o ensino médio completo, é dona de casa e trabalhou como datilógrafa até adotar ela e sua única irmã dos pais biológicos. Quando foi entrevistada, morava em um bairro da zona Norte do Rio de Janeiro, com seus pais e uma prima, que considera irmã. Estava sem trabalhar e a renda da família se aproximava de R\$ 4000,00.

Sobre sua escolaridade, afirma: “foi sendo construída na medida que eu sobrevivía”. Dandara foi infectada por transmissão vertical do HIV quando ainda não havia tratamento. Ela

conta que sua família até achava importante, mas não planejou sua escolaridade. Quando aos cinco anos ela começou a usar medicação antirretroviral, foi matriculada na escola, mas sem muita perspectiva de futuro; a expectativa era que ela chegasse aos 12 anos. Ela lembra, que na sua família ninguém perguntava “O que você quer ser quando crescer?”. Até o acompanhamento psicológico orientava para que isso não fosse uma parte estimulada na vida dela. Ela sentia que um adolescente com HIV era “literalmente criado para morrer feliz”.

A adolescência chegou e ela estava vencendo o HIV. Começou a se interessar pela informática, estudou mecatrônica. Quando pensava no futuro, o sonho era seguir a carreira militar, como o pai. Foi seu primeiro sonho desfeito, porque a lei não permitia que pessoas vivendo com HIV ingressassem nas forças armadas. Esse “baque”, fez com que ela fosse tentando encontrar alguma coisa. “Mais ou menos com uns quinze anos, eu fui ao meu primeiro encontro de adolescentes vivendo com HIV/AIDS”. Afirma que se identificou, se sentiu bem em conversar, falar da sua vivência. Decidiu abandonar o curso técnico, pois seus pais não iriam deixá-la sair de casa para estagiar e trabalhar em São Paulo, onde teria emprego. Na escola, a outra opção era enfermagem, que ela nem queria pensar “eu não aguentava mais a rotina de hospital”. Procurou fazer testes vocacionais e escolheu psicologia. Dandara fala do desafio que foi estudar vivendo com HIV, que a maioria das crianças não seguem na escola pois são órfãs, vivem em abrigos e não conseguem prosseguir os estudos. Ter se formado, no que amou fazer, foi importante para a família toda.

Sua religiosidade foi iniciada na igreja católica onde os pais eram praticantes, faziam encontros de casais da igreja e ela não sabe dizer quando, acredita que por volta dos seis anos, percebeu que a mãe se iniciou no Kardecismo. Ela acha que foi por causa do HIV dela, porque lembra de sessões de cura, e ela seguiu nessa prática que considera sua religião. Sua aproximação inicial de grupos de apoio como adolescente vivendo com HIV, foi incentivada pelo grupo de psicólogos do hospital onde fazia tratamento. Foi ao primeiro encontro sem pensar em atuar no movimento. O ativismo veio um pouco depois, pela necessidade de espaços de diálogo presenciais. Ela conta que eram muitos adolescentes querendo se reunir, e ela foi uma das fundadoras da Rede de adolescentes e Jovens PVHA no Rio em 2009, ano que considera que começou no movimento social de HIV/Aids.

Ela não estava trabalhando como psicóloga quando a entrevistei, mas fala de suas atuações e os múltiplos repertórios que aciona nas frentes de ativismo em HIV/Aids. Coordena e assessora projetos e atua em redes sociais, tem uma fan page, mantém grupos fechados de acolhimento em HIV/Aids presenciais, nas redes sociais e por aplicativos tipo WhatsApp em seu ativismo. “Está na minha vida”. Relata que os encontros presenciais das redes de jovens e

adultos PVHA estão reunindo cada vez menos pessoas e ela é muito mais acessada pelos jovens através das redes sociais. O anonimato ainda é uma questão que as redes conseguem resolver e, também, fala do alcance de jovens de todos os cantos do país, onde os encontros presenciais de grupos de jovens PVHA não chegam.

Dandara fala sobre o início do grupo de Jovens lideranças, quando um grupo de jovens que coordenavam as redes estadual e nacional, queria ampliar o movimento e os debates para jovens fora do grupo que vivia com HIV/Aids. Com o apoio de algumas pessoas, eles começaram a ampliar a rede através do Whats App que cresceu em nível nacional. Essa pauta dos jovens foi encaminhada para o departamento de Aids do Ministério da Saúde, e em seguida Dandara e alguns jovens da Rede contribuíram para a concepção do curso de formação. Ela participou do curso e fez parte do grupo que avaliou a primeira edição do curso.

**Silvia** nasceu em 1993, se define como negra, mulher cis e bissexual, mora na periferia de uma grande cidade na região Centro-Oeste, com seus pais, seus dois irmãos e um sobrinho de sete anos; “moramos na mesma casa desde que eu nasci”. Nas suas palavras “a minha família é de gente preta” que migrou. A mãe veio do Nordeste trabalhou como servidora pública e está aposentada e o pai nasceu no Sudeste, é comerciante. Conta que o pai não terminou o ensino médio, acha que ele tem só ensino fundamental, incompleto. Sua mãe, primeiro começou a vida como doméstica, fez concurso para servidora pública e conseguiu terminar a graduação, mas depois de mais velha. Todos trabalham, mas a maior parte da renda familiar vem da mãe; ela é quem sustenta a casa. Ela e seus irmãos trabalham, e o projeto da família é que “nossos dinheiros sejam só para gastar em estudo”. Silvia não precisa ajudar na renda de casa, o que muda muito a realidade dela e dos irmãos. A renda da família chega em uns R\$6.000,00. A religião católica é comum no bairro que ela nasceu e continua morando, sempre praticou, mas divergência e visão de mundo diferentes a afastaram da prática, mas ela continua se afirmando cristã.

Sua entrada no movimento social foi por influência dos pais que continuam militantes políticos e partidários; ela frisa que na família a militância é parte do cotidiano e que o pai atuou nos movimentos de reforma agrária. Quando completou 22 anos, começou a se entender enquanto uma mulher bissexual e sentiu necessidade de expandir a atuação em outros movimentos. A chegada ao curso, se deu através do edital, que ela encontrou na rede social. Além disso, ela seguia as redes de uma deputada que era da comissão parlamentar de HIV/Aids na Câmara e de um jovem que trabalhava no departamento de Aids, ambos divulgaram o edital. Ela conta que não conhecia ninguém do movimento social de Aids, nem da organização do

evento. Como não foi chamada para a primeira turma, deixou de lado. Quando sua carta foi selecionada para a segunda turma, Silvia não percebeu o e-mail e foi através de um telefonema do departamento de HIV/Aids que soube que tinha sido selecionada e não perdeu a oportunidade. Ela estava atravessando um processo de adoecimento por depressão e o curso chegou em um dos momentos mais delicados, e, ao mesmo tempo, mais férteis para da sua militância.

**Néstor** nasceu na região Norte no final dos anos 1980, foi criado no interior, onde viveu a infância e adolescência e se mudou para uma capital em 2008. Se identifica como negro, homem cis e gay. Sua família é pequena, de origem nordestina, a mãe nunca quis falar sobre o pai, que ele não conhece e o nome não consta no registro de nascimento. A mãe ficou morando no interior, tem ensino médio incompleto e continua trabalhando aos 55 anos como auxiliar de enfermagem. Quando o entrevistei, ele estava sem trabalho formal, recém-formado, com curso superior, tinha acabado de ser aprovado para o mestrado em uma instituição pública. Conta de sua instabilidade para arrumar trabalho “vou fazendo um bico aqui, um bico ali, mas não é nada certo”. Ele é o irmão mais velho, mora com a irmã, em uma casa cedida pela tia, e a renda da irmã como bolsista de mestrado sustenta a casa. O irmão mais novo mora com a mãe. A escolaridade de Néstor é tida como uma parte importante da vida dele, como não tem muitos recursos, estuda em casa. No dia da entrevista ele estava muito feliz, porque estava cursando uma especialização na área da saúde e me contou “hoje tive a notícia de ter sido aprovado na pós-graduação cujo projeto também se desdobra no HIV”.

Sua entrada no ativismo foi quando fez parte do movimento secundarista ligado ao PCdoB. Depois de sua sorologia positiva, ele se aproximou das atividades de grupos de PVHA em busca de apoio, para saber como era ter o HIV, porque ele achava que iria morrer. No início foi para conversar; sabia que existia uma Rede mas não queria fazer parte: “no primeiro momento não me interessei, como qualquer jovem nós não queremos ter o nosso nome, a nossa imagem relacionada ao HIV que ainda perpassa pela questão suja, promíscua, que não presta, então, naquele primeiro momento eu ia por algum benefício”, no sentido pessoal de aprender mesmo, para saber o que ia acontecer com ele, para entender como ia se relacionar.

Depois de ter se afastado, ele voltou a frequentar os grupos e começou a conhecer como era a organização das redes e encontros estaduais, regionais e finalmente nacional. A dimensão e alcance da Rede, foram pontos que chamaram sua atenção porque o Norte é carente de pessoas ativistas. Néstor pondera “o Sudeste eu costumo dizer, que é o nicho de privilégios, até para o ativismo”, ele diz que o Norte pertence a outros Brasis, “nós não encontramos no Norte a cara

do Norte ainda”, é uma coisa que ainda está em construção. Ao se definir como uma pessoa “tagarela”, que aparecia nos espaços com “essa cara do Norte”, ele acredita que surgiram as oportunidades e esses espaços foram facilitados para ele se entender e construir o ativismo em HIV/Aids. Néstor construiu sua atuação em várias frentes, em instâncias de representação de PVHA em órgãos governamentais e quando eu o entrevistei, ele tinha sido eleito um novo ciclo de representação do movimento.

Sobre o edital para a formação de Jovens Lideranças, afirma que sua seleção foi diferenciada, porque quando os editais foram lançados ele estava assumindo uma representação no movimento, transitando de ser jovem para adulto. Ele foi convidado para atuar como facilitador e como participou do curso todo, considera que foi aluno também.

**Janaína** é psicóloga, nasceu e foi criada em um bairro da periferia de uma capital na região nordeste e estava com 28 anos quando foi entrevistada. Se define como mulher trans negra. Foi registrada como menino e foi criada em uma família católica, mas hoje em dia tem prática religiosa espírita. Falou da importância de ser chamada pelo seu nome social, que já utilizava antes de ter conseguido seu registro civil como mulher. Ela sempre soube que veio de uma gravidez indesejada. Segundo sua mãe, o seu pai tentou de todas as formas que ela não viesse ao mundo. Ele agrediu a sua mãe várias vezes e de muitas formas. Deu um remédio para tentar “matar a criança, mesmo assim eu nasci”. “Eu me considero a resistência em pessoa, sabe”. A mãe já tinha outro filho, que também nasceu sem a presença do pai. Os avós de Janaína, que já se encarregavam de criar o irmão, disseram muito cedo para ela se virar. Sem teto e criada nas ruas enquanto a mãe vendia salgados na praia para sobreviver, Janaína conta que a desnutrição, fez com seus avós resolvessem a aceitar porque “eu estava um menino muito magrinho, muito seco mesmo, com uma barriga enorme”.

Considera que o irmão era o centro da família e ela se via como um “não menino”. Os relatos familiares de que ela usava batom e colocava toalha na cabeça, são desde que ela tinha uns cinco anos. Ainda que ela não soubesse o que “era essa coisa da menina”, aos treze anos conheceu travestis e aplicou o primeiro anticoncepcional. Como não aceitava se vestir e ter que se desmontar para a família, foi expulsa de casa. O pai apareceu, porque a mãe tinha conseguido pensão na justiça, mas foi por poucos meses, sumiu quando percebeu que ela já tinha transicionado. Ela conta que a mãe a aceita, pois sempre foi a ovelha negra da família porque “ela é daquelas que não tem uma escolaridade”. Estudou até a quarta série, trabalha de vender Avon, essas coisas assim e tem uma renda muito pequena.

Atualmente sua mãe vive dessas rendas e sobrevive com a pensão de uma tia com

deficiência que ela cuida. O caminho de Janaína na prostituição, durou dos treze aos dezessete anos, quando encontrou o primeiro homem que tirou ela das ruas. Logo depois um novo relacionamento foi um ponto de apoio na vida dela, foi quando começou a estudar e conseguiu entrar para a universidade. Janaína é a primeira mulher trans psicóloga na capital em vive. Quando entrevistei estava solteira e morando em um “quartinho” alugado no centro da cidade; contou que teve que se mudar do bairro na periferia onde viveu seu último relacionamento com o homem que a tirou da prostituição, porque estava ficando violento e a justiça a orientou a se mudar para se proteger.

Cursando o ensino superior, Janaína foi estagiária em gênero e diversidade em um órgão público e quando a entrevistei estava cursando Mestrado e recém-contratada onde estagiou. Explica que o interesse por cursos nas áreas de gênero e diversidade está ligado com sua atuação em direitos humanos e com a população LGBT e porque “a psicologia não dava conta da minha existência” e “eu tinha que ficar o tempo inteiro na sala de aula brigando para existir, para falar dos meus direitos”. A primeira experiência de ativismo começou em 2004, em uma ONG que cuida de pessoas que vivem com HIV AIDS. Essa atuação fez com que Janaína fosse selecionada como educadora em um projeto do Ministério da Saúde no campo do HIV/Aids. Durante um seminário ficou sabendo do edital e foi selecionada.

**Nery** nasceu em 1994 na região Norte e mora com seu companheiro há 5 anos. Se autodeclara da cor parda e homem cis gay. Seus pais são separados, moram em cidades diferentes. Sua mãe completou o ensino médio e é autônoma. O pai é funcionário público, chegou a iniciar a universidade, mas não concluiu. Quando entrevistei Nery, ele estava trabalhando como mobilizador social em um projeto no campo do HIV/Aids e cursava o ensino superior. Ele descobriu sua sorologia positiva do HIV com 16 anos. Ele conta que desde a infância nunca dialogou com a família sobre temas ligados à sexualidade. Quando fez o teste, foi por iniciativa própria e logo procurou ajuda em uma rede onde pudesse ter apoio. Foi uma decisão para enfrentar as várias vulnerabilidades que ele percebia desde a infância. Era gay, nasceu em uma família evangélica, “a minha família todinha ficou totalmente desestabilizada, porque era tudo muito novo”. Por desespero com o resultado, decidiu falar da sua sorologia com a mãe para ter apoio e enfrentar sua família, embora soubesse que iria chocá-la, precisava do apoio dela. A Rede Nacional de Jovens Vivendo com HIV e AIDS foi quem o acolheu com um sentido “como se eu fosse parte da família”.

A sua entrada para o ativismo não aconteceu no início da descoberta da sorologia positiva. Ele era adolescente, não tinha condições de atuar na militância e queria apenas

participar dos encontros, “era eu que precisava de ajuda”. Com o tempo e sentindo mais preparado emocionalmente, se interessou pelo movimento de HIV/Aids. Sobre esse processo, Nery relata “não tive uma juventude, sabe”. Conta que enfrentou preconceito por estar infectado com HIV e isso o fez buscar a formação que não teve sobre sexualidade, nem na escola, nem na família. Sua motivação foi aprender o máximo que pudesse sobre o HIV, se qualificar para participar no movimento social, para estar preparado para ajudar as pessoas. “Eu tive que emergir nesse processo, nessa história todinha”, que foi assumir a sexualidade e de viver a adolescência.

Procurar conhecimento motiva Nery para atuar em várias frentes. Quando o entrevistei, estava assumindo uma representação em nível local. Atua em nível nacional e internacional em rede com jovens do mundo todo. Foi nesse contexto que ficou sabendo do edital através do Facebook e foi selecionado. Ele fala do momento de dificuldades que o Brasil vive com relação as ações de educação e prevenção, ele se interessou pelo curso e se inscreveu. Ao ser selecionado, ele conta sorrindo: “Então, a princípio, eu achava que ia trabalhar para o Governo”.

Segundo **Brenda** “a gente tem que revelar a idade em determinados momentos”, e conclui: “Apesar de não aparentar, nasci em 1990”. A ativista estava com 29 anos quando a entrevistei. Ela se define como branca e mulher trans. Nasceu e mora em uma região do sertão no Nordeste, conta de seu companheiro, mas eles não vivem juntos. Ela mora com seus pais e cria um menino de seis anos. Sobre a sua infância, ela pede para não falar sobre seu registro de nascimento, usa seu nome social e diz não ter memória dessa fase. Seu pai é comerciante e sua mãe é dona de casa; a escolaridade deles foi até o ensino fundamental.

Suas relações homoafetivas começaram no início da adolescência entre os 11 e 13 anos de idade. Quando estava se descobrindo como figura homossexual, como gay viveu uma fase meio andrógena, transitando como um meio termo, nem dentro do gênero masculino, nem dentro da identidade de gênero feminina. Acredita que foi esse processo que sua família foi percebendo e quando se assumiu “não foi um choque tão grande”. Afirmou que a fase de transição, onde as características femininas e masculinas se misturam muito na aparência, é a pior fase do preconceito.

Ela considera que nem sofreu tanto, quando vê a luta das pessoas trans negras. Comenta que sair da homossexualidade e entrar na transexualidade é algo muito impactante, muito novo até para quem está vivenciando. Assumir a identidade e buscar o registro civil com o nome social é uma forma de fazer com que as pessoas compreendam e respeitem. Sua transição ocorreu entre os 19 e 20 anos e seu momento “mais racha” - como as mulheres trans se referem

quando a caracterização fica mais difícil de ser percebida-, foi como rainha de escola de samba no carnaval. Foi no sertão, na cidade onde ela vivia mesmo, ela diz que “estava perfeita de corpo”, sua autoestima a fez se sentir muito bem e ela passou a se caracterizar mais e que sentiu “gente, eu tenho que estar assim”. Nessa fase, de assumir a transexualidade, Brenda decidiu abandonar a igreja católica, pois foi advertida pelo padre que o jeito dela chamava atenção e ela não poderia frequentar a igreja. Sua religiosidade é vivida em uma igreja evangélica inclusiva, mas conta que raramente frequenta a igreja.

A entrada de Brenda no movimento social ocorreu em 2011 na luta por direitos das pessoas trans. Ela era comerciante, tinha seu apelido no nome da sua loja, mas queria um nome que lhe identificasse como gênero feminino. E essa foi uma forma de luta para ela começar a participar com as transsexuais. Ela relata preconceitos no ensino médio, ocorridos no período de sua transição. Não que o ambiente fosse totalmente hostil, mas sempre surgia momentos, nos quais o nome social não era respeitado, como, por exemplo durante a chamada. Ela entrou no EJA para acelerar sua conclusão e durante esse processo um coordenador não quis emitir o diploma. Ela acionou a Secretaria de Educação e descobriu que outras pessoas já haviam sofrido o mesmo preconceito. Brenda conseguiu concluir o ensino médio e quando a entrevistei estava no último ano do Ensino Superior. Falou das muitas dificuldades para conciliar militância e estudo, mais ainda com trabalho. Já tinha tido uma loja na cidade, mas estava sem trabalho fixo.

Sua atuação no movimento social começou a ficar mais engajada a partir dessa experiência escolar. Ela atua na política partidária e em organizações da sociedade civil por direitos de Travestis e Transsexuais e assumiu a pauta LGBTI+; tem atuação em ONG e em muitas parcerias com o serviço de saúde do Município e da Universidade. A partir da atuação em redes dos movimentos ela ficou sabendo do curso e foi selecionada. Conseguiu inscrever mais duas mulheres trans de sua região, que também participaram da formação Jovens Lideranças.

**Isa** nasceu e vive em um bairro da periferia em uma grande cidade da região Sudeste. Se autodeclara mulher heterossexual negra, praticante de religião de matriz africana. Conta de do parto de sua mãe e de ter sido vítima de um erro médico, que descreve como um “apagão”; um afogamento, que ocorreu por demora do parto, que deveria ter sido cesariana, mas foi normal, que ocasionou a paralisia cerebral. Seu pai morreu em acidente e, quando a entrevistei, estava morando com a tia e a mãe, que tem o ensino fundamental. Depois de ter atuado como auxiliar de enfermagem, sua mãe trabalhou como bombeiro de segurança predial, e parou de trabalhar para cuidar dela. A tia de Isa é cobradora de ônibus elas moram na casa dela. Isa recebe

benefício social e conta que sua deficiência demorou para ser descoberta; só depois da primeira convulsão, ela começou a ser tratada.

Sua escolaridade é “complicada”, mas ao mesmo tempo, quando olha para trás, sente muito orgulho, por estar progredindo. Isa aprendeu a ler na quarta série do ensino fundamental com uma professora, que dava um reforço para as crianças com deficiência. Essa vivência, ela descreve como a experiência com o preconceito desde a infância, “porque ‘na sala normal’ (grifo meu) “eles não tinham paciência para ensinar”, “eles me deixavam excluída”. Conta que a superação se deu através de uma professora que pegava as lições, levava para a sala onde as crianças com deficiência tinham aulas. A inclusão, Isa experimentou brigando para ter acesso, e que a professora dela que brigava junto. Ela considera que sua primeira lição, enquanto criança com deficiência foi “não desistir do meu sonho”. No ensino médio experimentou a depressão por preconceito; “eu mancava do lado direito e tinha muitas crises e sentia muitas dores”, por conta das sequelas da paralisia cerebral e se ausentava das aulas. Os colegas diziam que Isa deveria parar de estudar, porque faltava e não fazia nada. Ter esse direito negado foi muito doloroso para ela e contribuiu para a viver uma depressão, que foi muito forte.

O primeiro envolvimento de Isa com ativismo foi através do curso sobre direitos humanos e gênero, onde ela se encantou com as temáticas sobre HIV/Aids. Essa experiência contribuiu para se recuperar da depressão. Através da Juventude de Terreiro iniciou nessa formação, e passou para uma atuação na militância na sua comunidade. Ela se engajou na luta por direitos sexuais e reprodutivos das Pessoas com Deficiência (PCD) e atua em várias frentes, incluindo uma ONG internacional. Quando a entrevistei, ela estava muito feliz pois iria fazer sua primeira viagem sozinha, para fora do Brasil. Isa já estava atuando como referência na comunidade para a saúde da juventude e das PCD, e foi uma coordenadora de ONG parceira do grupo juventude de terreiro, que a inscreveu no edital do curso Jovens Lideranças. Ela viajou acompanhada pela mãe. Isa conta que ganhou o mundo, porque nunca tinha viajado, sequer saído de bairro antes do curso JL.

A infância de **Gabriela** foi “turbulenta”, por sua identificação de gênero. Ela nasceu com o gênero masculino e somente após os dezoito anos, passou para o gênero feminino. Se define como mulher transexual e parda. Nasceu em uma grande cidade na região Nordeste. Sua mãe tem ensino fundamental incompleto, e vive de benefício social. O pai é separado de sua mãe desde quando ela tinha 4 anos de idade, ela o conhece, mas não tem contato com ele. A atuação de Gabriela por reconhecimento de seu nome social é uma forma dela afirmar sua identidade, pois se considera uma mulher pura, não é bissexual, e diz “eu sou, como o

nordestino fala: Uma coisa só”. No momento da entrevista ela estava desempregada no mercado formal. Conta que foi demitida de uma empresa por preconceito e depois da judicialização do caso, faz 4 anos que atua como modelo virtual e vive do trabalho no mercado do sexo, do pornô da internet. Não atua na prostituição em ruas, nem casas noturnas, com suas palavras “é um trabalho virtual que envolve a questão do sexo”.

Entrou para o movimento social através do sindicalismo, quando começou no seu primeiro emprego formal. Sua escolaridade é o ensino médio completo, com curso profissionalizante na área de atendimento ao público. Quando ficou desempregada, assumiu o trabalho em ONG em ações de prevenção de DST/AIDS, diversidade e apoio à inclusão social. Considera que o ativismo a fez ter segurança perante a sociedade. Ela já conseguiu seu registro civil em todos os documentos com seu nome social. Atuar com ações de direitos LGBT a aproximou da temática da Aids, que sempre causa medo e preconceito. Gabriela atua praticamente nas redes sociais em torno de direitos da população LGBT. Se considera uma pessoa comunicativa e quer sempre estar nas redes sociais, onde considera ser sua forma de ativismo atual. Soube do edital através da rede que ela mais usa como ativista que é o Facebook. Ela foi selecionada e participou da formação, que considera motivo de distinção na trajetória dela.

**Mark** se autodeclara como homem preto gay cis, não tem religião. Tem ensino superior e quando eu o entrevistei estava cursando mestrado. Nasceu em uma das maiores cidades da região Sudeste. Mora sozinho, é solteiro e tem múltiplos parceiros. Fala pouco sobre a sua história familiar, mas conta que tem duas famílias, sua família biológica, que ele não tem certeza, mas acha que tem origem no litoral, vive na periferia de outra cidade e moram numa casa própria. O pai concluiu o ensino técnico e a mãe ensino fundamental. Na sua vinda para estudar na capital, formou uma família afetiva, que ele define como pessoas muito interessantes. Foi no trabalho que começou aos dezesseis anos, como menor aprendiz, que Mark encontrou o que disse amar fazer. Ficou dos 16 aos 18 anos trabalhando em instituições de saúde e planejou sua formação para trabalhar com saúde pública, foi aprovado em uma universidade pública, e através de sua vivência a partir dos estágios e projetos.

A vida acadêmica o levou ao movimento estudantil. Ele relaciona a sua atuação política no SUS, desde a graduação, “sempre fui muito mobilizado”. Conta empolgado sobre sua primeira atividade como mobilizador, organizando e ampliando estágios e experiências acadêmicas. A sua atuação em HIV/Aids começou em 2015 em projetos de extensão da universidade. Atuou um ano em educação e mobilização entre pares. Atua profissionalmente em órgão público, com assessoria e atuação em prevenção de HIV/Aids e redução de danos

com populações vulneráveis. Através do Facebook ficou sabendo do edital para curso de Jovens Lideranças. Foi selecionado e atuou como cursista e facilitador.

**Daniel** nasceu no Rio de Janeiro em 1990, se autodeclara da cor Branca, homem e gay. Mora com a mãe e um irmão, com uma renda de aproximadamente R\$ 4.000,00 reais. Em sua apresentação diz ser jovem “ainda”. Estava cursando pós-graduação na área da saúde coletiva, “um acadêmico”, fala mais sobre o que ele é. Se descreve como ex religioso, ateu, que tem “graves problemas familiares” e vive com HIV. Ele conta que seu pai é aposentado, que foi comerciante e atualmente é taxista. A mãe é dona de casa, tem ensino superior, mas nunca trabalhou na profissão; os dez anos em que trabalhou formalmente foi em um único emprego terceirizado e está desempregada.

As relações familiares de Daniel são vividas de forma conflituosa com o núcleo onde ele mora. Na época da entrevista, havia sete anos que ele não falava com o irmão, apesar de habitarem a mesma casa; com a mãe, ele conta que briga muito e o sentimento é querer fazer tudo por ela, “poder fazer muito mais por ela do que eu sou capaz de fazer”, tipo depositar dinheiro e ajudar financeiramente, mas não conviver na mesma casa, o cotidiano seria bom “estando algumas centenas de quilômetros, de preferência”. Daniel não convive com o pai, que é separado de sua mãe, mas diz que entende ser “bastante fácil ter uma relação maravilhosa com o pai, porque eu não moro com ele”; os encontros com o pai, são para beber, rir das coisas e a convivência em viagens e passeios nos últimos tempos, tem sido uma experiência boa. A relação com seu pai melhorou de um jeito que Daniel nunca havia experimentado ou imaginado. Ele conta que já foi casado, está solteiro e está saindo com um rapaz. Voltou para casa da família; se define como “*monogâmico em série*”, que significa emendar um relacionamento no outro.

O início do ativismo tem um ponto “disruptivo”, mais do que o HIV, que foi a entrada para o ensino médio em uma escola federal. Estar nessa escola o transformou em “*ponta de lança*”, que foi uma consequência de seu interesse inicialmente mais difuso em estar em movimento e ser representante de turma desde o fundamental. A chegada no ensino médio o transformou em um “*outro ser humano*”. Foi quando ele aprendeu que podia ser viado e maconheiro. Isso enquanto categoria política, ou seja, a respeitar os espaços do outro. Além de ter convivido com professores que tinham uma trajetória que inspirou sua vida em sentido literal, da carreira, a experiência de vida e superação das condições adversas de sair da pobreza e forjar uma vida acadêmica Um professor de língua portuguesa, “uma bicha preta”, com quem experimentou relação conflituosa no início, para um sentimento de acolhimento e afeto de um

professor que mostrou que ele podia ser o que quisesse ser.

O engajamento no ativismo começou no grêmio escolar, quando foi eleito experimentou uma gestão que já tinha um modelo de colegiado. A experiência na graduação, não foi uma militância muito objetiva, pois ele não tem muita paciência com o dia a dia da micropolítica. Mas, a sua percepção era que podia avançar e conseguir ir tocando projetos, como tinha feito no ensino médio, como bolsista nos projetos sobre raça e religião de matrizes africanas. Quando estava no meio da graduação, ele conseguiu uma bolsa de extensão e aliviou um pouco a questão financeira, pois os recursos em casa eram muito escassos. Foi nesse lugar, entre a militância política e acadêmica, que ele forjou sua atuação que mantém um hibridismo, entre ser ativista e acadêmico. A sorologia positiva aconteceu no final da graduação. Depois de muitas tentativas de elaborar de forma simplista que ele teria um destino fatal, ele percebeu que precisava dar conta do HIV de alguma forma.

Nesse movimento, que Daniel já empenhava um certo ativismo na sexualidade, que ele resolveu estudar HIV e se tornar ativista em Aids em um lugar da militância da academia como um propulsor da continuidade da vida, sendo um ser social e político. A aproximação com o movimento de Aids se deu de forma errática, porque para Daniel, a militância requer uma atuação mais política, e não um movimento com foco exclusivo na elaboração da vivência com HIV. Foi nessa procura por espaços políticos, que conciliassem a sua verve política “que dialogasse com um projeto de país, mesmo”, um espaço entre a militância e a sua formação acadêmica, que encontrou o edital e foi selecionado para o curso jovens lideranças. Mesmo não atuando diretamente nas Redes de PVHA, quando foi entrevistado, ele mantinha seus contatos em uma outra forma de organização política e partidária e com alguns poucos jovens que viviam com HIV.

**Celso** nasceu em 1988 na região Sul e diz “nasci junto com a Constituição “. Quando o entrevistei, estava morando em uma cidade do interior. Sua profissão é na área da saúde, atua na assistência e como professor. Estava com 32 anos, e lembra que quando fez o curso estava no limite do recorte etário como juventude, “eu era jovem ainda”. Se identifica como homem cisgênero e homossexual. Ele recupera fatos da infância como marcadores da vida dele. Conta que foi criado pela mãe e a acompanhava nos movimentos de bairros de agricultores. Filho de mãe solteira, não conheceu o pai, foi criado sozinho pela mãe, que tem ensino fundamental incompleto. “Sabe porque eu lembro” porque ela trabalhava de boia fria e de noite me levava para as aulas, de educação para jovens adultos com ela. Depois ela abandonou, doenças na família e foi trabalhar de diarista, como doméstica e boia fria, trabalhadora informal, não tinha

muita renda. A cidade que moravam era muito pequena e a primeira grande mudança veio após o casamento da mãe. A cidade para qual se mudaram foi onde os pais se tornaram agricultores.

A mudança para uma cidade maior “foi meio traumática”. O casamento, um irmão e a escola nova, muitas diferenças, mas ele superou e concluiu o ensino médio. A necessidade de trabalhar fez com que Celso saísse cedo de casa. Foi para uma cidade maior, com pequeno apoio financeiro dos pais, fez curso técnico, largou e consegui um estágio, onde teve contato com a área da saúde. Seu envolvimento com o movimento social foi motivado pela atuação no Diretório Acadêmico, e logo em seguida aproximação com ONGS e outras entidades, superou o desânimo depois do diagnóstico e se envolveu com as redes de apoio e redes de jovens PVHA. A motivação era a informação para outras pessoas e “porque experimento preconceito na pele de várias formas, tanto pela questão da homossexualidade quanto pela questão do HIV e ao invés de sofrer calado, eu resolvi partir para o ataque”. Celso foi selecionado para curso e conta que soube do edital através de uma enfermeira do grupo de apoio, onde faz tratamento e trabalha o protagonismo juvenil em várias ações com juventude PVHA.

## 5.2 CENTRALIDADE DA FAMÍLIA: APOIO MATERIAL E AFETIVO.

Como destacado por Durham (1983) e Sarti (2010; 2007), as concepções de família aludem às relações, transformações e pluralidade nos arranjos domésticos, conquanto a família mantenha a centralidade em várias etapas da vida dos sujeitos. Frente à relevância da família na trajetória dos entrevistados, buscamos elucidar as concepções, os significados, as relações estabelecidas e as mudanças ao longo de suas histórias familiares.

Compreendendo a família como uma “categoria nativa” (Sarti, 2010), as narrativas de vida dos jovens atestam a vitalidade dessa mirada para conhecer a realidade dos arranjos familiares. Entre os/as entrevistados/as foi observado que os arranjos vêm se ampliando em relação à nuclearização tradicional, mas não é incomum a persistência de uma característica da sociedade brasileira, descrita por Velho (2007), nas quais as famílias refletem “um complexo sistema de relações de descendência e alianças”, acionados “em contextos e situações existencialmente significativas” (2007, p.19).

Uma primeira dimensão, centrada na chave analítica de Durham (1983), refere-se à renovação do status da família em decorrência das transformações do modelo de família nuclear, “constituída pelo marido, mulher e seus filhos”; entendido como padrão cultural e social da nossa sociedade, sobretudo no Ocidente, como destaca Roudisnesco (2003). No grupo pesquisado as estruturas familiares têm experimentado crescentes mudanças na composição,

indicando a convivência do modelo nuclear com novos arranjos.

Seguindo as pistas de Duham (1983) nossos achados registram as variações, convivências ou a contestação do modelo, no sentido de mudanças influenciadas pela divisão sexual e etária do trabalho, marcadamente pela maior participação das mulheres na escolarização, redução da taxa de fecundidade e maior participação no mercado de trabalho. Ainda nesta direção Dias e Peixoto (2009) complementam que o exame de novos arranjos de parentalidade nas formações familiares na pesquisa sobre juventude é relevante para conhecer os elementos implicados nos fluxos entre as gerações. Roudinesco (2003), por sua vez, reitera que a abordagem socioantropológica da família permite acessar filigranas sobre os grupamentos formados não exclusivamente por laços de parentesco; o que significa, lançar luz sobre as estruturas, alianças e elementos sócio-históricos.

Todos os jovens responderam à questão: ‘você poderia falar sobre a história da sua família?’ Grande parte fez longos relatos, explorados a seguir e apenas dois adotaram uma narração mais curta, como Vik. Segundo sua definição: *“a nossa relação começou até ficar melhor depois que eles descobriram que eu era soropositivo. Acho ajudou bastante ao longo do tempo a gente se aproximar, até melhorou depois”*. Mark relatou sua mudança do interior para uma grande capital para estudar em uma das maiores universidades brasileiras. Como havia referido o núcleo familiar de forma resumida, busquei explorar melhor se havia convivência entre eles; ele argumentou: *“Olha, vamos entrar em dois campos então, minha família biológica, e da minha família afetiva, [...] a biológica vem da periferia, se eu não me engano são da [...]. Eles vivem em uma casa própria que conquistaram com muito trabalho, e é isso; mas tenho minha família afetiva aqui, meus pais [fazendo referência aos nomes] que são duas pessoas muito interessantes”* (Mark).

De acordo como os demógrafos Cavenaghi e Alves (2018), no período entre 2005 e 2015, ocorreu um declínio no modelo prevalente de família nuclear tradicional no Brasil. Nesse período (57,2%) do total da população se encontrava em arranjos de casal com filhos e (16,5%) representava os núcleos monoparentais femininos, formados por mulheres sem cônjuge e com filhos. Foi notado que arranjos unipessoais começaram a ter mais expressão na dinâmica demográfica brasileira. No grupo estudado, 4 dos entrevistados estavam morando sozinhos, prevalecendo a coabitação com as famílias de origem, mães, avós e outros parentes. Oito contaram sobre suas trajetórias atravessadas por situações existencialmente significativas que envolviam a morte dos pais, viuvez da mãe, separação, ou ausência da figura paterna desde a gestação ou logo após o nascimento. Um entrevistado relatou *“Sou filho de mãe solteira”*, seu depoimento foi carregado de emoção sobre o esforço da mãe para criá-lo sozinha. Mesma

vivência que Néstor, que conheceu somente a família de origem materna, “*não conheço meu pai, não consta no registro de nascimento, minha mãe não fala nada sobre ele então a origem paterna eu não sei nada*”. As configurações se aproximam do que Velho (2006) constata sobre o modelo brasileiro de família nuclear, onde dinâmica relacional exhibe contornos menos demarcados pelo individualismo da sociedade moderna.

Em suma, no grupo pesquisado encontramos arranjos em redes de parentesco ou não, com grupos que coabitam com avós, tios ou famílias recompostas por adoção através de laços de consanguinidade ou afetivos. Arranjos familiares reconfigurados quando as mães se casaram novamente ou quando os jovens formaram parcerias conjugais e saíram da casa familiar. Nos relatos de Rodolfo, Dandara e Brenda, os mundos familiares deixam ver como se organizam e se abrem para as singularidades e individualidades de seus membros, num continuum de mudanças e, algumas vezes, impasses geracionais. A narrativa de Rodolfo expressa esse cenário,

*“Sou filho único do meu pai. Minha mãe se separou eu tinha poucos meses e eu já tinha outros três irmãos mais velhos. E, logo após a minha mãe ter se separado do meu pai biológico, ela casou e teve outra filha, que é a minha irmã caçula. Esse marido dela, é que foi a minha referência como pai, porque eu perdi contato com o meu pai biológico, só fui conhecê-lo quando eu tinha quinze”.*

O relato de uma jovem, que perdeu os pais na primeira infância, igualmente contribui para registrar as mudanças na família parental, que Sarti (2010) define como “elasticidade”, onde a família tem cada vez contornos menos totalizantes. Dandara, ao perder os pais aos 2 anos de idade, foi adotada por um casal, no qual a irmã da mãe é um dos cônjuges. Ela tem duas irmãs e uma delas, “*é uma prima irmã, é que ela não é filha dos meus pais, é filha de outros pais, mora com a gente desde pequena*”. Uma entrevistada, que cria o filho de um dos seus avós, considera essa criança é seu filho. Mulher transsexual, mora com o pai e a mãe e um irmão, “*tenho um menino que eu crio, ele é meu tio, mas ele só tem seis anos*”; ela tem companheiro, mas “*não mora junto*”.

Um segundo aspecto observado é a protelação da saída da casa familiar. Para Camarano e colegas (2006) essa saída é um evento final da transição para a vida adulta. Segundo, Cobo e Saboia (2010), IBGE (2016) e Pais (2006) essa etapa biográfica tem ocorrido cada vez mais tarde. Tais autores apontam um outro fator complementar relativo ao aumento da idade para casar-se entre os jovens brasileiros, mas há diferenças entre as classes sociais.

Dos 14 entrevistados, na faixa de 26 a 32, 4 moravam sozinhos, 7 estavam morando com seus familiares e 3 estavam casados e morando junto. As situações diversas de vivência da conjugalidade relatam dinâmicas, entre ter retornado à casa materna, morarem sozinhos após separação, ou coabitarem com a família e manter uma relação afetiva sem morar junto. Sobre os motivos para a saída da casa familiar, prevaleceu a busca por prosseguir na escolaridade, oportunidades de trabalho, situações mais frequentes para quem residia em cidades pequenas e migrou para capitais, ou para formar uma relação conjugal. Condições por vezes temporárias, quer dizer, retornos podem ocorrer após separações e desemprego.

Percebe-se assim, situações que mesclam inconstâncias, descontinuidades e retomadas, cenários destacados por Pais (2006) no mote das transições juvenis, que se dão em estruturas sociais cada vez mais fluidas na contemporaneidade, onde os jovens se movem quase que compulsoriamente como “pássaros migratórios” (Pais, Op. Cit.), cruzando contratempos, em seus cursos em busca de uma fase de estabilidade, que a cada dia é postergada para a juventude. Para Sarti (2007), a família é desafiada pelo jovem como o “outro necessário”, aquele que introduz novos discursos, novas práticas sociais, por contestação, rupturas, ou acomodações, como Durham (1983) define as estruturas familiares na contemporaneidade. Observamos como as famílias de nossos interlocutores revelam uma abertura para a alteridade na composição familiar, em um movimento que procura enfrentar vicissitudes sociais, econômicas e culturais

Conquanto a protelação na casa familiar é mais nítida, cabe descrever os casos relativos à constituição de um novo grupo familiar por parceria conjugal. Nancy formou seu núcleo familiar após sair da casa materna. Aos 29 anos, ela tinha um relacionamento de 11 anos com o namorado com quem se casou, “*Hoje em dia eu moro com ele, tem três anos que eu saí da casa da minha mãe*”. Houve também situações conjugais que se diferenciam do modelo tradicional hegemônico de casal heterossexual. Nery e Celso e seus respectivos companheiros estavam casados e moravam em casas próprias. Daniel, com 29 anos, já havia tido um relacionamento conjugal, morado junto e retornou à casa materna após a separação. “*Sou solteiro hoje, mas fui casado durante três anos e oito meses mais ou menos*”. Rodolfo já havia se separado de seu companheiro e morava sozinho e Janaína, uma transsexual de 28 anos, tinha tido experiências de violência e machismo na sua relação conjugal e decidiu ficar sozinha, “*eu vivi três relações, uma durante dois anos, uma durante oito, depois vivi com um homem trans. Porque passei tanto pela escrotidão do homem, que fui buscar um homem trans. Mas acabei passando pelo mesmo problema com homem trans de machismo, sexismo e tudo*”.

Os relatos sobre parcerias homoafetivas revelam a tensão entre a manutenção da estrutura tradicional e o revigoramento da família, que trafega entre o individualismo que

caracteriza o âmbito privado na sociedade moderna e sua impossibilidade de se manter isolada das mudanças culturais e sociais, inscritas na miríade de afirmações identitárias, que marca essa geração (Henrique et al., 2006; Velho, 2016).

A “história de família”, concebida por Pina Cabral e Pedroso (2005), colabora na descrição das trajetórias sociais das famílias, juntamente com o entendimento de Sarti (2007; 2010) da família como lugar onde ocorrem mudanças, conflitos e respostas sociais, no correr da vida dos atores. Conforme destaca Bertaux (2014), no curso das trajetórias individuais, os atores buscam mudanças que não são aleatórias e refletem as várias dimensões da vida social. O percurso do grupo pesquisado foi marcado por deslocamentos associados a projetos profissionais e pessoais, nos quais metade dos entrevistados mudou de cidade e um mudou-se de país para estudar ou trabalhar. Esse fluxo para cidades com melhores centros e oportunidades de educação, foram consideradas por Longo (2015) como fatores que contribuem para a mobilidade educacional, em famílias de menor escolaridade.

Os que permaneceram coabitando com as famílias, relatam igualmente os mesmos objetivos, no entanto, experimentam situações diferenciadas, como instabilidade do emprego juvenil, desemprego ou renda insuficiente para saírem de casa e continuarem ajudando suas mães; além de vivências que requerem apoios mais prolongados às necessidades de cuidados com a saúde. Essa situação é relatada por uma entrevistada infectada por transmissão vertical. Ela havia escolhido uma profissão que precisaria sair de casa ainda na adolescência, mas refez os planos: *“meus pais sempre foram muito superprotetores comigo, eles de forma alguma deixariam eu ir para outro estado”*. Isa, de 26 anos, relatou como sua família recompôs o núcleo familiar após a morte do pai, e a descoberta de sua deficiência *“minha mãe tem a escolaridade do ensino fundamental, teve que parar para ajudar a minha avó, trabalhou de enfermeira, e trabalhou como bombeiro de segurança, depois que eu nasci, ela teve que largar tudo por causa da minha deficiência. Eu recebo auxílio-doença. A casa é da minha tia de consideração, e como a gente mora de favor, (...), a gente tem que ajudar”*. Entrevistei Isa em sua residência, seu cotidiano para estudar e trabalhar acontece no entorno do bairro onde mora desde que nasceu, ali construiu sua rede de apoio e sociabilidade.

Celso, teve todo apoio para sair da casa familiar em uma cidade rural para buscar melhores condições de estudo. Durante idas e vindas e com a descoberta da infecção pelo HIV, ele conta sobre como o apoio emocional da família foi crucial para realinhar seus projetos e retomar seus sonhos *“após ter o diagnóstico voltei para a federal, (...)voltei, mas sem condições emocionais alguma de continuar o curso naquele momento e eu precisava dar um jeito, pois eu não estava me sentindo bem, então voltei para a casa dos meus pais”*. Logo depois, com a

melhora e o tratamento, retomou os estudos em uma universidade mais próxima da família.

Vale aqui ressaltar que estimular histórias familiares esbarra no balizamento de tempo de entrevista. Para isso, adotamos algumas táticas como conhecer melhor as realidades, os percursos e o cotidiano dos interlocutores com suas famílias. Como descrito no capítulo 3, acompanhei in loco a atuação das jovens lideranças em algumas atividades militantes após o curso. Além disso, fiz a entrevistas na cidade de origem ou de militância dos jovens; em duas ocasiões, estive no trabalho de uma entrevistada e na casa de uma outra, onde conheci seus familiares e fizemos refeições juntos. Somente duas entrevistas foram on-line.

### 5.3 ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO: DESAFIOS, RUMOS E MOBILIDADE GERACIONAL.

Ao conhecermos as trajetórias familiares, escolares e profissionais de nossos interlocutores, consideramos a mobilidade intergeracional uma dimensão de grande relevância. Como já citado, as relações e a coabitação acontecem em menor proporção em núcleos com pai e mãe: nove entrevistados afirmaram que o pai não reside com a família; sendo que dos quatro que convivem com o pai e mãe, dois se referem ao padrasto e ao pai afetivo como referências em suas trajetórias; somente uma jovem apontou o pai como referência para sua militância política. Entre as três jovens transsexuais, duas não convivem e referem situações mais conflituosas com a figura paterna. Uma delas mora com a mãe e apesar de ter conhecido o pai, relatou não saber nada sobre ele, *“deve estar desempregado”*. Uma outra jovem conta sua história de rejeição e violência desde antes de seu nascimento e que o pai apareceu porque foi acionado pela justiça, *“lembro que ele apareceu, ainda na pré-adolescência; deu pensão por poucos meses e depois sumiu quando percebeu que eu já tinha transicionado, que de fato, eu era mulher trans”*.

Dentre os jovens que relataram sobre as trajetórias paternas, cerca da metade informou que nenhum pai completou o ensino superior; quatro concluíram o ensino médio, sendo que as inserções profissionais são estáveis, distribuídas entre comerciantes e funcionários públicos. Como assinalado, apenas duas mães concluíram o ensino superior. Os dados sobre a escolaridade paterna e materna, comparado a escolaridade dos jovens, descrita acima, indicam que a educação dos filhos alcançou ou superou a dos pais, caracterizando uma mobilidade intergeracional. Segundo Longo (2015) e Longo e Vieira (2017) a noção de mobilidade intergeracional refere-se à diferença entre os níveis de escolaridade máxima alcançada por duas gerações sucessivas, para observar nossos interlocutores e suas mães.

Essa mudança na história das famílias do grupo estudado merece ser notada, sobretudo, porque a maioria dos jovens superou a escolaridade, em grupos familiares monoparentais chefiados por suas mães. Tal aspecto foi destacado por Longo (2015), Longo e Vieira (2017), Alves (2008), Mahlmeister, (2019) e IBGE (2020). Mesmo de forma vagarosa, no Brasil tem ocorrido a diminuição da persistência da baixa escolaridade de filhos de pais com poucos anos de estudo, como enfatiza Mahlmeister e colegas (2019). A permanência da baixa escolaridade de pessoas mais velhas, como encontramos nas famílias de nossos entrevistados, de acordo com a OCDE (2019) é um legado das redes restritas de ensino fundamental públicas nos anos 70, além de retrato da persistente desigualdade de renda na sociedade brasileira.

No entanto, os cenários mais desfavoráveis para a mobilidade de educação ocorrem entre as famílias dos extratos mais pobres chefiadas por mulheres; tendo em vista que “o arranjo familiar influencia as chances de mobilidade, uma vez que representa a disponibilidade de recursos a que um adolescente pode ter acesso” (Longo, 2015, p. 93). Nas narrativas dos jovens prevalece a vida cotidiana com mães com necessidade de trabalhar, vivendo instabilidades profissionais e interrupção de seus estudos, temos uma linha que se liga com os resultados encontrados por Longo (2015), Longo e Vieira (2017), Alves (2008), Mahlmeister, (2019) e IBGE (2015; 2017; 2020), e de Camarano e colaboradores (2006). Tais estudos demonstram que a conciliação entre o sustento da família, a tarefa de cuidar dos filhos e de outras pessoas fragilizadas no grupo familiar e afazeres domésticos, em arranjos familiares de mulheres com filhos, significam menos anos de estudos para as mulheres.

Os dados apresentamos no Quadro 2, abaixo, atestam a mobilidade ascendente de educação e profissional dos jovens em relação aos seus pais. São juventudes em transição, em contextos sociais marcados, em sua maioria, por vulnerabilidades sociais. Como enfatiza Aboim e colegas (2011), essas mudanças podem ser desveladas em nível estrutural, no entanto, ao examinar as narrativas de vida, acatamos a sugestão dos autores, e procuramos desvelar regularidades e singularidades da mobilidade intergeracional de educação no grupo pesquisado.

Quadro 2: Dados sobre mobilidade e escolaridade.

<p>Mãe de Brenda tem ensino fundamental, é Dona de Casa. O pai tem ensino fundamental, é comerciante.</p> <p>Tem um irmão e um filho adotivo.</p>	<p>Brenda estava cursando o último ano do ensino Superior. Já foi comerciante. É militante partidária, ativista LGBTI+, e coordena ONG.</p>
<p>Mãe de Celso não completou o ensino fundamental, trabalhou como boia fria, faxineira e atualmente é agricultora. O padrasto é agricultor.</p> <p>Não conviveu com o pai e tem um irmão.</p>	<p>Celso concluiu o ensino superior, tem pós-graduação, atua no serviço público como profissional da saúde e como professor. Atua em redes de pessoas que vivem com HIV/AIDS.</p>
<p>Mãe de Daniel completou a licenciatura- ensino superior. Nunca exerceu a profissão. Desempregada, estava atuando como Dona de Casa. O pai não completou o ensino fundamental. Foi comerciante, e atualmente é autônomo.</p> <p>Tem um irmão.</p>	<p>Daniel concluiu o ensino superior. É militante partidário, atua com pautas que interseccionam com o HIV/AIDS e saúde pública. Trabalha desde o ensino médio. Atualmente é pesquisador bolsista na área de gestão, políticas públicas de saúde e está cursando pós-graduação strictu sensu.</p>
<p>Mãe de Dandara, ensino médio, trabalhou em escritório e atualmente é dona de casa. Seu pai tem ensino médio e é funcionário público aposentado.</p> <p>Tem uma irmã</p>	<p>Dandara concluiu o ensino superior, é ativista, atua como assessora de projetos em Organizações da Sociedade Civil, nas temáticas do HIV/AIDS, feminismo, raça e pessoas com deficiência e Redes de Jovens PVHA. É também digital influencer e coordena páginas em redes sociais, sobre HIV/AIDS, cuidado e acolhimento com outros coletivos de jovens.</p>
<p>Mãe de Gabriela não completou o ensino fundamental. Trabalhou durante 26 anos, estava afastada recebendo benefício social. O pai não concluiu o Ensino Fundamental. Não tem irmãos.</p>	<p>Gabriela tem ensino médio, trabalhou em telemarketing. É ativista LGBTI+. Estava desempregada quando a entrevistei, mas atuava como profissional do sexo no mercado virtual.</p>
<p>Mãe de Isa tem ensino fundamental, atuou como auxiliar de enfermagem e bombeiro de segurança. É Dona de casa. O pai de Isa é falecido. Não tem irmãos</p>	<p>Isa concluiu o ensino médio e estava cursando técnico quando foi entrevistada.</p> <p>É ativista atua em organizações em pautas que interseccionam com HIV/AIDS, feminismo, raça, juventude de terreiro e prevenção de ISTs. Recebe benefício Social, BPC</p>

<p>Mãe de Janaína não completou o ensino fundamental, não tem profissão, trabalha de vender cosmético e cuida de uma tia.</p> <p>Tem um irmão e não conviveu com o pai.</p>	<p>Janaína tem ensino superior, estava cursando uma segunda graduação e finalizando pós-graduação stricto sensu. Trabalhou na prostituição, dos 13 aos 17 anos. É ativista LGBTI+. Atuou como estagiária e foi contratada por órgão público, como coordenadora de projetos em direitos humanos e cidadania.</p>
<p>Mãe de Mark tem ensino fundamental e o pai concluiu o ensino médio. Tem uma irmã, e pai e mãe que ele considera sua família afetiva</p>	<p>Mark concluiu o ensino superior, estava cursando pós-graduação stricto sensu. Começou a trabalhar na adolescência como Jovem Aprendiz. Atua como pesquisador na área de saúde, prevenção e HIV/AIDS. É Assessor Técnico na área de HIV/Aids contratado por Órgão Público</p>
<p>Mãe de Nancy tem ensino fundamental. Trabalhou como auxiliar de enfermagem, empregada doméstica e babá. Está aposentada por invalidez.</p> <p>Pai de Nancy é falecido, tinha Ensino Médio.</p> <p>Não tem irmãos</p>	<p>Nancy tem ensino superior, é ativista, atua em uma ONG, com direitos humanos, juventude, violência, raça e HIV/AIDS. Seu primeiro emprego foi como empregada doméstica na adolescência, depois foi bolsista no ensino médio. É assessora de projetos em uma Organização não Governamental.</p>
<p>Mãe de Néstor tem ensino fundamental, e atua como auxiliar de enfermagem.</p> <p>Não conviveu com o pai e tem uma irmã</p>	<p>Néstor concluiu o ensino superior, é ativista em Redes PVHA. Estava cursando pós-graduação stricto sensu e trabalhando de forma intermitente, com diárias de plantões.</p>
<p>Mãe de Rodolfo não completou o ensino fundamental, não teve acesso ao estudo, lê pouco.</p> <p>Ele não conviveu com o pai.</p> <p>Não conviveu com o pai e tem quatro irmãos</p>	<p>Rodolfo começou a trabalhar aos 14 anos, completou o ensino médio. É ativista em Redes PVHA. Trabalha como Educador Social e como Consultor em uma Agência Internacional, em temas interseccionais com HIV/AIDS.</p>
<p>Mãe de Silvia completou o ensino superior trabalhou como doméstica e no serviço público e está aposentada.</p> <p>O pai não completou o Ensino Fundamental, é comerciante.</p> <p>Tem dois irmãos.</p>	<p>Silvia estava concluindo o ensino superior. É militante partidária e atua em movimentos que interseccionam com o HIV/AIDS, Raça, gênero, feminismo. É digital influencer. Estagiária em uma Agência Internacional na temática HIV/Aids.</p>
<p>Mãe de Nery Ensino Médio, trabalha como vendedora. O pai tem Ensino Médio, é funcionário público. Tem um irmão</p>	<p>Nery estava cursando universidade quando foi entrevistado. É ativista rede PVHA, atua em coalizão Global de juventude, advocacy e HIV/AIDS e como educador social.</p>

O que motivou a maioria de nossos interlocutores a permanecer e prosseguir na escola, além de apoios materiais e afetivos da família, foi a escolaridade como um campo de possibilidades (VELHO, 2006) para enfrentar a discriminação, a exclusão social, cultural e de gênero. De acordo com Longo (2010) e Longo e Vieira (2017), essas dimensões ainda são pouco aprofundadas em perspectiva longitudinal, nos estudos sobre as transições juvenis. Para as autoras e, também para Aboim e colegas (2011), as análises costumam privilegiar a dimensão estrutural como, por exemplo, a oferta de determinado nível de ensino, sem, no entanto, aprofundarem as experiências individuais e coletivas, na mesma geração, em família e suas redes.

De acordo com Velho (2006), vale adotar lentes que não congelem os trânsitos juvenis na contemporaneidade sob barreiras rígidas e lineares. Como é possível notar nas narrativas biográficas dos participantes da pesquisa, a progressão na educação tem como ponto em comum processos dinâmicos, entre a aceitação da escola como uma forma de se tornar adulto e, ao mesmo tempo, um mundo social, onde é possível prosseguir, conforme destaca Dubet (2006), desde que se tenha oportunidade de confrontar modelos discriminatórios e excludentes, como nas trajetórias de Brenda, Isa e Janaína; três entrevistadas que experimentaram processos de exclusão e preconceito.

Nesse sentido, vale registrar que a maioria dos entrevistados concluiu o ensino médio, em escola pública, na passada para os anos 2010. De acordo com Madeira (2006) e Camarano (2006), nesse período, o Brasil experimentou estruturalmente maior aporte de jovens ao ensino médio. Não há aqui o objetivo de analisar essa dimensão, porém, retomando Bertaux (2014), procuramos aclarar pontos nos percursos dos nossos entrevistados na perspectiva de que, “apesar de sua grande variedade, cursos de ação, possuem pontos em comum” (2014, p.257), que incluem recursos pessoais, materiais e subjetivos em torno dos sentidos e significados de escolarização e trabalho nos projetos individuais do grupo pesquisado.

Muitos depoimentos dos participantes de nosso estudo, mostram a escolaridade como projeto pessoal que ganha sentido para a superação de muitas vulnerabilidades. Pobreza, discriminação de gênero, deficiência física e o diagnóstico de HIV são condições nas quais os relatos mostram os sentidos de estar na escola, diante das vicissitudes e encruzilhadas existenciais experimentadas. Para Rodolfo e Janaína prosseguir na escolarização, não significava somente alcançar melhor nível de escolaridade per se, significava ter acesso ao trabalho, redes de apoio, significava mudanças concretas em histórias que procuram superar precariedades, e sair da prostituição. Rodolfo, é um jovem negro, homossexual, sua história é marcada pelo trabalho juvenil desde 15 anos, que relata tenazmente com um ato de resistência,

*“minha mãe lê pouco, é semianalfabeta, e nós nunca fomos estimulados a estudar”*, que deixa antever seu projeto, e o sentido para estudar e se formar, *“Eu sabia que tinha que terminar o ensino médio para começar a trabalhar”*. O jovem conta que o autossustento era seu objetivo para enfrentar a discriminação e ser independente. Deixa claro, que o prolongamento da escolaridade, como demonstra Dubet (2006) marca a condição juvenil na globalização, não era possível naquela etapa de sua vida, que poderia vir a ser, que o ensino superior é um objetivo, que precisava ser adiado, *“Eu vivi muito nesse papel de ir à luta para conseguir certa ascensão enquanto homem negro, vindo de comunidade, um lugar periférico”*.

A escolarização para Janaína, *“foi luta mesmo, inclusive conciliar prostituição com os estudos”*. Significava sair dessa condição, na qual viveu entre os 13 e 17 anos, após ser expulsa da casa dos avós maternos. Com uma relação estável com um companheiro, conseguiu prosseguir na escola. O projeto para o ensino superior e o sonho de uma carreira para lidar com as pessoas, ganhou sentido diante do que viveu na família e nas ruas *“a solidão das mulheres trans negras”*, que para ela significou prosseguir na universidade para enfrentar a exclusão e a invisibilidade. Depois de graduada, iniciou outra formação, em gênero e diversidade, porque *“a psicologia não dava conta da minha existência, na sala de aula não tinha currículo que falava de gênero e sexualidade. Eu tinha que ficar o tempo inteiro na sala de aula brigando para existir, para falar dos meus direitos”*. A atuação profissional inicial em várias entidades de defesa de direitos LGBTI+, motivou a sua entrada na pós-graduação stricto sensu, que ela estava cursando quando foi entrevistada. Me contou ainda que foi contratada pelo Órgão público, onde estava estagiando. O projeto de educação de Janaína, se aproxima também dos desafios, dessa mobilidade, como enfrentamento da desigualdade de gênero, em busca de oportunidades, que é um dos papéis da formação escolar, que deve se apresentar na sociedade por uma escola democrática, como discute Dubet (2006), sobre a formação em contextos sociais marcados pela desigualdade.

Isa, uma jovem negra com deficiência física, experimentou preconceito e exclusão na trajetória escolar, e quando narra sua história em busca da escolarização conta que foi *“complicada, e ao mesmo tempo eu olho para trás e eu me orgulho”*, se referindo ao sentido que a escola passou a ter, após o apoio de uma professora que trabalhou com ela a sua inclusão. Nesse ponto, não ser excluída passou a um projeto de Isa, *“foi a primeira lição que eu tive da inclusão, enquanto mulher com deficiência, criança com deficiência, não desistir do meu sonho”*. No ensino médio, Isa encontrou maiores dificuldades, mas da mesma forma que Nancy e Daniel, reconectou-se com a escola, através de grupos de pares e outras redes, e a escolarização passou a ter um outro significado, como forma de ser e agir politicamente como

profissional de saúde, que é o seu projeto. Isa se inseriu no movimento social com seu grupo de matriz religiosa e passou a atuar como militante de direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência.

Daniel e Nancy experimentaram no ensino médio o ponto marcante em suas transições juvenis. Para Daniel, essa etapa é biograficamente disruptiva porque diante do conflito que viveu nessa fase, a experiência educativa, *“foi pra vida”*, sobre a qual ele liga especificamente a atuação de um professor, que o foi apoio e catalizador, para ele se erguer como um sujeito político em sua demanda identitária como homem homossexual. Ele se remete a essa entrada, *“eu virei um outro ser humano”*, na experiência de iniciação no ativismo, ele arremata *“eu aprendi que podia ser viado, podia ser maconheiro, não como categoria de uso, como categoria política. Na verdade, aprendi que não infringindo o espaço do outro eu poderia ser o que eu quisesse”*.

Quando se depara com a infecção por HIV no último ano de graduação, ele tem que lidar com a (re) descoberta, de uma nova veia política que faria sentido em se manter vivo, *“de não se submeter a uma eutanásia autoassistida”*. Ele faz um novo movimento e recompõe seu projeto para elaborar o HIV academicamente da mesma forma que fez com a sexualidade, *“Na verdade, eu contornei esses dilemas essas pedras fundamentais do que significava ser um homem gay a partir desse lugar de pensar uma sexualidade academicamente”*. O projeto de ser um acadêmico não se descola do sujeito político que brotou no ensino médio e Daniel dá sequência em seus estudos e pesquisas com uma atuação mais ampla nas questões do HIV/Aids: *“virei adulto mesmo depois que eu entrei na pós-graduação”*.

Nancy viveu sua primeira luta para encontrar sentido e não interromper a escolarização em meio a dureza do trabalho juvenil como doméstica aos 14 anos. Conta que sua visão de ser jovem sempre foi de que a vida era muito árida *“a vida é treta, eu sou mais uma sobrevivente, eu ouvia muito racionais, eu era muito vida louca, eu falo gente, eu só não peguei em armas porque eu não tinha acesso, pois a revolta bateu com força, eu pensava, por que só comigo”*. Nancy deixa notar como a escola era distante, e, ao mesmo tempo, ir para o ensino médio apesar de improvável, era o recurso mais certo para superar as vulnerabilidades. *“Eu não entendia muito o que era, qual o significado de estudar, mas a minha mãe sempre alimentou muito disso dentro de mim”*. A entrada no ensino médio, em um Instituto Federal, juntamente com um trabalho com bolsa é descrito por ela como um marco nessa etapa biográfica; sobretudo pela conciliação com um trabalho digno, transforma a escola em projeto, *“Com o trabalho no Instituto Federal, isso foi muito marcante ‘não só porque ele me tira do trabalho doméstico, mas ele também me mostra que eu era capaz de fazer uma universidade’ (grifo nosso), fiz curso*

*técnico, porque eu achava que era o curso técnico que iria me dar uma grana*". A conclusão da graduação ampliou o campo de atuação de Nancy, que já atuou em atendimento clínico com populações vulneráveis em uma ONG, da qual é uma das fundadoras e diretora de projetos, como ela gosta de frisar, para pessoas pobres, pretas e faveladas *"se eu me formei foi para trabalhar com essas pessoas, com tudo que a sociedade não quer"*.

Dentre essas concepções de escola como projeto e seus desfechos nas trajetórias juvenis, é possível perceber que a família e a própria escola, enfrentam a encruzilhada de ressignificar o papel da escolaridade, quando seu sentido se dissolve como dito por Nancy *"a escola não fazia sentido pra mim"*. Isso significa, o papel da escola como provedora de oportunidades e revigoração de sentidos e significados que os jovens buscam para prosseguirem a escolaridade, o que inclui a renovação de novos pilares para se moverem individualmente e coletivamente. Para nossos interlocutores significou contornar reveses do trabalho juvenil, do estigma de gênero, do diagnóstico de HIV na adolescência, da pobreza, da exclusão por deficiência física, do movimento migratório em busca de melhores oportunidades. O refazer das tramas esgarçadas nesses trânsitos juvenis, importam em examinar as mobilidades de educação, em uma escola que como vimos, não existe em uma concepção única. Como explica uma de nossas interlocutoras, infectada por transmissão vertical, seu desafio era progredir na escola como sentença de estar viva, porque a concepção de escola para sua família, e quiçá para a sociedade, era uma dimensão de futuro, que talvez ela não vivesse,

*"A ideia era de que a sobrevivida de quem nascia com o HIV seria até os doze anos. Então os meus pais se preocuparam em me colocar na escola, mas eu não fui motivada a pensar: "O que você quer ser quando crescer?"*".

Vale destacar, que nesse contexto de mobilidade de educação, as narrativas de vida dos jovens entrevistados mostram que estar na escola muitas vezes significou o primeiro contato com muitas questões individuais que espelhavam experiências e demandas coletivas que produziram as incursões inaugurais na seara da cidadania. Quando Brenda, uma jovem transsexual que vive no sertão agreste de uma capital da região nordeste, desperta seu lado ativista, ela fala da experiência de discriminação que viveu na igreja e na escola, que ia desde a não aceitação de sua forma de se vestir, até o desrespeito ao seu nome social durante a chamada na sua turma de ensino médio. A descoberta que não somente ela, mas outras pessoas LGBTI+ experimentavam as mesmas barreiras para a emissão de seus certificados escolares, foi o ponto de partida para mobilizar outros agentes na rede de gestão escolar, quando ela resolve agir por uma resposta da instituição e conclui sua escolaridade, em um movimento que Dubet (2006) advoga ser um dos aspectos integradores da escola, quer seja, não fechar

oportunidades, ensejando a formação e o papel dos sujeitos na sociedade contemporânea, quando “a discriminação se torna uma grande figura das desigualdades” (p.157).

A escolaridade e o trabalho têm sido questões desafiadoras para as juventudes. Os dados sobre o ensino entre 4 e 17 anos, de obrigatoriedade prevista constitucionalmente, expõe a situação crítica que o grupo de jovens entre 18 e 24 anos atravessa, por ser a faixa de idade na qual a frequência escolar não aumentou nos últimos 3 anos (IBGE,2020). Entre nossos interlocutores chamam atenção as empreitadas conciliatórias entre estudo e trabalho, durante a conclusão do ensino médio e a persistência desses arranjos na trajetória no ensino superior.

Em paralelo com o que Camarano, Kanso e Melo (2006) sugerem, observamos no grupo estudado que a escolaridade ascendente é um mecanismo que os jovens buscaram para ter empregabilidade, com projetos profissionais de futuro que incluem o trabalho e a conquista de uma carreira que se encontram cada vez menos concatenadas e claramente cercadas de incertezas. Percebemos na linha analítica apontada por Longo (2015) e pelos indicadores sociais do IBGE (2020), que apesar da heterogeneidade demográfica dos jovens pesquisados, eles conseguiram o feito de ter superado a escolaridade de suas mães, em trajetórias marcadamente complexas e mais desfavoráveis na transição da escola para o trabalho, principalmente para os jovens de cidades do interior das regiões Norte e Nordeste. Da mesma forma que Camarano e colegas (OP. Cit), percebe-se um prolongamento da escolarização, marcado por interrupções, retornos e instabilidades. Esse é o mesmo mote tomado por Pais (2006) que descreve de forma muito aproximada com alguns relatos que apuramos em nossa pesquisa, como setas lineares que antes marcavam esses ritos biográficos tradicionais para a vida adulta, hoje se fragilizam, que para o autor “os jovens enfrentam-se com o futuro” (p.10).

As trajetórias de Néstor e Gabriela em busca de oportunidades através da escolarização ilustram essa perspectiva. Nestor é um homem gay, que concluiu o ensino médio por volta dos 20 anos e migrou para uma capital da região Norte, onde mora em uma casa cedida por parente para ele e a irmã estudarem. Conciliou trabalho e estudo e concluiu o ensino superior. Quando eu o entrevistei, estava com 32 anos, finalizando uma pós-graduação e tinha acabado de ser aprovado para cursar pós-graduação *stricto sensu* em uma instituição pública. O trabalho intermitente, uma modalidade que prevalece atualmente na empregabilidade de jovens, se expressa como desemprego e precariedade, para o jovem, “*No momento quem está sustentando a casa é minha irmã, porque eu estou desempregado há algum tempo, vou fazendo um bico aqui, um bico ali, mas não é nada certo*”.

Uma de nossas interlocutoras, uma jovem transsexual, vive em uma cidade do interior da região Nordeste, tem o ensino médio e aos 28 anos quando a entrevistei estava desempregada

há 3 anos. Após atuar no mercado formal contratada, “*tinha carteira assinada*”, não conseguiu se recolocar no mercado; mora com a mãe, e relata,

*“Fui demitida injustamente, levei justa causa por conta do preconceito. Eu sofri, psicologicamente, tive um pouco de depressão devido à crise e desemprego, atualmente, não trabalho de forma fixa, sou apenas modelo virtual. Estou perante o mercado do sexo e pornô na internet. Eu não tenho nenhum contato no sentido de prostituição em ruas, nem casas noturnas, é um trabalho virtual que envolve a questão do sexo”.*

Desse modo, a importância da progressão na escolaridade como preparação para o mercado precisa avançar com oportunidades. Da forma como Abramo (2019) e Camarano e colegas (2006) frisam, é uma prerrogativa mínima que a superação escolar aumente as chances de qualidade do emprego para os jovens, sua mobilidade social e acesso a uma perspectiva de futuro. Ao examinarmos as trajetórias dos jovens pesquisados, constata-se uma série de recursos providenciados nos arranjos familiares e no âmbito do acesso às políticas sociais, como por exemplo, estar no ensino médio como Daniel e Nancy, que enfrentavam precariedades financeiras e tiveram acesso com bolsas. Ou, a experiência de Mark, que iniciou o trabalho juvenil como Jovem Aprendiz em uma instituição pública de saúde que despertou seu interesse para o tema e resultou em seu projeto como carreira, “*Então, eu vi a graduação em Saúde achei interessante, passei, fiquei, e toda a minha trajetória de formação, de trabalho, foi no SUS, sempre, desde a graduação, eu sempre fui muito mobilizado em questões para o SUS, para política pública*”.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a vulnerabilidade ao desemprego é a face mais visível das desvantagens juvenis. As análises sobre as oportunidades nas políticas geracionais de empregabilidade mostram que ocupação dos jovens é a dimensão mais atingida até mesmo quando o ciclo econômico de um país está favorável (OIT, 2020). Na atual crise do emprego no Brasil, em 2019 enquanto o nível de ocupação da população 30 e 49 anos foi de cerca de (73%), nos jovens entre 14 e 29 anos foi de (48,2%).

No marco atual de leis trabalhistas a qualidade da ocupação abarca situações de formalidade, informalidade e de subocupação. Entre os nossos interlocutores, somente dois jovens relataram ter contrato de trabalho, outros 4 estavam trabalhando em contratos por projetos, 2 tinham bolsa de pós-graduação, 4 estavam desempregados ou exercendo trabalhos temporários e 2 estavam estudando. A subocupação é a modalidade que mais atinge os jovens sendo causada, entre outros fatores, pela falta de oportunidades para os que querem trabalhar ou por ocupações que não contemplam as horas suficientes de trabalho para aferirem melhores

rendimentos (IBGE,2020). Isso resulta no aumento da pobreza juvenil, pois de acordo com a pesquisa de Guimarães e colaboradores (2018) feita para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a conciliação entre escola e trabalho é uma situação persistente no Brasil. Como observamos no grupo pesquisado, somente uma jovem, não manifestou projeto de prolongar a escolarização, os outros 13 manifestam suas transições juvenis com prolongamento da escolarização e procura de melhor qualidade no trabalho

A despeito da análise das dinâmicas de ocupação expressar melhor as desigualdades estruturais, o desemprego é um dado absoluto que retrata a condição juvenil no Brasil. A taxa de desemprego entre jovens, segue mais elevada e em progressão. O ano de 2019 encerrou com (23,8%), sendo a taxa mais elevada entre os grupos de idade. Nos primeiros meses de 2020, a taxa de desemprego entre 18 e 24 anos foi de (27,1%), enquanto na média do país ficou em (12,2%). O Nordeste apresentou a maior taxa de desemprego nessa faixa etária, estimada em (34,1%). As desigualdades persistem em grupos específicos, se expressando pelo maior desemprego entre as mulheres e entre as pessoas que autodeclaram sua cor preta ou parda, e repercute da mesma forma na população mais jovem (IBGE,2020).

Conforme já destacamos, a empregabilidade juvenil deve ser acompanhada de oportunidades para que o trabalho não interfira no percurso educacional, já que o início no trabalho para os jovens brasileiros é a adolescência (ABRAMO, et al, 2020). Ainda mais, porque no quinto populacional de maior renda domiciliar (61%) dos jovens prossegue estudando, enquanto no mais pobre, a estimativa não passa de (23%). Sobre os motivos para que os jovens interrompam os estudos, a necessidade de trabalhar ocorreu em (43,1%) para os homens, maior do que entre os 26,0% entre as mulheres. Merece destaque que entre os homens jovens (20,3%) não tinha interesse em estudar e entre as mulheres, 22,3% considerava ter alcançado o ensino médio como desejado; 11,8% das mulheres atribui à gravidez, que pode estar associada ao casamento e não somente a maternidade (Camarano, et al, 2006). Os afazeres domésticos e cuidado de crianças e idosos, foram referidos apenas entre as mulheres jovens. Outros motivos, chamam atenção, sobretudo nos jovens rurais, pela referência à falta de instituições próxima da residência (IBGE,2020).

Questões que merecem ser investigadas para além de definir em taxas, quem não estuda, não está ocupada e não procura trabalho. Quer dizer, é preciso focar na situação dos jovens que não enxergam horizontes, não têm condições materiais para mudar de situação, nem estão inseridos em grupo familiar capaz de assegurar melhores condições. Como destacamos, para alguns de nossos interlocutores a interrupção dos estudos após o ensino médio, ou a mescla entre estudar e trabalhar, estão relacionadas com uma diversidade de experiências coletivas e

subjetivas. No entanto, a necessidade de ajudar em casa, a falta de estímulo do grupo familiar, o movimento migratório realizado por metade dos jovens entrevistados, empreendeu uma busca por melhores condições de estudo e trabalho, influenciadas por constrangimentos de uma grave crise econômica e de empregabilidade que marca a passada para os anos 2020.

## 6 FORMANDO LIDERANÇAS: CONCEPÇÃO E FORMULAÇÃO DO CURSO.

Nesse capítulo apresentamos o contexto de formulação do curso de formação de jovens lideranças em HIV/Aids, seus contornos, objetivos e fundamentos. Para isso, lançamos mão da combinação de fontes documentais e bibliográficas, bem como dos depoimentos dos 14 jovens entrevistados e de outros informantes-chave. Primeiro, recuperamos o contexto histórico, político e institucional no qual a iniciativa do curso foi gestada, focalizando a atuação do movimento social e as políticas de Aids vigentes, com ênfase nas estratégias que embasaram a mudança nos rumos para enfrentamento da epidemia no Brasil nos anos 2010. Em seguida, tomamos as narrativas dos jovens entrevistados para compreender as estratégias adotadas para mobilizar esses atores, o desenvolvimento do curso – abordagem temática e metodológica - e o papel dos “jovens lideranças” na iniciativa.

### 6.1 JUVENTUDE, MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICAS DE AIDS: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS.

Como já assinalado, no início dos anos 2010 a política de Aids brasileira inicia articulações para incorporar novas diretrizes, buscando alinhar-se aos pactos de governança em saúde global, para cumprir as metas de redução de transmissão de HIV e das mortes por Aids em 50% (ONU, 2012; 2013; STOVER et al., 2016). Ilustra essa perspectiva, a proposta de eliminar a Aids do mundo até 2030 por meio do desenvolvimento da meta “90-90-90”, divulgada pela UNAIDS em 2014. O Ministério da Saúde, alinhado às diretrizes globais, fomentou o início precoce do tratamento antirretroviral e ampliou a oferta de testagem dentro e fora dos serviços de saúde (MONTEIRO et al, 2019).

Importa destacar, que ainda em 2014 o curso para formação de jovens lideranças começou a ser delineado pelo então Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST/HIV/Aids e Hepatites Virais (DIAHV). Tal iniciativa contou com a participação de segmentos juvenis desde a sua concepção, conforme atestam as fontes documentais e os relatos dos jovens entrevistados e de outros informantes-chaves. Essa mirada permitiu “acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p.2) e nos levou a observar a maturação e atuação dos grupos que sustentaram os vários pontos de partida que deram substrato para a formulação do curso. Como salientado por Seffner e Parker (2016), “desde a criação da resposta à Aids no Brasil, seus rumos têm estado no centro do debate entre gestores, ativistas, pesquisadores e pessoas que vivem com HIV/Aids” (p.294).

Com o propósito de tomar os contextos político e social em perspectiva, buscamos descrever o cenário da origem da formação dos ativistas jovens. Isso pressupõe o contexto epidemiológico do HIV entre jovens, e a atuação do movimento social, da Aids na mídia brasileira e das políticas de Aids, já apresentados na introdução e capítulo 1. Não pretendemos afirmar que os eventos aconteceram de forma linear, um após o outro. Ao contrário, olhando em retrospectiva, no deparamos com a simultaneidade entre avanços na implementação de inovações terapêuticas e recuos causados, por exemplo, por interferência do Ministério da Saúde nas campanhas de prevenção; além de retrocessos no combate à homofobia, uma pauta histórica e fundante da luta contra a Aids.

No início dos anos 2010, marcadamente os três primeiros anos, se caracterizaram para usar uma expressão de Santos (2017), por “rombuda submissão” do governo aos setores conservadores do Congresso Nacional. Tal expressão, cunhada pelo cientista político Wanderley Guilherme (SANTOS, 2017, p.7) cabe para ilustrar o contexto de então, pois de acordo com autor, caracteriza uma conjuntura preponderante de atropelos, causados por crises políticas e relações institucionais complicadas, que no caso da gestão da política de Aids, entendemos enfraquecem projetos no âmbito da saúde e educação, com efeitos colaterais nas respostas ao HIV/Aids.

Quanto aos dados epidemiológicos de 2014, Grangeiro e colaboradores (2015) já tinham destacado que o quadro apontava para o declínio da estabilidade da epidemia, espelhando aspectos do cenário dos anos 1980. A tendência era de re-emergência, por aumento da mortalidade da doença Aids e crescimento rápido e concentrado de novas infecções por HIV em grupos específicos, urbanos e entre homossexuais. Foi igualmente enfatizado, o aspecto geracional desse quadro, expresso na afirmação: “uma nova geração, nascida após meados da década de 1990, também começou a apresentar taxas de incidência maiores do que as registradas entre aqueles que iniciaram sua vida sexual logo após o início da epidemia” (GRANGEIRO; CASTANHEIRA; NEMES, 2015, p.5).

Para autores como Ferraz (2016), Seffner e Parker (2016), esse cenário colocou em evidência que a epidemia já havia sido enfrentada de maneira mais efetiva no Brasil, erguida por fórmula exitosa e indubitável. Melhor dizendo, a redução da mortalidade por Aids no país tinha resultado da valorização de estratégias políticas, sociais e biomédicas em interlocução com lideranças comunitárias. Dessa forma, quando atravessava sua própria ‘juventude’ (grifo nosso) como ponta de lança, a política havia demonstrado a indissociabilidade entre ações de participação social, prevenção e direitos humanos para estimular a adesão às práticas preventivas. Cabe também lembrar, que o Brasil foi o único país em desenvolvimento que

garantiu de forma pioneira, a terapia combinada de antirretrovirais a partir de 1996 pelo sistema público de saúde (UNAIDS, 2015).

Após um ciclo de quase 40 anos, um Programa Nacional de Aids com essa envergadura não deveria abraçar o *‘desperdício de experiência’* (Seffner e Parker 2016). Quer dizer, ao privilegiar soluções biomédicas de cunho mais individual, a política estaria descuidando do acesso de grupos vulneráveis e marginalizados, sobretudo, seu envolvimento na (re) modelação de novos ciclos programáticos preventivos para responder aos desafios contemporâneos do HIV/Aids.

Destarte, essa tendência quanto às populações mais vulneráveis ter sido evidenciada no início dessa década (Malta et al 2010), os dados epidemiológicos divulgados em dezembro de 2014 tiveram maior repercussão como ressurgimento da epidemia. As notícias de que a Aids tinha voltado a assustar, passaram a ser (re)projetadas pela mídia brasileira sob a lógica da culpabilização e inadequação dos comportamentos sexuais dos jovens, predominando a narrativa da juventude como o novo ‘rosto’ da Aids nos anos 2010 no Brasil<sup>39</sup>. Em uma arena onde existem um governo responsável por implementar a política de Aids de um lado e, de outro, um movimento social atuante, Jasper (2016) ensina que para “contornar a parcialidade da cobertura midiática” (p.16), é preciso abordar o aspecto cultural, de preferência, perguntando e dando espaço para que os ativistas falem sobre suas reivindicações, motivações e lutas.

Diante disso, a reação do movimento social e de vários coletivos de juventude vivendo com HIV/Aids foi rechaçar o enfoque punitivo e redutor do debate sobre o aumento dos casos entre jovens, predominante na mídia e presente no discurso do Governo. A declaração dada à imprensa pelo então ministro da saúde Ricardo Barros (2016-2018)<sup>40</sup>, de que “tecnicamente, os jovens têm mais tempo para transmitir” foi duramente criticada pelo movimento social. No lugar do rótulo de inadequação que recai sobre a sociabilidade jovem, o ativista Carlos Oliveira propôs a noção de “inequação” para elucidar o que ocorre entre duas expressões das respostas à epidemia – o que o governo diz que faz e o que realmente faz. Ou seja, é preciso examinar as lacunas entre esses dois polos da política. Nas palavras do ativista,

“As respostas dadas pelo *establishment*, para responder a inequação, sobretudo, de 2016 para cá, são todas parecidas em seu conteúdo: consiste em culpabilizar as PVHA, sobretudo as juventudes, que em tese são irresponsáveis, quebram regras (ora, “só nossa geração”, não é mesmo?), e a pior frase de todas: “não tem mais medo da aids”

<sup>39</sup> <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/11/casos-de-hiv-entre-jovens-aumentam-mais-de-50-em-6-anos-no-brasil.html>

<sup>40</sup> <https://epoca.globo.com/saude/noticia/2016/12/para-ministro-da-saude-ricardo-barros-combate-aids-depende-da-sociedade.html>

(Agência Aids, 11/06/2018)<sup>41</sup>.

Nesse período, o movimento social começa a deixar claro sua insatisfação. Para o antropólogo e pesquisador Richard Parker, o que se anunciava na realidade brasileira era o “retorno do vírus ideológico”. Essa expressão cunhada por Herbert Daniel nos anos 1990, tem grande significado para enfrentar e reafirmar a luta contra a propagação do estigma, apontado pela ONU como uma barreira para o fim do caráter epidêmico da transmissão do HIV (ONU, 2013). Afinal, não se pode ignorar que o tratamento e a prevenção são afetados “por concepções equivocadas e preconceituosas a respeito da epidemia e seus portadores” (MONTEIRO et al, 2013, p. 61).

Em editorial publicado pela ABIA, uma das instituições mais longevas e combativas da sociedade civil na luta contra a Aids, Grotz e Parker (2015) argumentam que a mídia, como dimensão garantidora da democracia, não deveria ignorar a escalada de forças políticas que campeavam espaços no afluxo de crises do governo de Dilma Roussef, para impulsionar a retirada de direitos sociais, que também atingiam as respostas à epidemia. Os autores referem o Projeto de Lei N. 198/2015<sup>42</sup>, colocado em tramitação com a proposta de punir a transmissão do HIV como crime hediondo. Mesmo tendo sido arquivado em 2017, o movimento social não recuou a pressão sobre essa pauta. No fundo, eles confrontam o fortalecimento do pânico moral, impulsionado pela disseminação de fake *news* nas redes sociais.

Tais argumentos são uma marca do repertório do movimento social de Aids, que conforme já enunciamos, é forjado pelo engajamento de pesquisadores e ativistas nessa arena de ativismo. Trata-se de uma reação de indignação ao conteúdo de uma reportagem transmitida pela televisão, em um dos programas de maior audiência nos finais de semana, sobre a existência de um Clube do Carimbo, sugerindo que jovens praticariam transmissão deliberada do vírus HIV. Nos momentos de crises políticas, a tentativa da criminalização da epidemia é uma ameaça, frequentemente retomada por grupos políticos conservadores, apesar de vários consensos e recomendações da ONU de que a epidemia deve ser tratada no escopo dos direitos humanos e não no âmbito penal (OMS, 2010).

Sobre esse período, Parker (2019) é enfático acerca da retomada de novas ondas de discriminação que têm incidido onde a “interseccionalidade de diversos estigmas se cruzam e

---

<sup>41</sup> Carlos Henrique Oliveira – Coletivo Louca do Efavirenz e Rede PVHA SP- HIV/aids e Juventudes: das narrativas da culpa à realidade das opressões históricas <https://agenciaaids.com.br/artigo/hiv-aids-e-juventudes-das-narrativas-da-culpa-a-realidade-das-opressoes-historicas/>

<sup>42</sup> PL 198/2015 foi retirado de tramitação em 13/09/2017.

interagem, principalmente com o estigma da sexualidade não normativa” (PARKER, 2019, p. 627). Por isso, as respostas governamentais ao HIV/Aids, não devem estar alheias diante do posicionamento e ação de alguns veículos da mídia e das redes sociais que agem na legitimação do discurso discriminatório contra as PVHA. Nas palavras do autor, “ainda há o risco de retrocesso, de violência e de opressão destrutiva de diversas formas” (...) “Hoje em dia, isso me parece uma coisa tão perigosa, ou mais, do que quanto era no passado” (PARKER, 2019, p. 627).

É nessa confluência que se observa a persistência das lutas contra retrocessos, que para Seffner e Parker (2016) significam que “a aids segue sendo uma intensa questão política”. Dessa forma, não se deve desperdiçar as conquistas coletivas, e muito menos, recuar na manutenção do diálogo e a defesa da vida, como formas de enfrentar o estigma e a aridez da prevenção centralizada na biomedicalização. Tomando as suas palavras, concordamos que o cenário nos anos 2010 se apresenta desfavorável para a prevenção entre jovens

Se a epidemia explode entre adolescentes, ofertamos exame e tratamento, mas temos muitas restrições para estabelecer debates sobre sexualidade e culturas juvenis. Com o tratamento, as pessoas vivem com HIV e apresentam carga viral indetectável, mas a transmissão é criminalizada. (SEFFNER e PARKER, 2016, p. 301).

A suspensão de campanhas do DIAHV nos anos de 2012 e 2013 ilustram o quadro de retrocesso nas respostas à epidemia. A primeira campanha a ser vetada foi a do carnaval de 2012. Depois de lançada, os filmes e cartazes com jovens gays com cenas afetivas, tiveram a exibição proibida em locais públicos e nas redes sociais do Ministério da Saúde (BELOQUI e TERTO, 2012; MALTA e BEYRER, 2013; SEFFNER e PARKER, 2016). Esse momento crítico é considerado por Beloqui e Terto (2012) como de contradição, pois ao interferir, controlar e até mesmo retirar de circulação conteúdo das campanhas de prevenção endereçadas aos jovens, o Ministério da Saúde acabava por favorecer o estigma sobre a homossexualidade e juventude, em um momento já bastante desfavorável na sociedade. Com a frase “Não é só em boates *gays* e guetos que estão os jovens *gays*, mas em toda a sociedade” (EBC, 2012)<sup>43</sup>, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) se posicionou na imprensa contra a orientação do Ministério da Saúde para que campanha fosse veiculada exclusivamente em locais considerados de sociabilidade gay.

No ano seguinte, outra campanha sofreu interferência por parte do Ministério da Saúde, que cedeu às pressões de parlamentares representantes de setores religiosos e contra direitos humanos na Câmara Federal. Parte do material produzido em uma Oficina com foco na

---

<sup>43</sup> <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/agenciabrasil/noticia/2012-02-15/conselho-nacional-de-saude-critica-ministerio-por-campanha-de-prevencao-aids-no-carnaval>

prevenção com participação de Prostitutas, promovida pelo DIAHV em 2013 com essas profissionais na Paraíba, por ocasião do Dia Internacional das Prostitutas, foi vetada. Somente o material sobre o uso de camisinha foi permitido e o conteúdo sobre valorização e autoestima das mulheres foi retirado e proibido para divulgação nas redes do MS (GRECO, 2016; MALTA, 2016; SEFFNER e PARKER, 2016)

Esse contexto, de ascensão do conservadorismo sobre as campanhas, foi exposto e criticado pelo movimento social das prostitutas. A invisibilidade das mulheres e a prática da censura são retrocessos que atingem os princípios de humanização, equidade e integralidade, estratégicos para o SUS alcançar esses grupos que frequentemente são marginalizados e lidam com dificuldades no acesso aos serviços de saúde. De acordo com o Observatório Global de Sexualidade e Política (SPW), quando o governo adota a interdição de parte da campanha, demonstra uma inflexão conservadora na gestão do Ministério da Saúde, que além do desperdício de parcerias consolidadas desde os anos 1980, repercute como fraturas na interlocução com segmentos etários mais jovens de grupos vulneráveis ao HIV/Aids (SPW, 2013)<sup>44</sup>. Uma interferência evidente na autonomia do antigo departamento, tendo em vista que em 2005 o programa de Aids tinha total autonomia e recusou um recurso financeiro internacional para ações de prevenção, que tentaram excluir as prostitutas como população alvo (BARROS, 2018).

Conforme apontam Cesar e Duarte (2017), Leite (2019), Malta e Beyrer (2013), Malta (2016), Seffner e Parker (2016), esses eventos não aconteceram isoladamente. Uma série de entraves foram desencadeados na agenda intersetorial de prevenção e promoção da saúde entre setores da saúde e educação, que são estratégias amplamente consensuadas como promissoras em todos os níveis de respostas ao HIV/Aids. Ilustra essa assertiva, a suspensão do projeto Escola sem Homofobia (ESH) pela presidenta Dilma Rouseff em 2011. Esse ato foi se desdobrando e nos anos seguintes ocorreu o recolhimento do material preparado pelo MEC para nortear os debates e ações pedagógicas contra a violência, homofobia e discriminação contra a população LGBTI+. Além disso, reforçou uma agenda negativa para deturpar o projeto ESH, sob a alcunha de ‘kit gay’, que desencadeou uma série de outras interdições (CESAR e DUARTE, 2017; LEITE, 2019; MALTA 2016; NOBRE 2013).

Além de destacar o aspecto retrógrado da retirada do ESH, que concebia as diversidades sexuais e de gênero em uma matriz de direitos humanos, Leite (2019) aponta recuos em pautas dos direitos sexuais e reprodutivos. Para Duarte e Cesar (2017), esse período é marcado pelo

---

<sup>44</sup> Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/recomendamos-24/3417>

reavivamento do pânico moral no Brasil, através da narrativa de que o ESH era um incentivo à homossexualização nas escolas. Ademais, a suspensão da distribuição de materiais para suporte pedagógico sobre o ESH provocou recuos, conflitos e insegurança entre profissionais da educação para abordar temas sobre saúde sexual, saúde reprodutiva, prevenção e gravidez na adolescência nas escolas.

Logo após a retirada do ESH, a proibição incidiu sobre materiais educativos no formato de quadrinhos com temáticas sobre sexualidade e prevenção direcionados às escolas públicas. O recolhimento desse material sobre a prevenção de HIV/Aids, gerado em parcerias do MS e MEC, com cooperação de UNAIDS e UNESCO, atingiu o SPE (CARTAXO, 2018; MALTA E BEYRER 2013). Conforme já salientamos, o SPE foi a primeira estratégia programática intersetorial entre MEC e MS, que buscou avançar na capacitação de profissionais de educação nessas temáticas e promoveu ações para o protagonismo de adolescentes e jovens PVHA nas escolas.

Essa conjunção de eventos foi o ponto de partida para o manifesto “Aids no Brasil: o que nos tira o sono?”.<sup>45</sup> Através do qual os atores provocaram o debate, entre outras questões, sobre as “posturas governamentais de desvalorização dos espaços de participação”, que ameaçavam os avanços na efetividade da política brasileira de Aids. (TERTO et al, 2013, p.477). Dessa forma, apontam a fragilização da agenda que poderia contribuir para mitigar a evolução da epidemia, que voltara a assolar grupos vulneráveis nesse período. O manifesto chamava atenção sobre os riscos de recuos na efetivação da prevenção combinada, que o Departamento estava começando a implementar em 2013. Em suma, nesse momento crítico, como ressalta Renato Janine Ribeiro, ‘o problema é que, na política, o preconceito causa males sem conta’ (2017: 39).

Na esteira desses eventos, diante do agravamento da crise política, Dirceu Greco, diretor do DIAHV, que estava na coordenação quando as campanhas foram censuradas, foi exonerado em junho de 2013, pelo então ministro Alexandre Padilha e uma nova diretoria tomou posse logo em seguida (MALTA e BEYRER, 2013; GRECO, 2016). Com a escolha de Fábio Mesquita, médico sanitário, ativista de direitos humanos e pioneiro na redução de danos desde os anos 1980, para dirigir o DCCI nota-se uma trégua na fase mais rombuda das interferências, entre os anos 2014 e 2016. No entanto, a realidade nesse momento era superar as barreiras e fraturas no diálogo, em busca de restaurar a interlocução com os diversos setores e atores que constroem a política de Aids brasileira, incluindo as juventudes. Malta e Beyrer (2013 p 2),

---

<sup>45</sup> [https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/10/anais\\_cienciasociais2013.pdf](https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/10/anais_cienciasociais2013.pdf)

consideraram que a mudança por um novo gestor não arrefeceu o principal desafio na “garantia dos direitos humanos como condutor para reorganizar as estratégias brasileiras em relação à epidemia do HIV”.

Diante dessa conjuntura de retrocessos, a iniciativa de formação de jovens lideranças em HIV/Aids surge como um contraponto na medida em que dialoga com as demandas do movimento social de Aids. Jasper (2016) nos ajuda a compreender que movimentos sociais duradouros se movem em diferentes camadas de contextos políticos. Assim, é possível notar que diante de tantos constrangimentos na agenda programática da política, o movimento manteve o protesto contra o que “*consideram mais ofensivo em seu mundo*” (p.15), sem abrir mão de fortalecer seu repertório de mobilização e redesenhar outras propostas.

Como bem lembra Pinnel (2018), a atuação próxima entre cientistas e movimento social, cunhou um tipo de engajamento virtuoso na luta contra a Aids no Brasil. Quer dizer, essa ação coletiva deixa claro, que não abrem mão de patamares conquistados, ‘queremos o retorno da boa política’, ‘um programa para voltar a chamar de nosso’, ou seja, sem censura nas campanhas, com direitos humanos, sem recuos nos espaços de participação, sem isolar, fragilizar, desfavorecer e desproteger grupos mais afetados pela epidemia. Ao mesmo tempo, o movimento se renova e seu repertório se volta para a nova política de prevenção, a política imediata “a que rodeia nossas vidas” para usar uma expressão de Ribeiro (2017). Em suma, diante dos comprovados benefícios das novas estratégias medicamentosas, reivindica-se que sejam amplamente discutidas e aperfeiçoadas ao contexto brasileiro, com informações e formações para as PVHA, setores da saúde e educação.

A proposta do curso de formação de lideranças em HIV/Aids igualmente nos remete para a discussão sobre os novos movimentos sociais de juventude, abordada no capítulo 2. Em 2013, durante as jornadas de junho (NOBRE, 2013) a erupção de novas configurações e organização de protestos, foram protagonizadas por jovens que orquestraram manifestações nas ruas e por redes sociais virtuais. Nesse acontecimento, são as novas formas, com lideranças menos centralizadas, com pautas reivindicatória por espaços de participação nas políticas públicas, de saúde educação, mobilidade urbana, segurança pública, entre outras, que é fonte para diversidade de repertório de jovens originários de inúmeros coletivos – movimentos estudantis, partidos, mobilidade urbana, levantes, feminismo, LGBTI+, entre outros - que são consideradas como inovadoras, no confronto, sustentação e incidência política dos novos movimentos sociais de juventude (GOHN,2019; NOBRE, 2013; NOVAES,2016).

## 6.2 CONCEPÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE JOVENS LIDERANÇAS: ATORES, IDEIAS E CENÁRIOS.

Para uma melhor compreensão da conjuntura de concepção do curso de formação de jovens lideranças em HIV/Aids, optamos por examinar o papel de diferentes atores envolvidos na sua formulação, incluindo os jovens cursistas. Esse é o pano de fundo, que permite explorar os conteúdos previstos, os objetivos, a abordagem metodológica e a perspectiva de sustentabilidade.

Achados de nossa pesquisa indicam que a partir de 2014 ocorre uma retomada do foco das campanhas para os jovens na página do Facebook do Departamento de Aids. Em consonância com a meta 90-90-90, as postagens incentivam a testagem/conhecimento do status sorológico e início do tratamento pós teste positivado para HIV, juntamente com a concepção do uso da camisinha masculina e feminina, como medidas de autocuidado e qualidade de vida. Nesse mesmo período, a campanha Zero Discriminação do UNAIDS é lançada e seu conteúdo ocupa as redes com mensagens direcionadas ao enfrentamento do estigma contra as PVHA. É possível perceber que as diversas formas de sociabilidade juvenil, como festas e celebrações de carnaval, acompanhadas de relatos de vivências de jovens PVHA, ganham visibilidade nas redes do DIAHV nesse período.

Nesse contexto, observa-se mudanças na linguagem das campanhas para disseminar o conteúdo como, por exemplo, o símbolo cerquilha # - hashtag, colocado nos slogans para associar hiperlinks e temas afins nas mídias sociais. Além disso, aplicativos de relacionamento passaram a ser incluídos como espaços para divulgação das informações sobre ISTs e HIV/Aids<sup>46</sup>. O formato utilizado na página do Facebook do então DIAHV e UNAIDS – organizadores do curso - impulsiona postagens para a testagem através das campanhas #fiquesabendo, #façateste, #partiuteste. A campanha #zerodiscriminação, adota a mesma linguagem como uma das estratégias para mobilizar os jovens para dialogar sobre prevenção e o (con)viver com HIV/Aids.

A despeito dos retrocessos assinalados no tópico anterior, o Projeto Zero Discriminação (ZD) da UNAIDS, iniciado no Brasil em 2013, possibilitou iniciativas que deram origem a formação de jovens lideranças. Uma das ações do ZD foi mobilizar um grupo de jovens para dialogar sobre HIV/Aids e discriminação em redes sociais virtuais, com objetivo de alcançar outros grupos ativistas das populações-chave para as respostas ao HIV. Nesse momento, fica

---

<sup>46</sup> <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/35136-acao-do-ministerio-da-saude-nos-aplicativos-de-relacionamento-tinder-e-hornet-surpreende-usuarios>

evidente que as redes sociais seriam o meio privilegiado para o engajamento e a aproximação entre os jovens e os organizadores da estratégia, visando levantar expectativas e propostas para ações. Essa mobilização através do Facebook e WhatsApp em várias cidades brasileiras deu forma ao grupo Força Tarefa Zero Discriminação da UNAIDS (UNAIDS, 2017).

Uma outra etapa da agenda programática do Departamento foi a realização de oficinas que envolveram cooperação técnica com UNAIDS, UNICEF, UNFPA e UNESCO, gerentes de programas municipais de Aids, pesquisadores, organizações da sociedade civil e redes de PVHA+. O objetivo foi identificar as bases para formação de jovens lideranças e ativistas LGBT no controle social do SUS e políticas de saúde. (UNAIDS, 2017; BRASIL, 2015). Essa orquestração foi confirmada por nossa pesquisa documental e reiterada em uma entrevista feita por ativistas com o Diretor do Departamento à época. Segundo seu depoimento a agenda também era tocada por um grupo de trabalho com jovens LGBTI que atuavam na área de prevenção e dos novos meios de comunicação com a juventude no Departamento. De acordo com o gestor, um dos desafios para as respostas à epidemia era “conseguir uma linguagem de comunicação com a juventude através dos meios de comunicação que ela utiliza, para atuar no controle da disseminação do HIV nessa parcela-chave da população”. (BRASIL, 2015; Geledés, 2014).

Tais iniciativas resultaram na proposição do Curso de Novas Lideranças das Populações-Chave visando o Controle Social do Sistema Único de Saúde no âmbito do HIV/AIDS, lançado em fevereiro de 2015. De acordo com o edital<sup>47</sup>, a proposta visava selecionar uma turma com 50 jovens das populações-chave em contexto de maior vulnerabilidade ao HIV e outras IST (infecções sexualmente transmissíveis), prioritárias para as políticas de prevenção, diagnóstico e tratamento. Com carga horária de 36 horas, a primeira turma foi convocada para maio de 2015 e o curso foi ampliado com mais duas turmas, que totalizaram 140 cursistas, com atividades ministradas na sede do DIAHV em Brasília, DF (UNAIDS, 2017).

Segundo o relatório de avaliação realizado pelo UNAIDS em parceria com a ONG Coletivo Mangueiras<sup>48</sup> (2017, p. 10), o curso girou em torno dos seguintes objetivos: a) integrar

---

<sup>47</sup> <https://unaid.org.br/2015/03/resultado-do-processo-seletivo-para-curso-de-novos-lideres-e-adiado/>

<sup>48</sup> Coletivo Autônomo da sociedade civil, formado por jovens feministas que lutam pelos direitos sexuais e direitos reprodutivos em uma perspectiva integral e interseccional a partir do reconhecimento da diversidade. <http://coletivomangueiras.org/>

os jovens à resposta a epidemia de forma efetiva; b) fazer com que o/a jovem estivesse mais presente e de forma sistemática na resposta brasileira à epidemia; c) favorecer o protagonismo dos jovens, tanto no âmbito local (municípios, estado, conselhos de saúde) quanto federal (participação junto ao Ministério da Saúde) e internacional (assento fixo no GT/UNAIDS; reuniões e treinamentos internacionais); d) engajamento com outros movimentos; para tanto foram selecionados jovens vivendo com HIV e de movimentos das denominadas populações chaves; e) mobilizar as redes e organizações da sociedade civil já existentes; f) dar visibilidade ao/à jovem e ao trabalho do/a jovem através da mídia tradicional e mídias sociais

De acordo com os organizadores, o curso foi formulado para mobilizar e engajar a juventude na temática da prevenção do HIV/Aids e incluir as visões dos jovens que participaram dos grupos discussão on-line, através da ferramenta do Facebook e Aplicativo Whats App no âmbito da Força Tarefa Zero Discriminação. As demandas desses ativistas apontavam para a existência de poucos espaços participativos e para a necessidade de ampliar as formas de comunicação do governo com jovens, incluindo aqueles que não vivem com HIV/Aids e melhorar o diálogo com os organismos responsáveis pelas respostas à epidemia no Brasil. Em termos de perfil, o curso procurou atender jovens que não vivam com HIV, jovens PVHA que já atuavam com a temática em seus territórios, populações LGBTI+ e outros jovens vulneráveis ao HIV/Aids, preferencialmente na faixa etária entre 18 e 26 anos.

O acesso ao conteúdo programático abordado no curso foi possível através do relatório avaliativo, já referido, complementado com o conteúdo publicado pelo DIAHV, em sua página do Facebook, na mesma semana que o curso teve início. Foram adotados os seguintes eixos temáticos: a) Panorama da Epidemia no Brasil e no Mundo; b) A Resposta Brasileira a epidemia de Aids; c) Populações-chave; d) Determinantes sociais; e) Estigma e discriminação; f) Ativismo em HIV, Conferências de saúde e espaços de atuação política; g) História do HIV/Aids no Brasil; h) Equidade, gênero e sexualidade; i) HIV: diagnóstico, prevenção, tratamento e novas tecnologias i) Comunicação, redes sociais e ativismo; j) Controle social do SUS.

A partir dessas fontes, percebe-se que foram adotados eixos referenciais, para apresentar a história da epidemia no Brasil, contexto atual, as políticas públicas e respostas do departamento, contemplando a prevenção combinada e atualizando os conceitos e as classificações das populações-chave e grupos prioritários, que incluem jovens, negros e negras,

---

indígenas e população de rua. Sobre participação e controle social, foram apresentadas no conjunto de instâncias e comissões que os movimentos sociais ocupam no âmbito do departamento. Na interlocução com os repertórios atuais de mobilização da juventude, as novas mídias sociais foram abordadas como espaços de comunicação estratégicos para incidência política da juventude nas temáticas.

Em nossa pesquisa, não encontramos nenhum documento em forma de ementa informando sobre a estrutura metodológica do curso, assim, adotamos uma combinação entre as fontes documentais. Dessa forma, apuramos que o curso lançou mão de atividades e estratégias pedagógicas que se aproximam das metodologias ativas e participativas e, em algumas atividades, empregou aulas expositivas. Esse conjunto reuniu oficinas, rodas de conversa, grupos de discussão, aulas expositivas, exposição dialogada, debates, atividades em grupo, exercícios de práticas e visitação ao Departamento de Aids no Ministério da Saúde, Casa da ONU em Brasília.

As atividades foram ministradas por diversos atores que participaram da organização, além de outros convidados. Participaram como ministradores, diretores e técnicos das agências da ONU envolvidas e equipe técnica do antigo DIAHV, formada pelo Diretor e Diretora Adjunta, além de assessores técnicos, onde chama atenção jovens trabalhadores nas áreas técnicas de articulação com movimentos sociais e população LGBTI+. Além desse grupo, vale frisar, a participação de jovens ativistas PVHA, Youtubers e produtores de conteúdo sobre HIV/Aids nas mídias sociais, além de jovens cursistas, que retornaram a partir da segunda turma, como facilitadores nas atividades.

Vale ressaltar, que como devolutiva após o curso, o Departamento propôs apoiar os jovens cursistas para que dessem continuidade nas mobilizações em articulação com seus grupos e outros coletivos, além de facilitar a interlocução com as gestões municipal e estadual em HIV/Aids, para fomentar apoio de iniciativas locais. Como forma de manter devolutiva, os jovens deveriam enviar relatórios sobre os desdobramentos de suas atividades ao DIAHV por cerca de 01 ano (UNAIDS, 2017).

Antes de apresentar as narrativas dos próprios cursistas sobre alguns dos tópicos abordados, vale frisar alguns aspectos. Tomando o contexto político e institucional das respostas à epidemia de Aids, como fio condutor até a realização do curso de Formação de Jovens lideranças em HIV/Aids, duas questões devem ser consideradas. A primeira mostra que a iniciativa resulta de um modelo de parceria entre o Ministério da Saúde, através do então Departamento nomeado de DIAHV, e as agências do sistema ONU, com maior visibilidade do UNAIDS, além de UNESCO, UNICEF e UNFPA. Esse modelo de cooperação técnica é parte

das respostas globais à epidemia, que estão em curso no Brasil. Chama a atenção que ocorra, em um momento em que o movimento social reivindica maior participação da sociedade civil e protagonismo na agenda da nova política de prevenção, que o Brasil sempre liderou no cenário internacional.

Não faz parte do escopo dessa Tese aprofundar esse ponto, no entanto, é possível perceber que, desde a concepção até a realização da formação de jovens lideranças em HIV/Aids, ocorreu uma forma de cooperação, que conforme o estudo de Bueno (2012) se aproxima, da agenda internacional adotada pelo Brasil no Mercosul. Um modelo de cooperação, que atendeu uma agenda específica, da juventude, onde percebe-se o compartilhamento de coordenação nos projetos, afinamento de objetivos quanto aos grupos prioritários na agenda nacional das respostas à epidemia, com foco em capacitação, direitos humanos e participação da sociedade civil. Frise-se além desse aspecto, que agendas regionais foram incluídas no curso, tendo em vista que as três turmas foram formadas por jovens das populações prioritárias, oriundos de todas as regiões do Brasil.

O curso adotou a ativação das redes sociais, como repertório para apoiar um pequeno grupo de ativistas PVHA, que protagonizou a interação em rede. A mobilização desse grupo resultou em cerca de 1040 pessoas jovens inscritas para a seleção. Isso significou unir uma parcela da juventude que vive e convive com a epidemia, e outra, que não convive nem com a epidemia, nem com jovens trans, travestis, jovens que usam drogas, com jovens que atuam no mercado do sexo, jovens com deficiência, entre outras juventudes.

Os relatos de Celso e Néstor contribuem para reconhecer essa dimensão do curso, no quadro epidemiológico e da invisibilidade das populações prioritárias – jovens transsexuais, negros e profissionais do sexo - na pauta dos movimentos sociais, que como já assinalamos, confrontam a falta de espaços participativos nas políticas. Celso, que vive em uma cidade do interior da região Sul, conta sobre esse aspecto, *“Desde o primeiro dia eu estava ressabiado, muitas pessoas estranhas, diferentes, de todas as raças, credos, de todos os lugares do Brasil, foi fantástico porque eu saí do meu mundinho (...) por exemplo ter contato com profissionais do sexo, usuários de drogas”*.

A fala de Néstor que vive em outra região, em uma capital no extremo Norte do Brasil, converge nessa mesma perspectiva, *“nós vimos muitos assuntos, o racismo, o feminismo, a questão do profissional do sexo que era uma coisa que nós temos preconceito, eu não era diferente”*, em seguida, ele desvenda alguns desafios sobre essa questão. *“O curso ele priorizou as populações, tentou deixar equânime, trazer mulheres cis, foi legal priorizar priorizada a*

*peessoa trans, foram poucas inscrições infelizmente, mas em todas as três versões pelo que eu soube elas estavam”.*

### 6.3 O PAPEL DOS JOVENS NA CONCEPÇÃO E REFORMULAÇÃO DO CURSO.

Apesar dos organizadores não terem informado que o número de turmas seria ampliado, identificamos algumas mudanças com relação ao número de edições do curso e o perfil dos participantes. Foram 1.019 inscrições de jovens de todas as regiões do Brasil, uma procura que, segundo o DCCI e UNAIDS, superou as expectativas do comitê de seleção. Para os organizadores isso sinalizava que o diálogo com a juventude precisava ser ampliado. No entanto, quando convocaram os primeiros 50 selecionados, o comitê não deixou claro que novas turmas seriam organizadas e quando os jovens teriam outra oportunidade.

Para entender esse contexto, analisamos um relatório, realizado pela ONG Coletivo Mangueiras, divulgado pelos organizadores em 2017 (UNAIDS, 2017). Uma das primeiras mudanças foi quanto ao número de turmas, que foram ampliadas e organizadas em três edições: a primeira ocorreu entre os dias 7 a 11 de maio de 2015, a segunda, entre 24 a 28 de setembro de 2015 e o último curso aconteceu entre 23 a 27 de fevereiro de 2016. Foram cerca de 140 jovens selecionados e distribuídos em três turmas.

Além dessa modificação, o perfil dos jovens convocados se manteve conforme a formulação inicial, ou seja, procurou atender ativistas, além de jovens integrantes das populações-chave para respostas à epidemia, os que atuavam em redução de danos, com população vulnerável ao uso de álcool e outras drogas, população de rua e outras frentes de atuação no âmbito dos direitos humanos nas duas primeiras turmas. No entanto, para atender as demandas dos jovens cursistas das duas primeiras edições, na última edição, em 2016, foram incluídos jovens estudantes e trabalhadores da saúde. Assim, a terceira turma contemplou jovens estudantes e profissionais na área da saúde, que viviam e não viviam com HIV/Aids.

Os depoimentos dos jovens possibilitaram uma melhor compreensão sobre a atuação deles no desenvolvimento do curso e nas estratégias pedagógicas e avaliativas nas três edições. Como descrito acima, a maioria dos entrevistados soube do curso através do edital. Foram citadas as redes sociais de parlamentares que atuam no campo do HIV/Aids, site da ONU, Facebook de jovens que trabalhavam no DCCI, jornais, redes de jovens PVHA, sites de Ongs e, apenas um entrevistado relatou ter sido incentivado pela enfermeira da Unidade de Saúde onde fazia seu tratamento. Por meio das redes sociais na internet acessaram as informações e submeteram suas cartas de intenção para o processo seletivo.

Para alguns entrevistados, na divulgação do resultado não ficou claro que seriam formadas três turmas. Os relatos dão conta que os organizadores adotaram várias estratégias para informar as mudanças, confirmar as novas turmas e transformar a grande procura pelo curso em engajamento. Os jovens que não foram selecionados foram convidados para participar do Grupo de WhatsApp do Zero Discriminação, que passou a se chamar Força Tarefa Jovens Lideranças. Daniel conta que não foi selecionado logo de primeira. Como integrou o grupo do WhatsApp desde o início, relata que mesmo não interagindo o tempo todo, lia as mensagens e se mantinha atualizado, foi assim que ficou sabendo de sua seleção. Nas suas palavras: *“Na primeira seleção, não fui selecionado e não estava claro, no edital, se iria ter outras turmas. E deixei isso para lá. Assim, para lá mais ou menos, né”* (Daniel, 29 anos).

A interação nos grupos virtuais manteve o grupo conectado e contribuiu para reduzir as desistências. Alguns relatos contribuem para entender como esse processo aconteceu: *“Eu tinha expectativa muito grande porque depois que fui selecionada e criou-se aquele contato de grupo de jovens no WhatsApp, a gente se comunicava o tempo todo”* (Brenda, 29 anos).

As falas dos jovens demonstram que os organizadores utilizaram várias estratégias de comunicação com o curso. Silvia conta que também considerava que seria somente uma turma, *“Foi uma seleção gigantesca”*. Como não respondeu *“A seleção continuou e eu perdi a data de confirmar, não vi o -mail e uma pessoa Departamento me ligou dizendo assim: “Você foi selecionada, mas não confirmou, estamos querendo saber se você quer continuar”* (Silvia).

As narrativas dos entrevistados sobre os diferentes papéis que ocuparam na formação, demonstram que a iniciativa adotou metodologias participativas e estratégias entre pares, que foram sendo aperfeiçoadas para atender a demanda dos jovens sobre a ampliação do diálogo sobre HIV para além dos grupos de jovens PVHA.

A participação dos jovens na concepção do curso é detalhada por Dandara. Ela relata o momento em que um pequeno grupo de ativistas, no qual ela atuava, estava empenhado em fortalecer um grupo de WhatsApp com jovens PVHA, para incluir outros jovens que não viviam com HIV e pessoas que atuavam em projetos com juventude. *“na verdade, eu fui uma das jovens que ajudou a pensar a formação. Nós três* (ela cita os nomes dos outros jovens que participaram do curso) *sempre questionávamos nos grupos que a gente precisava falar de ativismo para os outros jovens”*. Algumas questões como: *“juntar, pensar, falar de HIV e encontrar jovens que nunca tinham conversado sobre HIV”* foram encaminhadas ao Departamento que, como relatamos, estava realizando oficinas técnicas sobre essa temática. De acordo com nossa interlocutora, o grupo começou a participar dos diálogos on-line promovidos pelo Força Tarefa Zero Discriminação do UNAIDS, uma das frentes que influenciou na

formatação do curso, como indica o depoimento a fala a seguir,

*“Nós já tínhamos uma rede de WhatsApp Nacional de jovens e com outras pessoas que tinham ações de juventude. E a gente falava que os encontros da Rede de Jovens eram só para jovens que viviam com HIV. E a gente dizia: ‘Por que a gente fica falando para gente mesmo?’ A gente precisa expandir isso. A gente precisa acessar os outros jovens. Os outros jovens que também querem saber da informação porque a gente nunca teve oportunidade de ter, para além do que os jovens que viviam com HIV”.*

Além dessa atuação, observamos outras estratégias de envolvimento dos cursistas durante a formação. Alguns jovens ocuparam posições como facilitadores de oficinas debatendo temas e apresentando suas ações em interlocução com o conteúdo programático, participando de debates sobre vivências e experiências em suas regiões. Essa possibilidade foi considerada um diferencial por Néstor, jovem da região Norte. Ele argumentou que a participação de jovens da sua região é muito rara. Ele foi convidado para ser facilitador em uma mesa sobre HIV para debater sobre as vivências e os desafios dos jovens do seu estado.

Outros dois interlocutores participaram como alunos e foram convidados para retornar como facilitadores nas outras turmas, com temas de suas atuações em redução de danos, direitos humanos, juventude, vulnerabilidades e violência. Uma das jovens conta que sendo ativista em direitos humanos em uma cidade do interior do Sudeste, não tinha ligação com redes de ativismo PVHA e atuava com adolescentes em risco social. A jovem falou da invisibilidade do trabalho que ela desenvolvia: *“foi muito bom, porque eu tinha sido selecionada por conta do trabalho que eu já fazia, e isso se mostrou um mundo de possibilidades que eu não enxergava”.*

Em seu relato, Mark define o curso como um campo de possibilidades, explicando que sua atuação e experiência com população vulnerável, em uma grande cidade do Sudeste, foram valorizadas e ele foi convidado para retornar em outra turma, como facilitador. Ele afirmou que mesmo atuando na pesquisa acadêmica e profissionalmente com juventude e prevenção em HIV/Aids em favelas e nas ruas de uma grande cidade da região Sudeste, estar naquele grupo no curso, possibilitou a escuta sobre outras realidades. *“saí do meu mundo da [cita sua universidade]”.*

As estratégias avaliativas sobre a iniciativa e a repercussão no desenvolvimento da metodologia do curso foram abordadas pela maioria de nossos entrevistados. Celso conta que fez bastante crítica, logo no início, *“fiz bastante crítica no início, pois não atendeu as minhas expectativas”.* Ele fala sobre do conteúdo e a metodologia, dando pistas sobre como as mudanças ocorreram, ocorreu. Como as atividades e as Redes estavam conectadas o tempo

todo, todos tiveram oportunidade de acompanhar o desenvolvimento pelas redes *“tiveram avanços, atividades diferentes que nós não tivemos, uma integração maior entre eles mesmos, os jovens e os instrutores do curso, que foi se aperfeiçoando, o que é algo bem natural de acontecer”*. Daniel, dá pistas sobre uma das dinâmicas que podem ter repercutido, *“no final do dia, tinha sempre atividades para falar sobre como tinha sido”*

Dandara, 29 anos, fala sobre a participação dos jovens nesse processo: *“o primeiro curso teve algumas falhas, que a gente até foi chamado para conversar com a organização do e no segundo curso houve mais mudanças”*. Ela se refere ao formato das atividades. Apesar do curso ter se proposto a incluir e dialogar com jovens que não viviam com HIV/Aids, seu relato sugere uma dificuldade inicial dos organizadores empregarem uma linguagem fora do jargão dos especialistas. *“o curso era para ser mais roda de conversa, onde pudesse trocar mais, do que propriamente uma aula. Porque chegava, por exemplo, uma pessoa para falar de HIV, falava: “HIV-CD4-AIDS”, como se todo mundo ali soubesse o que era”*.

O relato de Celso contribui para entender que esse formato motivou conflitos no início e que no decorrer do curso ocorreram mudanças. Ele percebeu um ambiente onde *“Nós os, detentores do poder, estamos aqui. Vamos passar para vocês as dicas do que vocês podem fazer”*. Mas, ninguém aceitou, *“Eu acho que faltou mais espaço para a participação, e acabou gerando treta. Vou dizer treta porque teve treta”*. Em seguida, ele relata que o ambiente do curso foi ficando favorável, e ele acompanhou as outras turmas nas redes e percebeu que muitas dinâmicas foram inseridas. *“Para mim, aquilo foi fantástico, por desconstruir conceitos, escutar opiniões, ter troca, ter debates”*. Para Nancy, que participou de duas edições, os organizadores, com o desenvolvimento das turmas *“aproveitaram melhor a juventude, eles olharam e viram potencial e falaram, “então vamos trazer essa “galera” aqui” que acaba sendo fruto também dessa iniciativa”*. A formalidade inicial, foi um ponto de crítica, que para os jovens que participaram de várias turmas, sofreu uma mudança evidente, e um dos interlocutores define da seguinte forma: *“O primeiro curso foi muito importante, mas ficou nessa coisa mais paletó e gravata, e o terceiro já teve uma cara colorida de pessoas jovens”*.

Quanto ao desenvolvimento do curso, merece ser notado, que as formas de acesso e o ambiente interativo inicial geraram expectativas de atividades dialógicas e vivenciais entre os jovens, *“era para ser mais roda de conversa, onde pudesse trocar mais, do que propriamente uma aula”*. Paradoxalmente, pelos relatos dos entrevistados, teve como ponto de partida um modelo de transmissão de conteúdo, que não foi aceito. O que parece ter sido iniciado em um pano de fundo de saber biomédico dos especialistas, no momento inaugural do curso, foi permeável às contestações dos jovens e superado no andamento do curso.

Os relatos sobre a participação dos jovens na concepção do curso, dimensionam uma iniciativa que acionou as novas mídias sociais como repertório para engajamento, que se aproxima das formas atuais que coletivos juvenis têm utilizado para comunicação e mobilização e encaminhamento de suas demandas. Dos 14 entrevistados, apenas 02 não souberam do curso via mídias sociais. Além desse aspecto, percebe-se uma forma de ativismo juvenil na Aids, onde as lideranças não estão centralizadas, como vimos na formação do grupo inicial que atuou em conjunto para ampliar e difundir a rede pelo aplicativo WhatsApp. Essa característica é marcante nos novos movimentos sociais em rede, que são organizados de forma mais horizontal com coletivização das pautas através de plataformas virtuais (Castells, 2017).

## 7 IMPACTOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS DO CURSO NA PERSPECTIVA DOS JOVENS ATIVISTAS.

Conforme descrito no capítulo anterior, a proposta de formar jovens lideranças em HIV/Aids envolveu técnicos do antigo departamento de Aids – DIAHV- do Ministério da Saúde e de agências internacionais do Sistema ONU e representantes da sociedade civil. De modo geral, os interlocutores estiveram envolvidos em estratégias participativas que ocorreram antes, durante e após a formação. Convém destacar que a pauta para incluir jovens que não vivem com HIV/Aids nesse tipo de iniciativa era há muito debatida e pleiteada por alguns ativistas das Redes de jovens dos movimentos de Aids, expressa na fala já citada: *"Por que a gente fica falando para gente mesmo? A gente precisa expandir, acessar os outros jovens, que querem informação que a gente nunca teve oportunidade antes, além dos espaços com os jovens que vivem com HIV"* (grifo nosso). A fala de uma outra interlocutora, *"Meu Deus, eu não acredito que vou passar nesse meio?"*, mostra o espanto de uma jovem transsexual diante da sua seleção, aos 25 anos, para um curso do então Departamento de Aids do Ministério da Saúde. Morando em cidade do interior do Brasil, a ativista contou que não vive com HIV, mas sempre atuou com ações de prevenção de HIV/Aids, mas nunca teve oportunidade de participar de uma ação dessa envergadura, com jovens do Brasil inteiro.

Neste capítulo, abordaremos como os jovens, que participaram da conformação da iniciativa e os que foram selecionados para participar do curso, buscaram oportunidades, recursos e parcerias para uma ação coletiva no cenário das atuais das respostas à epidemia de Aids e das formas associativas emergentes nos novos movimentos de juventude.

Vale lembrar, que a iniciativa da formação Jovens Lideranças guarda relação com o perfil da epidemia, que desde o final dos anos 2000, ascende com o maior número novas infecções entre jovens homossexuais, transsexuais, bissexuais e mulheres jovens profissionais do sexo (GRANGEIRO, 2015; MALTA et al., 2010;). Consideramos relevante analisar as repercussões da formação tendo em vista as respostas à epidemia em anos recentes, caracterizada pelo processo de biomedicalização, descrito no capítulo 2. Tal enfoque tem sido problematizado por ativistas pioneiros do movimento de Aids, pelos jovens ativistas e por pesquisadores do tema. Argumenta-se que a chave de resposta à epidemia tem progressivamente reforçado o controle medicamentoso individual, a despeito das experiências sociais e políticas que fazem parte do cabedal de bons resultados frente à Aids no Brasil. Um direcionamento preocupante, que emerge nas evidências de pesquisas, de Monteiro e colaboradores (2019) e demais autores (cf. cap.2), que mostram que nesse panorama, as

intervenções de cunho social e político, tem sido mais rarefeitas, diante do maior investimento nas novas tecnologias biomédicas. Lembrando o filósofo Adauto Novaes (2012), muitas vezes, mesmo diante da exuberância da técnica, “o futuro pode não ser mais o que era” (p.2).

## 7.1 A FORMAÇÃO NO CONTEXTO DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE JUVENTUDE.

Os jovens interlocutores que já atuavam no movimento da Aids relatam que há muito estavam discutindo a necessidade de mobilizar e aproximar, “*todas as juventudes*” para debater sobre o HIV e para ampliar as frentes de diálogo com outros movimentos. Segundo Cunha (2011; 2018), que estudou uma rede de jovens que vivem com HIV/AIDS, o foco da política para as ações nesses grupos têm passado por modificações. As iniciativas e parcerias antes ancoradas no papel desses jovens como educadores de pares, vinculado a identidade soropositiva, estariam sendo reorganizadas, buscando, através das tecnologias de prevenção medicamentosa, atuar na redução do aumento de casos de HIV entre jovens das populações-chave. Essa tendência aponta para um cenário no qual o papel desses ativistas fica centrado no encaminhamento dos jovens para a testagem. Segundo a autora existem tensões em torno da reconfiguração dos contornos identitários da Rede Nacional de Jovens que Vivem com HIV/AIDS e uma transição para “uma juventude “mais genérica”, que não distingue potenciais infectados daqueles já atingidos pelo vírus” (p. 296); um processo que tem despontado resistências e reinvenções nesses coletivos.

De acordo com Jasper (2016), movimentos sociais duradouros se movem em diferentes camadas, buscando ampliar suas arenas em contextos políticos específicos, que se apresentam como oportunidades para ampliar as conquistas, “seja acrescentando novos direitos ou trazendo novas pessoas para o corpo político” (p.97). Os movimentos caracterizados por relações geracionais e intergeracionais, como observado nas trajetórias dos jovens interlocutores, oferecem novos espaços de participação, inovação e de “combinar e experimentar” novas articulações e estruturas de mobilização (Novaes e Alvim, 2014; Tarrow, 2009). Os sentidos do ativismo se reconfiguram no curso da vida, em etapas que muitas vezes levam a redefinições biográficas (VALLE, 2017).

Apesar da Tese não ter como foco as Redes de jovens que vivem com HIV/Aids, seis entrevistados atuam, ou já atuaram, nesse movimento social. Alguns deles estiveram presentes desde o ponto de partida da formação, inspirando os objetivos e mobilizando as redes sociais. As narrativas dos entrevistados sobre a experiência e o ativismo nessas Redes indicam que os

encontros entre pares foram erguidos na “solidariedade como princípio” (COITINHO FILHO, 2019) e nas emoções como matéria-prima afetiva e política da luta contra a Aids (VALLE, 2017). Ademais, contrabalançam perspectivas de vida, diante de um diagnóstico que ainda circula sob condenação moral, como percebe um dos nossos entrevistados, como “*questão suja, promíscua, que não presta*”.

Os recortes das falas a seguir, aludem ao ponto que os entrevistados marcam na aproximação com grupos de jovens ativistas vivendo com HIV/Aids. Expõem as buscas para a travessia inicial diante do diagnóstico, que mina as emoções e embaralham vidas juvenis, mostrando como o sentido de Rede é um rito embrionário para dar sentido ao ideal coletivo do ativismo, da luta por reconhecimento, da experiência de solidariedade, que repara as emoções, redefine projetos de futuro e rotas de incidência política:

- A experiência de desrespeito aos direitos fez com que Rodolfo não desistisse de buscar outra porta aberta no SUS, onde experimentou sua incursão em um grupo de pacientes e mais tarde capilarizou sua luta nas Rede de jovens PVHA “*eu tive cerceamento de direito ao tratamento, me foi negado*”.
- O encontro com a solidariedade, fio condutor para a redefinição de rotas futuras e de sustentação, para se manter diante da “*sentença de morte*”, “*de ficar sem chão*”, do “*medo*” e do “*preconceito*”, “*parece que a gente está nos anos 80, e que vai morrer*”.
- O impacto do diagnóstico na adolescência e o encontro com a Rede, no momento que “*era muito novo, e não tinha conversa sobre sexualidade na minha família, nem escola*” (Nery);
- A partilha coletiva para o aprendizado político contra o estigma de ser considerado “*promíscuo*”, para se reinventar e não sucumbir em “*uma eutanásia autoassistida*”; “*para superar a crise, porque HIV é coisa de quem não tem “boa índole*”;
- Para renovar a incidência política, ânima mundi de jovens como Daniel, que se aproximou do ativismo de Aids porque “*queria fazer com o HIV, a mesma coisa que fiz com a sexualidade, elaborar academicamente e politicamente*”; como Celso, que se recusava a ter sua vida impedida, “*por sofrer na pele as consequências do que acontece*” e “*ao invés de sofrer calado, resolver partir para o ataque*”.

Nessa bricolagem narrativa, Nery, Nestor, Celso e Dandara deixam ver um rito de passagem pelo acolhimento, *“como parte da família”*, do início como *“ouvinte”*, da insegurança, porque *“era tudo muito novo”*, passando pelo aprendizado *“amadureci”*, até chegar *“agora estou preparado para ajudar outro jovem que descobriu”*, e *“partir da vivência, para ser militante”*. Um processo de ressignificação da trajetória, onde o ativismo parte de uma interação de vivências e amplifica uma prática política que implica em cuidar de si, se preparar para cuidar do outro, com desfechos variados em suas atuações militantes.

Pelos relatos nota-se que a ação afetiva e pedagogicamente mediada pelas redes de entrada dos jovens no movimento social é vivida diferentemente de acordo com as etapas biográficas. Para Dandara, conversar, escutar e acolher a captou desde o início, porém o que influenciou sua adesão ao tratamento e sua militância foi *“quando eu soube da história, da luta, resolvi atuar, não foi o HIV, foi a luta”*. Da mesma forma, Néstor transitou da perspectiva individual, para o coletivo: *“no início foi por interesse pessoal, depois fui entendendo a atuação das redes e na minha região, não tinha representatividade, e até hoje é difícil”*; quando descobriu o alcance das redes, ele resolveu militar. Alguns relatos deixam ver, que a passagem pela Rede, pode não resultar em engajamento com o repertório identitário da Rede PVHA, no entanto o relato de Daniel, mostra uma prontidão para a incidência ativista em outras esferas sem renunciar à Aids como pauta política, com *“questões maiores, de pensar o Brasil”* e para ele as Redes *“não eram esses espaços, e além de não ter saco para a micropolítica, as pessoas que estavam lá conseguiam fazer mais movimento social do que eu”*.

Portanto, mesmo com diferentes contextos e objetivos na militância, as narrativas permitem notar, da mesma forma que Coitinho Filho (2019), que a ação mediada pelas Redes *“não são mero empreendimento individual, mas antes uma mobilização coletiva”* (p.211) e, portanto, política. Se organizam a partir de variadas experiências (social, econômica e simbólicas) com diferentes repercussões no curso da vida. É sobre isso que nossos interlocutores informam quando valorizam a base comunitária de onde erigiram sua identidade de jovem vivendo com HIV/AIDS, para buscar inflexões na esteira de demandas políticas e identitárias como juventudes. Nesse mesmo sentido, Coitinho (2019), que fez uma etnografia de sobre uma Rede de jovens, observou que *“questões oriundas da interseção de gênero, sexualidade, sorologia, raça e pertencimento social”* (p.211), estão emergindo nesses espaços.

Alguns relatos, nutrem elementos que Feixa (2018), Pais e Feixa (2020) e Weller (2010) refletem na esteira de Karl Mannheim (Cf.cap.2), sobre gerações. Para Weller (op. cit, 2010) um dos pontos importantes é o caráter contínuo das mudanças entre as gerações, sobretudo em experiências conjuntivas plurais. Todos os interlocutores narraram suas entradas no movimento

social, sob uma pluralidade de origens, práticas e repertórios de ação. Inclusive, alguns consideram que a participação política e a luta por reconhecimento, entrelaçadas com questões interseccionais ao HIV/AIDS, são marcos na transição da adolescência para juventude.

Daniel, por exemplo transitou pelas redes PVHA quando estava se graduando e nessa etapa da vida decidiu que o HIV, como pauta mobilizável, se daria a partir da incidência política em outras esferas. Ele narra as etapas no seu curso de vida até se descobrir “*como um ser social e político*, e que “*desde muito pequeno, eu sempre tive uma postura de ponta de lança, mas de uma forma ainda muito difusa*”, o ponto disruptivo para ele acontece na escola, quando experimenta a coletivização das pautas, uma luta por melhores estruturas, acesso e condições na educação que reduzam as desigualdades e proporcionem mobilidade para os jovens das camadas pobres, que vivem uma ciranda de insuficiências.

Portanto, experimentar ou se firmar no ativismo em redes de PVHA, são experiências diferenciadas, que aproximam incidências compatíveis com as narrativas da própria epidemia. O engajamento juvenil não escamoteia a luta por reconhecimento e aflora na fala de uma jovem, que iniciou a militância no movimento social de jovens que vivem com HIV aos 15 anos:

*“meu papel enquanto cidadã se faz importante para a militância porque enquanto adolescente a gente espera tudo de mão. Tudo chega para a gente. E quando a gente vê que a gente pode lutar por algumas questões, a gente pode construir políticas, entrei para o movimento, não por viver com HIV, entrei porque, historicamente aprendi como foi a luta”* (Dandara).

Essa energia da ação engajada, Fraser considera uma marca da juventude, (2020) “como um desejo de mudança no ar, por abertura e por novas possibilidades de luta” (p.10), Nas palavras de Novaes (2016), é preciso considerar que essa geração,

(...) cresceu em um tempo histórico em que houve um significativo espalhamento da palavra “direitos”. Certamente em uma sociedade desigual e eivada de contradições, essa noção não é unívoca e é apropriada de diferentes maneiras. Porém, de maneira geral, a noção de “direitos” evoca o poder público e, conseqüentemente, leva a cobranças por políticas públicas.

Portanto, as visões dos jovens sobre a formação de lideranças não se referem a uma participação genérica, se aproximando mais de uma pluralidade, no sentido da aproximação geracional entre pessoas de diferentes coletivos. Inclusive, algumas que nunca tinham militado na Aids. Conforme análise de Novaes e Alvim (2014), nos espaços participativos, forjados pelos movimentos juvenis no século XXI, quanto “mais abrangente for o espectro de seus participantes” (p.275), aumenta-se o arsenal de demandas, com maior impacto na luta por

reconhecimento. “*Eu não posso só receber o meu remédio e ficar por isso mesmo, desde o Estatuto da Juventude, a gente se vê mais “como sujeito político pelos nossos próprios direitos”* (Dandara),

Nessa direção, alguns interlocutores alegam que decidiram fazer parte dessa empreitada em busca de um novo formato de experiência entre pares para seus espaços cotidianos de militância, “*juntar jovens de diferentes contextos sociais e econômicos, porque no Brasil nós temos vários tipos de juventudes*”. De modo geral os jovens consideram que “juventudes” no espaço de formação não significa, enfraquecer a causa PVHA, é uma forma de ampliar, “*fortalecer a troca de vivência com a Rede de Jovens que vivem com HIV/Aids, que inclui vários tipos de diversidades desse viver com HIV e ser negro, ser de periferia, ser mulher e ser uma pessoa trans*” (Dandara).

Outros elementos contribuem para a demanda de uma arena mais plural na formação. Vários depoimentos falam da desvalorização da juventude dentro de seus espaços de luta com ativistas mais antigos. Uma jovem transsexual, que fez o curso aos 25 anos, conta que sua chegada no curso, foi como nascer de novo, “*o curso serviu como esse empoderamento de dizer não, a juventude tem força sabe, porque as ativistas antigas tentavam colocar na minha cabeça de que a gente não era capaz de produzir, que não era capaz de ter voz política*”.

Os interlocutores partem de sua base para buscar mudança, reconhecimento e fortalecimento através da conexão com novos atores, redes, repertórios de ação e territorialidades. O que implicam em (re)existências “*de todas as juventudes*” igualmente afetadas pela desigualdade social e econômica, que produzem diferentes vulnerabilidades e acesso aos direitos, inclusive de informação acerca dos novos métodos de prevenção, ‘que prometem acabar com a epidemia’. Essa congregação de pluralidades na mesma esfera pública, espelha o modelo de participação das políticas de juventude, mas, é primordialmente uma marca forjada pelo movimento de Aids desde o início. Assim, ao “encorajar a diversidade” os jovens acenam “possibilidades para experiências mais gratificantes, para relacionamentos mais satisfatórios e igualitários com os outros, em sintonia com uma sociedade democrática” (Guita, 2010, p.64).

Essa matriz, forjada na noção de direitos e na esteira das respostas à Aids entre juventude Rodolfo considera que “*ser liderança, é ir contra o sistema*”, atualizando um contexto de luta onde multipertencimentos identitários, contribuem para provocar uma esfera pública de cobrança de políticas públicas (NOVAES, 2016). Encontramos duas significações desse contexto, especialmente levando-se em conta o período em que ocorreram as turmas, entre 2015 e 2016. Uma primeira, nos remete para as repercussões do Estatuto da Juventude, de 2013, na

noção de que direitos vão além “de ter o remédio”, articulando várias questões narradas sobre direitos sexuais e reprodutivos, saúde e educação. Algumas falas ajudam a compreender os retrocessos que os jovens experimentam para atuarem entre pares; eles contextualizam o aumento das infecções entre adolescentes e jovens e apontam as barreiras, “*não pode falar sobre o sexo, há uma cultura de que se a gente falar sobre sexo, a gente está induzindo as pessoas a transarem, indo contra os princípios da família tradicional brasileira*”. Uma outra ativista, conta que constantemente está atuando contra a falta de medicação e insumos, porque “*Eu quero camisinha para fazer a minha ação no meu território*” e *chego no posto, “Não. Você não pode pegar*”. As fragilidades do que está garantido por lei, é narrada por Janaína que retificou seu nome social, “*oficialmente, me chamo Janaína, aí vou para o posto de saúde e algumas pessoas insistem em chamar de senhor*” (Janaína). Portanto, notam-se práticas da militância dos jovens na AIDS, que confluem com outros movimentos que interseccionam raça, gênero, sexualidades e classe social, sobre as quais recrudescem retrocessos que esse grupo tem vivenciado.

O ano de 2013 é igualmente o ano de efervescência política juvenil, marcado por agendas de vários coletivos que se unificaram e intercambiaram repertórios de ação. Caldeira (2014), ao estudar os “rolezinhos”, argumenta que os jovens têm buscado novas formas associativas de fazer circular suas contestações e demandas na sociedade, por meio de intervenções que unem as raízes de confrontos do cotidiano, no mote das redes de indignação e esperança; que também avançam por redes de internet, segundo Castells (2017).

Uma segunda significação é a noção de múltiplo ativismo como catalizador para enfrentar a “democracia fragilizada” e os retrocessos que se espraiam na sociedade brasileira. Vale frisar que, após 2013, alguns estudos (GOHN, 2019, GUTERRES, et al., 2014) abordam o arrefecimento de várias frentes de movimentos sociais, bem como a emergência de muitos coletivos conservadores em prol da retirada de direitos conquistados por minorias. Os jovens entrevistados reconhecem esse contexto. Em seus depoimentos Nery e Silvia apontam para a quase inexistência de ações e do retorno das propagandas do ministério, usando a linguagem do medo novamente.

Por outro lado, também relatam que a aproximação entre os movimentos pode ser uma via importante. Silvia, uma jovem bissexual, ativista de base partidária e LGBTI+, relatou que “*muitas pautas estão em retrocessos contínuos*”. Para ela, que iniciou a aproximação com o movimento da Aids através do curso, o debate sobre a nova proposta da prevenção combinada contribui para a contestação da primazia do modelo “*falocêntrico*”, no qual os preservativos externos (camisinha masculina), são os mais destacados em campanhas e os mais acessíveis na Rede de Saúde Pública. A oferta do preservativo interno (camisinha feminina) pelo SUS, é uma

pauta pleiteada por múltiplos coletivos no plano dos direitos sexuais e reprodutivos, transversalmente pelo movimento feminista, mulheres pretas e LGBTI+. <sup>49</sup>

Sob o ponto de vista dos jovens entrevistados, a formação de lideranças juvenis em HIV/Aids é ao mesmo tempo resistência e via para fortalecimento, diante do aprofundamento dos retrocessos. Portanto, consideramos que o curso ganha relevância quando aponta caminhos para a transversalidade entre os coletivos de luta. Para Soares e Monteiro (2019) as iniciativas que se pautam na afirmação dos direitos de igualdade, trazem contribuições importantes para o cotidiano na sociedade, especialmente frente aos avanços da Aids, cujo impacto desfavorável recai nos mais jovens e em grupos com práticas homossexuais.

Ainda nesse marco do pareamento de esferas participativas entre as políticas, vale frisar que 1.020 jovens se inscreveram para a formação voltada para o fortalecimento de práticas de controle social no HIV/Aids para segmentos jovens prioritários. Um alcance que para Nery, um jovem gay, estudante da área da saúde, significou que “*you could be there from Oiapoque, in the last city of the North of Brazil, but what you do is important*”. O grupo pesquisado com jovens de todas as regiões do Brasil ilustra esse quadro. Ademais, o perfil das três turmas mostra que o curso sofreu modificações até ser finalizado em 2016. Nesse processo de construção, nota-se que foram agregados jovens ativistas que ocupam diferentes papéis nos serviços de saúde, da educação, pesquisa, artes, universidades, cultura, comunicação, partidos políticos, assim como jovens que estão na gestão de ONGs, que trabalham no Departamento de Aids e nas agências da ONU e jovens implicados na defesa dos direitos humanos.

Nesse sentido identificamos que o curso se voltou para as respostas ao HIV/Aids, numa perspectiva mais capilar, onde esses atores lidam cotidianamente, com questões atravessadas por vulnerabilidades de seus pares no sistema carcerário, nos serviços de saúde, escolas, população em situação de rua, na prostituição, uso e abuso de drogas. Tal enfoque pode inspirar o diálogo e construção de novas territorialidades nas respostas à epidemia com e para a juventude.

## 7.2 O OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO.

Como já descrevemos, os jovens se apresentaram à cena de formação pleiteando a

---

<sup>49</sup> Conforme relato na Introdução (p.), observei essa pauta foi um dos temas debatidos pelos jovens da CTL Juventude e Aids: um diálogo necessário em 2015, quando mulheres jovens que participaram da conferência, levaram plenária final, barreiras de acesso aos preservativos internos, e a necessidade da abordagem transversal desse tema nas escolas e universidades, em diálogo com outros movimentos.

conformação de um espaço que expandisse as possibilidades de repostas ao HIV/Aids e juventude, através do intercâmbio com novos atores e redes. Nesse tópico nossa análise se volta para as visões dos jovens sobre o curso, explorando aspectos que foram novos, positivos e diferenciados, bem como as tensões e críticas.

Tomando uma visão geral, a estruturação do curso de forma diária, durante uma semana, em um centro de convenções de um hotel, onde as oficinas eram ministradas e iam “às vezes até muito tarde”, foi considerado um processo “*pesado*”, “*cansativo*” “*intenso*”, “*quase um regime de internato*”. Apenas uma interlocutora afirmou que 5 dias foram insuficientes, dado que ela não tem oportunidades de formação em sua região no interior do nordeste. Por outro lado, a maioria reconheceu que não havia outra possibilidade de operar a mobilidade de jovens de todas as regiões do Brasil rumo à Brasília. O ritmo intenso foi amenizado pelas visitas guiadas à ONU e ao Ministério da Saúde e pelos momentos de interação, após as atividades de formação, “*quando terminava o evento e todo mundo ia se curtir, ia conversar, fazia brincadeiras, fazia dinâmicas, ia curtir o espaço, o hotel, a piscina e era aquele "fuzuê" todo que a gente acaba causando ali, aquele monte de jovens juntos*”.

Para apurar as visões sobre o curso evitamos perguntas avaliativas e conduzimos a entrevista com perguntas mais abertas: “Você poderia contar como foi o curso? O que aconteceu na formação? As respostas indicam que a participação foi o tema que suscitou mais desdobramentos tanto positivos quanto críticos. A dimensão considerada positiva diz respeito a pluralidade de atores oriundos de múltiplas frentes de ativismo e o compartilhamento de vivências juvenis de uma mesma faixa etária; uma experiência que suscitou laços de pertencimento geracional. O depoimento de Mark é ilustrativo. Apesar de já ter atuado com grupos de jovens e pessoas vulneráveis ao HIV, e estudar o tema na pós-graduação, ele conta sua experiência como inesperada, “*no curso eu percebi, caramba, esse mundo não é meu, essas discussões não são minhas, tinha uma intensidade muito forte, porque até então, minhas discussões [eram] muito acadêmicas, muito teóricas*”. No encontro com seus pares geracionais ele percebeu que “*são jovens falando para jovens*”.

Celso, jovem ativista com atuação como profissional de saúde, afirmou: “*lidamos com usuários, muitas vezes pessoas marginalizadas, mas eu não tinha contato próximo, com profissionais do sexo, usuários de droga*”. A experiência o levou a construir e debater com jovens trans, usuários de drogas, profissionais do sexo “*que estavam lá como jovens para fazerem a mesma coisa que eu*”. Cabe salientar, que a demanda para que jovens profissionais de saúde e de outros setores fossem alunos das turmas foi dos jovens. Além do diálogo geracional, vale retomar o debate abordado no capítulo 2, onde argumentamos sobre as lacunas

e fragmentação que ainda permanecem nas políticas de saúde voltadas para adolescentes e jovens.

Para alguns interlocutores o curso não era o primeiro contato com o tema HIV/Aids, porém para maioria era a primeira entrada em uma esfera de participação transversal, com ativistas levando a “*discussão muito vivencial, de juventude que estava sendo afetada e implicada*” (Mark). Para esse ativista, “*tem uma coisa que, para o campo do HIV, é batata, que são discussões entre pares, são jovens falando com jovens, porque é diferente, eu vi você falar de HIV ou eu falei sobre HIV como você*”. Novaes e Alvim (2014) explicam que a aproximação entre diferentes grupos identitários em um mesmo recorte etário, conforme observado em nossa pesquisa, geram espaços “onde são construídas e socializadas narrativas para reconhecimento de problemas comuns a uma geração” (p.280).

Ainda sob o aspecto geracional, alguns relatos referem que a aproximação e diálogo com esferas de governos e gestores da política de Aids vigente suscitou tensões entre as gerações do movimento de Aids. Um jovem ativista, que atua em várias frentes, entre coletivos de jovens e representação em espaços institucionais de controle social do Ministério da Saúde, considera que um dos problemas para trazer os jovens para a luta contra a Aids é que o ativismo de Aids está envelhecendo, “*é sempre o mesmo discurso e que pouco há em inovação e estamos perdendo espaço no cenário político de saúde de aids, porque nós não estamos inovando, os ativistas lá dos anos oitenta e noventa não dão espaço para outros que estão chegando, [em três eventos intergeracionais que participei, observei que a maioria das sessões de debates, foi coordenada pelos ativistas “antigos] e nós não temos como aprender se nós não convivemos, e não tivermos oportunidade*”. E nesse ponto, ele e outros ativistas consideram que foi um diferencial a oportunidade de juntar jovens de uma mesma geração, que ocupam diferentes posições e são lideranças horizontalizadas, mobilizadas por redes sociais de todo o Brasil.

De acordo com um jovem que transita entre as gerações de militantes as pautas debatidas em sua turma não foram tuteladas, “*lá pudemos ouvir tudo que estava se passando e falar, tivemos muita liberdade da fala, jovem não precisa de ninguém tutelando para nada, é capaz, após o curso nós realizamos um seminário gigantesco sem a ajuda de mais ninguém*”. Ele e outros jovens egressos do curso, mobilizaram redes e articularam com uma ONG LGBTI+ que resultou no acesso à recursos para a realização de um seminário. O evento teve duração de 3 dias e contou com membros da Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento às DST/HIV/Aids, representantes de agências da ONU, jovens profissionais de saúde e educação e 100 participantes, mobilizados pelas Redes pós curso.

Outros interlocutores assinalaram o reconhecimento da capacidade de protagonismo dos

jovens, em contraposição a noção de cooptação, como citado no relato: “*peças do movimento vieram me influenciar, que quem participa de eventos do Governo são peças cooptadas que curso de jovens lideranças eram peças cooptadas para depois não serem mais militantes*”. Nessa ocasião, eu já estava acompanhando, presencialmente e pelas Redes, as atividades dos jovens egressos da formação em suas cidades de origem, em interlocução com gerências de Aids, Centros de Treinamento em HIV/Aids de alguns Estados, Universidades, em suas próprias redes, buscando manter um diálogo com outros movimentos. Não foi objetivo da Tese levantar os desdobramentos pós curso, contudo, durante as entrevistas, os jovens falaram sobre essa repercussão.

Embora o tema da relação intergeracional não tenha sido explorado durante a entrevista, ele surgiu nos depoimentos de alguns jovens sobre a motivação para fazer o curso. A emergência dessa questão sugere que o embate intergeracional embute não só as críticas à inovação tecnológica adotada por coletivos que incidem politicamente em ambiente digital na Internet (Araújo et al, 2015). Os depoimentos apontam para as relações hierárquicas e as assimetrias que atravessam os espaços sociais na afirmação de alianças e lideranças, quando envolve a juventude. Sobretudo, nas ações coletivas atuais onde os jovens têm lançado mão de lideranças descentralizadas, mais autorais e espraçadas por redes em ambientes digitais, que sugerem uma face autonomista no grupo pesquisado. Vale situar o depoimento de um dos entrevistados:

*“o curso recebeu inúmeras críticas de várias peças que diziam que o Governo agora está valorizando os jovens, porque, deixou de lado outros antigos movimentos. É no movimento mais antigo, que eu percebo que, hoje em dia, há certa resistência com os atuais. Falar de HIV e DST nesse contexto atual é totalmente diferente do contexto passado, entendeu? Às vezes, acontece da peça que é mais velha ter uma tutela sobre a juventude, e isso não dá certo, sabe por quê? A linguagem do jovem atual é totalmente diferente do jovem que foi lá na década de noventa” (Nery).*

O mesmo jovem enfatiza e valoriza a sua atuação forjada nas redes de Jovens que vivem com HIV, “*eu nunca vou negar tudo que eles fizeram por mim*”. Na sua visão o curso indicou que a juventude “*era importante, que a gente tinha que fazer parte do processo de construção política*”.

Segundo Gohn (2019), tem ocorrido algumas mudanças nos movimentos atuais, sobretudo dos jovens, que se diferem dos clássicos (tradicionais). “Esse processo social tem se dado via experimentação, com horizontalidade nas relações, sem hierarquias ou estruturas de coordenação” (p.127). A autora lembra que as parcerias, colaborações e formas de participação social institucionalizadas, são garantidas no marco constitucional de 1988. O estudo de Guterres

e colegas (2014) sobre participação de mulheres militantes feministas nas políticas de governo, igualmente aborda essas tensões. Quer dizer, o não reconhecimento da efetividade da ação política dos jovens, que diante de qualquer proximidade pode significar uma espécie de alinhamento com as demandas dos decisores das políticas do governo.

Para Tarrow (2007) as indagações acerca das implicações da proximidade entre militantes e instituições de governo são recorrentes, dado que os movimentos não se resumem apenas em desafiar governos e instituições. Em seus ciclos, surgem colaborações e apoios, conforme demonstramos no decorrer do capítulo 1. Para o autor o dilema está posto, ou “se arriscam ao sectarismo e isolamento” (p.259), ou correm riscos da inversão de valores decorrente da aproximação. Ademais complementa: “se a alternância de tais movimentos, entre práticas institucionais e não-institucionais está levando a uma sociedade mais turbulenta ou à domesticação dos movimentos, é a grande questão da atualidade” (Tarrow, 2007, p.259). Em suma, a reação dos jovens por serem considerados uma ameaça a tradição combativa do movimento de luta contra a Aids, nos quais alguns deles se ergueram como sujeitos políticos, se mostra um dilema, que ressoa no não reconhecimento da própria capacidade de ser jovem e ser uma liderança.

Importante salientar, que no curso da vida de alguns desses jovens, o ativismo é uma etapa biográfica vivida em ambientes de formação nos movimentos de origem, quando buscaram outros sentidos de ressignificar o HIV sendo ativista. Para outros, a formação foi uma experiência inaugural que possibilitou que eles tivessem “voz”, pudessem dialogar, criticar as assimetrias e ampliar seu campo de atuação. Nessa perspectiva, a formação se insere no mote de projetos de integração entre segmentos societários que resultem em determinadas modalidades de inclusão (NOVAES, 2006). O depoimento de Nancy, que já estava na militância há onze anos, fala do curso como esse espaço de possibilidades:

*“A gente atua quando tem chance, e essa é a verdade, porque quando eu falo desse lugar de jovem, preta, favelada, onde jovens morrem por conta do tráfico de drogas, então, nem sempre, não estão lutando porque não querem, eu acho que quando a juventude percebe que ela pode, que a voz dela tem importância e que tem muito a acrescentar para a nossa sociedade, ela faz, porque não tem uma chance, eu tive essa chance, nós só precisamos de oportunidades”.*

Tarrow (2009) ilustra esse sentido de integração e oportunidade, de combinação ação

institucional e extra institucional, citando o Act UP<sup>50</sup>, um movimento transnacional, classificado como um grupo com um repertório dos mais disruptivos do período inicial da luta contra a Aids nos anos 1980. Bastos (2002) enfatiza que esse grupo conseguiu mobilizar e unir grupos que estavam em arenas e agendas diferentes, como por exemplo “gays e lésbicas” (p.65). Os ativistas conjugavam intervenções, mobilizava nas ruas, conseguia visibilidade da mídia, com ocupações bombásticas, “ataques” rápidos para confrontar opositores, e não se restringia ao governo. Ao mesmo tempo mantinham uma base de especialistas, com comitês de pressão e coordenação política, “tentando fugir à burocracia, o Act UP apenas recorreu à centralização e delegações para efeitos pragmáticos específicos” (Bastos, op. cit, p. 66). Um dos elementos que caracterizou o Act UP foi ter utilizado a estrutura de oportunidade política para avançar em temas específicos, como a ganância econômica da indústria farmacêutica, redução de danos de drogas injetáveis, por exemplo. Ernst (1997), considera que o Act Up-Paris “has had a significant measure of success by gaining official representation on numerous government AIDS committees” (p.27).

Uma outra dimensão da formação diz respeito à diversidade da “galáxia participativa”, para usar um termo de Castells (2017 a, b), tendo em vista a chamada por edital público através das redes da internet. Ouvindo participantes das três turmas do curso constata-se que o ponto alto da formação foi a amplitude regional e identitária, através da participação de jovens de todas as regiões, capitais e interior, indígenas, jovens LGBTI+, jovens de várias matrizes religiosas e de populações historicamente estigmatizadas como usuários de drogas e profissionais do sexo. Portanto, a experiência participativa se aproxima das manifestações atuais de juventude, que se espriam mundialmente desde 2013; nas palavras de Goh, “um ponto de inflexão para novíssimos sujeitos e movimentos no Brasil pela força dos jovens nas ruas” (2019, p.129).

Para nossos interlocutores a formação representou uma forma de oxigenar os movimentos de jovens, interseccionando a Aids na atualidade. Um jovem atuante em vários coletivos de jovens que vivem com HIV/Aids, em instâncias de controle social e formações em HIV/AIDS, conta que foram “vários Brasis juntos que nós pouco vemos, que nós não temos a oportunidade de ver”. Ele toma como exemplo vários jovens da região Norte,

*“tinha jovem do Acre”, coisa que raramente chega para quem é de lá”; “em São Paulo é tudo um do lado do outro e no Norte, as estradas são rios, então é o primeiro embate,*

---

<sup>50</sup> ACT UP AIDS Coalition to Unleash Power  
<https://actupny.com/?s=aids>

*muitas cidades são basicamente isoladas, estados com dimensões continentais, então você não consegue acessar aquela outra população”.*

Rodolfo considera que *“o maior princípio do curso foi trabalhar com o diferente, trabalhar com pessoas diferentes, de vários contextos. Pegar uma travesti lá do Rio Grande do Norte, com o gay negro do Rio de Janeiro, com uma pessoa que nasceu com HIV lá da Paraíba, com o jovem homossexual”* Para Isa, da periferia de uma grande capital do Sudeste, que nunca havia viajado para fora de seu Estado, foi a primeira oportunidade de trocar aprendizado com os ativistas da Aids. Sua atuação no momento da seleção estava voltada exatamente para prevenção com jovens de sua região, *“que não tem nem com quem falar”*.

Isa fala sobre importância de a mulher jovem com deficiência acessar um aprendizado vivencial e presencial, e que teve todo apoio para seu deslocamento. Aponta uma oficina específica, que participou sobre o acolhimento de trabalhadores do sexo e pessoas transsexuais em serviços de saúde, como uma experiência nova para entender como lidar com as diferenças e identidades. Um relato que sugere que esses temas foram abordados com dinâmicas vivenciais e problematizadoras. Para Silva (2020) tal enfoque pode contribuir para avançar no entendimento de que identidade e diferença resultam de um processo de produção simbólica e de relações de poder; abordar essa questão de forma pedagógica na formação, torna possível tratá-la numa perspectiva política. Tais temas foram reiterados pelos jovens como prioritários nas questões que interseccionam Aids e juventude.

A proposta da formação de base identitária das populações-chave, em plataforma ativista múltipla com principiantes e os já iniciados no movimento de Aids, provocou tensões e avanços. Alguns jovens consideram importante ratificar a necessidade de mais espaços de incidência política em Aids, nos moldes fomentados pelo curso. Dandara, Nery, Nestor e Brenda contam que *“aconteceram situações de discriminação, por sorologia”* e, que provavelmente em uma proposta plural, que alcançou centenas de jovens pelas redes não tivesse como evitar. Apesar dessa questão de borramento das fronteiras ser citado como problemático pelas ativistas entrevistadas, no estudo de Guterres e colegas (2014), esse ponto não foi mencionado pelos interlocutores. Ademais, interlocutores ativistas de movimentos, cuja base identitária é forjada nas redes de jovens que vivem com HIV/Aids, advogam que o debate sobre estigma e preconceito precisa avançar em diálogos plurais e nesse mote geracional nos espaços de ativismo.

Para Valle (2002), no contexto da mobilização civil da Aids, essas questões *“têm sido operadas por meio de fatores como gênero, identidade sexual e doença”*. A partir dessa assertiva, observamos no grupo pesquisado que outras demandas foram colocadas no espaço de formação,

ligadas a filiações religiosas, étnicas, raciais e regionais em chave multiativista; confluindo em uma arena plural com novos repertórios, capilarizada no contexto atual de juventude, que não eram frequentes no movimento de Aids. Corroboram para essa noção de multiativismo, novas questões que se aglutinam ao contexto estudado por Valle (2002) por multipertencimentos, oriundos do trânsito dos jovens entrevistados por espaços urbanos renovados por novos repertórios discursivos sobre a Aids. Como citado no capítulo 2, coletivos como o LOKA do Efavirenz, entre outros, se mobilizam em pontos de protestos, organizados por redes sociais. Um dos relatos ilustra esse tipo de mobilização:

*“tenho percebido, nas minhas andanças nas periferias com os coletivos de juventude e de cultura, que o pessoal tem se organizado de uma forma muito rápida e muito fluída. Como? Através das redes sociais. Eu vou dar um exemplo, aqui tem uma festa LGBT, é um baile funk de rua da galera, porque começou como um evento no Facebook, e uma multidão que foi mostrou que falta espaço para a juventude LGBT periférica se reunir, se encontrar, se espalharam, e já estão em outras cidades”.*

Os dados apresentados ao longo da tese apontam para o multipertencimento no marco das trocas entre mundos socioculturais diversos, entre os quais muitos jovens não trafegavam; os fenômenos “intensos nas metrópoles” (VELHO, 2006), não eram vividos no cotidiano de muitos deles. Nery, afirma: *“mesmo que eu não falasse a língua correta, mas eu era muito valorizado”*. Novaes (2006), chama atenção para esse aspecto do acesso aos projetos, que pode marcar diferentes graus de inclusão de segmentos mais vulneráveis da sociedade. A fala de Gabriela, *“não acredito que vou passar nesse meio”*, ilustra, esse cenário.

Em suma, no âmbito da esfera participativa institucional, o curso representou uma via para que jovens que atuavam predominante em seus contextos locais, transpassassem algumas fronteiras no trânsito com outros coletivos. No espaço de formação confluíram atores que extrapolaram o grupo previsível para uma formação juvenil, influenciados pelo acesso à informação sobre o projeto via redes digitais. Em janeiro de 2020, o Brasil continuava em quarto lugar entre os países que mais utilizam a rede social Facebook. Em 2021, a previsão é que o país ultrapasse 140 milhões de usuários<sup>51</sup>. Em 2019, a Internet era utilizada em 82,7% dos domicílios brasileiros, com maior concentração nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com predomínio de telefones celulares para acesso (IBGE,2019)<sup>52</sup>.

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/244936/number-of-facebook-users-in-brazil/>

<sup>52</sup> IBGE. PNAD Contínua, o módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC nos aspectos de acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso. 2019. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf)

Como bem ensina Velho (2006), “tribo juvenis isoladas” não é figura metafórica adequada para a juventude na sociedade contemporânea. Dandara, fala do curso como uma vivência, onde ela rompeu as beiradas de sua sorologia por transmissão vertical. O diferente para ela foi não ter seu protagonismo vinculado a um certo “*coitadismo*”. Na maioria dos espaços “*se eu digo que nasci com HIV, todo mundo faz aquela cara de triste*”; no curso não foi assim, eu “*fui tratada na minha diversidade*”. A formação, para ela, deu lugar à sua performance de liderança, como mulher negra, bissexual. Por várias vezes, pude observar nos eventos presenciais e em ambiente digital, a expressão: “*não somos vetores*”;

Uma ativista de direitos humanos, contribui com um depoimento nesse marco do multipertencimento, que têm sido um celeiro de experiências para extrapolar essas fronteiras. Quando surgiu o edital, ela estava atuando com políticas públicas na prevenção ao homicídio, com foco na juventude negra de favelas “*o tema da Aids, não era corrente, na nossa organização, mas estava relacionado com muitas questões, como o da gravidez precoce*”. Foi no curso que ela se defrontou com a “*primeira oportunidade*” de transitar e intercambiar em contexto nacional como o HIV/Aids, correlacionando com outras pautas de sua militância em uma cidade interior de uma capital do Sudeste, imbricada na “*quebrada, com tudo que a sociedade não quer, com jovens pretos que estão sendo assassinados, os coletivos na rua através da cultura*<sup>53</sup> *hip-hop, nessa coisa de traduzir cotidianos difíceis em arte, grafite, dança, poesia*”. As experiências associativas de outros interlocutores se espraiam pelas porosidades dos coletivos juvenis urbanos, onde Mark, por exemplo, capilariza com o tema da prevenção combinada, em pontos de intervenção e protestos de jovens, onde a homofobia e sorofobia são questões mobilizáveis nas ruas e nas festas, com juventude LGBTI+.

Vale ainda registrar dois depoimentos que permitem constatar um duplo alcance, nesse marco do multipertencimento identitário, capaz de (re)organizar a ação de ativistas iniciantes ou já mobilizados no mundo da Aids. Rodolfo, com 6 anos de militância na Aids, considera que passar pela formação significou um ponto de inflexão para ele sair do “*mundinho*” onde “*até o preconceito a gente começa a naturalizar, eu nunca tinha tido contato com pessoa trans, ou que falava abertamente que era pessoa trans*” O curso é visto como “*uma janela*”, para um ambiente mais livre, “*de quebrar alguns preconceitos*”, através da qual, Rodolfo, “*enquanto homem gay, negro, de formação evangélica*” conseguiu problematizar suas relações

---

<sup>53</sup> De acordo com Novaes (2006), “o hip hop não é um movimento orgânico que produz grupos homogêneos. Ao contrário, existem várias correntes, linhas e ênfases que diferenciam o rap feito em países, cidades, bairros, e grupos específicos. Cada manifestação de rap, é um resultado singular do encontro de elementos da cultura local com informações globais” (p.116).

transfóbicas, dentro e fora do movimento social. Quando perguntei à Janaína como tinha sido o curso, ela discorre que *“enquanto trans com estima muito baixa, eu nem queria falar”*, mas se deparou com *“outras mulheres jovens trans e travestis de outros estados que já estavam em um nível de empoderamento maior, que já estavam na academia”*, inclusive algumas faziam parte da organização do Curso. Afirma ainda que a Janaína que estou entrevistando, *“surgiu dali”*, *“sou filha desse curso”*.

Duas outras temáticas foram apontadas como dimensões importantes para a atuação dos jovens em suas frentes de luta. A cidadania e o SUS foram mencionados como temas que contribuem no cotidiano e como base para a luta por reconhecimento de direitos, como o reconhecimento do nome social e acesso aos serviços de saúde, medicamentos e insumos preventivos. Para Vik, o curso foi seu primeiro contato com a política de saúde, e conhecer como o SUS opera, seus limites e fragilidades, foi o principal, porque para jovens como ele, que não tem formação em saúde e estavam se aproximando do ativismo em HIV pós infecção, *“saber sobre o vírus”* é tão importante quanto conhecer o *“sistema”*; o que significou para ele reorganizar novas redes. Para Janaína, trabalhar o conceito de cidadania e controle social nesse tipo formação é ter contato com SUS que não se aprende na academia, *“no curso foi [como se] estivesse manuseando, tocando nas coisas”*.

Na esteira desses desdobramentos, algumas críticas emergiram diante da persistência de velhas barreiras no caminho da participação. Os relatos apontam dificuldades no início do curso relacionadas ao modelo adotado para os encontros. As falas descrevem momentos críticos, *“teve treta”*, *“teve protesto”* se referindo as reivindicações por uma forma mais dialogada; *“era para ser mais roda de conversa e menos aula”*; os jovens falam da expectativa por espaços menos hierarquizados, para transformações concretas nas formas de engajamento.

A tensão tem como pano de fundo a insistência dos organizadores de tomarem como ponto de partida um modelo de transmissão de conhecimento por autoridades e especialistas, em espaços que pressupõe horizontalidade nas relações. Parker (2015) considera que muitas vezes a dificuldade ocorre porque, *“gestores perdem a conexão com a linha de frente”* (p.11), e perdem o fio orientador de metodologias participativas, ativadas a partir das experiências, vivências e práticas dos sujeitos. Nessa direção, um jovem, relata *“não era só pra falar de CD4”*, deixando claro os jovens buscaram uma via para troca de saberes e práticas, em seu processo de construção como sujeitos sociais na luta contra a Aids; principalmente se tratando de jovens que entendem seu papel como representantes de vários segmentos juvenis. Conforme analisam Lucena e colaboradores (2019) processos educativos só podem ser considerados diferenciados se reconhecerem a participação como potência para suscitar mudanças de

comportamento, a partir da reflexão sobre as condições sociais e políticas onde ocorre a vida dos sujeitos.

Em se tratando de uma formação para jovens com vivências e experiências em movimentos sociais, a contestação dos participantes não é uma novidade *per se*; significa a reação dos jovens cursistas em um espaço institucional, organizado pela burocracia gestora da política de Aids, que detêm o controle sobre essa esfera. Percebe-se nesse caso, o que Gohn (2011), tem destacado como desafio persistente dos novos movimentos sociais em reconfigurar a esfera pública com efetivo controle social.

Fontes (2020), em diálogo com Nancy Fraser (1990), indica que a concepção de esfera pública da autora como espaços contrapúblicos subalternos<sup>54</sup> confronta a exclusão histórica dos grupos minoritários nessas arenas. Para Fontes (op. cit) essa perspectiva se adequa às sociedades atingidas pela extrema desigualdade social, onde a esfera pública tende a ser operada por grupos que prescrevem “certos códigos, como as formas corretas de se portar e de falar em público, levando à reprodução de práticas comuns na sociedade como o machismo ou outras formas de discriminação social” (p.55).

Para Brandão (2006), a participação comunitária, se operada como “mera palavra-chave”, “quase sempre implica aparência de um poder decisório de representantes populares”, estabelecidas pelos decisores políticos, e “não raro estão fora do controle até mesmo dos técnicos intermediários de um programa” (p;56). Um dos nossos interlocutores, toca exatamente nesse ponto. Ele fez o curso quando estava com 28 anos, iniciando sua trajetória como profissional da saúde: “*eu nasci junto com a Constituição*”, uma memória que ele aciona para pavimentar sua biografia ativista iniciada no movimento estudantil, “onde a gente lutava até por melhoria da alimentação estudantil. Em seguida enfatiza que no início fez falta a “*horizontalidade de sentar, ouvir o outro em primeiro lugar*”, porque a postura hierárquica não era a expectativa dele, nem do outros jovens da sua turma; por isso a estratégia usada pelo grupo técnico que conduziu o curso inicialmente , “*vamos passar para vocês as dicas do que vocês podem fazer, aquela coisa nós falamos, vocês escutam*”, suscitou reações, “*teve revolução lá*”; ele considera que surtiu efeito porque os organizadores passaram a dialogar mais e foi mais produtivo.

Nos parece que o ponto nevrálgico se deu no momento inaugural. Como relatado por

---

<sup>54</sup>FONTES, L.O. (2020). “Os “contrapúblicos subalternos” são arenas discursivas paralelas onde membros dos grupos subordinados criam e circulam contradiscursos que lhes permitem formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades”. (p. 55). Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/0102-051101/109>

um ativista que circulava por esses espaços, *“fui sem perspectiva alguma de que aquilo iria dar em algo, que seria mais um daqueles cursos e seminários que o Ministério da Saúde faz que não resulta em nada, e não foi assim”*. Para esse e outros interlocutores, a postura de especialistas foi descrita como, *“aqueles técnicos de alto padrão que escrevem aqueles manuais, aquelas normas”*. No entanto, os jovens notaram que era possível dialogar e modificar essa abordagem e depois foi *“fantástico”*. Um deles alegou que: *“Eu acho que eles não colocavam credibilidade em nós, eles achavam que era um tempo perdido, que não daria certo”*. Ou seja, as críticas foram acompanhadas do reconhecimento de que foi possível discutir e mudar. Dandara, que atuou na interlocução, com os organizadores, conta que *“a gente falou sobre os problemas, que o curso era para trocar mais, então, diante de tudo que foi pensado para o curso, esse foi um só ponto, que foi possível mudar”*. Nery e Silvia consideram que os problemas foram superados, dinâmicas foram repensadas e que a juventude foi valorizada, *“eu pude falar”* (Nery).

O depoimento de uma jovem que foi convidada para retomar como facilitadora de oficinas, junto com outros jovens, ajuda a compreender o contexto e a mudança no papel dos participantes durante as edições do curso, *“eles aproveitaram melhor a juventude, viram potencial e falaram, “então vamos trazer essa galera pra cá, que acaba sendo fruto também dessa iniciativa e não ficou uma coisa tão formal quanto no primeiro curso”*. Na chave teórica de Giddens (2003), a reflexividade na constituição dos espaços sociais contribui para compreender uma troca mútua entre a política e os agentes; a dinâmica reflexiva significa ao mesmo tempo uma ação estruturante, fruto da ação situada dos agentes nessa estrutura. Para Giddens, é necessário *“travar conhecimento com o que os agentes sabem”* (op. cit. p.335), o que precisam saber e as bases que se formaram ou não para prosseguirem em suas atividades cotidianas.

De acordo com Leite Lopes e Heredia (2014) a atuação na esfera pública, sendo mais institucionalizada ou não, muitas vezes apresenta barreiras e dificuldades para encaminhamento de questões e pautas recentes para um *“diálogo mais especializado com o estado”* (p. 26). O curso adotou uma via que é essencial de ser mantida na esfera pública com agentes dispostos a estimular a intervenção dos jovens (Rabat, 2002)

O debate sobre controle social, que suscitou críticas mais duras de dois interlocutores, contribuem para ilustrar essa perspectiva pois, de modo geral, as críticas subjazem a persistência do controle social como conceitualmente e tecnicamente pouco operado no ativismo da juventude na Aids. Para Daniel, estimular a intervenção da juventude, como propõe Rabat (op. cit.), pressupõe abordar o controle social na forma de incidir politicamente em

diferentes esferas públicas, do sistema político representativo; caso contrário, ele afirma, incorre-se “*no risco de se fazer somente o que a Gestão permite que seja feito*”. Se falta capacidade técnica para o jovem militante, o “*gestor tratora com formação técnica, e o jovem tem uma fala mais política num espaço que tem por exemplo, um superintendente de uma vigilância sanitária, [...] os ativistas encontram um limite para o contra-argumento técnico*”. Alguns interlocutores consideram que é preciso debater essas fragilidades, porque tem muito ativismo que passa longe do controle social.

Nery, que fez o curso aos 22 anos, traz uma perspectiva relevante nesse ponto. Oriundo da rede de jovens do movimento de Aids, ele destacou o controle social como um de seus aprendizados no curso. Enfatiza que “*jamais vou deixar de valorizar o que aprendi na rede de jovens PVHA*”, mas o curso foi a possibilidade de aprender “*através dos pilares do SUS, da participação popular, da população, de nós jovens, qualquer pessoa pode fazer esse controle social*”. Para ele, que após o curso ampliou sua atuação para coalizões internacionais de juventude, as ferramentas do curso, permitiram compreender que a participação e advocacy são direitos para se olhar desde os blocos de financiamento até como isso repercute nas ações de prevenção das políticas, principalmente no seu estado, no extremo de uma das fronteiras do país. Um dos críticos sobre a abordagem do controle social no curso, declarou,

*“A diretriz de participação social no SUS não é bater na porta da UBS ou do SAE, pra dizer que tá faltando remédio, é uma construção implicada, de se envolver nos processos participativos dos conselhos gestores, conferências. Não é só bater lá no Serviço e falar que acabou meu remédio, não é isso”.*

Todavia, merece ser notado que o convite para que alguns jovens retornassem ao curso como facilitadores sinaliza que o curso avançou na formação de quadros renovadores nos movimentos sociais; segundo Rabat (2002) esse é um elemento crucial. Vale frisar que após a última turma da formação em 2016 essas arenas participativas nas políticas e espaços institucionais de juventude e da Aids se encontram em franca remissão. A última Conferência de Juventude ocorreu em 2015, o Gestor do Departamento de Aids que implementou a iniciativa de formar jovens lideranças pediu exoneração em 2016, após o impeachment da Presidenta Dilma. As redes sociais do então Departamento Aids, foram interrompidas no início de 2019.

No final de 2019, durante o debate “Sala de convidados sobre HIV e juventude”<sup>55</sup>, o ativista Vagner Almeida, que atua desde os anos 1980 com projetos sobre diversidade sexual,

---

<sup>55</sup> Fala proferida no debate HIV e juventude, no programa Sala de convidados, programa do Canal Saúde/Fiocruz/Ministério da Saúde. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=d8uOP81sfcw>

juventude e Aids na ABIA, assinalou retrocessos em áreas vitais para as pactuações de estratégias que ampliem principalmente o diálogo preventivo e de promoção da saúde em escolas e serviços de saúde (informação verbal). Um dos nossos jovens interlocutores, arremata nesse mesmo argumento, “*estamos parados em 2018*” (Daniel).

### 7.3 A GALÁXIA CONECTIVA DAS JOVENS LIDERANÇAS.

As redes sociais das jovens lideranças têm como característica a afluência simultânea de diferentes atores e coletivos, que formaram a base inicial para o curso e permanece ativa desde 2014. O grupo no Facebook foi criado em 2014 para mobilizar os jovens em torno da Campanha Zero Discriminação UNAIDS. Logo após a primeira turma, as redes foram ampliadas e mudaram de nome para Força Tarefa Jovens Lideranças. Em janeiro de 2021 contavam com 562 seguidores no Facebook e 87 seguidores conectados via aplicativo WhatsApp.

Feixa e Pais (2020) consideram que a conectividade digital é uma tendência geracional, que tem se expressado fortemente como um dispositivo de mobilização política e social, em uma “alquimia da interconectividade” (p.16); um conjunto heterogêneo de atores em redes, que constitui uma teia conectiva, no cotidiano das práticas sociais. Os jovens destacadamente são os atores que lideram novas formas de participação, através do uso das tecnologias de comunicação e informação, de forma criativa e surpreendente.

Apesar de as redes de jovens que vivem com HIV não serem um elemento novo no ativismo da Aids, vale como contribuição histórica registrar o depoimento de Dandara, jovem com mais tempo de militância dentre os entrevistados. Como participou do grupo que deu os primeiros passos para constituir um coletivo sob recorte geracional de adolescência e juventude vivendo com HIV/AIDS em 2006, ela relata que na época os jovens queriam um espaço que se descolasse da rede de adultos PVHA, com autonomia para inovar seus repertórios de ação, “*o movimento de jovens já surgiu como rede*”, conjugando encontros presenciais com o uso de recursos da internet através de endereços eletrônicos de e-mail. Paulatinamente, foi incorporando as inovações da Web 2.0, privilegiando ambientes digitais, iniciando por blog, Orkut e atualmente aplicativos para celulares, que facilitam a articulação e interação através das mídias sociais por Facebook e WhatsApp, “*foi importante para a militância, começar a interagir pelo Brasil*”.

A jovem fala das dificuldades de atividades presenciais fora dos centros urbanos, e que as redes estão cada vez menos híbridas e se firmando em ambiente digital. “*No grupo fechado*

*da rede de jovens que vivem com HIV, a gente tem mais de setecentas pessoas participando, só que nas reuniões presenciais no Rio, por exemplo, são, vinte, trinta talvez”. A realidade para mobilizar e alcançar jovens que vivem com HIV, tem sido no ativismo em ambiente digital, “as pessoas me procuram quase que cem por cento pelas mídias sociais, é importante no contexto do HIV porque muitas pessoas sentem vergonha e criam um perfil que não as identifiquem para fazer perguntas sobre HIV”.*

Os relatos de Dandara revelam mudanças progressivas nos ambientes de interação do ativismo, que possibilitam construir mobilizações coletivas de forma híbrida, adotada pela formação de jovens lideranças. Nota-se assim, o espraiamento das ações do curso através das múltiplas conexões de jovens oriundos de distintas territorialidades. Mesmo aqueles que não selecionados para estarem em Brasília, foram mobilizados por meio do compartilhamento diário das ações nas mídias sociais dos cursistas, do Departamento de Aids e da UNAIDS e aportaram digitalmente o curso.

Esse cenário de experiência política mediada pelo uso de novas tecnologias de comunicação e informação é considerado por Araújo e colegas (2015) como “um novo espaço de atuação da sociedade civil na esfera na vida pública” (p.1598). Para Tarrow (2009) esse tema deve ser mais pesquisado, sobretudo para identificar desdobramentos das redes de ativismo que recebem apoios organizacionais e transnacionais para sua estruturação, visando identificar “se irão fortalecer outros movimentos domésticos ou não” (p.259). Não nos debruçamos sobre isso, no entanto, como acrescenta Gohn (2019), esse é um tema no qual incidem muitos caminhos metodológicos para pesquisas futuras. Segundo Castells (2017) essas formas de organização são forjadas por novas tecnologias que consolidam progressivamente a sociedade em rede.

Portanto, podemos considerar que o curso de formação de jovens lideranças e seus desdobramentos resultam da orquestração da Rede Força Tarefa Zero Discriminação do UNAIDS em nível global, em articulação com o Departamento responsável pela gestão da epidemia no Brasil, conforme identificamos na pesquisa documental (BRASIL, 2014). No período entre 2015 e 2018, interlocutores relataram, colaborações e apoios projetos em seus municípios. Os achados do estudo convergem com a análise de Araújo e colaboradores (2015) sobre a participação política e os desdobramentos de 46 movimentos organizados em ambiente digital, que nomeiam de “Webativismo”. Segundo os autores, essas interações proporcionam melhor engajamento e desempenho político, além de corroborar a inventividade e variedade de estratégias, sinalizando um novo modo de ação da política contemporânea.

Consideramos que o foco desse debate nos entraves entre gerações de movimentos sociais, reduz seu caráter potencialmente democrático e impede de identificar interações sociais

e resultados efetivos das experiências de mobilização e engajamento, advindas dessa forma de organização e participação. O que não significa dizer que a “sociedade em Rede” não mereça mais investigações, por ainda ser atravessada por uma profusão de aportes teóricos e metodológicos que gera muitas contradições (CASTELLS,2017; GOHN, 2019). Segata (2015;2016) contribui para essa empreitada ao explicar que nos caminhos percorridos para escrutinar o ciberespaço sob olhar da antropologia, um dos pontos fundamentais para iniciar essas pesquisas é “convencer que havia gente” (p.37). Ele refere à etnografia de Máximo (2003), que mostrou interações sociais e culturais quando analisou listas de discussão em ambiente digital no final dos anos 2000; ademais aponta os movimentos sociais como um campo fértil para examinar esses novos arranjos participativos.

Em suma, consideramos que o espaço de formação de jovens lideranças, ocorreu na perspectiva do ativismo em ambiente digital, com um modelo inicialmente híbrido e que se mantém mobilizado pelas redes. Nesse sentido, Isa frisa que a rede de ativismo formada no curso ampliou a base de ações em seu território, permitindo a conexão com uma rede de relações, que seria difícil ou até impossível de ser conquistada. *“A Isa de antes não conseguiria lutar pelos direitos e agora vai para Brasília, só que na Câmara dos Deputados, falar sobre deficiência”*.

Vale ressaltar que o contato inicial, face a face, com os organizadores, palestrantes e com os jovens, permitiu para muitos criar laços de reciprocidade e confiança, *“da rede eu não saio de jeito nenhum, a gente acessa tudo, continuo aprendendo e fazendo as coisas”* (Janaína); *“as redes são importantes para momentos de enfraquecimento[...] porque a gente tem pessoas no Brasil todo”* (Rodolfo).

De modo geral, os entrevistados continuavam acionando as redes quando eu os entrevistei em 2019. Um dos depoimentos sobre esse tema, concatena nossos achados com o debate da literatura,

*“A comunicação é uma influência muito grande, tanto da forma como recebemos o curso, mas também por se comunicar com as pessoas, virtualmente. Nós tendemos a achar que as conexões virtuais são menos efetivas, pode ser que sim, mas nesse caso específico agregam muito, dá uma amplitude de trabalho, nossa conexão é pós fronteira, porque é conversando com pessoas da Bahia, de São Paulo, São Paulo ajudando alguém do Sul, Sul conectando com outro. Quando nós temos um ponto pensante em cada lugar fica muito mais fácil abrir esse leque”* (Silvia, grifo nosso).

A produção de reciprocidade, confiança e redes sociais relatada pelos interlocutores favorece o engajamento cívico no ciberespaço “amparados por uma cultura digital participativa

e colaborativa”, como afirma Araújo e colaboradores (2015, p.1602). As esferas participativas se mantiveram após o curso. Para alguns jovens do interior das regiões Norte e Nordeste a conexão após o curso ampliou a conectividade. Para Brenda, ativista LGBTI+, que também coordena uma ONG com foco na população transsexual, foi uma forma de estar conectada com redes onde também circulam profissionais da saúde, *“abriu muito, um leque de informações e para desenvolver outras, porque a gente vê que ainda tem profissionais da área da saúde que não conhecimento e sobretudo, o conhecimento da prevenção, da PEP, PrEP”*.

Para um outro ativista, que mora distante dos grandes centros urbanos do país *“foi um leque de oportunidades”*, porque surgiram outras formações em advocacy e redes *“minha capacidade se expandiu à nível internacional, projetos que englobam jovens do mundo todo, da Austrália, do Japão, da Rússia, enfim, todos os continentes”*; o ativista relata que as redes locais e nacionais se mantêm no pós curso, *“a rede de jovens lideranças continua, por exemplo, quando tem um problema lá em Natal, Rio Grande do Norte, a gente já tem contato”*.

Em convergência com Cristina Hine<sup>56</sup>, consideramos que esquadrihar um espaço não humano no início da WEB 2.0, ainda hoje, emperra a constatação da evolução tecnológica, onde a Internet passou a ser utilizada como uma plataforma para redes sociais, entre outros formatos, de conexão síncrona; e não somente como um artefato específico para a comunicação. São os espaços de interações on-line através de redes de interesse específicos dos atores sociais, que tem feito parte do cotidiano das pessoas, que Deslandes e Coutinho (2020), veem como uma postura societária gregária. De acordo com Campanella (2015), Hine advoga que os espaços virtuais têm sido observados cada vez menos um ‘outro lugar’ (grifo nosso).

Levy (2010) alerta que a Internet não é uma solução para todos os problemas sociais e culturais; os efeitos dos novos movimentos em rede são ainda um tema ‘quente’ (grifo nosso), de tão recente, pressupondo a necessidade de um exame mais acurado. Segundo o autor, o crescimento do ciberespaço<sup>57</sup>, decorre das formas coletivas experimentadas e compartilhadas por jovens. Nosso estudo com jovens ativistas revela ainda alguns desafios para se manter na militância enquanto estuda, trabalha, procura trabalho, aumenta a escolaridade. Conforme explica Rabat (2002), *“a juventude, de todos os grupos mobilizáveis, seja aquele identificado pela característica (a idade) mais transitória, visto, que tem prazo inexorável e relativamente*

---

<sup>56</sup> Campanella, 2015. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios. Entrevista com Chritine Hine. Disponível em: < DOI:http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9.i2p.167-173 >.

<sup>57</sup> Pierre Levy define ciberespaço, *“como espaço de comunicação aberto, pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Inclui sistemas de comunicação eletrônicos, provenientes de fontes digitais. O autor insiste que na codificação digital, porque é fator que condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão, e tratável em tempo real, hipertextual, interativo, enfim, virtual”*. (p. 95).

curto para acabar” (p.3).

Tendo em vista que metade dos jovens entrevistados era iniciante em formações sobre as respostas ao HIV/AIDS, o formato do curso contemplou diferentes repertórios e territorialidades de ação e possibilitou conexões com pautas locais de luta contra a Aids. Um cenário que converge com a descrição de Novaes e Alvim (2014) sobre as mudanças “nas pautas e lugares usuais de participação” (p.280) das juventudes na última década. A formação articulada por redes sociais, fomentadas pelo Ministério da Saúde, faz uma inflexão nesse sentido, pela orquestração dos coletivos em torno de demandas mais frequentes como saúde e educação, agregando pautas diversas e identitárias. Uma jovem ativista, afirmou: “*tinha jovens do movimento e fora do movimento de HIV, todas as classificações de juventude, teve jovens indígenas, jovens de periferia, envolvidos no contexto de religião de matriz africana, pessoas trans*”, que confirma um lugar cada vez mais usual de jovens que se encontram conectados em ambiente digital, via plataformas das redes sociais.

Na entrevista foi explorado um tópico mais geral sobre a relação dos jovens com as redes sociais. Notamos que os entrevistados tendem a selecionar as mídias sociais de acordo com o tipo de conteúdo e pelo potencial de ativismo. Os direcionamentos apontam o Facebook como a mídia mais usada. Outras redes, como Instagram, são usadas para sociabilidade de cotidiano, trocas mais afetivas e pessoais. As redes afetivo sexuais não foram exploradas. Somente um dos interlocutores citou espontaneamente usar aplicativos para encontros sexuais quando está solteiro. O ambiente virtual foi citado por uma interlocutora como “*mercado não formal de trabalho*”, onde atua como profissional do sexo desde que saiu do mercado formal e não conseguiu outra colocação.

A narrativa de Vik revela que foi nas redes que ele, como artista plástico e estudante universitário, encontrou sentido para seu ativismo de base estudantil, com a incidência política na Aids através da Arte: “*eu conheci um cara ativista em um grupo na rede, ele trabalhava no Ministério da Saúde também, eu fiquei muito deprimido e foi quando eu comecei a voltar a mim mesmo, porque com a interação e o pouco que ele fazia, que era conversar comigo, isso já mudou a minha vida*” [entendo que nessa fala, subjaz o sentido que Vik dá ao fato de conversar à ‘distância’]

De modo geral a sociabilidade nas redes da internet foi abordada na vida cotidiana e relativizada em seus aspectos positivos e negativos. Na sociabilidade as redes são, ao mesmo tempo, “*uma exposição grande*”, “*uma prisão*” “*tem se tornado tóxico*” e uma forma de estar no ativismo; a maioria concorda que a internet é uma ferramenta de trabalho e plataforma de militância. Nancy afirmou: “*as redes sociais ajudam muito, talvez eu não tivesse participado*

*do próprio curso de jovens lideranças se eu não tivesse um Facebook, por exemplo”*. Rodolfo fica conectado a maior parte do dia, *“faz parte do meu cotidiano, sou uma pessoa comunicativa e sempre compartilhei tudo e faço muitas atividades nas redes”*. Relata que passou por uma depressão e poder compartilhar o que estava vivendo foi importante para a superação. Estar na Rede *“é muito habitual, Muito importante no contexto do HIV porque muitas pessoas não vão presencialmente, então te acham pela internet”* (Dandara).

Para Néstor, isso foi importante, porque tudo foi divulgado e compartilhado, dando *“transparência ao processo de seleção”*, e quem não foi selecionado foi convidado a se engajar na rede. As mídias e incidência política nas redes foi um dos temas do curso. Apenas um jovem interlocutor criticou tecnicamente as oficinas por não ter contribuído efetivamente para uma sua atuação política qualificada. Grande parte do grupo, inclusive esse mesmo jovem, reconhece a importância do curso na formação de uma Rede de ativismo.

A maioria do grupo considera que o curso implicou positivamente na reorganização, em novas interações e na ampliação de interesses e pautas mobilizáveis em outras esferas públicas, com questões que interseccionam com o HIV. Dado que foram reunidos jovens de diferentes extratos sociais, formações e diferentes experiências de ação política, dentro de um contexto democrático, estimulou o estabelecimento de conexões com instituições, pessoas e redes, que alguns não teriam como acessar antes do curso, inclusive entre os próprios jovens cursistas. As redes estabelecidas entre as mais diversas pessoas que estiveram envolvidas na organização do curso, Departamento de Aids do Ministério da Saúde, Gerências Estaduais, equipe das agências do Sistema ONU, palestrantes e entre os cursistas, alicerçaram a interação. Uma potência gregária resultante dessa sociabilidade; formação e trânsito para ação política, que conforme pesquisa de Araújo e colegas, (2015) tem caracterizado esses espaços de participação e *“são elementos fundamentais consolidação da democracia, para além da representação política tradicional”* (p.1614).

#### 7.4 TRAJETÓRIAS PESSOAIS E O ATIVISMO APÓS O CURSO.

O tópico ‘o HIV no caminho’ foi provocado nas entrevistas na busca de conhecer o que levou os jovens a se engajarem em um projeto com foco nas respostas à epidemia de AIDS. Nessa parte final da Tese, apresentaremos as repercussões nas suas trajetórias de vida. Vale lembrar que as entrevistas ocorreram três anos após a formação. Ainda assim, uma jovem rememorou o edital para contextualizar a motivação que percebemos, ter sido também de outros

jovens para fazer o curso. “Se você já é ativista, já tem algum trabalho social, se você está encaixado em uma das populações mais vulneráveis, faça sua inscrição”. Nancy enxergou uma possibilidade de levar o que fazia “na quebrada”, achava que nem ia conseguir, mas o chamamento acendeu uma perspectiva.

É como Collins (2020; 2019), considera as pautas interseccionais que brotam do ativismo. Nas palavras da autora são “as coisas que sempre aparecem invisíveis”, como sexualidade, gênero, classe social, cultura, raça e etnia, das mulheres e homens jovens gays, bissexuais, transsexuais, lésbicas, intersexuais, negros, indígenas, que os jovens encontraram como ponto de contribuição para suas trajetórias.

Collins (2021) sugere que essa inflexão na rota ativista surge a partir de uma aderência entre ideia, prática e experiência e desejo de mudança porque como como ilustramos nas falas até aqui, os jovens vivenciam que esses sistemas não são meras categorias, que não operam separadamente, e no caminho interseccional, se encontram em experiências coletivas porque experimentam a desigualdade social, violência, falta de oportunidades e exclusão que atingem grande parte da juventude brasileira.

Para usar uma expressão de Pais (2006), os relatos sobre algumas motivações montam um “pachwork de sensibilidades e realidades” (p.7) cerzido na busca por mudança e fortalecimento, quais sejam:

Quadro 3 – Motivações para o ativismo.

<i>“As lutas são interligadas, e a gente acaba lutando pelas questões sociais como um todo, por direitos igualitários, quando inclui a pessoa trans, pela questão de gênero, e nós sentimos também pertencentes ao gênero feminino e isso inclui a luta das mulheres”</i>
<i>“Porque trabalho com pessoas, com tudo que a sociedade não quer, pobres, pessoas pretas, faveladas, com HIV, LGBTQ+”</i>
<i>“Porque falar de HIV, tem que ser para todas as juventudes”</i>
<i>“Porque esse debate tem que ser racializado”</i>
<i>“Onde eu puder colocar a informação, eu vou fazer, porque eu também sinto o preconceito na pele de várias formas, tanto pela questão da homossexualidade quanto pela questão do HIV”;</i>
<i>“Porque as mais velhas nunca querem abrir lugar para as mais novas”</i>

Esse quadro dá sentido as narrativas sobre laços geracionais, multipertencimento

identitário como repercussões do multiativismo acessado no curso, que aponta uma via de sinergia de questões mobilizáveis e interseccionais com o HIV/Aids e juventudes. Vale para essa análise, a compreensão de interseccionalidade, a partir da base explicativa de Collins e Bilge (2021;2020). As demandas interseccionais emergem nos movimentos sociais e vêm à tona na contestação, na busca por soluções e mudanças contra as opressões que recrudescem negações de direitos; que nas palavras de Moreira, N. (2021) “emergem sob a égide das conexões entre racismo, sexismo, capacitismo e pobreza”. Nancy ilustra essa perspectiva ao compartilhar que no início de sua militância,

*“Achava que a culpa era minha, depois eu fui entender que não, o que falhou foi a história, o que falhou foram os anos que nós tivemos de escravidão, foi esse machismo, esse sexismo que impede que as pessoas vejam uma mulher negra como algo além de um corpo que dança, sabe, então a construção histórica que nós temos do nosso país não ajuda quem é jovem, preto e de periferia”*

Conforme Collins e Bilge (2020;2021) e Moreira N. (2021) enfatizam, no ativismo do século XXI, a questão do poder e a fragilidade democrática impedem ou dificultam a ação e a visibilidade do ativismo. Nesse sentido, é interessante que alguns interlocutores apontem para as transformações vivenciadas ao longo da formação, expressas pelas falas: *“nasci no curso”, “foi uma janela”, “um divisor”, “uma escada acima”*. Duas outras jovens ativistas apontam que o curso representava a entrada em uma esfera de participação na qual nunca haviam transitado

Isa, que militava com jovens da periferia, a partir de sua matriz de promoção da saúde nos terreiros, saiu de seu bairro pela primeira vez durante o curso. Janaína teve uma melhor compreensão da luta das mulheres transsexuais e a vivência na prostituição e da necessidade de romper a exclusão em seus territórios e atuar sob condições sociais adversas com jovens que *“nem tem com quem conversar”* ou com mulheres trans negras que vivem a solidão e invisibilidade.

Como destacado pela literatura, os processos históricos de assimetrias sociais, econômicas, geográficas significam diferentes barreiras de acesso à cidadania na juventude brasileira (Caldeira, 2008; Novaes, 2006; Velho, 2006). As narrativas sobre as motivações individuais em torno de um projeto coletivo, apresentado pelo curso, informam um conjunto de experiências sobre estigma e discriminação em seus multipertencimentos identitários, interseccionados por questões raciais, de gênero, orientação sexual, religião, local de moradia, culturais, regionais, sorologia do HIV e de classe. Para usar uma expressão de Novaes (2006),

“é como um espelho retrovisor” (p.119) das desigualdades e opressões sociais, que consideramos que o projeto em torno de uma plataforma múltipla de ativismo voltado para o cenário epidêmico do HIV/AIDS e juventude possibilitou reunir em uma mesma arena.

Não identificamos nenhum depoimento que remetesse uma busca errática pelo curso. Ao contrário, os jovens entrevistados tinham planos. Um espaço social catalizador para a noção de “projeto”, descrita por Velho (2006) “como uma conduta organizada para atingir finalidades específicas” que envolve interação social. Portanto, uma via confluyente para vivências locais com outros projetos coletivos, que teve como desdobramento o trânsito dos jovens entre mundos socioculturais distintos, que tiveram impactos em suas trajetórias pessoais e profissionais. Os relatos, após três anos de finalização da formação, informam ecos do curso no ativismo e em suas trajetórias, pontuam a repercussão do tema da prevenção combinada e novas tecnologias biomédicas, como se mantêm conectados e as dificuldade e desafios para continuar no ativismo.

Uma primeira questão, nas ações coletivas em HIV/AIDS após o curso, mostra que redes sociais em ambiente digital prevalecem como a forma associativa com maior potencial gregário para a diversidade dos espaços de ativismo. De acordo com os relatos, a interlocução no espaço de formação permitiu novos formatos em plataformas digitais cada vez mais interativas. As articulações através das mídias sociais são as mais citadas, através da criação de fanpages, canal em redes sociais e páginas com temas que interseccionam a questão racial, gênero, feminismo, sexualidade, prevenção e o viver com HIV.

Outras conexões em redes sociais foram ampliadas a partir de grupos de coalizão global de juventude, além do engajamento nas redes de pessoas que vivem e convivem com HIV, que existiam antes do curso e foram incorporadas por muitos jovens. Como já registramos, as redes jovens lideranças permaneciam em atividade desde 2014, tendo ampliado sua base de interatividade com outras redes e atores institucionais e da sociedade civil que interseccionam suas pautas com o HIV/AIDS.

Sobre as ações em seus territórios, os jovens focaram no apoio dos organizadores para atividades locais, previstas nos objetivos do curso (ver APÊNDICE A). Não fez parte do escopo dessa Tese fazer um inventário desses desdobramentos, entretanto, os relatos forneceram elementos relevantes sobre o contexto pós curso. Os interlocutores apontaram apoios e parcerias com o então Departamento de Aids e o UNAIDS para criarem e implementarem ações em âmbito local. Além disso, descreveram o arrefecimento dessa interlocução ao longo do tempo. Ou seja, a persistência de velhas barreiras que implicam em muitas dificuldades para os jovens entrevistados manterem as ações ao longo do tempo.

O apoio dos organizadores foi referido como positivo para participação em eventos científicos, mediação e interlocução com atores institucionais locais. Ademais, impulsionou o acesso a outras redes de ativismo, gerências estaduais e municipais de Aids, instituições de saúde no âmbito do SUS, universidades, escolas, apoio do UNAIDS para ações de caráter interseccional com o HIV/Aids, entre outras. As ações aconteceram frequentemente entre 2015 e 2018 e pontualmente até 2019. Os relatos informam novos repertórios e espaços que os jovens não utilizavam antes do curso, tais como: organização e circulação por conferências de juventude com tema voltado para HIV/Aids, criação de aplicativos com informações sobre saúde sexual e reprodutiva e prevenção combinada, plataformas para produção de conteúdo com temas interseccionais, redes de *advocacy* e coalizão global de juventude, congressos internacionais, projetos para atuar em periferias com ações contra preconceito e discriminação, atividades em instituições de saúde, escolas, entre grupos de jovens que vivem e convivem com HIV, e jovens das populações mais vulneráveis.

Os ecos do curso nas trajetórias, parcerias e trânsito por outras esferas institucionais são considerados pelos interlocutores como reconhecimento do jeito do jovem de atuar politicamente na luta contra a Aids, sem a ruptura com suas bases ativistas. Uma jovem ativista de quase duas décadas de luta, considera que a formação de lideranças, não foi algo para ser destacado da sua militância, *“a formação veio junto com o meu ativismo, mas a gente teve maior abertura para trabalhar sobre o HIV para outras populações. Porque a minha militância sempre foi voltada para questão de viver com HIV/Aids”*. Quer dizer, esse e outros depoimentos marcam o protagonismo dos jovens e seu histórico de luta em movimentos sociais, partidos, movimentos culturais, religiosos e outros espaços de sociabilidade; assim como as repercussões do curso no seu ativismo. Dois jovens abordam a inflexão em suas atuações, que reposicionam politicamente a publicização da sua sorologia do viver com HIV. A fala a seguir é ilustrativa,

*“[...] acho que depois do curso, meio que motivou todo mundo fazer uma fala mais aberta. Porque, enfim, depois do curso, eu não sei se foi em decorrência de, mas fez parte de, eu abri a minha sorologia, até então, eu não falava abertamente, depois do curso, eu falava na faculdade sobre viver com HIV no final do período. Então não sei se fez parte, mas estava lá”*.

Sobre a circulação por novos espaços, uma jovem relata que a formação, repercutiu no reconhecimento de seu papel em outros âmbitos *“deu uma fortalecida no que eu já era, enquanto pessoa e enquanto jovem, é como se eu tivesse me graduado”*. Ela cita como exemplo como a sua atuação foi ressignificada no próprio hospital em que sempre fez seu

acompanhamento; assim como no fato da sua sorologia, ter adquirido um outro efeito, como forma de expressão política. Citando um outro jovem que fez o curso, ela relata, *“tivemos acesso para fazer fila de espera. Porque o hospital pegava nosso certificado de jovem liderança do Misnistério e UNAIDS e tipo assim, dizia, eles são jovens e têm potencial para fazer aquilo”*.

Um outro jovem, vê da mesma forma, o curso como desdobramento de sua luta: *“teve repercussão sim, em alguma medida, eu não acho que tenha sido tributado diretamente do curso”*. Ele cita uma experiência de participação em um evento público, em que foi convidado como jovem liderança, para falar sobre viver com HIV/AIDS, à época, sua sorologia não era amplamente aberta, *“assim, mais ou menos todo mundo sabia, mas, falar as coisas significa dar corpo a elas, fiquei um pouco apreensivo, mas foi o primeiro grande marco que foi consequência do curso jovens lideranças”*. Para esse ativista, pensar no futuro com as novas medicações só foi possível ao ressignificar sua sorologia politicamente no presente, e falar publicamente sobre isso.

Outro impacto do curso foi nas parcerias e atividades realizadas no nível local. O curso procurou fazer uma interlocução, enviar cartas para as gerências e possíveis parceiros que os jovens acionassem em suas ações. Um jovem fala do acesso e interlocução através de uma técnica de secretaria estadual para realizar um curso de lideranças em HIV/Aids localmente, mobilizando uma Gerência Estadual de HIV/Aids e universidades, *“[...]quando eu chego e me apresento, não é só o jovem estudante, estou na pós-graduação, mas fiz o curso, que foi nacional para qual todo mundo sai minimamente mobilizado e a partir dali, a gente construiu algumas coisas”*.

Os demais jovens que não tinham um histórico de militância em Aids, igualmente referem pontos de inflexão após o curso, semelhantes aos dos ativistas, como acesso à novas Redes e apoios para ampliação das suas bases de atuação, com pautas interseccionais com o HIV/AIDS. Uma jovem, que nunca havia viajado para fora de seu município, atribui ao curso o seu trânsito em espaços que ampliaram sua base e repertório de mobilização. Após a formação se manteve integrada com técnicos da gestão municipal, *“[...] a jovem que você está entrevistando, teve direito de voz, para levar a fala aos jovens no território dela, fazer o primeiro evento, na periferia dela”*. Através do curso as parcerias com a subprefeitura e com gerências de Aids, possibilitaram ações em instituições locais. Em seguida, ela conta que se integrou em outras redes *“Conheci, pessoas do Brasil e do exterior, voltei a Brasília, só que no Congresso, e estou indo o mês que vem para exterior, atuar em uma ação na plataforma de direitos sexuais e reprodutivos, exclusão e pessoas com deficiência”*.

Nancy, uma ativista com trajetória de luta de mais de dez anos, da mesma forma,

assinala, *“nunca participei de algo tão intenso como o processo do curso foi algo potencializado, foi algo que pegou o que eu já tinha, transformou e multiplicou”*. Ela refere as oportunidades e as redes que ampliaram suas frentes de atuação, para fora de seu município, *“colhi muitos frutos, participei de da reunião regional para a década afro da ONU, congresso de HIV/aids que até então não via tanta relação com gente preta, mulheres e de periferia, fui tendo s outras oportunidades, (...)”*. Quando entrevistei em 2019, ela estava iniciando as ações de um projeto local, com apoio de uma agência da ONU. Conta que a atuação com direitos básicos de cidadania, era o cerne do projeto, e que nada foi mudado, a parceria, fortaleceu *“o que é daqui mesmo, não é para “puxar saco”, eu não tenho que “puxar saco” de ninguém, eu entendo que poderia ser de mil e outras formas, mas uma porta foi aberta lá em 2015, hoje em dia é como uma semente que dá frutos e esses frutos não param”*.

Quando solicitei indicações de jovens para entrevistar, ela sugeriu lideranças com quem mantêm contatos e colaborações, espalhados pelo Brasil, de norte a sul, do interior, até o coração da maior metrópole do país. Conforme já discutimos, as oportunidades, parcerias e colaborações dos organizadores são valorizadas pela maioria dos interlocutores pela ampliação de oportunidades e não significaram rupturas com as ações ativistas que já eram realizadas.

O relato de Nancy sugere que a colaboração não minou os valores do projeto que já estava embasado na luta por direitos humanos, contra o racismo, e enfrentamento da violência contra jovens, mantendo a base identitária e de contestação da Organização criada pela ativista e outros jovens. Como argumenta Collins e Bilge (2020;2021)<sup>58</sup>, o trabalho interseccional surge a partir dos enfrentamentos para resolver o cruzamento de diversos sistemas de opressão, que muitas vezes não precisam estar como categorias prévias. São questões que ao serem desvendadas nas lutas podem favorecer coalizões e novos arranjos para ações coletivas que brotam dessas interconexões. Ou seja, a perspectiva interseccional no cotidiano da ativista era uma realidade nas ações de sua organização e a formação favoreceu ampliar sua base para outras questões em interconexão com a AIDS, que já estavam no contexto, mas que a formação proporcionou novos elementos *“a ONU está vindo para cá para o interior [fala sua cidade] para trabalhar com jovem preto, favelado, funkeiro, trabalhar prevenção ao HIV com essas pessoas, e isso é porque eu tive que trabalhar lá atrás, e tive oportunidade agora”*.

Diante dessas considerações, merece ser notado o ambiente plural e o impulso para

---

<sup>58</sup> Para Collins e Bilge (2020; 2021) a interseccionalidade não se resume a uma categoria acadêmica que incide sobre uma problemática, dado que a perspectiva interseccional é também oriunda da prática ativismo, *“não cai do céu, são questões que implicam na sobrevivência cotidiana das pessoas”*. Ou seja, surge na lida, na resolução de problemas, na práxis, *“é preciso questionar o que está aí”*, como os sistemas de poder se conectam para agir, porque o trabalho interseccional não se guia com categorias estanques de cima para baixo nos movimentos sociais.

participação em outras arenas públicas. De acordo com alguns relatos, tal ambiência formativa proporcionou conexões entre experiências políticas, com o sentido político do viver com HIV Aids, decorrentes da experiência conjuntiva e geracional da formação e suas extensões após o término das turmas. Nos termos de Schutz (2004) uma via potencialmente pedagógica pela visibilidade e integração dos atores, que além da troca de experiências em outras esferas de ação, possibilitam tensionar, refletir problematizar e provocar reposicionamentos políticos, que requerem aprendizagem permanente sobre os condicionantes cotidianos e estruturais. Desse modo, pode provocar novos horizontes e princípios, em um processo permanente que *“implica ir para além da simples junção de indivíduos para conquistar, pela soma das forças individuais, objetivos e/ou direitos que individualmente não se conseguiria”* (Schutz, 2004, p. 155).

É justamente sobre esse processo que os interlocutores verificaram velhas barreiras em suas trajetórias ativistas. Para a maioria, o ponto nevrálgico é a interrupção das formações por questões políticas, que passam a não ser oferecidas nem por esferas institucionais, nem são ampliadas pelas organizações que já estão na luta. Os depoimentos, informam que as dificuldades já estavam se avolumando antes do curso e a possibilidade de receber apoios e um campo com novas perspectivas colaborou para que o espaço de formação, fosse considerado um ponto de inflexão em suas trajetórias de luta. Um interlocutor que atua em uma região remota, fora dos grandes centros, considera que o edital foi uma oportunidade para os jovens brasileiros, porque *“desde 2013, o Brasil já estava entrando nesse processo de mudanças políticas, as coisas começaram a ficar muito restritas na questão dos investimentos, na questão de ter editais para promover educação de jovens entre pares”*.

A interrupção dos cursos de formação a partir de 2016, é apontada como uma fragilidade, porque muitos jovens que não eram do movimento de Aids, se engajaram, inclusive de regiões mais remotas *“pessoas que não eram do movimento se tornaram ativistas. Se conversar com ativistas mais antigos, “não, isso aí não funciona”, mas sei que funciona, gente que nunca tá nesses espaços estava, porque foi disponibilizado vagas exclusivas para o Acre”*.

De acordo com os relatos, a continuidade das atividades após curso, as colaborações e os apoios foram praticamente extintos a partir de 2018. Em 2016, apesar da mudança na gestão do então Departamento de Aids, os interlocutores conseguiram desenvolver atividades e manter projetos. O arrefecimento maior ocorreu a partir das mudanças de Governo e na gestão Ministério da Saúde a partir de 2019. Nesse ano, alguns interlocutores ainda mantinham atuação no âmbito das agências da ONU e alguns projetos resultaram dessas articulações. De acordo com Câmara e Bermudez (2004), a sustentabilidade das ações no campo da Aids dependem da eficiência do planejamento, no entanto, são impactadas por mudanças de gestão, ou seja, as

velhas barreiras causadas por questões políticas provocam o esgarçamento de laços de solidariedade que contribuem para arrefecer o ativismo e ações, essenciais para incidir sobre o estigma, sobretudo nos jovens das populações mais vulneráveis ao HIV/AIDS. Vale, destacar, novamente, que a página do Facebook do Departamento de Aids foi interrompida em 2019.

Segundo uma jovem, a formação repercutiu no seu acesso ao conhecimento sobre prevenção e lhe deu visibilidade e reconhecimento em sua cidade do interior do Brasil, “*o diploma do curso foi grandioso, aqui onde moro, quando as pessoas falam meu nome ou veem minha imagem, falam ‘lembro dela, esteve em Brasília no evento do Governo Federal, é uma menina muito inteligente’*”. Logo depois do curso, a ativista ficou desempregada, passou a atuar como profissional do sexo pornô virtual. Ela relata suas dificuldades, “*quando fiz o curso eu estava no mercado formal, e atuei em algumas ações na empresa que trabalhava, não estava no mercado informal, O que hoje em dia não é novidade, uma trans, estar no mercado informal*”.

Sem emprego, sem estabilidade e sem apoio, em 2019 essa ativista estava atuando somente nas redes sociais, sua fala pontua as dificuldades das pessoas trans que atuam fora do mercado formal, em regiões do interior do país, encontram para acessar o cuidado e ações preventivas, vale citar o depoimento, que ilustra com os mesmos argumentos o contexto de outros ativistas que atuam com populações vulneráveis, principalmente quando envolve prostituição,

*“Falta o governo liberar algum auxílio, dar apoio para nos locomovermos. Primeiro, para você conseguir chegar até a profissional do sexo, não é fácil, trabalham durante a noite e dormem de dia. É difícil se expor durante o dia, a área da saúde precisa se manifestar a favor dessa classe, que sendo tabu ou não, é uma profissão(...) se o foco é a prevenção para quem está à margem, na prostituição, não posso chegar lá por conta própria, é preciso construir um projeto, em parceria com o programa municipal e estadual DST/AIDS. Falta o governo nos dar apoio, porque procurar por ajuda já procurei, mas ainda não tive retorno”*.

Em um outro depoimento, Janaína, mostra o impacto da descontinuidade das ações organizadas por ela e os retrocessos para o enfrentamento de estigma e prevenção, “*queria estar trabalhando com travestis e transexuais da rua, na prostituição, quem sabe com as ONGs, mas algumas não tem trabalho de base, e dizem que com essa questão de recurso parou de fazer*”. Após o curso ela manteve acesso à população jovem transsexual que está na prostituição: “*eu me considero a resistência em pessoa, sabe*”. Ela conta que conseguiu estudar, se formar, sair das ruas e considera que teve sua primeira oportunidade de engajamento e empoderamento

social e político no curso. No entanto, sem apoio e manutenção das parcerias e colaborações por parte do Departamento de Aids, para fomentar incentivos locais as dificuldades são potentes, *“as pessoas me chamam, porque o estigma é muito grande”*. Para essa ativista a ausência de apoios reduz o trabalho: *“o ponto fraco, depois do acompanhamento de um ano, é que se perdeu. E depois? A ativista morre depois de um ano? Não, ela continua atuando, é bem difícil”*.

Apesar de estar em uma grande capital da região Nordeste, essa ativista fala que as barreiras são maiores para ativistas mulheres transsexuais jovens. Citamos a fala final da sua entrevista, que converge com o depoimento anterior,

*“Eu queria falar que as pessoas trans precisam estar empregadas. Então, é muito difícil você articular sem recurso e fazer com que esses jovens estejam reunidos. Às vezes não tem um transporte para poder se deslocar para uma reunião, sabe? Às vezes não tem um café com pão para comer. Então, elas vivem assim, como é que eu vou para uma reunião dessa? Então acho que o desafio maior é esse. Ter forças e recursos e fazer com que as outras também tenham forças e recursos”*.

Para a maioria dos interlocutores, as experiências da troca entre pares, desde a entrada no ativismo, os primeiros estágios, experiências de trabalho e o enfrentamento das adversidades e desigualdades sociais no curso de suas vidas, implicaram na trajetória profissional que estavam trilhando. De modo geral, a formação gerou novas oportunidades, recolocações no mercado de trabalho, em instituições de ensino e pesquisa, em agências do sistema ONU, além de formações no exterior. Além disso, alguns jovens revelam seus projetos de retomar os estudos, da influência da formação para definir suas graduações e temas de pesquisa na pós-graduação, relacionadas a gestão pública, ciências sociais e saúde coletiva, que se desdobram em temas que interseccionam ativismo e os marcadores sociais da diferença relacionados ao HIV/AIDS. Para dois jovens a formação possibilitou definir rumos profissionais *“Eu acho que sem a visão que eu tenho hoje eu não seria profissional futuramente. Eu comecei a estudar no técnico de Gerência em Saúde, e depois do curso de Jovens Lideranças, eu decidi Psicologia”*.

Quanto ao impacto da formação em âmbito pessoal, os entrevistados apontam duas dimensões que reverberaram em suas experiências pessoais, afetivas e no próprio ativismo. A primeira, se remete a experiência compartilhada do viver com HIV, do aprofundamento dos debates sobre vulnerabilidades, estigma e preconceito com a participação dos pares LGBTI+ em um espaço sem fronteiras, *“mais aberto”* como definiram Rodolfo e Dandara.

A fala de um ativista elucida seu amadurecimento pessoal e profissional, *“eu não tinha*

*uma perspectiva muito bem definida como seria meu futuro profissional sendo uma pessoa com HIV(...) no curso, isso veio de forma diferente, passei a conviver mais com jovens vivendo, que nasceram com HIV, que não tiveram a oportunidade de se proteger”. Na sua visão o curso repercutiu para quebrar os “pré-conceitos que eu trazia da minha experiência até então”, que repercutiu na sua atuação como profissional da saúde, “que o levou a “querer fazer mais”, ele narra uma atividade como desafio, quando começou a atuar em atividades com outros setores, como exemplo cita uma empresa para apresentar temas de prevenção e necessariamente, “ ao falar sobre prevenção, sexualidade, homossexualidade e transexualidade, algumas pessoas levantaram, mas teve pessoas que ficaram e eu via aquelas caras me olhando pensando nossa, de onde saiu esse jovem?”*

A segunda dimensão remete à sexualidade, ao autocuidado e a diversidade de experiências sobre a prevenção combinada, que fizeram parte do conteúdo programático do curso. O tema sobre as novas tecnologias de prevenção não foi mencionado como o mais importante do curso. Todavia, foi valorizado por ter feito parte do conteúdo, principalmente para os jovens ativistas que estão fora dos grandes centros urbanos, que não tinham formação na área da saúde e ainda não ter passado por capacitações sobre o tema. Alguns já conheciam as modalidades de testagem, PrEP e PEP, mas puderam aprofundar os temas e refletir sobre suas repercussões no âmbito pessoal, profissional e no ativismo. Permitiram ainda problematizar a forma como a prevenção combinada é apresentada nos circuitos de sociabilidade e como significam estratégias que podem contribuir para o enfrentamento do preconceito e estigma das pessoas LGBTI+.

Sobre sexualidade, da mesma forma que o viver com HIV, nas palavras de uma jovem a formação proporcionou, *“uma abordagem vivencial”*. O tema da sexualidade tratado nas oficinas e experiências entre pares, representaram inflexão importante no âmbito da sexualidade para alguns cursistas. Uma jovem conta que *“a partir do ‘Jovens Lideranças’, acabei de lembrar, veio também o contexto da sexualidade, a gente conversava muito nos bastidores também, acabavam as reuniões e agente conversava muito, no sentido sexual propriamente dito e nesse contexto que você se reconhece, você se vê, sabe”*.

Uma outra jovem pode falar abertamente sobre sexualidade com sua família; ela considera que teve base para ampliar o tema nas ações na sua comunidade, *“eu não tinha liberdade de conseguir falar com a minha família sobre sexualidade, depois do curso, a gente começou a falar (...) e a partir daí, quando eu tive a minha relação, eu tive o cuidado de me prevenir”*. O tema da prevenção e das tecnologias biomédicas foram relatadas como parte do cotidiano e das práticas de autocuidado.

Segundo Monteiro (1999), propostas preventivas devam ser pensadas em função das possibilidades de se mudar ou adequar os dispositivos que estruturam o comportamento. Nesse sentido, vale descrever integralmente o depoimento de um dos nossos interlocutores sobre seu autocuidado e seu repertório preventivo como jovem homossexual de 27 anos. Ele relata que a partir da abordagem concatenada entre sexo, sexualidade e prevenção, vivenciada na formação, foi possível rever suas atitudes preventivas,

*“possivelmente eu ia conhecer a PrEP por conta das coisas que eu faço, mas desde o curso, me deu um outro clique, de olhar para o sexo e sexualidade de uma outra forma, estou falando em relação à prevenção, porque hoje temos uma gama muito forte de coisas. Tem PEP, PrEP, testagem regular, então eu acho que eu consegui fazer uma boa gestão da minha prevenção. Porque eu saio muito e fico travado. Por que eu estou em PrEP? Porque, quando eu saía, a camisinha para mim não aparecia, eu estava louco. Mas com a PrEP, me dá um grau de segurança maior e isso veio também com o curso, de fazer gestão do risco, o manejo das minhas práticas sexuais de acordo com o contexto”.*

Outros interlocutores contam que os novos insumos de prevenção biomédica estão presentes em seus circuitos de sociabilidade, *“eu acho que, pelo menos a maioria dos gays é assim mesmo, vivem com medo de pegar AIDS, essas coisas. E eu sempre fiz teste, até que um dia, por acaso eu fiz um teste rápido e descobri que eu tinha”.* Ele considera que viver com HIV e estar em redes de ativismo, significa ter acesso às informações sobre prevenção e repensar que o autocuidado *“não só em HIV, como em relação às outras doenças que são transmissíveis.”*

No contexto do ativismo, a prevenção combinada foi contextualizada sob dois aspectos. Um deles se refere a necessidades desse aprendizado, destacado nas entrevistas das ativistas transsexuais que atuam em várias frentes, como barreiras para acesso aos insumos nos serviços de saúde e outras situações de violência, desrespeito e estigma, ao procurarem os insumos como PrEP e PEP. Ter tido acesso ao conhecimento e o contexto atual da prevenção combinada significa uma preparação para abordar o tema sob a lógica educativa e do aconselhamento, principalmente no contexto da prostituição, *“[...]muitas vezes, o que a gente acaba vendo, é o seguinte, muita gente tem medo de testar, tem medo de fazer aquele teste e de dar positivo, com medo de fazer uso das medicações”.* Uma delas relata que o aprendizado da PrEP e PEP foi aprofundado no curso, mas, ainda permanece desconhecido por muitos profissionais da saúde. E por outro lado, as abordagens em circuitos de sociabilidade precisam ser feitas sob aconselhamento, o que nem sempre é realizado com cuidado. *“A gente defende muito o desenvolvimento dessas atividades de prevenção, mas não tiver alguém que possa orientar, dar*

*atenção, as pessoas acabam tendo reações inesperadas por medo”.*

Esse preparo faz parte do dia a dia, de atuação de muitos ativistas. O desrespeito já começa quanto ao não uso do nome social, desencadeia uma sequência de constrangimentos vividos por pessoas LGBTI+. Ela busca acompanhar e aconselhar as pessoas porque o desrespeito é muito grande, *“outro dia recebi uma ligação de um jovem da universidade perguntando onde tomar PrEP, com vergonha de ir, pessoas trans também me chamam para ir junto porque não querem ir”*. Ativistas que trabalham no mercado do sexo e outras ativistas mulheres trans que atuam com ações com esse foco, percebem que quem está na prostituição e não tem acesso às informações, e as possibilidades que tiveram através do curso, *“não tem segurança nem para ir a um CTA, e por isso estão se afastando cada vez mais da prevenção”*. (Gabriela). Após o curso, Janaína conta que passou a ser procurada para apoiar as pessoas nas unidades de saúde *“Frequento muito a UPA, os olhares, parece que é uma ‘celebridade não reconhecida’, fico pensando no quanto que pessoas ainda estão se infectando com HIV por questões como essa”*. Ainda é preciso exigir as profilaxias, *“quantas vezes eu, passei por exposições de risco sem entender, então eu encorajo buscar os nossos direitos que são as prevenções e, os preservativos. Eu não tenho vergonha disso”*. Os relatos remetem as barreiras

O depoimento sobre a prevenção combinada, feito por uma ativista LGBTI+, considera que as novas tecnologias preventivas são pautas sensíveis às lutas dessas pessoas e deveriam ser abordadas para desconstruir preconceitos, *“porque a gente sabe que tem pessoas dentro do próprio movimento, mesmo estando num processo de luta, muitas vezes não se entrosa muito com pessoas trans”*. Para ela a novidade e contribuição do curso foram justamente incidir em temas sobre a Prevenção Combinada em uma perspectiva transversal com debates sobre sexualidade e identidade de gênero. Um processo formativo que facilitou muitos *“momentos de desconstrução”*, que permitiu ver que as profilaxias, como a PEP, por exemplo podem ser potentes para derrubar preconceitos *“entre pessoas não positivas e soropositivas e essas questões relacionadas a PEP, a novidade foi isso, porque o que eu tinha de conhecimento era sobre as questões das DST's, da AIDS, do HIV, mas da PEP eu acabei tendo conhecimento maior e melhor no curso”* (Brenda).

Vale por fim ressaltar que a despeito de relatarem que as parcerias e interlocução com o DCCI estavam cada vez mais reduzidas (com exceção de um jovem que estava residindo fora país para estudar), em 2019 todos os entrevistados mantinham atividades de ativismo e relataram ações em diversos campos com questões que interseccionavam com o HIV/AIDS. No entanto, os depoimentos deixam claro muitas inquietações,

*“A gente é muito jovem, e ser ativista hoje no Brasil é quase impossível, ou você estuda ou você trabalha. Que momento da vida você vai conseguir ser ativista? requer tempo, dinheiro, se eu estivesse trabalhando de carteira assinada eu não conseguiria participar. Então, ser jovem e estar na militância, eu preciso estar lá, lutando por alguma pauta. Em que momento, eu vou estar disponível? É um trabalho árduo e de muita manobra para conseguir ao mesmo tempo o sustento” (Dandara).*

Essa fala veio como resposta da pergunta final ‘tem alguma questão que eu não perguntei que você queira falar?’ [feita após todas as entrevistas], ela respondeu “*tem sim*”, e fez esse relato como um desabafo, que abarca muitas questões sobre as dificuldades nas trajetórias que se coadunam com outros relatos da Tese. O relato de Dandara ilustra as dificuldades de ser jovem, buscar representatividade e estar em movimento. A maioria dos entrevistados consideram a atuação em rede via ambiente digital, como uma fortaleza, para resistirem, se renovarem, buscarem novas parcerias, angariarem apoios. Muitos se mantêm conectados aos grupos nas redes sociais criado em 2014 em virtude do curso, além de outras redes, que foram se conectando após o curso. Em um momento de fragilidade política é preciso atentar para as condições complexas e conflituosas que esses jovens enfrentam na gestão da vida na militância. Nessa mesma questão final, Janaína também desabafa, fala das perdas de oportunidades para ação e declara, “*ser liderança, cansa, é luta o tempo todo, tenho ido para audiências com policiais para poder brigar sobre abordagem policial, e ouvir policial dizer que movimento de direitos humanos é para vagabundo, é duro*” (Janaína).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 40 anos de importantes conquistas no campo político, biomédico e dos direitos, a epidemia de Aids continua a impor desafios e estimular os repertórios de luta de seus ativistas. Com o propósito de contribuir para essa discussão, a presente Tese analisa a trajetória de 14 jovens que concluíram a formação de lideranças juvenis em HIV/Aids, entre 2015 e 2016, voltada controle social do Sistema Único de Saúde no âmbito do HIV/AIDS. Segundo pesquisa documental, o curso foi concebido como uma arena plural e multiativista que reuniu jovens de todas as regiões do país, sendo promovido pelo então Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, HIV/Aids e Hepatites Virais (DIAHV) em parceria com o UNAIDS.

Trata-se de um estudo socioantropológico que teve o propósito de produzir uma reflexão sobre o ativismo juvenil nas respostas à Aids em anos recentes, tendo por base os ciclos de mobilização do movimento social de Aids no Brasil e as atuais respostas à epidemia, somado as mudanças nas políticas nacionais juvenis como o Estatuto da Juventude em 2013. Tal enfoque reitera um dos pressupostos socioantropológicos adotados por Castro-Reis, Fleischer e Segata (2020), que advogam que incidências e prevalências epidemiológicas são uma parte e não o todo em uma pandemia, que é “vivida e significada de maneira singular a partir de experiência social e culturalmente situada. Desse modo, os estudos sobre epidemias não devem prescindir de ouvir e registrar os ciclos de ação e legado de seus sujeitos.

As entrevistas foram, em grande parte, realizadas nas cidades de moradia dos jovens, distribuídas nas cinco regiões brasileiras. O perfil dos 14 jovens abarca uma variedade de categorias identitárias, incluindo sete homens homossexuais/gays, três mulheres trans, duas mulheres heterossexuais e duas bissexuais, com predomínio de autodeclarados/as negros/negras (08), seguido de parda/o (03) e branca/o (03). Apesar de homens jovens heterossexuais terem participado das turmas, não foi possível contemplá-los no estudo pela dificuldade de contato.

As motivações para o curso derivam da atuação ativista desses jovens no campo do HIV e de outras pautas relativas ao racismo, transfobia e sexismo e da perspectiva de ampliação de diálogo com outros coletivos juvenis. As demandas interseccionais emergem nas narrativas, trazendo à tona o engajamento na busca por soluções coletivas contra as opressões, negações de direitos, preconceitos e exclusão de jovens. Segundo os depoimentos, os jovens vislumbraram na formação possibilidades de adquirir conhecimento sobre HIV/Aids e novas tecnologias de prevenção, além de poder debater suas vivências sobre racismo, sexismo, capacitismo e falta de oportunidades para o protagonismo juvenil, expressa na fala de Nancy: “Porque trabalho com pessoas, com tudo que a sociedade não quer, pobres, pessoas pretas,

faveladas, com HIV, LGBTQ+"(Nancy). Em suma, o ativismo juvenil, tem como principal motivação a experiência de desrespeito, do preconceito e a luta por reconhecimento.

Por meio das entrevistas foi possível constatar que as táticas contemporâneas empregam linguagens e meios das mídias digitais e não excluem o uso de espaços públicos, como parques e ruas, para intervenções e performances contestatórias. Consideramos que esse ambiente ativista bebe na fonte originária da luta contra a Aids e no processo de implementação da Política Nacional de Juventude, forjando uma segunda onda do movimento marcado por multipertencimentos identitários de viés geracional, que pode ser considerado um recurso aglutinador e progressista da ação política contra o estigma e a invisibilidade da epidemia entre os jovens.

A despeito dos debates sobre a formação e incidência política dos ativistas da Aids no século XXI, a história, a memória e os achados da Tese indicam que o legado tem sido fonte de novos arranjos associativos. É isso que os movimentos desses atores jovens informam quando buscam ampliar sua base de engajamento e renovar seu repertório de ação política através das redes em ambiente digital, compondo uma forma híbrida com ações presenciais. São intervenções que mesclam a Aids com os repertórios de outros movimentos juvenis -- LGBTI+, negro, de periferia, pessoas com deficiência, jovens artistas, pesquisadores, estudantes -- acionando uma gramática de conflito contra o desmanche das políticas públicas de Aids, no momento em que os avanços de prevenção deveriam ser a realidade do presente e não uma promessa de futuro.

Outro aspecto observado no estudo, refere-se à não implementação Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e a instabilidade do conjunto de ações que continua sendo organizado por programas distintos, que tentam avançar na intersectorialidade, principalmente entre escolas e serviços de saúde. Ou seja, uma fragilidade para o cuidado em saúde de adolescentes e jovens, cujas diretrizes nacionais para saúde sexual e saúde reprodutiva, dependem de articulações locais.

No campo das respostas a epidemia de Aids, a partir de 2010 foram observadas mudanças significativas, caracterizadas pela introdução de novas tecnologias biomédicas de prevenção. A ênfase nas novas estratégias de prevenção e controle da epidemia, visando a quebra da cadeia de transmissão epidêmica da Aids até 2030, são essenciais desde que avancem equitativamente e sem sucumbir às intervenções coletivas orquestradas em uma matriz de direitos humanos. Segundo os jovens ativistas as novas estratégias contribuem para o autocuidado desde que articuladas aos debates interseccionais e ao enfrentamento do estigma contra as PVHA e as populações LGBTI+.

Em suma, os achados do estudo sugerem que a iniciativa da formação de lideranças em HIV/Aids, que abarcou âmbito nacional, envolvendo jovens militantes vivendo com HIV e de outras pautas interseccionais à epidemia, inspira uma inflexão importante ao fomentar o ativismo juvenil a partir das conexões entre direitos humanos e saúde. De forma específica, estabeleceu conexões entre populações marcadas pela marginalização social, em função da cor/raça, diversidade sexual e classe social, que pela primeira vez relataram ter acesso a essa esfera no âmbito da política de Aids. A análise do conteúdo, abordagem metodológica e os efeitos da formação no ativismo juvenil ganham um relevante significado frente à atual hegemonia das respostas biomédicas à epidemia, às ameaças aos direitos humanos e à precarização do Sistema Único de Saúde. Tais fatores tem impactado na re-emergência da epidemia em segmentos mais jovens e vulneráveis da população.

Com base nos resultados, podemos sugerir que formações de lideranças jovens em HIV/Aids, em uma base multiativista e identitária, sejam continuadas, por serem consideradas um campo possibilidade para se arquitetar intervenções contextualizadas nos direitos humanos. Em face dos desdobramentos nas trajetórias de vida e de ativismo, demonstrados pela Tese, investimentos nessa direção ganham realce no atual contexto epidemiológico, social e político. Ancora essa visão o fato de que diante do processo de desmonte do financiamento das políticas de saúde e crise política, que desde 2017, vem progressivamente dilapidando a já rarefeita cidadania da população mais pobre desse país, a realização e desdobramentos do curso até janeiro de 2019, repercutiram em mobilizações e inserções dos jovens em vários contextos.

No momento de encerramento da escrita da Tese, no contexto da pandemia de Covid-19, foi possível registrar ecos da contribuição da formação de lideranças juvenis em atividades dos jovens entrevistados em várias agendas ativistas ligadas com a nova pandemia. Como argumentam Akermam e Castiel (2021), “a Covid-19 veio pra ficar”; diante disso, as medidas não farmacológicas adotadas no primeiro ciclo de uma pandemia, ainda que sejam substituídas com os avanços no campo da prevenção e do cuidado, não deveriam ser consideradas irrelevantes e descartadas. A reflexão sobre essa proposição, uma demanda atual dos ativistas da Aids, aponta um cenário possível de (re)novação, que passa pelo quadro do ativismo juvenil na luta contra a epidemia. Esse é o ponto que Dela Porta (2020) ilumina sobre as novas táticas dos movimentos sociais progressistas nas respostas articuladas com a Covid-19 e em outros campos de luta em todo o mundo.

O cenário atual impõe novas lutas por direitos das PVHA como forma de resistência a invisibilidade da Aids, que repercute nos ataques as políticas do SUS. As atuações estão se dando diante das limitações da quarentena, mas, há alguns jovens na linha de frente da

pandemia. O acompanhamento das redes e plataformas da Internet revelam muitos militantes pioneiros ‘arregaçando as mangas’ e enriquecendo o ativismo contemporâneo com sua experiência de luta. A conquista de inserção das PVHA no Plano Nacional de Imunização, como população prioritária para imunização contra o coronavírus, demonstra que a quinta década de luta apenas começou.

Segundo Tarrow (2009) “ações coletivas são estratégias para reunir pessoas, formar coalizões e confrontar opositores” (p.159). De acordo com essa perspectiva, para além de quadros interpretativos diversos, o que caracteriza um movimento social é sua ação sustentada ao longo do tempo. Portanto, nossa pesquisa demonstrou uma arena onde surgem novas ondas, agentes e movimentos geracionais que confrontam um sistema global e que impõe uma nova estrutura de mobilização de recursos; redes complexas e difíceis de lidar, onde não se pode atuar face a face. Um quadro, portanto, que comunga com Ailton Krenak (2019), de que é preciso “pensar além da linha d’água”, o que entendemos significar sairmos da individualidade, aprender e compreender a reconfiguração dos movimentos e as mudanças geracionais do ativismo juvenil, em direção ao bem-estar coletivo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Editora Scritta, 1994.172p.

ABRAMO, H. Consideração sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.5, p. 25-37, 1997. Disponível em: <[http://anped.tempsite.ws/novo\\_portal/rbe/rbedigital/RBDE05\\_6/RBDE05\\_6\\_05\\_HELENA\\_WENDEL\\_ABRAMO.pdf](http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_05_HELENA_WENDEL_ABRAMO.pdf)> Acesso em: 19 set 2018.

ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.p. 9-22.

ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; CARROCHANO, M. C. Estudar e trabalhar: Um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 523-542, set.2020.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção: homo sacer II e I**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.144p.

AGER, M. E.; BATISTA, F. A.; PERRONE, S.S.; DIAS, A. C. G. O adolescente no contexto da saúde pública brasileira: reflexões sobre o PROSAD. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 211-221, Jun. 2014.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722014000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jan. 2021.

AGGLETON, P.; PARKER, R. Moving Beyond Biomedicalization in the HIV Response: Implications for Community Involvement and Community Leadership Among Men Who Have Sex with Men and Transgender People. **American Journal of Public Health, Washington DC**, v.105, n. 8, p.1552-1558, 2015. Disponível em: < doi: 10.2105/AJPH.2015.302614>. Acesso em: 24 out. 2018.

AGUIÃO, S.; VIANNA, A.; GUTERRES, A. Limites, espaços e estratégias de participação o movimento LGBT nas políticas governamentais. In: LEITE LOPES, S.; HEREDIA, B.A. (Org.). **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação, burocracias, confrontos e aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p. 240-269.

AKERMAN, M; CASTIEL, L D. As medidas não farmacológicas e ampliação do seu uso pandemiológico. São Paulo: Le Monde Diplomatique, Acervo on-line-Fev, 2021. Disponível:<https://diplomatique.org.br/as-medidas-nao-farmacologicas-e-a-ampliacao-do-seu-uso-pandemiologico/>. Acesso em: 17 mar 2021.

ALMEIDA, T. M. **A Agenda política do Banco Mundial para o Brasil: a primazia normativa do Ajuste Fiscal 1995-2002**. 2017. 129 f. (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível

em:

<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7793219](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7793219)>. Acesso em: 13 dez. 2020.

ALONSO, A. Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 21–41,2012, Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>> Acesso em: outubro de 2018.

ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernad Braudel de Economia Mundial, 2008. 13p.

AMATO NETO, V.; PASTERNAK, J. Aids uma história pessoal In: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **A síndrome: histórias de Luta Contra a Aids**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015, p.233-243.

ANJOS, D. **Quando três tempos se encontram: sentidos e ressignificações de jovens vivendo com HIV/Aids**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015, 227 p.

ARAÚJO. R. P. A.; PENTEADO, C. G.; SANTOS, M. B. P. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, supl., p.1597-1619, dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702015000500004>> Acesso em 12 jan. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. Abrasco e ABIA em defesa da Política de HIV/Aids, jan. 2019. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/notas-oficiais-abrasco/abrasco-e-abia-em-defesa-da-politica-nacional-de-hiv-aids/39194/>>. Acesso em: jan. de 2019.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762012000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: dezembro de 2019.

AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, L. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: UFMG - Cortêz Editora, 2009. p.27-51.

BARRETO, L. Viver no limite. In: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **A síndrome: histórias de Luta Contra a Aids**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015, p.225-231.

BARROS, S.G. **Política Nacional de Aids: a construção da resposta governamental à epidemia HIV/aids no Brasil**. Salvador-Bahia: EDUFBA, 2018, 335p.

BASTOS, C. **Ciência, poder e acção: as respostas à SIDA**. Lisboa: Editora Imprensa de Ciências Sociais, 2002. 259p.

BASTOS, F. I.; SZWARCOWALD, C. L.; AIDS e pauperização: principais conceitos e evidências empíricas, **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 16, supl. 1, p. 65-76., 2000. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000700006>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BATISTA, V. M. A juventude na criminologia. In: **Juventudes, subjetivações e violências**. BOCAJUVA, H.; NUNES, S. (Org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2009. p. 91-100.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 512p.

BECKER, H. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. 326p.

BELOQUI, J.; TERTO JR, V. **A prevenção à AIDS no governo Dilma e a censura dos vídeos da campanha do Carnaval de 2012**. Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:< <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?infoid=9212&sid=4>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BERTAUX, D. A vingança do curso da ação contra a ilusão cientificista. **Civitas Revista Ciência Sociais**, Porto Alegre, v.14, n.2, p. 250-271, mai.-ago., 2014. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17147>

BESSA, M. S. **Os perigosos: autobiografias e aids**. Rio de Janeiro: Aeroplano/ABIA, 2002. 432 p.

BIEHL, J. Antropologia no campo da saúde global. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 35, p. 257-296, 2011. Disponível em: Acesso em: jan. de 2018. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0104-71832011000100009> > Acesso em: 13 ago. 2018.

BIEHL, J.; PETRYNA, A. Peopling Global Health. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v.23, n.2, p.376-389, 2014. Disponível em: < DOI 10.1590/S0104-12902014000200003> Acesso em: 25 jan.2021.

BIRMAN, J. Juventude e condição adolescente na contemporaneidade: uma leitura da sociedade brasileira de hoje. In: **Juventudes, subjetivações e violências**. BOCAJUVA, H.; NUNES, S. (Org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2009. p. 25- 40.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. J.; AMADO, J. (Org.), **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 200-209.

BOURDIEU, P. Questões de sociologias. Lisboa: Editora Fim de Século, 2003. 147p.

BRANDÃO, A.M. Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. **Configurações**, Braga, Portugal, n. 3, p. 83-106. 2007. Disponível em: < <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9630>> Acesso em: 15 jan. 2021.

BRANDÃO, C. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 110p.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1726-saudenaescola-decreto6286-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1726-saudenaescola-decreto6286-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: outubro de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de DST/Aids. CÂMARA, C; BERMUDEZ, X.P. **Sustentabilidade: aids e sociedade civil em debate**. Série parcerias e mobilização social n.5. 2004. p. 5-8.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de doenças de condições crônicas e infecções sexualmente transmissíveis. **Boletim Epidemiológico – HIV/Aids 2020**. Brasília: DCCI 2020. Disponível em: <[http://www.aids.gov.br/system/tdf/pub/2016/67456/boletim\\_hiv\\_aids\\_2020\\_com\\_marcas\\_2.pdf?file=1&type=node&id=67456&force=1](http://www.aids.gov.br/system/tdf/pub/2016/67456/boletim_hiv_aids_2020_com_marcas_2.pdf?file=1&type=node&id=67456&force=1)> Acesso em: dez. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de doenças de condições crônicas e infecções sexualmente transmissíveis. **Boletim Epidemiológico – HIV/Aids 2019**. Brasília: DCCI, 2019. Disponível em: <[http://www.aids.gov.br/system/tdf/pub/2016/67064/boletim\\_hiv\\_aids\\_2019.pdf?file=1&type=node&id=67064&force=1](http://www.aids.gov.br/system/tdf/pub/2016/67064/boletim_hiv_aids_2019.pdf?file=1&type=node&id=67064&force=1)> Acesso em: dez. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST's, HIV/AIDS e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico - Aids e DST 2018**. Brasília: DIAHV, 2018. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2018>> Acesso em: dez. de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST's, HIV/AIDS e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico - Aids e DST. Brasília: DIAHV 2017**. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2017>> Acesso em: set. 2018.

BRASIL. Universidade Aberta do SUS. **Brasil e ONU Formam Jovens para o controle do HIV/Aids. 2015**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2015/02/brasil-e-onu-formam-lideres-para-controle-do-hiv-e-aids>. Acesso: set. de 2018.

BRINGEL, B. Covid-19 and the new global chaos. **Interface: a journal for and about social movements**. v.12, n.1, p. 392-399, julho. 2020. Disponível em <<https://www.interfacejournal.net/wp-content/uploads/2020/07/Interface-12-1-full-PDF.pdf>> Acesso em: 15 jan.2021.

BUENO, F T. **AIDS na fronteira: uma análise dos acordos e projetos de cooperação internacional do Brasil**. 2012. 139 f. (Mestrado). – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

BUENO, R. C. **Avaliando o presente e projetando o futuro: rede nacional de adolescentes e jovens vivendo com HIV/AIDS (RNAJVHA)**. 2011. 141f. (Mestrado) Instituto de Medicina

Social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:<<http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/4058>> Acesso em 10 ago. 2018.

BURKE, P. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 339p.

BURSZTYN, I. Estratégias de mudança na atenção básica: avaliação da implantação piloto do Projeto Homens Jovens e Saúde no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 2227-2238, out. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001000004>>. Acesso em 14 fev. 2021.

BURSZTYN, I.; RIBEIRO, J.M. Avaliação participativa em programas de saúde: um modelo para o Programa Saúde do Adolescente. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p. 404-416, mar./abr. 2005, Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000200007>> Acesso em: 17 ago. 2018.

CALAIS, L.B. **Entre ser Rede, jovem e sujeito político, possibilidades de subjetivação política: cenários do HIV/Aids no Brasil**.2018. 254f. (Doutorado) Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: < <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6870>>. Acesso em 17 ago. 2018.

CALAZANS, G. Prevenção do HIV e da Aids: a história que não se conta, a história que não te contam. Rio de Janeiro: ABIA, 2019. Disponível em: < <http://abiids.org.br/prevencao-do-hiv-e-da-aids-a-historia-que-nao-se-conta-a-historia-que-nao-te-contam/33603>> Acesso em: 3 dez 2019.

CALAZANS, G. Cultura adolescente e saúde: perspectivas para a investigação. In: Oliveira M.C. (Org.). **Cultura, Adolescência e Saúde no México, Argentina e Brasil**. Campinas: NEPO/UNICAMP; 2000, p.44-97.

CALDEIRA, T. P. R. Qual a novidade dos rolezinhos? espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 98, p. 13-20, Mar. 2014. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000100002>. >. Acesso em 12 ago 2018.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp-Editora 34, 2000, 400p.

CALVO, E. G.; A roda da fortuna: viagem à temporalidade juvenil. In: PAIS, J. M.; BENDIT, R.; FERREIRA, V. S. (Org.). **Jovens e rumos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011, p. 39-5.

CAMARANO, A. A.; KANSO S.; MELLO, J. L.; ANDRADE, A. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In: **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** CAMARANO, A.A. (Org.) Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 259-290. Disponível em: <[Cap09.pmd \(ipea.gov.br\)](#)>. Acesso em: 03 dez. 2020.

CAMARGO JR., K.R. Aids e as políticas públicas. In: **Seminário de Políticas Públicas de Saúde relacionadas à AIDS IMS-ABIA**, Rio de Janeiro: ABIA,1995.

CANTO, A. **Carta para além dos muros**. Documentário, direção André Canto, Brasil, 2019. Disponível na plataforma Netflix. Trailer disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=n1ityldv74>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CARTAXO, M G. **A política de Aids 2006-2016: conflitos e transformações**. 2016. 100 f. (Mestrado) Departamento de Ciência Política Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:< <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32529>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

CARVALHO, JM. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 256p.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2017. 629p.

CASTELLS, **Redes de Indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2017. 293p.

CASTRO, E. G.; MACEDO, S. C. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, V.10, n. 2, p. 1214-1238, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rdp/v10n2/2179-8966-rdp-10-2-1214.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. 200p.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. e NASSER, A.C. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.464p.

CHARTIER, R. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M. M. J.; AMADO (Org.), **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 228-231.

CHEQUER, P. Direitos Humanos, parcerias com a sociedade civil e fundamentação científica: bases da resposta brasileira. In: In: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **A síndrome: histórias de Luta Contra a Aids**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015, p.64-69.

CLARKE, A. E; SHIM J. K.; MAMO, L.; FOSKET, J. R.; FISHMAN, J. F. Biomedicalization: Technoscientific Transformations of Health, Illness, and U.S. Biomedicine, American Sociological Review, New York, v. 68, n. 2, p. 161-194, abr., 2003. Disponível em: < <https://doi.org/10.2307/1519765>> Acesso em: 12 ago 2018.  
**criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994. p.51-66.

COBO, B.; SABOIA, A. L. A **“geração canguru” no Brasil**. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. 2010, Caxambú - MG, 2010. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2392/2345>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

COITINHO FILHO, R. A. Uma “rede” de muitos significados: A posituação pedagógica da “experiência soropositiva”. **Sexualidad, Salud Sociedad**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 195-214. Ago. 2018. Disponível em: <[10.1590/1984-6487.sess.2018.29.09.a](https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.09.a)>. Acesso em: 12 jan. 2021.

COLLINS, P. H.; SIRMA, B. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021. 288p.

COLLINS, P. H.; SIRMA, B. Interseccionalidade. **Ciclo Por um feminismo para os 99%**. Mediação Lana Holanda. São Paulo, TV BOITEMPO. Disponível na plataforma You tube, março 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GOOCddZsKck>. Acesso em: 31 de mar 2021.

CORRÊA, S. A resposta brasileira ao HIV e AIDS em tempos tormentosos e incertos. **Mitos vs. Realidade: sobre a resposta Brasileira à epidemia de HIV e AIDS**. ABIA: Rio de Janeiro, p.7-21, 2016. Disponível em: [http://abi aids.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Mitos-vs-Realidade\\_HIV-e-AIDS\\_BRASIL2016.pdf](http://abi aids.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Mitos-vs-Realidade_HIV-e-AIDS_BRASIL2016.pdf) Acesso em: setembro de 2018.

COUTINHO, L. G.; POLI, M. C. Adolescência e o Ocupa Escola: retorno de uma questão? Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-19, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623687596>>. Acesso em: 12 out. 2020.

COX, L. Forms of social movement in the crisis: a view from Ireland Interface: a journal for and about social movements. v.12 n.1 issue 1. p. 22-33, jul., 2020. Disponível em: <<https://www.interfacejournal.net/wp-content/uploads/2020/07/Interface-12-1-full-PDF.pdf>>. Acesso em: 5 set 2020.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296p.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e descrição. In: MINAYO, M. C.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.p. 51-66.

CUNHA, C. C. Configurações e reconfigurações do movimento de jovens vivendo com HIV/AIDS no Brasil: Identidades e prevenções em jogo. **Sexualidad, Salud Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 294-312, Aug. 2018. <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.14.a>>. Acesso em: 17 Apr. 2019.

CUNHA, C. C. **Jovens vivendo com HIV/Aids: (Con)formação de sujeitos em meio a um “embarço**. 2011. 296f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível: <<http://clam.org.br/uploads/arquivo/Tese%20Claudia%20Carneiro%20da%20Cunha2012.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CURY, B. Os muitos desafios da política nacional de juventude. In: AVRITZER, L. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: UFMG - Cortêz Editora, 2009. p. 90-106.

DANIEL, H. **Vida antes da morte/Life before death** ABIA: Rio de Janeiro, 2018. 114 p. Disponível em: <[http://abi aids.org.br/wp-content/uploads/2018/12/VIDA\\_ANTES\\_DA\\_MORTE\\_LIFE\\_BEFORE\\_DEATH\\_site.pdf](http://abi aids.org.br/wp-content/uploads/2018/12/VIDA_ANTES_DA_MORTE_LIFE_BEFORE_DEATH_site.pdf)>

Acesso em: 21 dez 2019.

DEBERT, G. G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 49-70, dez., 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832010000200003>> Acesso em: 12 jan 2021.

DEL PRIORE, M. Crianças e Adolescentes de ontem e de hoje. In: BOCAYUVA, H.; NUNES, S. **Juventudes, subjetivações e violências**. (Org.). Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria, 2009. p. 11-24.

DELLA PORTA, D. How progressive social movements can save democracy in pandemic times. **Interface: a journal for and about social movements**, v.12, n.1, p. 355-358, julho. 2020. Disponível em: <<https://www.interfacejournal.net/wp-content/uploads/2020/07/Interface-12-1-full-PDF.pdf>> Acesso em: [15 jan.2021](#).

DUBET, F. Integração: quando a sociedade nos abandona. In: **Conceitos e dimensões da pobreza e da Exclusão social: uma abordagem transnacional**. BALSÁ, C.; BONETTI, L.W.; SOULET, M. H. (Org.). Ijuí – RS: Editora UNIJUÍ, 2006. p. 35-62.

DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M.; HEILBORN, M. L. (Org.). **Perspectivas antropológicas da mulher**, v.3 Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.p. 13- 43.

ERNST, C. E. Activisme à l'américaine? The Case of Act Up-Paris, **French Politics and Society**, New York- Berghahn Books Oxford, v. 15, n. 4, p. 22-31, 1997. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/42844674>> Acesso em: 12 jan.2021.

ETCHEVERRY, D.; JARDIM, D. Entrevista com Aihwa Ong. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 31, p. 321-328, jan - jun., 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000100013>> Acesso em: outubro de 2018.

FEIXA, C.; PAIS, J.M. Perseguindo os ventos do tempo: Jovens, pasado composto e futuros possíveis. **Todas as Artes- Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura**, v.3, n.1, p. 10-22, 2020. Disponível em: < doi: 10.21747/21843805/ta3n1a1> Acesso em: 1 de jan. 2021.

FERRAZ, D. Prevenção combinada na perspectiva dos direitos Humanos. **Boletim ABIA**. n.61, 2016.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 287p

FLICK, U. **Introdução à pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2009, 405 p.

FONTES, L.O. Da formação cultural à mobilização social: espaços de formação e mobilização ao longo de três gerações nas periferias de São Paulo, **Lua Nova**, São Paulo, n. 109, p. 51-101, 2020. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/0102-051101/109>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

FORACCHI, M.M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: EDUSP, 2018.192p.

FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 92p.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy, **Social Text**, Duke University Press: New York, n. 25-26, p.56-80, 1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/466240>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Oswaldo Cruz (IOC). **O vírus da Aids 20 anos depois. A epidemia da Aids através do tempo.**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html> Acesso em: setembro de 2018.

GALVÃO, J. **1980-2001: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: ABIA, 2002. Disponível em: <[http://www.abiaids.org.br/\\_img/media/colecao%20politicass%20publicas%20N2.pdf](http://www.abiaids.org.br/_img/media/colecao%20politicass%20publicas%20N2.pdf)> Acesso em: 12 out. 2018.

GALVÃO, J. **Aids no Brasil: A agenda de construção de uma epidemia**. São Paulo: Editora 34, 2000, 256 p.

GALVÃO, J. As respostas não-governamentais frente à epidemia de HIV/Aids. In: PARKER, R. (Org.). **Políticas e instituições de AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil.** Editora. ZAHAR/ABIA, 1997. p.69-108,

GEERTZ, C. **Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012. 255p.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. 470 p.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2003. 458p.

GOHN, M. G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019. 262 p.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1ª reimpressão, 2017. 415 p.

GOHN, M.G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. 143p.

GOHN, M. G. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Cadernos CRH**, Salvador, v, 27, n. 71, p. 431-441, Ago. 2014. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/nwd8YZsWftZT75q6PZjtBQs/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2019

GOHN, M.G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro**, v. 16, n. 47, p. 333-362, maio-ago. 2011. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2019.

GOMES, R. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. (Org.). **Pesquisa social: teoria. Método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.p.67-80.

GRANGEIRO, A. Da estabilização à reemergência: os desafios para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS no Brasil. **Mitos vs. Realidade: sobre a resposta Brasileira à epidemia de HIV e AIDS**. ABIA: Rio de Janeiro, p.18-23, 2016. Disponível em: [http://abi aids.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Mito-vs-Realidade\\_HIV-e-AIDS\\_BRASIL2016.pdf](http://abi aids.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Mito-vs-Realidade_HIV-e-AIDS_BRASIL2016.pdf) Acesso em: setembro de 2018.

GRANGEIRO, A.; KUCHENBECKER, R.; VERAS, M. A. New HIV prevention methods: recognizing boundaries between individual autonomy and public policies. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, n.18 sup.1 p. 1-4, set. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4503201500050001>>. Acesso em: 25 out. 2018.

GRANGEIRO, A.; CASTANHEIRA, E. R.; NEMES, M. I. B. A re-emergência da epidemia de aids no Brasil: desafios e perspectivas para o seu enfrentamento. **Interface comunicação, saúde e educação**, São Paulo, v.19, n. 52, p. 5-6, 2015. Disponível em:< DOI: 10.1590/1807-57622015.0038>. Acesso em: 12 nov. 2020.

GRANGEIRO, A. LAURINDO DA SILVA, L. TEIXEIRA, P. R. Resposta à aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária, **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington DC, v. 26, n. 1, p. 87-94, 2009. Disponível em: < <https://iris.paho.org/handle/10665.2/9799> >. Acesso em; 23 jan 2019.

GRECO, D. B. Trinta anos de enfrentamento à epidemia da Aids no Brasil, 1985-2015. **Ciência e saúde coletiva**., Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1553-1564, mai. 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1413-81232015215.04402016>>. Acesso em 26 set. 2019.

GROTZ, F; PARKER, R. **O retorno do vírus ideológico**. Boletim ABIA. n.60. Jun., 2015.

GUIMARÃES, J. R. Culturas brasileiras da participação democrática. In: AVRITZER, L. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: UFMG - Cortêz Editora, 2009. p.11-26.

GUIMARÃES, N. A.; MARTELETO, L.; BRITO, M. M. **Transições e Trajetórias Juvenis no Mercado Brasileiro de Trabalho**. Organização Internacional do Trabalho: Brasília, 2018.

GUTERRES, A. VIANNA, A.; AGUIÃO, S. Percursos tensões e possibilidades da participação de movimento de mulheres e feministas. In: LEITE LOPES, S.; HEREDIA, B.A. (Org.). **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação, burocracias, confrontos e aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p. 213-237.

HEILBORN, M. L. Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência. **Psicologia clínica**. [periódico internet]. v. 24, n.1, 2012. p.57-68. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-56652012000100005>>. Acesso em: 12 out. 2018.

HEILBORN, M. L. O Aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. In: HEILBORN, ML. AQUINO, M. E.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. **Aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros** (Org.). 29-57, 2006.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003. 296 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais - Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n.43. **Síntese de Indicadores Sociais. uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE, 2020. 152p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais - Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n.37. **Síntese de Indicadores Sociais. uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE, 2017. 145p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais - Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n.35. **Síntese de Indicadores Sociais. uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE, 2015. 134p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019**. PNAD Contínua, 2020. 148p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf)>. Acesso em: 30 mai. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Taxa de desocupação no Brasil de 2012/2018**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20674-desemprego-volta-a-crescer-com-13-1-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-ocupacao>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>> .Acesso em: 21 fev. 2021.

INTERNATIONAL LAUBOR ORGANIZATION. Global Employment Trends for Youth 2020: Technology and the future of Jobs. International Labour Office – Geneve: ILO, 2020.184p. Disponível em:, <[https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS\\_737648/lang-en/index.htm](https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_737648/lang-en/index.htm)>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ISBELL, M.T.; LIÇONSO, N.; MUGURUNGI, O.; BEKKER, L-G. We neglect primary HIV prevention at our peril. **The Lancet HIV**, New York, v. 13, jul. 2016. Disponível em: < [https://www.thelancet.com/journals/lanhiv/article/PIIS2352-3018\(16\)30058-3/fulltext#%20](https://www.thelancet.com/journals/lanhiv/article/PIIS2352-3018(16)30058-3/fulltext#%20) >. Acesso em: 9 set. 2018.

JASPER, J. M. Protesto: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2016. 244p.

KNAUTH, D. R.; GONÇALVES, H. Juventude na era da AIDS: entre o prazer e o risco. In: ALMEIDA, M.I. e EUGENIO, F. (Org.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, p. 92-104, 2005.

KUCHENBECKER, R. GRANGEIRO, A; VERAS, M. A. Metas globais, epidemias locais: o desafio do final da AIDS no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v.18, sup.1, p.5-6, set, 2015. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/1809-4503201500050002>>. Acesso em: 21 out. 2018.

LANDAU, A. A aids mudou de cara: memória coletiva do ativismo em HIV/Aids. **PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.11-44, 2011. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74538>>. Acesso em: 25 set. 2018.

LANKSHEAR, C.; LEANDER, K.; KNOBEL, M. Pesquisa de práticas na internet. In: LEWIN, C. e SOMECK, B. (Org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. p.202-211.

LAURINDO-TEODERESCU, L; TEIXEIRA, P. **Histórias da aids no Brasil 1983-2013: a sociedade civil se organiza pela luta contra a aids**. Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais: Brasília, 2015. 360p.

LEITE LOPES, S; HEREDIA, B. **Movimentos sociais e esfera pública: O mundo da participação**. CBAE UFRJ: Rio de Janeiro, 2014. 308 p.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, Ago. 2019. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>> Acesso em 28 set. 2020.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D. (Org.). **Iniciação à Prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 59-106, 1996.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010. 270p.

LIMA, T G F; CAMPOS R P. O perfil dos projetos de cooperação técnica brasileira em aids no mundo: explorando potenciais hipóteses de estudo. **RECIIS – Revista eletrônica de Comunicação e informação em saúde**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.119-133, mar., 2010. Disponível em: Doi 10.3395/reciis.v4i1.352pt Acesso em: 20 jun. 2018.

LONGO, F. V. **Tal mãe, tal filho? uma análise da mobilidade educacional intergeracional no Brasil em 1996 e 2012**. 2015. 138f. (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP\\_fec2baa2272815b39b3bee9b8525b548](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_fec2baa2272815b39b3bee9b8525b548) Acesso em 21 de jan. 2020.

LONGO, F. V.; VIEIRA, J. Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 141, p.1051-1071, out.- dez. 2017. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017162420.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2021.

LOPEZ, S. B.; MOREIRA, M. C. M. Quando uma proposição não se converte em política?: O caso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens – PNAISAJ. Rio de Janeiro, **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4. Abr. 2013, p. 1179-1186. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400031>. Acesso em: 12 dez. 2020. 2021.

LUCENA, H. M.; CAMELO, J. C.; SEVERINO, S. B. Educação popular e juventude: o movimento social como espaço educativo. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 174, p. 290-315, out- dez. 2019. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/198053146754>>. Acesso em: 21 jan 2021.

MACÊDO, M. R. C. **Políticas públicas e promoção da saúde de adolescentes e jovens do sexo masculino**.103f, 2010. (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2010.

MACHADO C. C.; DOURADO, D. A.; SANTOS, J. G.; SANTOS, N. **Ciência Contaminada: Analisando o contágio de desinformação sobre Coronavírus via Youtube**. Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT)- Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital - (INCT.DD) Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (Cepedisa), maio de 2020. Disponível em: < <https://laut.org.br/ciencia-contaminada.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2021.

MADEIRA, F.R. Desigualdade no tempo de juventude In: CAMARANO, A.A. (Org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 139-170. Disponível em:< [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capitulo\\_5\\_educacao.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capitulo_5_educacao.pdf)> Acesso em: 04 dez 2020.

MAHLMEISTER, R.; FERREIRA, S. G.; VELOSO, F.; MENEZES-FILHO, N.; KOMATSU, B.K. Revisitando a Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil **Revista Brasileira de Economia FGV**, Rio de Janeiro, v.73, n.2, p. 159-180, jul. 2019 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402019000200159&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402019000200159&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 01 de mar 2021.

MALTA, M.; BEYRER, C. The HIV epidemic and human rights violations in Brazil. **Journal of International AIDS Society**, v. 16, n.1, 18817, nov. 2013. Disponível em: < DOI: 10.7448/IAS.16.1.18817>. Acesso em: 25 set. 2019.

MALTA, M. MAGNANINI, M. M.F.; MELLO, M. B.; PASCUM, A. R.; YOHANA, L.; BASTOS, F. HIV prevalence among female sex workers, drug users and men who have sex with men in Brazil: A Systematic Review and meta-analysis. **BMC - Public Health**, New York, v.10, n. 317, p. 1-16, 2010. Disponível em: < <http://www.biomedcentral.com/1471-2458/10/317>>. Acesso em: 17 set 2018.

MANN, J; TARANTOLA, D.J.M.; NETEER, T.W. **A aids no mundo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993, 321p.

MANNHEIN, K. O problema da Juventude na sociedade moderna. In: BRITO, S. (Org.). **Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1968. p.69-94.

MARRAZZO, J. M.; Del Rio, C; HOLTGRAVE, D. R. et al., HIV Prevention in Clinical Care Settings 2014 Recommendations of the International Antiviral Society. USA, **Journal of the American Medical Association, Chicago**, v. 4, n. 312, p. 391-409, 2014. Disponível em:< <https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/1889145>>. Acesso em: 23 set. 2018.

MC ADAM, D., TARROW, S., TILLY, C. Para mapear o Confronto Político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf> >. Acesso em: 28 set. 2018.

MERLLIÉ, D. (Org.). **Iniciação à Prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 59-106, 1996. MELLUCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n.17, p. 49-66, 1989. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>> Acesso em: 25 out. de 2018.

MESQUITA, F. Dirigir o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais,: desafio interminável. In: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **A síndrome: histórias de Luta Contra a Aids**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 200-213, 2015.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Ed. HUCITEC, 2008. 408p.

MIR-HOSSEINI, Z. Criminalização da Sexualidade: Leis de *Zina* como Violência Contra as Mulheres em Contextos Muçulmanos. **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos** v.8 n.15, p. 7-35, 2004. Disponível em:< <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/11/sur15-port-completa.pdf> >. Acesso em: 27 set. 2018.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; VILLELA, W. V.; MORA, C.; PARKER, R. Desafios do tratamento como prevenção do HIV no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre testagem. **Ciência Saúde Coletiva**, [periódico na internet]. Mai. 2019. Disponível em: Disponível em: < <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/desafios-do-tratamento-como-prevencao-do->

[hiv-no-brasil-uma-analise-a-partir-da-literatura-sobre-testagem/16386?id=16386&id=16386>](#). Acesso em 14 out. 2018.

MONTEIRO, S. **Qual Prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. 145p.

MONTEIRO, S. Gênero, sexualidade e juventude em uma favela carioca. In: HEILBORN, M. L. (Org.). **Sexualidade o olhar das ciências sociais**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p. 117-145.

MORA, C.; BRIGEIRO, M.; MONTEIRO, S. HIV Testing Among “MSM”: Prevention Technologies, Sexual Moralities and Serologic Self-surveillance. **Physis**, Periódico na Internet, v.28, n.2, e280204, Rio de Janeiro, 2018, Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/s0103-73312018280204>>. Acesso em: 14 out. 2018.

MOREIRA, M. S.; SANTOS; R. T. Cidadania regulada e era Vargas: a interpretação de Wanderley Guilherme Dos Santos e sua fortuna crítica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p.539-558, Set- Dez. 2020. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/s2178-14942020000300006>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MOREIRA, N. R. **O pensamento de Patricia Hill Collins**. Curso Introdução ao pensamento feminista negro, aula 5. Mediação de Eliane Olliveira. TV Boitempo. Disponível plataforma Youtube. 5 abril 2021. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=Mhna5xmlmvs>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

NERI, M. A escalada da desigualdade: qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza?, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019. 34p. Disponível em:< <https://cps.fgv.br/desigualdade>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013. 208p.

NOVAES, A. O futuro não é mais o que era. **Ciclo Mutações. Ministério da Cultura. Petrobrás-BR**. Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ. Curadoria Aduino Novaes, Rio de Janeiro, ago. - out. 2012.

NOVAES, R. O campo das políticas públicas de juventude: processos, conquistas e limites. In: MEDINA, G; MONTECHIARE, R. (Org.). **Juventude e educação: identidade e direitos**. São Paulo: Flacso, 2019, p. 7-18. Disponível em: [http://flacso.org.br/files/2019/02/Juventude\\_educacao.pdf](http://flacso.org.br/files/2019/02/Juventude_educacao.pdf). Acesso em 4 jan. 2020.

NOVAES, R. #OcupaEscola: a renovação da participação juvenil. **Teoria e debate**, São Paulo, n.148, maio. 2016. Disponível em: < <https://teoriaedebate.org.br/2016/05/25/%EF%BB%BFocupaescola-a-renovacao-da-participacao-juvenil/>> Acesso em: 17 nov 2020.

NOVAES, R. Novos paradigmas da pesquisa em juventude. **Revista Eletrônica Juventude e Políticas Públicas**, v.1, n.1, dez., 2015.

NOVAES, R.; ALVIM, R. Movimentos, Redes e novos coletivos juvenis: um estudo sobre pertencimentos, demandas, e políticas públicas de juventude. In: LEITE LOPES, S.; HEREDIA, B.A. (Org.). **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação, burocracias, confrontos e aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p. 269-302.

NOVAES, R. Juventude, juventudes: notas sobre a construção social de um singular sujeito de direitos. **Rev. de Ciências Sociais**, Montevideo – Uruguai, n.25, p. 10-20, 2009. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/4536/453644787002.pdf>> Acesso em: 15 dez.2018.

NOVAES R.; SILVA, D. M; PAPA, F.C. Política Nacional da Juventude: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude/Fundação Frederic Friedrich Ebert 2006. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias In: ALMEIDA, M.I. e EUGÊNIO, F. (Org.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores: 2005, p. 105-120.

NYGUEN, V-K.; BAJOS, N.; DUBOIS-ARBER, F.; O'MALLEY, J. PIRKLE, C. M. Remedicalizing an epidemic: from HIV treatment as prevention to HIV treatment is prevention. **AIDS**, Maryland, EUA, v.25, n. 3, p.291-293,2011. Disponível em: <DOI: [10.1097/QAD.0b013e3283402c3e](https://doi.org/10.1097/QAD.0b013e3283402c3e)> Acesso em: 6 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT GET Youth 2020 - Tendências Globais para o Emprego Juvenil 2020: a tecnologia e o futuro dos empregos. Genebra, 2020. Disponível em: < [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_737648.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_737648.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids. **A ONU e a resposta à aids no Brasil**. Brasília: UNAIDS, 2013. Disponível em: < <https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2016/03/A-ONU-e-a-resposta-PORTUGU%C3%8AS.pdf>> Acesso em: 12 dez 2018.

\_\_\_\_\_. **On the fast-track to the ends Aids: 2016–2021 Strategy**. Geneve: UNAIDS, 2015 [https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/02/20151027\\_UNAIDS\\_PCB37\\_15\\_18\\_EN\\_rev1.pdf](https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/02/20151027_UNAIDS_PCB37_15_18_EN_rev1.pdf) Acesso em: set 2018.

\_\_\_\_\_. **Zero Discriminação**. <https://unaids.org.br/2017/09/defensoria-publica-do-estado-de-sao-paulo-grupo-de-incentivo-vida-e-unaids-brasil-lancam-cartilha-contradiscriminacao-de-pessoas-vivendo-com-hiv/> Acesso: 12 set 2018.

\_\_\_\_\_. Iniciativa Zero Discriminação. **Jovens apoiados pelo UNAIDS celebram Dia Internacional da Juventude com vídeo sobre Zero Discriminação.** Brasília: UNAIDS, 2020. Disponível em: <https://unaid.org.br/2020/08/jovens-apoiados-pelo-unaid-celebram-dia-internacional-da-juventude-com-video-sobre-zero-discriminacao/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Entenda a importância de dar voz e de oferecer espaços seguros aos jovens.** Brasília: UNAIDS 2018. Disponível em: < <https://unaid.org.br/2018/08/entenda-a-importancia-de-dar-voz-e-de-oferecer-espacos-seguros-aos-jovens/>>. Acesso em 12 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Jovens Lideranças da área da saúde prepara para a construção de um mundo #ZeroDiscriminação.** Brasília: UNAIDS, 2016. Disponível em: <<https://unaid.org.br/2016/03/jovens-liderancas-da-area-da-saude-prepara-para-a-construcao-de-um-mundo-zerodiscriminacao/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **GLOBAL AIDS UPDATE | 2017.** Geneve: UNAIDS, 2017. Disponível em: [http://www.unaid.org/sites/default/files/media\\_asset/Global\\_AIDS\\_update\\_2017\\_en.pdf](http://www.unaid.org/sites/default/files/media_asset/Global_AIDS_update_2017_en.pdf)  
Acesso: 10 set. 2018

\_\_\_\_\_. **Miles to Go: closing gaps -2018.** Geneve: UNAIDS, 2018. Disponível em: <[http://www.unaid.org/sites/default/files/media\\_asset/miles-to-go\\_en.pdf](http://www.unaid.org/sites/default/files/media_asset/miles-to-go_en.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Fast track: ending the AIDS epidemic by 2030.** Geneve: UNAIDS: 2014. Disponível em: <[https://www.unaid.org/sites/default/files/media\\_asset/JC2686\\_WAD2014report\\_en.pdf](https://www.unaid.org/sites/default/files/media_asset/JC2686_WAD2014report_en.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **How Aids changed everything: MDG 6, 15 years, 15 lessons of hope from the AIDS response.** Geneve: UNAIDS, 2015. 546p. Disponível em:<<https://prceu.usp.br/repositorio/how-aids-changed-every-thing/>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Country progress report - Brazil Global AIDS Monitoring 2020.** Geneve: UNAIDS, 2020. 54p. Disponível em: <[https://www.unaid.org/sites/default/files/country/documents/BRA\\_2020\\_countryreport.pdf](https://www.unaid.org/sites/default/files/country/documents/BRA_2020_countryreport.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Country Factsheets – Brazil 2019. HIV and AIDS estimates. 2019. Disponível em:<<https://www.unaid.org/en/regionscountries/countries/brazil>>. Acesso em: 26 de out 2020.

\_\_\_\_\_. Fondo de Población de las Naciones Unidas. UNFPA. **165 Millones de Razones: Un llamado a la Acción para la Inversión en Adolescencia y Juventud en América Latina y el Caribe.** Junho, 2019. Disponível em: < <https://lac.unfpa.org/165m>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **General Assembly. United to end AIDS: achieving the targets of the 2011 Political Declaration.** Geneve: United Nations, april, 2012. Disponível em: < <https://undocs.org/A/66/757>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Adolescência, juventude e redução da maioridade penal.** ONUBR. Junho, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Position-paper-Maioridade-penal-1.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Comisión Económica para América Latina. CEPAL. **La juventud en Iberoamérica. Tendencias y urgências.** Santiago do Chile: CEPAL, 2004. Disponível em <[https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/2785/S2004083\\_es.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/2785/S2004083_es.pdf) 20]>. Acesso em 25 jan. 2020.

PAIS, J. M. Buscas de si: Expressividade e identidades juvenis. In: ALMEIDA, M. I.; EUGENIO, F. (Org.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006. p. 7-21.

PARKER, R. **Estigmas do HIV/aids: novas identidades e tratamentos em permanentes sistemas de exclusão.** Reciiis – Revista Eletrônica e Comunicação e Informação e Inovação em saúde., Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 618- 633, jul.-.set., 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1922>. Acesso em: 18 dez. 2019.

PARKER, R. **Pedagogia da prevenção: reinventando a prevenção no século XXI. Perspectiva Política- Observatório Nacional de políticas de AIDS.** Rio de Janeiro: ABIA, 2015.

PARKER, R. **O fim da aids? 8º Encontro Estadual das ONGs/AIDS do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro: ABIA, 2015.

PARKER R. Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial. In: MONTEIRO, S. e VILLELA, W **Estigma e Saúde** (Org.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p 25-46, 2013.

PARKER, R. Construindo os alicerces para a resposta o HIV/AIDS no Brasil: o desenvolvimento de políticas sobre HIV/AIDS, 1982-1996. **Divulgação em Saúde para Debate,** Rio de Janeiro, n.27, p.8-49, 2003. Disponível em: [http://abi aids.org.br/wp-content/uploads/2019/03/4-Construindo-os-alicerces-para-a-resposta-ao-HIV\\_AIDS-no-Brasil-o-desenvolvimento-de-poli%CC%81ticas-sobre-o-HIV\\_AIDS-1982-%E2%80%93-1996-2.pdf](http://abi aids.org.br/wp-content/uploads/2019/03/4-Construindo-os-alicerces-para-a-resposta-ao-HIV_AIDS-no-Brasil-o-desenvolvimento-de-poli%CC%81ticas-sobre-o-HIV_AIDS-1982-%E2%80%93-1996-2.pdf)

PARKER, R; CAMARGO JR., K.R. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. **Cadernos de Saúde Pública,** v. 16, supl. 1, p. S89-S102, 2000. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000700008>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

PARKER, R. **Políticas e instituições de AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar/ABIA,1997,182p.

PARKER, R. Prefácio à edição brasileira. In: MANN, J; TARANTOLA, D.J.M.; NETEER, T.W. (Org.). **A aids no mundo.** Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1993, 321p.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. **NAU**, Núcleo de Antropologia Urbana, Brasília, agosto, 2018. Disponível em: < <https://www.n-a-u.org/pontourbe02/peirano.html>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

PELÚCIO, L. Ativismo soropositivo e politização da Aids. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v.9, n.1, p.119-141 2007. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/7947/14959>>. Acesso em: 21 out 2018.

PEREIRA, Z.; MONTEIRO, S. Gênero e sexualidade no ensino de ciências no Brasil: análise da produção científica. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, RS, V. 30, n.95, p.117-146. 2015. Disponível em: < <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2015.95.117-146>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

PINA CABRAL, J. PEDROSO DE LIMA, A. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. **Etnográfica**. v. 9, n. 2, p. 355-388. 2005.

PINNEL, P. A luta contra a aids: a originalidade do caso brasileiro. In: **Política Nacional de Aids: a construção da resposta governamental à epidemia HIV/aids no Brasil**. Salvador-Bahia: EDUFBA, 2018. p.9-14.

PIOT, P.; BARTOS, M.; LARSON, H.; ZEWDIE, D.; MANE, P. et al. Coming to terms with complexity: a call to action for HIV prevention *Lancet HIV*, New York, n. 59, p.372- 845, 2008. Disponível em: < DOI: 10.1016/S0140-6736(08)60888-0>. Acesso em: 21 out. 2018.

RABAT, M.N. A participação da juventude em movimentos sociais no Brasil. **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**, Brasília:DF, 2002. Disponível em: <[https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1372/participacao\\_juventude\\_rabat.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1372/participacao_juventude_rabat.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 23 jan 2020.

RAMOS FILHO, C. F. Preconceito e Rejeição. In: In: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. A síndrome: histórias de Luta Contra a Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.p. 158-173.

RAMOS, S. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.9, n.4, p. 1067-1078, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n4/a27v9n4.pdf> Acesso em: 02 dez. 2018.

REDE NACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS VIVENDO COM HIV/Aids. Histórico da RNAJVHA, Brasília: UNICEF, 2014. 35p.

REIS-CASTRO, L., FLEISCHER, S., SEGATA, J. A Antropologia e as outras ciências da epidemia do vírus Zika. **Ilha Revista de Antropologia** v.22 n.2, p. 7-20, 2020. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/issue/view/3120/214>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

REIS, T. Manual de Comunicação LGBTI+. Aliança Nacional LGBTI. Rede pela Igualdade de Direitos Gay Latino. In. REIS, T. (Org.). **Manual de Comunicação LGBT**, Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - Universidade Federal do Paraná, 2018.

RIBEIRO, R. J. **A boa política: ensaios sobre democracia na era da Internet**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. 336p.

RIBEIRO, R. J. Política e juventude o que fica da energia? In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.19-33, 2004.

HOBBSBAWN, E. Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. Editora Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2008. 932p.

ROSENTHAL, G. **Pesquisa Social Interpretativa**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014. 311p.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 94p.

RUSSO, K. Programa Saúde e Prevenção nas Escolas e Programa Saúde na Escola: um debate sobre educação social escolar: In: **ANAIS 12º CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA**, Rio de Janeiro, Anais eletrônico, Campinas: Galoá, Jul.de 2018. Disponível em:< <https://proceedings.science/saude-coletiva-2018/papers/programa---saude-e-prevencao-nas-escolas---e---programa-saude-nas-escolas-----um-debate-sobre-educacao-sexual-escolar> >. Acesso em: 12 jan.de 2019.

RUSSO, K; ARREGUY, E. Projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas”: percepções de professores e alunos sobre a distribuição de preservativos masculinos no ambiente escolar. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, n. 2, p.501-523, 2015. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312015000200501&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312015000200501&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt) >. Acesso em: 15 dez 2018.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências falas e lutas dos trabalhadores da grande, 1970-1980**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988. 341p.

SALES, M.A. **Invisibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. 2005, 315f. (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-06122005-171140/> > Acesso em: 13 set. de 2018.

SANTOS, B. B. O conceito de vida nua em Giorgio Agambem: uma leitura pelo viés dos direitos humanos. 2018. 98f. (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Filosofia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, N F; ALMADA, M. P. Mídiaativismo em rede: Twitter e as críticas aos meios de comunicação tradicionais em um sistema híbrido de comunicação  
Esferas - Revista Interprogramas Comunicação. Centro-Oeste, Brasília, n.14. p. 18-36, ago. 2019. Disponível em< [https://www.researchgate.net/publication/335269668\\_Midiativismo\\_em\\_rede\\_Twitter\\_e\\_as\\_criticas\\_ao\\_meios\\_de\\_comunicacao\\_tradicionais\\_em\\_um\\_sistema\\_hibrido\\_de\\_comunicacao](https://www.researchgate.net/publication/335269668_Midiativismo_em_rede_Twitter_e_as_criticas_ao_meios_de_comunicacao_tradicionais_em_um_sistema_hibrido_de_comunicacao) > Acesso em: 12 dez. 2020.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. 188p.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 01-14, 2009. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351> >. Acesso em: 12 ago. 2018.

SAVAGE, J. **A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009. 560p.

SCHLESENER, A. H. **Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 196p.

SCHOSTAK, J; BARBOUR, R. Entrevista e Grupos-Alvo. In: LEWIN, C. e SOMECK, B. (Org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. p.99-107.

SCHRAMM, F.R. Saúde Pública: biotecnociência, biopolítica e bioética. *Saúde em debate*, São Paulo, v.43. n. esp. 7, p. 152-164, 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S712> > Acesso em: 17 jan. 2021.

SCHÜTZ, R. Potencialidades pedagógicas dos movimentos sociais populares. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n.1, p.143-157, 2006. Disponível em: < <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2004.1.51> >. Acesso em: 17 abr. 2021.

SEFFNER, F.; PARKER, R. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 20, n. 57, p. 293-304, Jun. 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0459> >. Acesso em: 29 de jan. 2019.

SEGATA, J; RIFIOTIS, T. Antropologia e cibercultura. In: SEGATA, J; RIFIOTIS, T. (Org.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações - 2016. p. 9-20.

SEGATA, J. Um efeito Ciber na antropologia. **Revista Florestan Fernandes de Ciências Sociais da UFSCar**, São Carlos, n.4, ano 2. 2015. p.35-46. Disponível em: < [http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/133/pdf\\_64](http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/133/pdf_64) > Acesso em: 21 jan. 2019.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v.15, n.32, dez., 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200008> >. Acesso em: 27 jun. 2020.

SILVA, T. T. A produção social da diferença. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. p. 73- 102.

SILVEIRA, E. S. Estigmas e discriminações: a experiência individual como objeto: entrevista com François Dubet. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 157-161, jan.-abr. 2015. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2015.1.17781> > Acesso em: 01 de jan. 2021.

SMITH.K.; POWERS, K. A.; KASHUBA, A. D. M.; COHEN, M. S. HIV-1 treatment as prevention: the good, the bad and the challenges. **Current Opinion in HIV and AIDS, San**

Francisco, v.6, n.4, p.315-325, 2011. Disponível em: <doi: 10.1097/COH.0b013e32834788e7>. Acesso em: 21 out. 2018.

SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em revista**, Curitiba, v.35, n.73, p.287-305, Fev. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.61432>>. Acesso em: 119 jan. 2020.

SOMECK, B.; JONES, L. Observação. In: LEWIN, C. e SOMECK, B. (Org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. p.183-191.

STOVER, J.; IZAZOLA, J. A.; LOURES, L.; DeLAY, P. What is required to end the AIDS epidemic as a Public Health Threat by 2030? The cost and impact of the fast-track approach, **PLOS ONE**, Califórnia, USA, v. 11, n.6, e0158253, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0158253>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009. 319 p.

TEIXEIRA, P. R. Políticas públicas de AIDS. In: PARKER, R. (Org.). **Políticas e instituições de AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR/ABIA, p.43-68, 1997.

TERTO JR, V. Uma História do Movimento Social de ONGs AIDS – conquistas atuais e desafios para o futuro. In: LEITE, V.; TERTO Jr., V.; PARKER, R. (Org.). **Respostas à Aids no Brasil: aprimorando o debate III**. ABIA, p. 12-19. 2020.

TERTO JR, V; RAXACH, J. C. Preconceitos e estigmas no caminho para uma prevenção combinada, Rio de Janeiro: **Boletim ABIA**, n. 63, p. 4-8, 2018.

TERTO JR, V. **O papel das ONGs nas políticas de aids. Seminário políticas públicas de saúde relacionadas à Aids**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ABIA, 1995.

THOMSON, A. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. Cap. 2. JOUTARD, P.; THOMSON, A.; PORTELLI, A.; LEYDESDORFF, S. (Org.). Avaliações e tendências da história oral. In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 47-65.

TOURRAINE, A. **Os Novos Movimentos Sociais**. In: FORACCHI, M.M. e MARTINS, J.S. (Org.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1997. 308 p.

VALLE, C.G. Memórias, histórias e linguagens da dor e da luta no ativismo brasileiro de HIV/Aids. *Sexualidad, Salud, Sociedad*, Rio de Janeiro, n.30, p. 153-182, set.-dez. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.30.08.a>>. Acesso em: 8 jan. 2020.

VALLE, C. G. O. Afirmando-se a vida, constrói-se o tempo: experiência, emoções e ativismo político contra a AIDS. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 77-105, jun. 2017.

VALLE, C. G. Identidades, doença e organização social: um estudo das "Pessoas Vivendo com HIV e AIDS". **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 179-210, Jun. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000100010> Acesso em: 12 mar 2018

VELHO, G. Metr pole, cultura e conflito. In: VELHO, G. (Org.) **Rio de Janeiro: cultura, política e conflito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.p.9-29.

VELHO, G. O multipertencimento e os jovens do mundo contemporâneo, São Leopoldo, RS, **Revista Humanitas- Unisinos**. Dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao208.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M.I.; EUGENIO, F. (Org.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005, p. 192 -200.

VENCATO, A.P. Entre "reais" e "virtuais": no es sobre risco e verdade em um clube brasileiro para crossdressers. **Cadernos Pagu**. V.00, n.44, p.367-390, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4449201500440367> Acesso em: 12 de abr. 2019.

VENTURA, M. Sexualidade e reprodu o na adolescência uma questão de direitos. In: ADORNO, S. et al. (Org.). **Jovens, trajetórias, masculinidades e direitos**. São Paulo: Editora Fapesp/Edusp, 2005, p. 31-5.

VENTURI G, BOKANY, V. Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In: Abramo H W.: Branco P.P.M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Funda o Perseu Abramo; 2005. p.351-368

VOLDMAN, D. Defini es e usos. In: FERREIRA, M. M. J.; AMADO (Org.), **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 56-65.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gera es de Karl Mannheim, **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.25, n. 2, p.311-325, maio-agosto. 2010. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/04.pdf>> Acesso em: 15 jan.2021.

## APÊNDICE A - Curso de formação de jovens lideranças.

A formação de jovens lideranças teve origem num contexto específico do Projeto Zero Discriminação (ZD) da UNAIDS, iniciado no Brasil em 2013. Uma das ações do ZD foi capacitar um grupo de jovens conectados em redes sociais virtuais, para alcançar e mobilizar populações que viviam e não viviam com HIV e outros grupos ativistas das populações-chaves para a resposta ao HIV.

Em 2014, o DIAHV, realizou uma oficina com as gerências estaduais de HIV/Aids e outras agências de cooperação técnica UNICEF, UNESCO, ONGs IST/HIV/Aids, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e de Juventude, com objetivo de avançar numa estratégia de engajamento juvenil. O objetivo foi atender as demandas por formação e ampliação dos espaços de participação, oriundas dos debates do grupo virtual Zero Discriminação. O resultado foi a pactuação entre esses diversos atores e entidades para uma formação nacional de jovens lideranças em HV/Aids.

Os objetivos da formação foram: a) Fazer com que o/a jovem integre a resposta à epidemia de forma efetiva; b) Fazer com que o/a jovem esteja ainda mais presente e de forma sistemática na resposta brasileira à epidemia; c) Dar voz ao/à jovem, tanto no âmbito local (municípios, estado, conselhos de saúde) quanto federal (participação junto ao Ministério da Saúde) e internacional (assento fixo no GT/UNAIDS; reuniões e treinamentos internacionais); d) Integrar jovens de outros movimentos no movimento de Aids e para tanto foram selecionados jovens vivendo com HIV e de movimentos de populações-chave; e) Integrar os/as jovens das populações-chave às redes e organizações da sociedade civil já existentes; f) Dar visibilidade ao/à jovem e ao trabalho do/a jovem através da mídia tradicional e mídias sociais.

Uma das propostas da formação, foi que o DIAHV e UNAIDS iriam acompanhar e apoiar a atuação dos jovens, por um determinado tempo, em seus contextos locais para identificar as experiências e desdobramentos da atuação dos ativistas. Participaram 140 jovens, na faixa etária de 18 a 26 anos, que foram divididos em três turmas, do curso presencial, que ocorreu no DIAHV, em Brasília.

A formação da primeira turma ocorreu de 7 a 11 de maio de 2015. O foco foi capacitar jovens que já atuavam em seus territórios na resposta ao HIV e também integravam as populações-chave como gays, HSH, trans e travestis, trabalhadoras do sexo, e pessoas que usam álcool e outras drogas ou jovens que trabalham com redução de danos para a discussão sobre o HIV/Aids. A formação da segunda turma, foi realizada de 24 e 28 de setembro de 2015, também foi dirigido para populações-chave, reunindo jovens vivendo com HIV e jovens ativistas pelos

direitos humanos em suas diversas frentes. O terceiro curso, ocorreu de 23 a 27 de fevereiro de 2016, direcionado para de jovens estudantes da área da saúde e alguns já atuantes como trabalhadores da saúde, a partir da demanda trazida pelos jovens participantes dos cursos 1 e 2.

A estrutura de 40 horas de carga horária foi ministrada nos seguintes eixos: a) Panorama da Epidemia no Brasil e no Mundo; b) A Resposta Brasileira a epidemia de Aids; c) Populações-chave d) Determinantes sociais e) Estigma e discriminação; f) Ativismo em HIV, Conferências de saúde e espaços de atuação política g) História do HIV/Aids no Brasil; h) Equidade, gênero e sexualidade; i) HIV: diagnóstico, prevenção, tratamento e novas tecnologias i) Comunicação, redes sociais e ativismo; j) Controle social do SUS. A metodologia da formação aconteceu por oficinas, grupos de discussão, exposição dialogadas ministradas por jovens ativistas, jovens especialistas em saúde pública, pesquisadores das temáticas, equipe técnica do DIAHV, mobilizadores jovens e equipe técnica da UNAIDS envolvidas.

## **APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM JOVENS LIDERANÇAS**

**Perfil sociodemográfico** (incluir perguntas sobre Idade: Identidade de Gênero: Orientação Sexual: Raça/Cor: Religião: Local de moradia: Renda familiar *per capita*:

Trajatória escolar e profissional; profissão dos pais; relações familiares e relações afetivo-sexuais

### **Motivações para formação e experiência em ativismo**

Como você chegou ao movimento social? Como é a sua experiência em movimento social? Você participou de algum grupo, coletivo ou movimento social juvenil?

Como você percebe a participação dos jovens nas questões sobre o HIV/Aids?

Como a temática HIV/Aids entrou na sua vida? (Poderia nos contar sobre esse processo?)

Qual a motivação para participar da formação jovens lideranças em HIV/AIDS?

Como você ficou sabendo do edital?

A que você atribui sua seleção pelo edital?

O que você achou da formação como jovem liderança no campo do HIV/Aids? (aspectos positivos e negativos)

### **Impactos na vida pessoal e profissional**

Qual foi a influência o impacto na sua vida pessoal (rede de relações, família, interações afetivo-sexuais, práticas de prevenção e cuidado do HIV)

Qual foi a influência o impacto na sua vida profissional?

### **Atuação política dos jovens (objetivos, o escopo e os desafios) como lideranças juvenis;**

O que você entende como ser jovem liderança em HIV/Aids?

Quais foram os desdobramentos da formação? Que ações foram realizadas? Como foi a sua experiência?

Os eixos de formação contemplaram as questões dos jovens? Quais você considera que atenderam a sua expectativa?

### **APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE**

Você está sendo convidado a participar como voluntário da de pesquisa “O ATIVISMO EM TEMPOS DE BIOMEDICALIZAÇÃO DAS RESPOSTAS AO HIV: ATUAÇÃO DE JOVENS NA LUTA CONTRA A AIDS NO BRASIL” conduzido sob a responsabilidade do doutoranda Maria Rita de Cássia Macêdo, sob orientação da Prof. Dra Simone Monteiro e Coorientação da Prof. Dra Fátima Cecchetto, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz – ENNSP/FIOCRUZ.

A pesquisa obteve a aprovação do pleno do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ENNSP/FIOCRUZ sob o parecer de nº 11628919.2.0000.5240. Nosso objetivo com a pesquisa é analisar a trajetória de vida de jovens que concluíram a formação de jovens lideranças em HIV/Aids, promovida pelo Departamento de Vigilância, prevenção e controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), do HIV/Aids e hepatites virais (DIAHV) em 2015-2016, a luz das respostas a epidemia no contexto brasileiro.

Você foi selecionado para entrevista por ter participado do curso de formação de jovens lideranças em HIV/Aids, na faixa etária entre 15 e 26 anos, que aconteceu em Brasília, DF, no período de 2015-2016.

As entrevistas serão realizadas presencialmente no local de sua escolha ou via internet, utilizando o software Skipe para comunicação on-line e por voz, e será conduzida pelo pesquisador responsável deste estudo. Caso você permita a entrevista será gravada e seus áudios serão armazenados em local seguro com acesso restrito ao pesquisador. Os riscos aos quais você se expõe são mínimos e referem-se a possíveis desconfortos em abordar alguns temas. Por isso a entrevista poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso você sinta necessidade bastando para isso que comunique ao pesquisador.

Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade. Você também é livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa sem que isso represente qualquer tipo de prejuízo ou tratamento diferenciado. Você poderá consultar o pesquisador responsável ou o Comitê de Ética em Pesquisa da ENNSP/FIOCRUZ, que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa, em qualquer época, pessoalmente, por e-mail ou pelo telefone para esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Você não terá quaisquer custos, benefícios ou direitos financeiros para participar de tal pesquisa, nem sobre os eventuais resultados decorrentes dela. No entanto, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa você tem assegurado o direito a indenização. Todas as informações fornecidas e os resultados decorrentes desta pesquisa serão tratados com padrões profissionais de sigilo e o pesquisador se compromete a não divulgá-las em nível individual, sendo usados apenas para fins acadêmicos e científicos, sempre resguardando a sua confidencialidade como preconiza a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Você será informado de todos os resultados, independentemente do fato de poderem mudar seu consentimento em participar da pesquisa.

Maria Rita de Cássia Macêdo RG CRO 13179 RJ  
[macedomariarita@gmail.com](mailto:macedomariarita@gmail.com) - (21) 9 9534.5686

CEP ENSP/FIOCRUZ

Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo– Manguinhos – RJ

Tel. (21) 2598-2525 – (21) 25982863

Site: <http://www6.ensp.fiocruz.br/etica>

e-mail: [cep@ensp.fiocruz.br](mailto:cep@ensp.fiocruz.br)

Diante dos esclarecimentos acerca da pesquisa, declaro que estou completamente esclarecido sobre os objetivos, a metodologia, os riscos e benefícios de minha participação na pesquisa. Além disso, estou ciente do meu direito em solicitar novas informações e também de modificar sua decisão de participar em qualquer tempo ao longo da pesquisa. Tendo assinado duas vias deste documento e tendo direito a uma delas ao participar.

Nome: \_\_\_\_\_

R.G. \_\_\_\_\_

Município, dia de mês e ano.

Assinaturas

Participante

Pesquisador responsável